

Organizadoras

Rosemeire Aparecida de Almeida

Maria José Martinelli Silva Calixto

OS CAMINHOS
DO VIVER E DO FAZER
GEOGRAFIA
NO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL

Organizadoras

Rosemeire Aparecida de Almeida

Maria José Martinelli Silva Calixto

OS CAMINHOS
DO VIVER E DO FAZER
GEOGRAFIA
NO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

RESOLUÇÃO Nº 65-COED/AGECOM/UFMS,

DE 17 DE SETEMBRO DE 2021.

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Ana Rita Coimbra Mota-Castro

Além-Mar Bernardes Gonçalves

Alessandra Regina Borgo

Antonio Conceição Paranhos Filho

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

Cristiano Costa Argemon Vieira

Delasnieve Miranda Daspet de Souza

Elisângela de Souza Loureiro

Elizabete Aparecida Marques

Geraldo Alves Damasceno Junior

Marcelo Fernandes Pereira

Maria Lígia Rodrigues Macedo

Vladimir Oliveira da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Os caminhos do viver e do fazer geografia no estado de Mato Grosso do Sul [recurso eletrônico] /
organizadoras: Rosemeire Aparecida de Almeida, Maria José Martinelli Silva Calixto. – Campo
Grande, MS : Ed. UFMS, 2021.

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>
Inclui bibliografias.
ISBN 978-65-89995-79-1

1. Professores de geografia – Formação. 2. Professores de geografia – Formação – Mato Grosso
do Sul. 3. Geografia – Estudo e ensino. 4. Geografia – Estudo e ensino – Mato Grosso do Sul. I.
Almeida, Rosemeire Aparecida de. II. Calixto, Maria José Martinelli Silva.

CDD (23) 370.71

Bibliotecária responsável: Jakeline de Souza Costa – CRB 1/3090

Organizadoras

Rosemeire Aparecida de Almeida

Maria José Martinelli Silva Calixto

OS CAMINHOS DO
VIVER E DO FAZER
GEOGRAFIA
NO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - MS

2021



© das autoras:
(Orgs.) Rosemeire Aparecida de Almeida
Maria José Martinelli Silva Calixto

1ª edição: 2021

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
TIS Publicidade e Propaganda

Revisão
A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos
para esta edição



Secretaria da Editora UFMS - SEDIT/AGECOM/UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário
Campo Grande - MS, 79070-900
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fone: (67) 3345-7203
e-mail: sedit.agecom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-65-89995-79-1
Versão digital: outubro de 2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Rosemeire Aparecida de Almeida

Maria José Martinelli Silva Calixto 06

ENTRE VIVERES E FAZERES: (RE)CONSTRUÇÃO DE UMA CAMINHADA COM A GEOGRAFIA

Maria José Martinelli Silva Calixto 15

MEMÓRIAS DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL. OS OLHARES, OS CONFLITOS E OS DESAFIOS DA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA E A GEOGRAFIA

Edvaldo Cesar Moretti 73

UMA VIDA ENTRE MEMÓRIAS E UM MEMORIAL

Silvana de Abreu 108

DO CEUD A UFGD: LUTAS, UTOPIAS, PASSAGENS E MEMÓRIAS

Adauto de Oliveira Souza 162

O FAZER-SE DO SUJEITO E O ESTRADAR COM A GEOGRAFIA: A BUSCA PELO ENSINO PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE

Rosemeire Aparecida de Almeida 219

EDUCAÇÃO E POLÍTICA. TRAJETÓRIA ACADÊMICA, PESSOAS E ACONTECIMENTOS

Antônio Firmino de Oliveira Neto 279

SOBRE OS AUTORES.....334

APRESENTAÇÃO

Os Cursos de Geografia do estado de Mato Grosso do Sul, ao longo de mais de três décadas de existência, têm não apenas possibilitado a formação de centenas de cidadãos/profissionais (licenciados, bacharéis, especialistas, mestres e doutores), mas também dado importante contribuição para o avanço do processo de investigação científica, do diálogo e da reflexão acadêmica.

Este livro traz trajetórias de vida e de trabalho de profissionais em Geografia que atuaram (e atuam) em duas Universidades Federais de Mato Grosso do Sul, a saber, a UFMS e a UFGD. Cabe destacar, brevemente, o caminho de conquista dessas Universidades como pano de fundo da efetivação dos cursos de Geografia e, portanto, da construção de suas referidas carreiras acadêmico-profissionais.

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS¹) teve origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, que seria o embrião do ensino superior público no sul do estado de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul.

Na sequência histórica, integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). A ação seguinte desse processo veio com a Lei Estadual nº 2.972, de 02 de janeiro de 1970, que transformou o Instituto de Ciências Humanas e Letras de Três Lagoas em Centro Pedagógico de Três Lagoas, com o funcionamento dos cursos de licenciatura plena em Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia. Naquele mesmo ano, foram criados também os Centros Pedagógicos de Aquidauana e de Dourados.

¹ Síntese baseada no texto do projeto de criação da Universidade Federal de Três Lagoas. Três Lagoas, 2017. (Cópia reprográfica).

Com a divisão de Mato Grosso, concretizada efetivamente em 1º de janeiro de 1979, trazendo no bojo promessas governamentais de impulsionar o desenvolvimento regional e a ocupação territorial, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05 de junho de 1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Atualmente, além da sede na Cidade Universitária em Campo Grande, a UFMS encontra-se interiorizada, contando com dez *campi*, localizados nas cidades de Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas.

Exercendo importante papel, principalmente na porção sul de Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foi criada em 2005 (Lei 11.153) a partir do desmembramento do então Câmpus de Dourados da UFMS.

Implantada no ano de 2006, com doze cursos de graduação, a UFGD teve uma significativa expansão a partir de investimentos em infraestrutura física e em pessoal, com a criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação e, sobretudo, com sua inclusão no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Desse modo, seus cursos de graduação e pós-graduação foram significativamente ampliados e acompanhados, igualmente, do aumento no quadro de técnicos administrativos e de docentes, com a oferta de vagas para alunos de todo o Brasil.

Além de oferecer mais de 30 cursos de graduação e vários cursos de pós-graduação *lato sensu*, a UFGD oferece 34 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, 23 deles em nível de Mestrado e 11 em nível de Doutorado.² Conta com um orçamento anual de mais de R\$ 150 milhões³ e, procuran-

² Disponível em: <https://www.ufgd.edu.br/portal/menu/pos-graduacao>. Acesso em: 3 abr. 2020.

³ Disponível em: <http://portal.ufgd.edu.br/aufgd/historico>. Acesso em: 3 abr. 2020.

do contemplar a educação inclusiva, oferta vagas para comunidades de assentamentos rurais e de comunidades indígenas. Por meio da modalidade Educação a Distância (EaD), também atende municípios polos da região.

No que respeita ao curso de Geografia da UFGD, foi criado ainda no então Centro Universitário de Dourados (CEUD/UFMS), em 1982, oferecendo habilitação em Licenciatura. Em 1993, passou a oferecer a habilitação em Bacharelado. Com a implantação da UFGD, com o amadurecimento profissional, com as condições físicas e materiais adequadas e com o significativo esforço docente, foram criados e implantados os cursos de Mestrado, em 2007, e o primeiro curso de Doutorado em Geografia de Mato Grosso do Sul, em 2013.

A compreensão de que, de um lado, existe uma contribuição inegável dos profissionais de Geografia na produção e na leitura do território sul-mato-grossense e, de outro, que essa intervenção acadêmica em diferentes áreas (urbana, agrária, regional, nacional) nem sempre foi/é devidamente considerada e/ou valorizada é parte das motivações em apresentar esta proposta de livro, uma vez que essa contribuição se evidencia, dentre outros motivos, no que consta em cada um dos memoriais elaborados com vistas à promoção à classe E, Professor Titular, que compõem esta obra.

Nessa perspectiva, este livro, com seis capítulos, encara o desafio de trazer a público, mais particularmente, a história e a Geografia de três cursos da UFMS (Câmpus de Três Lagoas, de Aquidauana e de Corumbá⁴) e do curso de Geografia da, hoje, UFGD, por intermédio das memórias de seis professores/geógrafos que nos últimos anos atingiram o último nível da carreira do magistério superior, chegando à condição de titulares.

⁴ O curso de Geografia UFMS, Câmpus de Corumbá, encontra-se inserido nas reflexões geográficas por meio das contribuições dos professores Edvaldo Cesar Moretti e Rosemeire Aparecida de Almeida, que atuam como docentes no Departamento de Ciências Ambientais (DAM), nos anos de 1989 a 1999 e de, 1997 a 1999, respectivamente.

O processo que correspondente à promoção da classe D de Professor Associado IV com vistas à classe E de Professor Titular passa por vários e comprovados trâmites. Portanto, embora estejamos falando de memórias, a matéria-prima desta coletânea é composta por comprovadas trajetórias acadêmico-profissionais consideradas de excelência no cumprimento das atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão, à produção profissional e à gestão acadêmica, administrativa e de representação, de acordo com a legislação específica da UFMS e da UFGD. Logo, mais do que remexer em memórias, mais do que demonstrar experiências e caminhos percorridos, mais do que possibilitar uma reflexão de trajetórias individuais, esse caminhar revela o processo de construção e a história dos cursos nos quais tais docentes estavam e/ou ainda estão lotados.

O conteúdo presente em cada um dos seis capítulos do livro representa os esforços coletivos que acabaram por delinear e consolidar múltiplas possibilidades de construção do conhecimento, ações efetivas no ensino, na pesquisa, na extensão e em processos formativos que se desdobraram no preparo para a pós-graduação e a docência em diferentes níveis.

Chegar à condição de Professor Titular, com trabalho desenvolvido na mesma instituição, pressupõe ter vivido e contribuído, sobremaneira, nesse processo. Isso se deslinda no compromisso, nos diferentes estágios da formação acadêmico-profissional desses docentes, com o ensino público, gratuito e de qualidade.

Antes de chegar à condição de Titular, a expressiva maioria dos autores passou por todos os níveis da carreira acadêmica: Auxiliar de Ensino, Assistente, Adjunto e Associado. Nesse estradar, foram muitas as condições objetivas que dificultaram o ensino, a pesquisa, a extensão e a formação acadêmica, como as distâncias de centros urbanos, onde se concentravam os cursos de pós-graduação, e a não concessão de bolsas e/ou afastamentos, além de outras dificuldades cotidianas, como por exemplo, corpo docente em formação, ausência de espaço físico, reduzi-

do quadro docente e, por decorrência, sobrecarga de trabalho, além de embates políticos e ideológicos.

Apesar de situações que, de diferentes formas, ofereceram adversidades, o processo revelou muitas experiências e ações concretas que contribuíram para alavancar os cursos, como é o caso do envolvimento dos que contribuem com os capítulos deste livro com o processo de implantação e/ou acompanhamento, por meio da Tutoria, do Programa de Educação Tutorial (PET), tanto na UFGD como na UFMS – Três Lagoas, com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) na UFGD, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), dentre outros.

Dessa forma, e conforme relatado em cada um dos capítulos do livro, foram muitos os projetos que possibilitaram criar espaço institucional de pesquisa (grupos institucionalizados por meio do Portal de Grupos de Pesquisa do CNPq), Redes de Pesquisa (a exemplo da Rede Centro-Oeste e Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCi-Me), montar e equipar laboratórios e, sobretudo, desdobrar-se na consolidação e na internacionalização dos Programas de Pós-Graduação em Geografia de Mato Grosso do Sul.

Destaca-se, por parte desses docentes, a coordenação de projetos de pesquisa aprovados por órgãos fomentadores de relevância para a área de atuação acadêmico-profissional e para os cursos, como os programas de cooperação institucional, como é o caso do Casadinho/PROCAD (PPGGeo UFGD/UNESP/UFRJ) e do Acordo internacional - Elaboração de Plano de Estudos Córdoba-ES e PPGGeo-Três Lagoas.

Esses estudiosos, por meio de suas pesquisas e/ou teses, ampliaram o escopo analítico, enfrentando temáticas até então não trabalhadas e buscando compreender e analisar o estado de Mato Grosso do Sul em seus diferentes aspectos, indo da análise das políticas públicas urbano-re-

gionais à análise de outras realidades socioespaciais, como é o caso dos povos indígenas, do povo fronteiriço, dos quilombolas e dos sem-terra. Não apenas analisaram como também buscaram implementar alternativas, a exemplo das experiências de Agroecologia e de sustentabilidade na região do Bolsão sul-mato-grossense, tecidas na contramão do projeto hegemônico de desenvolvimento agrário voltado à pecuária extensiva e ao eucalipto, e da participação na realização/elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento (PRD) da Região Sul-Fronteira (MS).

Também vale destacar o esforço para dar visibilidade à concepção de extensão como compromisso ético-social e, sobretudo, como movimento do conhecimento, como possibilidade de troca de saberes científicos e não científicos (ou “interconhecimento”), possibilitando à Universidade ir “além de seus muros”.

No compromisso com a prática docente, os professores buscaram a qualificação no nível de mestrado e de doutorado e realizaram estágio de pós-doutoramento, expandindo o intercâmbio de ideias, o diálogo e a reflexão teórica pertinentes à área, contribuindo em práticas de pesquisa e na construção do conhecimento. E assim, foram superando as carências que marcavam os cursos da UFMS na década de 1990. No processo de construção coletiva, foi gestado e consolidado o primeiro projeto de Mestrado em Geografia do estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2002, na área de concentração Produção do Espaço Regional, com duas linhas de pesquisa, uma no Câmpus de Aquidauana (Planejamento e Gestão Ambiental) e outra no Câmpus de Dourados (Desenvolvimento Regional), representando um marco no processo de ampliação da pós-graduação em Ciências Humanas na Região Centro-Oeste.

Ainda como resultado do esforço coletivo, esses professores estiveram envolvidos no processo de implantação e de consolidação dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFGD – Mestrado e Doutorado, com área de concentração em Produção do Espaço Regional e a Fronteira;

da UFMS Câmpus de Três Lagoas - Mestrado e Doutorado, com área de concentração em Análise Geoambiental e Produção do Território; e também no Curso de Mestrado em Estudos Fronteiriços, em Corumbá, e no Curso de Mestrado em Estudos Culturais, em Aquidauana.

A história e a Geografia, particularmente do Curso de Dourados, da UFMS à UFGD, nos são reveladas nos textos⁵ de: **Maria José Martinelli Silva Calixto**, “Entre viveres e fazeres: (re)construção de uma caminhada com a Geografia”; **Edvaldo Cesar Moretti**, “Memórias da trajetória profissional. Os olhares, os conflitos e os desafios da experiência acadêmica e a geografia”; **Silvana de Abreu**, “Uma vida entre memórias e um memorial”; e **Adauto de Oliveira Sousa**, “Do CEUD à UFGD: lutas, utopias, passagens e memórias”.

Os referidos professores, que passaram a fazer parte do reduzido quadro docente do curso da UFMS no final da década de 1980 e início da década de 1990, estiveram à frente de vários projetos e ações que visaram a consolidar o curso de Geografia na instituição e, posteriormente, na UFGD. Em seus textos, demonstram um caminho que foi sendo pavimentando a partir do fazer de cada um, mas que tem como fundamento e/ou fio condutor o fazer coletivo. Merecem particular destaque as vivências que remetem à criação e à implantação da própria UFGD, seja por meio da participação oficial na Comissão Estatuinte⁶ da recém-criada UFGD, seja por meio da participação no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seja à frente de cargos administrativos.

⁵ Ressaltamos que os textos respeitaram o momento em que foram escritos, uma vez que retratam períodos específicos de produção acadêmica e intelectual, avaliados no processo de promoção à professor Titular.

⁶ Instituída por meio da Resolução nº 11, de 21 de fevereiro de 2006, pelo Conselho da Universidade Federal da Grande Dourados. O processo teve início em maio de 2006 e se encerrou em agosto de 2007, com mais de 60 reuniões/assembleias, envolvendo os três segmentos universitários.

Por sua vez, **Rosemeire Aparecida de Almeida** contribui com o texto “O fazer-se do sujeito e o estradar com a geografia: a busca pelo ensino público, gratuito e de qualidade” e **Antônio Firmino de Oliveira Neto** com “Educação e política. Trajetória acadêmica, pessoas e acontecimentos”, trazendo relatos que remontam à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como base da realidade dos cursos de Geografia da UFMS, particularmente, por meio da atuação desses docentes nos Câmpus de Três Lagoas e de Aquidauana.

Da mesma forma, o grupo de professores que contribui com este livro trouxe contribuições e aprendizados importantes, tanto no exercício da profissão quanto na política interna e externa da Universidade. Além do envolvimento em diferentes frentes de trabalho no ensino, na pesquisa e na extensão, em funções administrativas ou correlatas, e da participação nos mais diversos órgãos colegiados (desde a coordenação de cursos de graduação até conselhos superiores), esses professores estiveram/estão presentes em debates acadêmicos e político-sociais sobre a constituição da Geografia brasileira, por exemplo, via Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE) ou mesmo no sindicato de docentes do ensino superior, inclusive, com alguns atuando, em diferentes momentos, no Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

Vale ainda referenciar a participação, seja por meio de colaboração e/ou da coordenação de eventos importantes para a área e de relevância nacional ou mesmo internacional, como: Seminário Internacional América Platina, Simpósio Internacional sobre Cidades Médias (*CIMDEPE*), Encontro Internacional Humboldt, Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia, Seminário de Defesa Nacional, entre outros.

Em síntese, há uma multiplicidade de experiências que têm como traço comum o ensino público, que faz parte da realidade de vida de todos os professores que contribuíram com este livro, desde sua formação

inicial. O traço comum que permite o encontro se dá no fazer coletivo (que se reconstrói em diferentes momentos), seja na origem comum representada pela UFMS, Universidade onde todos eles chegaram a trabalhar, seja pela história política de militância em defesa da Universidade Pública e da verticalização dos cursos de graduação em Geografia.

Em seus textos, todos evidenciam, pela práxis vivida, a importância do ensino público e alertam para as dificuldades que se acirraram com o aprofundamento da política neoliberal e desestatizante, levando a um cenário marcado por insegurança e por incertezas, sobretudo, diante de práticas que levam à violação da Constituição Federal, as ameaças trazidas pela reforma da Previdência, as mudanças na carreira docente, entre outros. Contudo, apesar desse cenário, os relatos também revelam que os momentos adversos, ainda que sejam marcados por angústia e por apreensão, apontam para novas formas de resistência e luta.

Nesse sentido, este livro, conforme já apontado, mais do que revelar o caminhar ou o fazer profissional de cada um, revela uma história e uma Geografia que foi gestada e construída, muitas vezes, com uma dose de sacrifício pessoal. Isso remete às experiências simbólicas que se revelam ao longo do texto de cada um, que também se revestem de significado e são imbricados de histórias de vida, trabalho e utopia.

Por fim, essas trajetórias acadêmico-profissionais são mais que requisitos a cumprir exigências normativas institucionais. Representam, sobretudo, o retorno social da Universidade que a sociedade espera e merece conhecer.

Três Lagoas e Dourados, setembro de 2020.

Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS
Maria José Martinelli Silva Calixto – UFGD

ENTRE VIVERES E FAZERES: (RE)CONSTRUÇÃO DE UMA CAMINHADA COM A GEOGRAFIA

Maria José Martinelli Silva Calixto

*“Não fosse isso
e era menos
não fosse tanto
e era quase”*

Paulo Leminski

Apontamentos iniciais sobre uma caminhada

Ao iniciar este texto⁷, pensando a trajetória como uma caminhada, que fiz e vivenciei passo a passo (desde Professora Auxiliar de Ensino, nível I, à Professora Associada, nível IV e, agora, pleiteando a classe E, como Professora Titular), me vi diante do desafio de transitar entre o objetivo e o subjetivo.

Objetivamente, tinha como propósito relatar, de forma sucinta, o histórico de minha trajetória acadêmico-profissional (atividades regis-

⁷ O texto deriva do memorial submetido, em 11 de maio de 2017, à Comissão Especial de avaliação, composta pelos professores: Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP/PP), Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS), Wilson Valentim Biasotto (UFMS) e Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD). Com o propósito de adequar ao formato de capítulo de livro, a presente versão do texto foi sintetizada. No texto original - ver <https://drive.google.com/open?id=1ySfqzAlazLrvnPn2PFDAMHPQIjJurgdo> - constam, detalhadamente, todas as atividades desenvolvidas, artigos e capítulos de livros publicados, trabalhos orientados, trabalhos apresentados e publicados em anais de congressos, funções administrativas, inserção de informações adicionais, números e datas de portaria, resoluções, instruções de serviço etc.

tradas em meu currículo Lattes), com inserção de comentários que esclarecem os diferentes estágios de minha formação, com vistas à promoção à classe E, Professor Titular, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Nesse sentido, procurei atender à exigência de apresentar minhas “atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante” (cf. art. 33, inciso IV, da Resolução nº 007, de 20/3/2014, do COUNI/UFGD).

Com essa preocupação, elegi um recorte que permitiu/permite a reconstrução analítica de minha formação acadêmico-profissional e que, por ser indicador de um olhar particular, vai muito além de seu viés objetivo, na medida em que se trata de também colocar no papel minha trajetória. Trata-se, pois, de voltar no tempo e revisitar meu próprio projeto de vida, verificando o quanto foi possível percorrer do e no caminho e, nesse sentido, várias circunstâncias, sentimentos e lembranças, nem sempre possíveis de serem mensuradas e registradas, se colocaram para mim.

Primeiramente, pelo fato de que falar/escrever sobre nós é sempre um desafio, um olhar particular sobre nós mesmos. Expressa um conjunto de representações que construímos sobre nós mesmos. Envolve o que acreditamos e sabemos que fizemos e como o nosso fazer é visto. Posteriormente, pelo fato de que cada um de nós tem/constrói sua trajetória, uma história, uma geografia, pautadas em circunstâncias diferenciadas e nem sempre conseguimos fazer a autocrítica. Nem sempre conseguimos olhar com sinceridade suficiente para entender como essa trajetória é influenciada, influencia ou se reverbera de forma mais ampla.

Esse processo me reportou a uma escolha que fiz na segunda metade da década de 1980 e que, nas possibilidades de entrecruzamento de tempo-espço, um dia “minha” geografia, entremeada por muitas “outras”, se fez.

O entremear desse caminhar/viver/fazer me remeteu a um poema de Paulo Leminski (2003) chamado “Contranarciso” e que, para mim, é bastante significativo quando penso no que foi possível caminhar até aqui:

em mim
eu vejo o outro
e outro
e outro
...
o outro
que há em mim
é você
você
e você

assim como
eu estou em você
eu estou nele
em nós

O que foi possível construir ao longo do caminho não aconteceu de forma absoluta, mas contém um conjunto de relações/articulações que podem ser analogamente comparadas à natureza do espaço relacional, no sentido atribuído por Harvey (1980).

Portanto, para mim, essa caminhada é uma “síntese de múltiplas determinações” (para recuperar uma expressão de Marx). E, assim, o processo de elaboração deste texto, em forma de memorial, marca um momento que também traz a possibilidade de reflexão de minha trajetória (preenche de relações com outros e contribuições de outros)⁸, de meus compromissos, de minha prática, de meu próprio fazer acadêmico-profissional e mesmo de minhas possibilidades futuras, sobretudo em um contexto tão complexo como o que vivemos.

⁸ Partindo do pressuposto de que todo conhecimento é construído por condições e situações plurais, aqui abro um parêntese para reforçar que este é um dos raros textos em que me expresso na primeira pessoa do singular. Enquanto escrevo, confesso que fico incomodada pela ênfase que esta primeira pessoa assume.

Gottdiener (1993, p. 27) coloca que além de uma localização física, o espaço é, também, uma liberdade existencial. Para ele: “O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação.”

Nesse sentido, me vem um questionamento: para além do acadêmico-profissional, o que foi possível a mim contribuir, como sujeito político-social, ao longo desta caminhada?

Vivenciamos um tempo de descrença e de intolerância, um tempo em que o rumo que as coisas tomam parece sinalizar para a falta de perspectivas. Vivenciamos um cenário de desrespeito às diferenças, de posicionamentos que revelam um misto de classismo, de ausência de diálogo e até de rancor. Vivemos um tempo que, conforme alertava Feuerbach, “[...] prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser.” (1988 *apud* DEBORD, 1997, p.13).

Basta atentar para o cenário político atual para perceber que vivemos, não apenas um contexto de recrudescimento de políticas neoliberais, de usurpação de direitos sociais e de ameaça a princípios democráticos, mas um tempo de demonização da política, de descrença e de intolerância. Fica evidente que vivemos em uma sociedade que é incapaz de fazer ou receber críticas. É incapaz de demonstrar insatisfação e indignação sem apelar para questões pessoais, de gênero ou de etnia. E isso se revela em vários episódios e situações que temos presenciado, seja no meio acadêmico, seja fora dele.

Aqui, muito perto de mim, por exemplo, gritam as atrocidades cometidas por um Estado omissivo e seus representantes. Gritam as injustiças sócio-étnico-territoriais que têm submetido os povos indígenas a uma situação de expropriação e de morte, em suas dimensões física e simbólica. Quantos mundos, sonhos e esperanças são/foram destruídos?

Poderia listar uma infinidade de situações e cenários que tem marcado esse contexto complexo. No entanto, aqui cabe registrar que mesmo que nesse cenário a verdade pareça profana, ainda prefiro acreditar que a chamada crise de valores em que vivemos pode apontar para a busca de um novo fazer. E foi nesse sentido, no meu cotidiano e nas pequenas ações, a passos lentos e até anônimos, que fui pautando meu caminhar.

Assim, a escrita deste texto, me permitiu avaliar não apenas minha pequena contribuição, mas também minhas insatisfações, dúvidas, decepções, erros, acertos, insuficiências e fragilidades. Contudo, nesse processo, me ative a uma questão fundamental, apontada por Milton Santos (2002): a compreensão do mundo se dá a partir do lugar, pois é a partir do lugar que nos inserimos no mundo. É a partir do lugar que vivemos que sentimos os problemas e que poderemos buscar outras alternativas. É a partir do lugar que vivemos, ou a que pertencemos, que as possibilidades podem ser gestadas e construídas.

E foi a partir do meu lugar que tentei contribuir para a construção de um curso, de cujo reduzido quadro docente passei a fazer parte no início da década de 1990. Foi a partir do meu lugar que pude, mesmo que de forma tímida, “engajar-me na ação”, conforme propôs Harvey.

Essa caminhada me permitiu vivenciar, desde 1992, muitas e significativas mudanças, entre elas, o Centro Universitário de Dourados (CEUD/UFMS) passou de Centro Universitário para Câmpus de Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com um número reduzido de cursos de graduação, para a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com mais de 30 cursos de graduação, 23 cursos de mestrado e 11 de doutorado.

Nesse sentido, o processo de escrita deste texto, também me permitiu refletir sobre categorias presentes no âmbito da ciência geográfica, dentre as quais destaco, por exemplo, as diferentes escalas de tempo e de

espaço. Essas categorias da existência humana (embora seu sentido raramente seja discutido) podem exprimir uma multiplicidade de questões e de situações objetivas, cuja construção é pautada e pauta nossa prática. E esta caminhada revela isso.

Por último, vale reforçar que este texto expressa um olhar sobre a minha caminhada. Sendo assim, lacunas certamente estarão presentes, mas é para viver e partilhar momentos como o de chegar nesta etapa de minha trajetória pessoal-acadêmico-profissional que também continuo acreditando que vale a pena caminhar.

A Caminhada: os passos iniciais

“Apronto agora os meus pés na estrada...”

Caio Fernando Abreu

Foi na cidade de Presidente Prudente-SP que se deu toda a minha formação educacional básica, cursando as escolas públicas de ensino fundamental e médio, respectivamente: Escola Estadual de Primeiro Grau Maria Luiza Formozinho Ribeiro e Escola Estadual de Segundo Grau Monsenhor Sarrion.

No então ensino primário, na escola Estadual Maria Luiza Formozinho Ribeiro, por influência de uma professora muito dedicada e querida, despertei para o mundo da leitura, a partir de Lygia Bojunga Nunes e sua “Bolsa Amarela”.

Nos tempos do “país que vai pra frente”, da “nação gigante”, de atividades escolares comemorativas do dia 31 de março (um contexto que dificultava qualquer forma de entendimento, não apenas para as crianças), ainda que não tivesse consciência disso, estávamos caminhando para o final do período do Golpe Militar. Me lembro de quando, em

1979, a professora Maria Terezinha Virgili Canci (que, muito posteriormente, descobriria ter cursado Ciências Sociais na FAFI/UNESP) comentou em sala que João Batista Figueiredo havia assumido a presidência do Brasil, principiando uma “abertura democrática” que iria se “concretizar” em 1986.

O brincar na rua e o ir e voltar a pé à escola, prática cotidiana comum para qualquer criança da época, fazia com que, mesmo sem saber, a partir do bairro onde morava (Vila Santa Helena), começasse a (re) conhecer a geografia da cidade.

Já no então colegial, no Colégio Monsenhor Sarrion, era uma aluna dedicada em todas as disciplinas, mas não tinha dúvida sobre minha predileção pelas ciências humanas. Eram as discussões literárias, políticas e socioeconômicas que despertavam minha atenção e meu interesse.

Foi nessa escola que, bastante interessada pela disciplina Geografia, comecei a pensar na possibilidade de cursar a universidade, prestando vestibular na UNESP, como treineira, em 1986, depois de cursar o segundo ano do ensino médio (então segundo colegial). Nesse concurso vestibular, me marcou o tema da redação: “Viver é muito perigoso”, me instigando a ler Guimarães Rosa. Mesmo não podendo realizar a matrícula no curso de Geografia, a aprovação no vestibular de uma Universidade Pública serviu como estímulo para que prestasse novamente no ano seguinte, 1987. Foi assim que teve início minha vida acadêmica.

Aqui, não poderia deixar de registrar a importância de meus pais, sobretudo, de meu pai que, ao pensar para além do que as condições socioespaciais lhe possibilitavam, foi um grande incentivador. Mesmo sendo uma pessoa simples, sempre procurou deixar claro para os filhos a importância de estudar. Pelo fato de meu pai ser funcionário da FCT/UNESP de Presidente Prudente, desde criança, aquele ambiente me serviu de referência.

Neta, filha e irmã mais velha, acabaria sendo a primeira, na história da família, a possuir um diploma de nível superior.

A caminhada acadêmica: o “princípio” do caminho

“Quem elegeu a busca, não pode recusar a travessia...”

Guimarães Rosa

Ainda que minha trajetória educacional tenha tido início bem antes da trajetória acadêmica, neste texto optei por centrar os relatos a partir do ano de 1987, quando ingressei, na condição de discente, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – Câmpus de Presidente Prudente, e concluí o curso de Licenciatura Plena em Geografia, em 1990, e de Bacharelado, em 1991.

Nesse mesmo ano, fiz seleção e fui aprovada no Programa de Mestrado em Geografia, Área de Concentração “Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental”, também da UNESP – Câmpus de Presidente Prudente e, dessa forma, durante o ano de 1991, concluí a monografia de Bacharelado e fiz os créditos em disciplinas no Programa de Mestrado.

Durante o Curso de Graduação, tive a oportunidade de participar de eventos e de diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de ter tido a possibilidade de integrar, na condição de discente, o Conselho do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, o Conselho da Pós-Graduação em Geografia e a Congregação daquela instituição. Essas atividades foram fundamentais para minha formação, amadurecimento e entendimento de parte dos meandros de funcionamento do curso e de uma instituição de ensino superior.

Dentre outras atividades que a vida acadêmica me possibilitou, é importante referenciar a oportunidade de participação, durante o curso de

graduação, dos Trabalhos de Campo. Do primeiro ao quarto ano de curso, participei de quatro grandes projetos de trabalho de campo, para as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. Aqui cabe uma ressalva: foi por meio do trabalho de campo, desenvolvido em 1989, que conheci Dourados, cidade que, naquele momento, não poderia imaginar que, três anos depois, viria a morar e construir minha trajetória profissional.

Durante a graduação, também destaco algumas atividades (projetos de pesquisa e/ou estágios) que foram importantes para minha formação:

- a) Estágio junto à Prefeitura Municipal do Município de Martinópolis-SP, com vistas à elaboração do Plano Diretor daquela cidade, no período de 1 de fevereiro de 1990 a 31 de julho de 1991.
- b) Estágio, durante a fase de coleta de dados e aplicação de questionários, no projeto “Avaliação da Municipalização do SUS”, sob a coordenação do professor Dr. Raul Borges Guimarães, no período de 12 a 27 de julho de 1990.
- c) Estágio em “Documentação e Arquivo – a técnica de arquivar”, sob a coordenação da professora Dra. Lucia Maria Gomes Corrêa Ferri, no período de 1 de março a 31 de dezembro de 1991.
- d) Participação nos levantamentos de campo e nas reuniões administrativas da pesquisa, financiada pela FINEP, “Análise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamentos no estado de São Paulo”, sob a coordenação do professor Dr. José Ferrari Leite, nos anos de 1990 e 1991.
- e) Participação na aplicação de questionários da pesquisa “A produção do espaço urbano através da verticalização”, sob a coordenação da professora Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, no ano de 1990.

- f) Acompanhamento e participação, nos anos de 1987 e 1988, do Grupo de estudos e as atividades de campo em Arqueologia, sob a coordenação da professora Dra. Ruth Kunzli (que, então, centrava esforços e dava os primeiros passos no sentido da criação do hoje Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia - CEMAARQ ou Museu de Arqueologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia FCT/UNESP da UNESP/PP⁹). Naquela ocasião, além de acompanhar a professora Ruth em escavações de material arqueológico no Pontal do Paranapanema, participava como monitora das exposições anuais de arte plumária, cerâmica, cestarias, armas, instrumentos musicais e outros adereços. Ali tive os primeiros contatos com o material arqueológico encontrado na região, por meio de pesquisas e de escavações – cerâmica, pedra lascada e pedra polida.

No que concerne à atividade de pesquisa, vale ressaltar que minha identificação com a geografia urbana (área em que sempre atuei e atuo) teve início também no decorrer do Curso de Graduação, quando, por intermédio de uma bolsa de Iniciação Científica, concedida pelo CNPq, no período de março de 1990 a fevereiro de 1991, iniciei um trabalho intitulado “A produção do espaço urbano em Presidente Prudente-SP: investimentos públicos locais e estruturação urbana: o Parque do Povo”.

Além de meu primeiro trabalho apresentado, em 1991, no 3º Congresso de Iniciação Científica da UNESP, essa pesquisa acabou por se consubstanciar na monografia de Bacharelado, desenvolvida com a colega Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli, e defendida em 5 de dezembro de 1991. (MARTINELLI SILVA, HORA, 1991).

⁹ Disponível em: <http://www.fct.unesp.br/#!/extensao/circuito-cientifico-cultural/cemaarq/>

Da realização do trabalho de monografia ficou a experiência bastante enriquecedora da descoberta propiciada pelo trabalho de campo, tornando claro para mim que não existe uma oposição entre realidade e teoria, ao contrário, existe uma articulação, suscitando, ainda, novas questões a cada linha redigida, o que acabou por me instigar na perspectiva da continuidade. Desse trabalho de monografia também resultou um artigo, publicado no **Caderno Prudentino de Geografia**, em 1992. (MARTINELLI SILVA, HORA, 1992).

Destaco que, na iniciação científica e na elaboração da monografia, portanto, já no curso de graduação, tive a oportunidade de ser orientada pela professora Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito – Carminha – profissional atenciosa, extremamente competente e comprometida, cujas aulas e outros momentos de interlocução soavam-me sempre como aprendizado.

Ainda tendo como órgão financiador o CNPq, também sob a orientação da professora Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, no período de março de 1991 a fevereiro de 1992 (concomitantemente ao início do curso de Mestrado), fui bolsista da modalidade Aperfeiçoamento, desenvolvendo o projeto: “Reestruturação da cidade: o papel exercido pelo poder público no processo de reurbanização de Presidente Prudente-SP”. Essa foi uma oportunidade que aprofundou de maneira muito construtiva a minha formação.

Destaco esses trabalhos¹⁰, pois se constituem um marco em minha trajetória acadêmica, na medida em que não apenas assinalaram o primeiro contato com a pesquisa científica, oportunizando uma primeira possibilidade de reflexão acerca da temática urbana, mas, sobretudo, acabaram por instigar-me a continuar com as atividades de pesquisa.

¹⁰ Optei por trazer meus textos publicados, seja em formato de livro, seja em artigo de revista científica, nas referências bibliográficas.

A partir de então, passei a refletir acerca do papel do poder público local no que diz respeito à sua ação/intervenção no espaço urbano, mais particularmente, no processo de “valorização” de áreas urbanas.

Com essa intenção e buscando, ao mesmo tempo, tentar amadurecer minhas inquietações, no curso de Mestrado (iniciado em 1991), desenvolvi um trabalho que representou um esforço de compreensão acerca da lógica que move o processo de produção e de apropriação do espaço urbano e sua consequente reestruturação, por intermédio da análise dos desdobramentos decorrentes da intervenção direta do poder público local, via reurbanização de uma área considerada degradada – o Parque do Povo. (MARTINELLI SILVA, 1994).

Como desdobramentos da pesquisa de Mestrado, concluída no ano de 1994, além de apresentação de trabalhos em eventos científicos (como o 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos, ocorrido em Curitiba, em 1994, e o Encontro de Geógrafos da América Latina – EGAL – ocorrido em Havana-Cuba, em 1995), publiquei um artigo na **Revista Formação** (MARTINELLI SILVA, 1995a) e outro na **Revista de Geografia de Dourados** (MARTINELLI SILVA, 1995b). Também resultou em um capítulo no livro **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**, organizado por Maria Encarnação Beltrão Sposito. (CALIXTO, 2003).

Outro ponto importante no meu processo de formação diz respeito à participação em eventos, sobretudo os promovidos pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), entidade a que sou associada desde 1989. Foram várias as atividades acadêmicas das quais participei, direta ou indiretamente, e que reafirmaram ainda mais meu interesse pela Geografia. Da mesma forma, foram muitas as atividades culturais ou mesmo políticas que participei/acompanhei, como: assembleias estudantis, assembleias docentes, assembleias da AGB etc.

Também pude acompanhar o processo de surgimento e participar da fase de implantação do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais – GAsPERR/UNESP, que depois de cerca de dois anos de organização iniciou em dezembro de 1992.

Após concluir a graduação, em 1990, as perspectivas de ir para a sala de aula, em Presidente Prudente, eram pequenas. Ainda que já tivesse ingressado no curso de Mestrado, não tinha bolsa, pois, na época, e com o curso da UNESP relativamente novo, ser bolsista de Mestrado era condição rara. Me recordo da alegria que tomou conta de mim quando, em substituição a uma licença, me foram atribuídos 30 dias de aula ininterruptos na Escola Estadual Adolpho Arruda Mello que, naquele momento, havia sido elevada à categoria de “Escola Padrão”, um projeto implantado no estado de São Paulo, no governo Luiz Antonio Fleury Filho (1991-1994).

Assim, foi na Escola Estadual Adolpho Arruda Mello que dei minhas primeiras aulas, iniciando minha relação com a docência, como professora da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo (em caráter eventual), durante o 1º semestre de 1992.

A caminhada acadêmica/profissional: da UFMS à UFGD

*“O real não está na saída nem na entrada.
Ele se dispõe para gente é no meio da travessia.”*

Guimarães Rosa

A cada momento de minha caminhada, novas questões se apresentavam e assim, em 1992, ainda com o curso de Mestrado em andamento, iniciei efetivamente minha vida profissional. Naquele momento, para ingresso na carreira docente do ensino superior, não era exigida qualquer outra titulação além da graduação e, ainda mestranda, por in-

termédio de concurso público de provas e títulos, ingressei na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Centro Universitário de Dourados (CEUD), como professora Auxiliar Nível I, por meio da Portaria nº 637, de 4 de agosto de 1992. Na UFMS atuei até o momento em que, a partir do Câmpus de Dourados, foi criada a UFGD.

Naquele contexto, sob o governo Collor, passávamos a vivenciar uma conjuntura de transição e de políticas mais visivelmente atreladas ao neoliberalismo. Ao começar formalmente minhas atividades, ingressando como docente de uma Universidade Federal, recém graduada e com pouco mais de 24 anos de idade, sem dúvida, foi um desafio bastante estimulante. Esse desafio se tornava ainda maior por, na ocasião, o curso de Geografia apresentar inúmeras carências que iam de espaço físico ao quadro docente. Passei a ocupar uma sala com mais seis colegas do quadro docente efetivo. Partilhávamos, além da sala, a vontade de construir um curso melhor. Talvez por isso, apesar de todas as limitações que enfrentávamos, minhas primeiras aulas foram plenas de sentido para a minha vida profissional, que, de fato, se iniciava.

No início da década de 1990, tomava corpo na UFMS uma discussão sobre a reestruturação dos cursos de Geografia. Dessa forma, pouco menos de um mês após iniciar o meu trabalho, participei, em Campo Grande, do “I Seminário de professores dos cursos de Geografia dos Centros Universitários de Aquidauana, Corumbá, Dourados e Três Lagoas/UFMS”, ocorrido nos dias 10 e 11 de setembro de 1992, e promovido pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

No período de 25 a 27 de agosto do ano de 1993, ocorreu, em Aquidauana, o “II Seminário de professores dos cursos de Geografia dos Centros Universitários de Aquidauana, Corumbá, Dourados e Três Lagoas/UFMS”. Ou seja, com o curso de Dourados, a UFMS possuía quatro cursos de Geografia e o Seminário partia de uma avaliação da situação dos cursos de cada Centro.

Alguns colegas, sobretudo de outros Centros Universitários, defendiam que o fato de termos quatro cursos funcionando precariamente impossibilitava qualquer processo de verticalização. Nesse sentido, dentre outros, havia um grupo que propunha a abertura de um único curso, concentrando todos os docentes dos quatro cursos, infraestrutura etc., na capital do estado.

Apesar de toda a energia despendida nesses debates, a discussão arrefeceu e a UFMS continuou com os quatro cursos, até o momento em que foi criada a UFGD, quando o curso de Geografia de Dourados passou a pertencer a esta Universidade. Essa foi uma experiência bastante importante para alguém que estava iniciando sua atividade profissional, pois pude conhecer melhor as nuances que envolviam o funcionamento dos diferentes cursos de Geografia da UFMS.

Minhas atividades de ensino, naquele momento, ainda se davam concomitantemente com as atividades acadêmicas de formação, haja vista me encontrar com o curso de Mestrado em andamento na UNESP. Já havia cumprido os créditos em disciplina em 1991, mas a pesquisa, que tinha como objeto de análise a cidade de Presidente Prudente, ainda estava em andamento, o que demandava longas e constantes horas de viagem a Presidente Prudente.

Na ocasião, era necessário envolvimento e trabalho em praticamente todas as frentes, indo desde a participação na divulgação do concurso vestibular/1993 na cidade e na região, até a tarefa de tentar promover atividades no curso, distante dos centros do País com tradição em pesquisa científica e do próprio fazer acadêmico. Ou seja, um curso que ainda não tinha entre as suas atribuições a rotina da pesquisa científica ou mesmo de outras atividades acadêmicas.

Nenhum dos docentes do então curso de Geografia do Departamento de Ciências Humanas (DCH) do CEUD/UFMS possuía o título

de doutor. Apenas dois tinham formação em nível de Mestrado (sendo um deles, recém mestre). A maior parte tinha apenas formação em nível de graduação e/ou especialização.

Assim, além de assumir uma carga horária de ensino que me levava a “enfrentar” a sala de aula de segunda à sexta-feira, portanto, todos os dias da semana, a forma que encontrei de realizar algumas discussões complementares e que avaliava importantes no curso se dava por meio da extensão universitária. Essas ações, por serem de caráter coletivo, acabavam por fortalecer o estreitamento da relação com o curso de Graduação em Geografia, fomentando temas e questões que propiciaram momentos de debates importantes.

As atividades de extensão, na maioria das vezes, foram pensadas em consonância com as atividades de ensino, ou mesmo de forma que pudessem possibilitar o despertar para novas temáticas de pesquisa, possibilitando a reflexão e o debate.

Já no ano de 1992, no período de 23 a 27 de novembro, logo após o ingresso na instituição, coordenei o projeto de extensão “Relatório de Impactos Ambientais”. Na ocasião contei com a contribuição voluntária de um estimado colega do curso de Mestrado da UNESP, William Rosa Alves, que veio acompanhado de Elizeu Ribeiro Lira, também mestrando da UNESP e professor da Universidade Federal de Tocantins (UFT).

Em 1993, cerca de um ano após iniciar meu trabalho, com muita satisfação conclui minha primeira orientação¹¹ de um trabalho de conclusão de curso, realizado por Angelita Batista da Silva e intitulado “A questão habitacional em Dourados-MS: o exemplo do residencial Jardim Maracanã”. É importante destacar esse trabalho, pois representou,

¹¹ Desde então, até março de 2020, foram orientados e devidamente concluídos 47 trabalhos de conclusão de curso de graduação.

não apenas minha primeira oportunidade de orientação de uma pesquisa científica, mas, sobretudo, me colocou em contato com uma temática que posteriormente seria objeto de minha tese de Doutorado – a temática habitacional.

A relação com a extensão continuou nos anos seguintes e, em 1993, coordenei o projeto “Produção da cidade”, ministrado pela professora Maria Encarnação B. Sposito, da UNESP/PP, no período de 25 a 28 de outubro.

É importante destacar que essa foi uma atividade ímpar em um curso onde os poucos alunos tinham muita dificuldade de se deslocar e participar de eventos em outras instituições. Por meio desse projeto de extensão, pude tornar possíveis discussões e embasar o primeiro grupo de estudos sobre a cidade e o urbano no interior do curso, discussão que foi implementada no ano seguinte (1994), com a coordenação dos projetos “Elementos de Planejamento Municipal”, ministrado por José Gilberto de Souza, hoje professor da UNESP – Câmpus de Rio Claro, de 17 a 19 de novembro, e “Curso Básico de Windows e Word for Windows”, ministrado por Alexandre Cuerin Parisotto, de 28 de novembro a 10 de dezembro.

Por meio desses projetos tomava corpo, de forma muito embrionária, um espaço para discussão de questões ligadas a cidade e ao urbano e que, posteriormente, embasou o grupo de estudos de Geografia Urbana.

Merece destaque o fato de que, no ano de 1994, de forma coletiva, o conjunto de professores do curso de Geografia iniciou uma discussão que culminou na criação da AGB – Seção Dourados (1995), em cuja constituição da primeira diretoria (1995-1996) assumi a função de primeira tesoureira. Continuei participando da composição das diretorias posteriores e fui: segunda tesoureira (1997-1998) e coordenadora de divulgação (1999-2000). Na gestão de 2000-2002, assumi a

função de diretora da seção local e de coordenadora de publicação de 2002 a 2004.¹² Na gestão 2017-2019, fui a segunda tesoureira da AGB – Seção Dourados.

No ano de 1995, por ocasião do dia do geógrafo, tive a oportunidade de coordenar, em parceria com a AGB – Seção local, colegiado de curso e o centro acadêmico de Geografia, a “*IV Semana de Geografia do CEUD*”, com o tema: “Mercosul, territorialização e tecnologia: o papel do geógrafo”. Nesse evento contamos com a colaboração do professor, da UNESP/PP, Dr. João Lima de Santana Neto, além dos professores Claudemira A. Ito (UNESP/PP) e Paulo Roberto Jóia (CEUA/UFMS).

Ainda no ano de 1995, logo após defender a dissertação de Mestrado, assumi a coordenação do Curso de Graduação em Geografia. A condição de coordenadora do curso também me colocava na condição de membro do Conselho de Centro do CEUD/UFMS, atribuições que foram de extrema importância para minha experiência em gestão acadêmica. Desde então, sempre participei do Colegiado/Coordenadoria do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, seja na UFMS, ou na UFGD.

Em 1995 também colaborei na coordenação do projeto de extensão “Mato Grosso do Sul e Mercosul: integração e perspectivas”, realizado no período de 14 a 18 de agosto, com carga horária de 52 horas. Na ocasião, dentre outros, contamos com a contribuição da professora Dra. Monica Arroyo, da Universidade de São Paulo (USP).

¹² A trajetória da AGB – Seção Dourados pode ser consultada na **Revista Terra Livre**, ano 20, v.1, nº 22, jan./jul. 2004, em texto denominado: “AGB-seção Dourados: memória e história de um processo de construção coletiva”, p. 85-97. O texto traz as atividades realizadas pela Seção de Dourados e o processo de interlocução em escala nacional, destacando a publicação da **Revista de Geografia de Dourados**.

Foi também no ano de 1995 que, após a constituição da primeira diretoria da AGB – Seção Dourados, de forma coletiva, passamos a implementar esforços para a criação de novos canais de discussão e divulgação das pesquisas regionais. Assim, colaborei com o nascimento da **Revista de Geografia**, editada localmente, e que, a partir do 5º número, passou a ser editada pela editora da UFMS. Ainda que a editora estivesse sediada em Campo Grande, sempre manteve sua comissão editorial no Câmpus de Dourados. A revista era publicada com o selo da AGB – Seção Dourados.

A **Revista de Geografia**, com periodicidade semestral, cujo primeiro número foi lançado em 6 de outubro de 1995, chegou ao seu 20º número (com tiragem de mil exemplares) e passei a compor o sua Câmara Editorial (desde o primeiro número), e a Comissão Executiva (que se responsabilizava pela execução da revista), do 13º ao 19º número (de janeiro de 2001 a Junho de 2004). Infelizmente, após a publicação do 20º número, a proposta da revista foi perdendo fôlego, até culminar, reforçada pelas circunstâncias da criação da UFGD e a consequente separação da UFMS (cuja editora era responsável pela sua impressão), na interrupção.

No ano de 1996, coordenei a “V Semana de Geografia do CEUD”, que teve como tema “Mundialização e novas territorialidades”. Nas duas conferências realizadas, contamos com a contribuição dos professores da UNESP/PP – Maria Encarnação Beltrão Sposito, com o tema “Novas territorialidades Urbanas”, e Eliseu Savério Sposito, com o tema “Mundialização e sistemas produtivos”. Pela primeira vez, os trabalhos apresentados em um evento ocorrido localmente tiveram um canal de publicação e de divulgação: os resumos dos trabalhos da “V Semana de Geografia do CEUD” foram publicados na **Revista de Geografia**, em seu nº 4, em 1996.

Da mesma forma, na condição de coordenadora do curso, no ano de 1996, coordenei o projeto, em parceria com uma colega do Curso de

Letras, Rosana Cristina Zanelatto, “Instrumentalização, leitura e interpretação de texto”, projeto esse que foi idealizado em função de termos percebido uma dificuldade dos alunos do curso de ler e interpretar os textos discutidos em sala de aula.

No ano de 1996, após ser aprovada no Programa de Doutorado, iniciei os créditos em disciplina na UNESP/PP, o que me fazia viajar de ônibus, semanalmente, conciliando os estudos com as atividades da coordenação do curso e com as atividades de ensino.

Dentre as disciplinas cursadas destaco “Urbanização e Produção da Cidade”, cujas atividades propostas permitiram a produção do artigo: “A nova territorialidade urbana: ensaiando a discussão”, publicado na **Revista Formação**, no ano de 1997. (MARTINELLI SILVA, 1997).

No ano de 1997, por meio do plano de capacitação docente da UFMS, pude contar, por 3 anos (1997, 1998 e 1999), com um afastamento integral de minhas atividades de ensino. Portanto, diferentemente do Mestrado, para o desenvolvimento das atividades no Curso de Doutorado, contei com um afastamento institucional de três anos. Retomei no ano 2000, com a tese ainda em andamento.

Conforme processo eleitoral realizado em 31 de agosto de 2000, assumi o cargo de diretora da AGB – Seção Dourados. Dentre outros, aqui destaco três pontos que avalio importantes e nos quais estive diretamente envolvida como diretora da seção local (gestão 2000-2002): **1)** O embate com a administração municipal de Dourados sobre a abertura de concurso público para o cargo de geógrafo e sua regulamentação no plano de cargos e salários da prefeitura. **2)** A indexação da **Revista de Geografia**, que foi fundamental para o seu processo de consolidação. Assim, em 2001, como resultado do esforço empreendido principalmente pela então diretora de publicação Márcia Yukari Mizusaki

(que manteve contato com o comitê consultor da GeoDados), o nº 13 da Revista recebeu o ISSN 1519-4817. 3) A aquisição de um computador de mesa. Em um contexto marcado por carências de várias ordens, pequenas conquistas eram comemoradas como sinais de grande feito. Foi o que vivenciamos quando, na gestão 2000-2002, conseguimos adquirir um computador novo com impressora, ajudando sobremaneira nos trabalhos da diretoria da AGB – Seção Dourados. Isso exigia também um local mais apropriado para o funcionamento da Seção que, naquele contexto, chegou a discutir a possibilidade de construção de uma sala, com recursos próprios.

Também destaco a participação, via AGB, nas discussões voltadas para a elaboração do Plano Diretor de Dourados, iniciadas em 2002; na Conferência das Cidades, dentre outros.

Também merece destaque o fato de que, já no final da década de 1990, juntamente com os colegas de curso, iniciávamos as discussões para a elaboração do projeto de um curso de pós-graduação *lato sensu*, que resultou no Curso de Especialização em Geografia área de concentração “Desenvolvimento regional”. O curso foi oferecido em duas etapas e, de 2000 a 2005, ministrei regularmente a disciplina “Produção do Espaço Urbano” – com carga horária de 45h – e orientei sete trabalhos de pesquisa, todos tomando como objeto de análise a realidade urbana de Dourados e/ou de outros centros da rede urbana da porção sul do estado, como: Fátima do Sul, Itaporã, Maracaju, Ponta Porã e Caarapó. Assim, por intermédio da orientação das pesquisas, ampliava minha escala analítica para a rede urbana regional.

Também vale mencionar que, no ano de 2003, coordenei o projeto de extensão “Análise da questão: metodológica, urbana e ambiental na ciência geográfica”.

No que diz respeito à tese, é importante salientar que, desde que passei a residir em Dourados, observava a sua realidade urbana. No to-

cante à questão da localização no interior da cidade, a presença de conjuntos habitacionais em uma das áreas mais “valorizadas” em termos imobiliários despertou-me para a necessidade de entendimento da lógica que move o processo de produção e apropriação desse espaço.

Por conseguinte, as transformações vividas pela região de Dourados, principalmente a partir da década de 1970, traziam e trazem novos problemas e uma nova realidade a ser investigada e aprofundada. Daí meu interesse em tentar compreender de que forma os rumos e as tendências da política urbana impetrada no nível federal, sobretudo a partir de meados da década de 1960, interferiram no papel desempenhado pelo poder público, no que concerne ao direcionamento da produção habitacional local, via Banco Nacional da Habitação - BNH, em um contexto marcado por mudanças nas relações de trabalho e de produção no campo.

A partir dessas preocupações, desenvolvi a tese de Doutorado (iniciada em 1996 e concluída no ano 2000, também junto ao Programa da UNESP – Câmpus de Presidente Prudente), intitulada “O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS.” (CALIXTO, 2000a). Para essa discussão, utilizei como autores principais de referência: Henri Lefebvre, Mark Gottdiener, Milton Santos, dentre outros.

Parti da análise do Estado que, de acordo com Lefebvre (1976, 1986), é um agente que não apenas intervém no espaço, mas também participa do processo de produção desse espaço, pois mediante práticas burocráticas e intelectuais cria um espaço de dominação político-econômica. Cada intervenção desse agente modifica as relações socioespaciais preexistentes, que ganham um novo significado, ou nova base de sustentação, diferente da do momento anterior e, muito possivelmente, de uma nova relação que poderá se estabelecer.

A cada ação/intervenção recriam-se relações, uma vez que as transformações não ocorrem apenas no nível econômico, mas também no âmbito político, cultural, social e espacial. Esse processo caracteriza-se por um rearranjo do espaço, dos padrões de ocupação, bem como por novas formas de ação/intervenção.

A escolha dessa temática como objeto de pesquisa e análise, além de meu singular interesse pela realidade urbana e, especificamente, pelas políticas públicas, prendeu-se também à oportunidade de oferecer uma contribuição ao avanço do conhecimento sobre a cidade, sobretudo se considerarmos que o processo de produção do espaço urbano pouco havia sido tomado como objeto de estudo.

Ou seja, vivíamos em um contexto no qual a cidade Dourados ainda não havia sido tomada como objeto de análise mais aprofundada, na perspectiva da pesquisa acadêmica. Desse modo, o estudo que desenvolvi representou a possibilidade de contribuir com o processo de construção do conhecimento e, sobretudo, com os estudos de uma cidade do interior do estado de Mato Grosso do Sul. As reflexões realizadas na tese resultaram no livro intitulado “Produção, apropriação e consumo do espaço urbano. Uma leitura geográfica da cidade de Dourados-MS”, publicado pela editora da UFMS, em 2004. (CALIXTO, 2004).

Afora o livro resultante da tese, outras reflexões foram apresentadas em eventos e também sistematizadas e publicadas em revistas científicas da área, capítulos de livro e/ou outros veículos de divulgação.

O desdobrar da caminhada

O desdobrar no ensino

“Todas as coisas de que falo estão na cidade.”

Ferreira Gullar

Inicialmente, reforço que as atividades aqui elencadas como **ensino**, muitas vezes, também cumpriram a função de **extensão**, ou mesmo, forneceram subsídios para a prática da **pesquisa**, haja vista haver clareza da indissociabilidade entre esses três pilares (ensino, pesquisa e extensão).

No curso de graduação, tanto na UFMS quanto na UFGD, além de orientar trabalhos de conclusão de curso (quando o aluno desenvolve uma monografia), monitoria de ensino e extensão, trabalho com a disciplina Geografia Urbana. Contudo, ao longo do tempo, também ministrei outras disciplinas, como: Geografia da população; Geografia regional; Planejamento aplicado à Geografia; Territórios, fronteira e globalização; Regionalização do Espaço Mundial; Trabalho de Conclusão de Curso (TO I, II e III); Produção da Cidade; e, mais recentemente, Urbanização e Cidades Médias.

Afora o trabalho desenvolvido no curso de graduação, sempre ministrei regularmente a disciplina “Urbanização e Produção do Espaço Urbano”, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, tanto da UFMS quanto da UFGD.

Aqui vale reforçar que a condição de docente de um programa de pós-graduação traz atribuições de várias naturezas, como por exemplo: orientação de pesquisas de Mestrado e Doutorado, participação em bancas de defesa e em bancas de qualificação, dentro e fora da instituição etc. Assim, destaco que durante essa trajetória, até março de 2017, pude concluir a orientação de 17 dissertações de Mestrado.¹³

¹³ Até março de 2020, foram 22 dissertações de mestrado orientadas e devidamente aprovadas.

Como o programa de Doutorado ao qual estou vinculada é relativamente recente (foi implantado em 2013), até 2017, conclui a orientação de uma tese de Doutorado, de Juliana Maria Vaz Pimentel, intitulado “A rede de rentabilidade sexual e seus desdobramentos socio-espaciais em Rosana-SP”.

Da mesma forma, também participei de bancas de qualificação e de defesa de Mestrado e Doutorado, tanto internas quanto externas à UFGD.

Nos últimos anos, a preocupação com a temática das cidades médias, sobretudo a partir da análise de Dourados, minha principal referência empírica de estudos, tem sido mantida e expressa por meio de debates, grupos de estudos, orientações de trabalhos de graduação, de Iniciação Científica, de Mestrado e de Doutorado.

Como desdobramento de minha participação na Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCiMe, e como uma forma de ampliar a discussão acerca da temática, propus, na grade curricular do curso de graduação, a disciplina eletiva “Urbanização e Cidades Médias”, que passou a ser por mim oferecida a partir do ano de 2016, com carga horária de 72h/a.

Ainda no que concerne às atividades de ensino, além das aulas teóricas, todos os anos desenvolvo atividade de campo. Tais atividades, ainda que nem sempre cadastradas no formato de projeto de ensino, fazem parte do plano de ensino das disciplinas Geografia Urbana, Produção da Cidade, Urbanização e Cidades Médias e são realizadas anualmente.

Esses trabalhos de campo visam a aprofundar aspectos da realidade urbana (problemática habitacional e produção imobiliária, áreas de ocupação, distribuição de equipamentos ou áreas de lazer, dentre outros), possibilitando um melhor entendimento acerca do processo de produção do espaço e, sobretudo, promovendo o estreitamento da relação teoria-prática.

Como forma de estreitamento da relação com a Coordenadoria do Curso de Graduação, de 2008 a 2014, fui membro da Comissão de Atividades Complementares do Curso de Geografia da UFGD e membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Geografia da UFGD, de 2011 a 2014 e de 2019-atual.

Em consonância com as atividades de ensino, tenho mantido regularmente a atividade de grupo de estudos, ligado ao Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários – LEUA e ao Grupo de Pesquisa TERRHA - Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social.

Desde meados do ano 2000, mensalmente, ocorre o colóquio “A cidade, o urbano e outros diálogos”, reunindo docentes, discentes de pós-graduação e da graduação (PET, IC e TCC), dentre outros. Ocasionalmente esses colóquios também contam com a participação de professores de outras instituições (como é o caso da UEMS) e professores da rede pública e privada de ensino de Dourados, configurando-se em uma oportunidade de troca de ideias, de experiências e o estreitamento das relações com alunos do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado).

Também destaco que em 2008 submeti uma proposta, tive um projeto aprovado junto ao SESU/MEC, e assumi a função de tutora do Programa de Educação Tutorial – PET do Curso de Geografia da UFGD, função que ocupei de janeiro de 2009 a julho de 2015, podendo implementar atividades acadêmicas que integraram pesquisa, ensino e extensão.

Por visar à integração e o estreitamento de relações, tanto no interior do Grupo como com o curso de graduação, com da comunidade acadêmica e com a sociedade, avalio essa experiência como uma das mais enriquecedoras de minha trajetória. A ação efetiva como tutora me possibilitou atuar em várias frentes e/ou aspectos. As ações propostas, por serem de caráter coletivo, fortalecem o espírito de equipe do grupo, es-

treitando, sobremaneira, a relação com o Curso de Graduação em Geografia, com alunos do programa de pós-graduação, bolsistas de Iniciação Científica etc.

Vale referenciar que devido às características dos acadêmicos do curso de graduação em Geografia da UFGD (em sua maioria, alunos trabalhadores e de curso noturno) as ações promovidas pelo grupo PET contribuíram, sobremaneira, para que os alunos pudessem cumprir, total ou parcialmente, a carga horária prevista em Atividades Complementares¹⁴ (atividades de ensino, pesquisa e extensão previstas no Projeto Pedagógico do Curso) no âmbito do curso e nas dependências da UFGD. Isso revela a importância do papel do tutor e do grupo na apreensão das necessidades da demanda.

Essa realidade possibilitou a abertura de uma perspectiva mais atual e dinâmica no grupo e, por consequência, em todo o curso de graduação.

O desdobrar na pesquisa

Desde a conclusão do Doutorado, além da publicação de artigos¹⁵, foram intensificadas as orientações de trabalhos, seja em nível de graduação e iniciação científica, seja em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*, assim como a coordenação e/ou colaboração em projetos de pesquisa.

Além dos projetos já cadastrados na Coordenadoria de Pesquisa da UFMS e que eu já vinha coordenando, em 2001, passei a compor a equipe de colaboradores/pesquisadores dos projetos, financiados pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnolo-

¹⁴ Destaco que fiz parte da comissão responsável pelas Atividades Complementares do Curso de Graduação em Geografia de 2007 a 2014.

¹⁵ Calixto (2000b); Calixto (2001 a, b, c), Calixto (2002); Calixto (2003) e Calixto (2005).

gia (FUNDECT): “Diagnóstico sócio-econômico dos municípios da Bacia do Médio Ivinhema-MS: subsídio para o desenvolvimento regional” (2001-2006) e “Produção do espaço geográfico nos municípios da Bacia do Médio Ivinhema” (2002-2005), coordenados por Lisandra Lamoso. Por meio desses projetos, pude ampliar o escopo de análise para os municípios da chamada Bacia do Médio Ivinhema, publiquei um capítulo de livro (CALIXTO, 2008) e orientei vários trabalhos de pesquisa, entre trabalho de conclusão de curso de graduação e iniciação científica.

Da mesma forma, de fevereiro de 2001 a julho de 2002, cadastrei na coordenadoria de Pesquisa da UFMS, o projeto denominado “Subsídio ao Plano de complementação Urbana da Cidade de Dourados (com vistas a implantação da Usina Termoelétrica/GN”, que, por sua vez, estava ligado aos projetos “Avaliação ambiental estratégica para o gás natural – AAE/GN” e “Centro de análise e monitoramento ambiental do gás natural - GASLAB”, que envolvia uma parceria entre os pesquisadores do Centro de Análises e Monitoramento Ambiental do Gás – GASLAB, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Dourados e a EMBRAPA/CPAO – Centro de Pesquisa Agropecuária do Oeste.

O referido projeto contava com uma equipe interdisciplinar e passei a contribuir com o grupo ligado aos estudos de apoio aos planos de desenvolvimento urbano, incluindo estudos sobre a proposição do Plano Diretor da Cidade de Dourados – PDD. Essa experiência foi bastante rica, sobretudo pela característica multidisciplinar da equipe e, a partir desse projeto, foi possível a orientação de pesquisa de Iniciação Científica e a publicação de um capítulo de livro. (SILVA, CALIXTO, GARDIN, 2006).

Ainda em 2002, já tendo orientado um bom número de pesquisas de conclusão de curso, uma pesquisa de IC e com a titulação de doutora, concorri ao primeiro edital visando à bolsa de Iniciação Científica, via

CNPq, e fui contemplada com duas bolsas. Essa experiência iniciou uma série de orientações que, no ano de 2017, chegou a 24 trabalhos de Iniciação Científica orientados e concluídos.¹⁶

Em 2002 cadastrei, na Coordenadoria de Pesquisa da UFMS, o projeto “As repercussões da política habitacional e o processo de redefinição do espaço urbano em Dourados-MS”, que também possibilitou a orientação de trabalhos de conclusão de curso.

Tendo em vista essa demanda, o desafio era reivindicar, junto à direção do Câmpus de Dourados, para que fosse disponibilizado um local onde os alunos, sobretudo de Iniciação Científica, pudessem desenvolver suas atividades de pesquisa. Isso porque, além das salas de aulas e da reduzida biblioteca central (que atendia a todos os cursos da Unidade I do Câmpus de Dourados da UFMS), os alunos não contavam com nenhum outro local adequado para estudar.

Como fruto dessa reivindicação, passei a contar com uma sala que atendia os alunos ligados ao grupo de estudo e bolsistas de Geografia Urbana e de Planejamento Regional, cujos professores da área também reivindicavam um local apropriado para estudos. Dessa forma, surgiu o embrião do atual Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários – LEUA.

Posteriormente, o LEUA passou a funcionar em um local improvisado, no qual dividíamos o espaço com uma espécie de “depósito” de uma antiga sala de cartografia (na parte dos fundos de onde funciona atualmente a secretaria acadêmica da UFGD). Devido às condições inadequadas do local, comprei material com meus próprios recursos e, os então orientandos, fizeram uma espécie de mutirão no final de semana

¹⁶ Atualmente, estão em andamento, dois projetos de Iniciação Científica.

para pintar a sala, colocar *insufilm* na porta de vidro etc., dando um aspecto mais adequado para um local de trabalho. Na ocasião, além de um computador usado, contávamos apenas com uma mesa e algumas cadeiras cedidas pela direção, mas, para o momento, representava um avanço.

Assim, em 2004, com o LEUA (laboratório que coordeno até hoje¹⁷), passei a contar com um local para as atividades de grupos de estudos, contribuindo com as pesquisas e as discussões sobre a temática urbana.

O envolvimento com a pesquisa, nas diferentes fases de minha formação, configurou-se como fundamental para definir minhas atividades de ensino no âmbito acadêmico. Além do trabalho desenvolvido, desde 1992, junto ao Curso de Graduação em Geografia, em 2002, ingressei, como docente/orientadora, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS.

Na ocasião, juntamente com dois docentes do Câmpus de Aquidauana e outro docente do Câmpus de Dourados, integrei a comissão para elaboração do primeiro projeto de Mestrado em Geografia do estado de Mato Grosso do Sul. Com a aprovação do projeto, no ano de 2002, na área de concentração “Produção do Espaço Regional”, além de atuar como docente, passei a integrar o colegiado provisório do Programa. Eram muitos os problemas, a começar pelo fato de as duas linhas de pesquisa do curso funcionarem, uma no Câmpus de Aquidauana (Planejamento e Gestão Ambiental) e outra no Câmpus de Dourados (Desenvolvimento Regional). Isso demandava inúmeras viagens que se iniciaram desde o momento das primeiras reuniões para a elaboração do projeto, que, geralmente, ocorriam na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, em Campo Grande.

¹⁷ Conforme Resolução nº 012/2004, de 18 de fevereiro de 2004, do Conselho de Departamento de Ciências Humanas – DCH/UFMS.

Mesmo que, atualmente, tudo pareça simples, grande foi o trabalho empreendido para a aprovação desse projeto que, ainda que não tenha conseguido se sustentar, sobretudo após a separação do Câmpus de Dourados da UFMS¹⁸, representou um esforço importante e precursor na implementação da pós-graduação em Geografia, *stricto sensu*, em Mato Grosso do Sul e de que me orgulho de ter feito parte e contribuído.

Junto a esse programa de pós-graduação da UFMS, inicie o meu trabalho, tendo concluído, até 2008, a orientação de cinco pesquisas de Mestrado.

Ainda no âmbito dos trabalhos desenvolvidos no referido programa, em co-autoria com outro membro do colegiado do curso organizei um livro que reuniu trabalhos de pesquisa de professores e alunos do programa de Mestrado, intitulado **“Geografia e produção do espaço regional: sociedade e ambiente”**, publicado pela editora da UFMS em 2003. (MORETTI; CALIXTO, 2003). O livro representou a primeira tentativa de sistematização das pesquisas realizadas junto ao Programa de Mestrado em Geografia, indicando um esforço conjunto no sentido da consolidação do Programa. No ano de 2004, também fiz parte da comissão para elaboração do DATACAPES 2003.

Além do curso de Graduação em Geografia da UFGD, atuo, desde sua implantação, do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado e, a partir de 2013, no Doutorado – Área de concentração: “Produção do espaço regional e fronteira”, mais particularmente na linha de pesquisa “Espaço e reprodução social: práticas e representações”. Essa experiência tem possibilitado não apenas orientar trabalhos de pesquisa e participar de bancas, mas também desenvolver outros projetos. Um deles foi a organização do livro, no ano de 2008, publicado pela editora da

¹⁸ O curso foi descredenciado pela CAPES, no ano de 2008.

UFGD, *O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade*. (CALIXTO, 2008), que resultou de reflexões realizadas em Dissertações de Mestrado, Monografias de Bacharelado e Pesquisas de Iniciação Científica, por mim orientadas.

Ainda no tocante aos projetos de pesquisa, entre 2006 e 2008, participei como pesquisadora da equipe do projeto, financiado pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do MS (FUNDECT), denominado “Transformações territoriais na fronteira internacional Brasil-Paraguai: o caso do município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul”. O projeto, vinculado ao Grupo de Pesquisa TERRHA (cadastrado no CNPq desde 2005, liderado pela professora Dra. Márcia Yukari Mizusaki e do qual sou vice-líder), envolveu um grupo de professores vinculados a diferentes áreas de conhecimento (Antropologia, Geografia, Geologia e Letras).

Como desdobramento das reflexões propiciadas pelo projeto acima mencionado, de 2006 a 2008, coordenei o projeto “Os guarani e sua relação com o território no município de Dourados-MS”, também financiado pela FUNDECT. Na perspectiva de realizar pesquisa interdisciplinar, o trabalho envolveu um grupo de professores vinculados à UFGD e à UEMS que atuavam nas seguintes áreas do conhecimento: Antropologia (ciência política/filosofia política), Geografia (geografia urbana, geografia agrária e geografia cultural) e Letras (lingüística e semiótica).

Tais projetos contribuíram para os estudos regionais e para fomentar pesquisas no interior do curso de graduação e pós-graduação.

A participação nesses projetos possibilitou a organização pela equipe de três seminários: I Seminário Regional sobre Território, Fronteira e Cultura (2007), II Seminário Regional sobre Território, Fronteira e Cultura (2009), além do seminário interno denominado I Seminário do Grupo de Pesquisa TERRHA - Território, fronteira e cultura no município de Dourados-MS: olhares, trajetórias e significados (2008).

Vele destacar que os dois primeiros seminários, realizados em parceria com o SIMTED – Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação em Dourados, chegaram a ter mais de 300 participantes inscritos. Foi significativa a participação dos professores da rede municipal de ensino. Os eventos contaram com mesas-redondas, sessões de apresentação de trabalhos, minicursos etc.

O projeto também possibilitou a publicação de um artigo (MORENO, CALIXTO, 2008) e dois capítulos de livro (CALIXTO, 2009 e CALIXTO, 2011b). Da mesma forma, possibilitou a apresentação de trabalhos e/ou comunicação coordenada em eventos, orientação de trabalhos de conclusão de curso e de pesquisas de Iniciação Científica.

Além desses projetos referenciados, também é importante destacar os projetos de pesquisa financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que tive a oportunidade de coordenar e/ou colaborar nos últimos anos.

Destaco que essa frente de trabalho foi implementada a partir do convite, em 2008, da Professora Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito para integrar a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias – ReCiMe,¹⁹ uma rede de pesquisa, cadastrada no CNPq, com a participação de diversos pesquisadores de universidades brasileiras, de universidades argentinas e chilenas.

A partir desse convite, a cidade de Dourados passou a ser objeto de pesquisa da Rede e passei a coordenar a equipe de pesquisa sobre

¹⁹ Para maiores informações sobre a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Medias (ReCiMe) ver, entre outras publicações: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (2010). Ver também o site: www.recime.org. A ReCiMe é ligada à Cátedra da UNESCO, sendo membro da Cátedra “Ciudades intermedias: urbanización y desarrollo”, sediada na Universitat de Lleida, com o apoio do Governo da Catalunha.

essa cidade. Nessa frente, e estruturados em torno da ReCiMe, foram apresentados, aprovados e desenvolvidos os projetos coletivos, sob minha coordenação: “A análise dos agentes econômicos e da reestruturação urbana e regional em Dourados, uma cidade média do estado de Mato Grosso do Sul” (financiado pelo CNPq - 2008 – 2010) e “Cidades médias: novos papéis, novas lógicas espaciais” (financiado pelo CNPq/CAPES – 2011-2016). Destaco esse projeto como um dos mais importantes. Por meio dele, e da inserção na ReCiMe, tive a oportunidade de coordenar um programa de cooperação institucional – Casadinho/PROCAD,²⁰ que formalizou uma rede cooperação acadêmica entre o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e os Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Estadual Paulista – Câmpus de Presidente Prudente (UNESP-PP), propiciando a troca de experiências entre pesquisadores dessas instituições no âmbito da discussão concernente às cidades médias e à produção do espaço regional.

Afora esses projetos, também participei da equipe do projeto “Cidade Médias Brasileiras: agentes econômicos e reestruturação urbana e regional” (financiado pelo CNPq – 2008-2011), coordenado por Doralice Satyro Maia (UFPB) e Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP).

A partir da temática desses projetos, pude orientar trabalhos de conclusão de curso de graduação, de Iniciação Científica e dissertações de Mestrado. Os projetos também possibilitaram ampliar a discussão por meio de resumos e de trabalhos completos apresentados e/ou publicados

²⁰ Insere-se na proposta MCTI/CNPq/MEC/Capes - Ação Transversal nº 06/2011 – Casadinho/PROCAD, projeto de cooperação institucional intitulado “Cidades médias: novos papéis, novas lógicas espaciais”. O programa, sob minha coordenação, teve como interlocutores a professora Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP/PP) e o professor Dr. William Ribeiro da Silva (UFRJ).

em anais de eventos nacionais e internacionais, além de artigos em revistas científicas e/ou capítulos de livro.²¹

Durante a vigência do projeto “Cidades Médias: novos papéis, novas lógicas espaciais”, foi possível organizar 4 workshops e eventos científicos. Aqui vale ressaltar a organização, pela equipe, do III CIM-DEPE - Simpósio Internacional sobre Cidades Médias, no ano de 2015, no Rio de Janeiro.²²

É possível dimensionar os resultados do projeto em várias frentes. Ele possibilitou, por exemplo: a realização de estágios de Pós-Doutoramento (conforme previsto, dois docentes da UFGD puderam realizar estágio de pós-doutoral na UNESP), a realização de doutorados sanduíche no País e missões discentes e docentes.

Nesse sentido, o projeto contribuiu com o Programa de Pós-Graduação da UFGD, por meio da ampliação da formação acadêmica dos pesquisadores envolvidos (docentes, pós-doutorandos, mestrandos, além de bolsistas de Iniciação Científica e graduandos) articulados aos grupos de pesquisa e à ReCiMe, oferecendo-lhes condições propícias ao amadurecimento e ao diálogo intelectual.

A formação de recursos humanos deu-se, sobretudo, por meio das missões de pesquisa e de docência, como a ocorrida junto ao Programa de Pós-Graduação da UFGD, que contou com a participação da professora

²¹ Calixto (2011a), Calixto, M. J. M. S.; Gomes, I. R. P. (2017), Gomes, I. R. P.; Calixto, M. J. M. S. (2015), Calixto, M. J. M. S.; Pimentel, J. M. V. (2015), Calixto, M. J. M. S.; Nascimento, F. F. (2015), Calixto, M. J. M. S.; Musculini, E. C. (2015), Calixto, M. J. M. S. Marin, J. P. M. (2016), Nogueira, C. da S.; Calixto, M. J. M. S. (2015).

²² CALIXTO, M. J. M. S.; SPOSITO, M. E. B.; SILVA, William Ribeiro da. **III CIMDEPE** - Simpósio Internacional sobre Cidades Médias. 2015. Disponível em: <http://www.cimdepe.com.br/o-evento/>

Dra. Maria Encarnação B. Sposito (em 2013), do professor Dr. Everaldo S. Melazzo (2015) e do professor Dr. Eliseu Savério Sposito (em 2015).

Ao longo da vigência do projeto, também foram realizadas, por parte de acadêmicos do Curso de Mestrado da UFGD, missões discentes na UNESP/PP.

Nesse sentido, o projeto contribuiu para ampliar a formação de doutores e mestres e proporcionou a realização de Pós-Doutorados, destacando-se o fato de que alunos egressos do projeto foram aprovados em concursos públicos na educação básica e também no magistério superior.

Reforço o desenvolvimento de pesquisas de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado, possibilitando publicações de livros e capítulos, artigos em periódicos nacionais e internacionais e em anais de eventos científicos, ampliando as discussões sobre a temática e, por consequência, a transferência de conhecimento. Esse processo também ocorreu por meio do estreitamento do diálogo entre os programas de pós-graduação (via missões docentes e discentes), fortalecendo os grupos de pesquisa nas instituições.

Avalio como muito importante destacar que o aporte financeiro²³ possibilitou, dentre outros, a aquisição de material bibliográfico relativo à temática urbana (ampliando em mais de 80 títulos o acervo do laboratório) e de equipamentos para a UFGD, todos devidamente patrimoniais e lotados no Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários – LEUA.

Aqui destaco que, em decorrência de minha participação no projeto, tive a oportunidade de organizar, juntamente com dois colegas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) ligados à ReCiMe (Hélio

²³ Além das bolsas de Pós-Doutoramento, de Doutorado sanduíche no País, taxa de bancada e as respectivas passagens, o projeto contou com valor global de R\$ 223.000,00.

Carlos Miranda de Oliveira e Beatriz Ribeiro Soares), o livro, ligado a um dos recortes analíticos, *Cidades Médias e Região* (OLIVEIRA, CALIXTO, SOARES, 2017). A proposta do livro visa a divulgar pesquisas realizadas por membros da ReCiMe que abordam a realidade de cidades médias de diferentes regiões do País, revelando a diversidade e a complexidade da urbanização brasileira e evidenciando a importância de estudos que, ampliando o escopo analítico e as dimensões de abordagem, possam apontar as particularidades desses centros urbanos.

No mesmo livro, além das notas introdutórias, contribuí com um capítulo, que parte da tentativa de reconstituição espaço-temporal da condição de centralidade de Dourados na rede urbana regional. (CALIXTO, 2017).

Em consonância com os trabalhos já apontados, o projeto “Cidades Médias: novos papéis, novas lógicas espaciais” também possibilitou a sistematização dos resultados em forma de publicação de artigos, de outros capítulos de livro, a orientação de trabalhos de Iniciação Científica, de trabalhos de conclusão de curso de graduação, de dissertações de Mestrado, além de orientação de tese de Doutorado e publicações em anais de eventos nacionais e internacionais.

Aqui vale destacar o capítulo de livro “Dourados-MS: uma cidade média entre os papéis regionais e a dinâmica da economia globalizada” (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016), haja vista se constituir no resultado da pesquisa científica realizada sobre a cidade de Dourados, buscando fazer uma caracterização geral, na perspectiva de sua condição de cidade média.

O desdobrar na extensão

No que diz respeito mais particularmente às atividades de extensão, além de outros projetos já mencionados (que tiveram início na dé-

cada de 1990, quando coordenei o primeiro projeto de extensão, ainda na UFMS - “Relatório de Impactos Ambientais”, 1992), reforço a realização de um projeto anual, que acabou sendo incorporado ao conjunto de ações do Grupo PETGeo, denominado “EXPOGEO – Exposição da Produção Científica e Artístico-Cultural do Curso de Geografia da UFGD”.

A proposta da EXPOGEO consiste em resgatar, por intermédio de uma exposição, os trabalhos acadêmico-científicos (livros, teses, dissertações, monografias, pesquisas de Iniciação Científica etc.) e artístico-culturais (artes plásticas, música, teatro, poesia etc.), realizados por professores e alunos do Curso de Geografia. A EXPOGEO, geralmente, tem início em maio (em comemoração ao dia do Geógrafo), com uma mesa redonda, e prossegue até o mês de novembro, por meio de apresentação mensal de uma atividade cultural durante os intervalos das aulas, denominada “Geo fazendo arte”.

Também destaco uma experiência anterior. Em 1999 fiz parte do Programa de Extensão “Universidade e Sociedade em Debate”, coordenado por Wilson Valentim Biasotto. Nesse programa contribuí ministrando a palestra “Vida na Cidade e Cidadania”, em 3 escolas públicas estaduais, no período de 23 a 30 de novembro daquele ano: Escolas Vilmar Vieira de Matos, Daniel Berg e João Paulo dos Reis Veloso.

Ainda no âmbito da extensão, destaco a participação no projeto “Geografia e Ensino: abordagem teórico-metodológica”, coordenado por Sedeval Nardoque, no ano de 2010. Nesse projeto, ministrei um curso de curta duração, com 8 h/a, no módulo “Produção da Cidade”, possibilitando o contato com professores da rede estadual e municipal de ensino e ampliando o debate sobre a realidade urbana de Dourados, o que foi bastante enriquecedor.

Também vale mencionar o projeto “Trajetórias da Cidade: participação no X Simpósio Nacional de Geografia Urbana – Florianópolis-

-SC” (2007), quando pude levar alguns alunos à cidade de Florianópolis, conciliando trabalhos de campo na área urbana com a participação no X Simpósio Nacional de Geografia Urbana.

No ano de 2016, fiz parte do programa de extensão (com financiamento do MEC a partir do Edital PROEXT-2015-2016) “Acompanhamento de crianças e adolescentes abrigados - desafios para conquista dos direitos humanos e inclusão social”, desenvolvido na Associação Douradense de Assistência Social Lar Ebenezer – Lar Hilda Maria Correa, coordenado por Verônica Aparecida Pereira, docente do Curso de Psicologia da UFGD.²⁴ As atividades decorrentes desse projeto foram sistematizadas em formato de artigo, ainda não publicado, intitulado “Quando outras linguagens entram em cena: desafios e aprendizados de uma (breve) experiência”.

Aqui também destaco que, durante os seis anos (2009-2015) que fui tutora do grupo PETGeo da UFGD, pude coordenar outras duas atividades de extensão/ensino e que avalio importantes para ampliar: a troca de experiência; a prática didático-pedagógica; o aprofundamento conceitual de temas pertinentes à Geografia, dentre outros. 1) “Colóquios - Ensino e Pesquisa em Geografia: Temas para o debate”. 2) “Cinema: linguagens e olhares geográficos”.

De modo geral, as atividades de extensão (ao possibilitar o contato com a comunidade externa) também têm contribuído de forma significativa para estreitar a relação entre universidade e sociedade. Além disso, possibilitam assegurar o princípio da indissociabilidade entre ensino,

²⁴ Outro aspecto a ser ressaltado é que nossa aproximação com essa realidade se deu a partir da relação que construímos com o Grupo de Apoio à Adoção de Dourados – (GAAD) Acolher, organização sem fins lucrativos, criado em 2011, e que atua como ambiente de apoio, sensibilização, reflexão e compartilhamento de situações e vivências sobre a adoção e seus desafios. Fiz parte da diretoria do referido grupo, no período de 2011 a 2016, assumindo as funções, respectivamente, de primeira secretária e vice-diretora. Para maiores informações: www.gaadacolher.blogspot.com.br E-mail: gaadacolher@gmail.com

pesquisa e extensão, por intermédio do estabelecimento de parcerias com a escola pública, estreitando a relação entre teoria e prática.

Por último, ainda que não seja necessariamente uma atividade de extensão, por se tratar de uma participação externa e que envolve o pensar a cidade no diálogo com representantes de outras entidades civis de Dourados, destaco duas experiências que avalio como importantes: **a)** a participação como membro do Conselho Municipal de Habitação Popular de Dourados-MS em 2008; e **b)** a participação como membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Dourados (CMDU), de 2004 a 2006, quando fui indicada como representante da UFMS – Câmpus de Dourados. Apesar de todo o embate, jogo de interesses e atrelamento político que foi possível vivenciar e perceber, foram experiências importantes de contato e de diálogo com representantes de entidades, conselhos etc. de Dourados.

O desdobrar na formação acadêmica

No período de agosto de 2010 a janeiro de 2011, tive a oportunidade de realizar um estágio de Pós-Doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ,²⁵ sob a supervisão do Professor Dr. Roberto Lobato Azevedo Corrêa.

A princípio, convém reforçar que a experiência no âmbito de uma renomada instituição brasileira, a UFRJ, é importante no processo de consolidação da carreira acadêmica de qualquer profissional. E, no caso, a supervisão do Professor Roberto Lobato, intelectual que desempenha importante papel na Geografia brasileira contemporânea, com reconhecidos

²⁵ Afastamento autorizado conforme Portaria nº 54, de 22 de junho de 2010, publicado em 24 de junho de 2010, da reitoria da Universidade Federal da Grande Dourados.

avanços no desenvolvimento de reflexões relacionadas à cidade e ao urbano, são fatores de extrema relevância e que, por si só, já justificariam o estágio.

Tal oportunidade colocou-se como fundamental para o aprofundamento da reflexão naquela etapa de minha trajetória acadêmico-profissional, contribuindo para o amadurecimento e o avanço das reflexões sobre o meu objeto de análise²⁶ e, consequentemente, para o programa de pós-graduação ao qual estou vinculada.

Também registro que o projeto de cooperação institucional, “Cidades médias: novos papéis, novas lógicas espaciais”, me possibilitou passar por mais uma experiência de estágio de Pós-Doutoramento. No período de 1 de agosto de 2015 a 31 de janeiro de 2016,²⁷ sob a supervisão da professora Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, iniciei o trabalho junto ao Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais – GAsPERR e aos pesquisadores da ReCiMe, na UNESP – Câmpus de Presidente Prudente.

Da mesma forma que o anterior, o estágio pós-doutoral vinculou-se ao plano plurianual de capacitação da Universidade Federal da Grande Dourados (Coordenadoria de Graduação em Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado e Doutorado).

A supervisão da Professora Maria Encarnação Beltrão Sposito (profissional com reconhecidos avanços nos estudos sobre as cidades médias) e o contato com os pesquisadores do GAsPERR/ReCiMe foi de grande importância, sobretudo por poder discutir direta e cotidianamente abordagens, direcionamentos e desdobramentos do projeto Casa-

²⁶ Um dos desdobramentos do trabalho desenvolvido com o professor Roberto Lobato está em: Calixto (2019).

²⁷ Afastamento autorizado conforme Portaria nº 685, de 20 de julho de 2015, da reitoria da Universidade Federal da Grande Dourados.

dinho/PROCAD²⁸. Além de entrar em contato com a rotina de trabalho e com a metodologia utilizada em outros projetos de pesquisa nos quais estão envolvidos os pesquisadores do GAsPERR/ReCiMe.

Vale reforçar que nessa etapa de minha trajetória acadêmico-profissional tal oportunidade colocou-se como fundamental para a troca de experiências e para o aprofundamento da reflexão, o que trouxe/traz contribuições para o Programa de Pós-Graduação ao qual estou vinculada na condição de professor-pesquisador-orientador.

Por último, neste item, destaco que em co-autoria com uma ex-orientanda de mestrado, Valéria Ferreira da Silva Florentino, também organizei o livro, publicado pela editora da UFGD no ano de 2016: *Produção do espaço urbano e regional: leituras de uma cidade média*. (CALIXTO, FLORENTINO, 2016). O livro reúne ideias construídas a partir de dissertações de Mestrado, Iniciação Científica e Monografias de Graduação, que tive oportunidade de orientar, e que foram desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Curso de Graduação em Geografia da UFGD.

²⁸ Não poderia falar desse projeto sem registrar a inestimável contribuição de Bruno Bomfim Moreno, Elaine Cristina Musculini (que nos deixou precocemente) e Heverton Schneider, que colaboraram na parte operacional: no acompanhamento, no controle dos gastos e no lançamento no sistema do CNPq, o que foi fundamental para a prestação de contas. Também, em nome de Valéria Ferreira da S. Florentino, registro a colaboração e parceria de todos os meus orientandos, que nunca mediram esforços para somar.

Outros meandros do caminho

*“Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar...”*

Antonio Machado

Além de todas as atividades até aqui apontadas, há várias outras que foram se colocando no decorrer do caminho. Dentre elas destaco:

1 - Funções administrativas e correlatas. No tocante às atividades administrativas, no decorrer de minha trajetória profissional, integrei conselhos, comissões e colegiados, tanto da graduação quanto da pós-graduação.

Anteriormente, como já referenciado, havia passado pela experiência de representação discente junto ao Departamento de Geografia Humana e Regional da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no período de 10 de setembro de 1990 a 9 de setembro de 1991. Da mesma forma, também assumi a representação discente junto ao Conselho de Curso de Pós-Graduação em Geografia no período de 30 de agosto de 1991 a 30 de agosto de 1992,²⁹ e o mandato de representação discente junto à Congregação da mesma instituição no período de 10 de setembro de 1991 a 9 de setembro de 1992.

Já na UFMS, além de ter participado do processo de Planejamento Estratégico (no período de abril a outubro do ano de 1993, com carga horária de 40 horas) assumi a coordenação do Curso de Graduação em Geografia do Centro Universitário de Dourados entre 1995 e 1996, con-

²⁹ Na época havia um revezamento entre titular e suplente, sendo que, em um mandato de dois anos, cada um assumia efetivamente por um ano. Portaria nº 311/91, de 5 de novembro de 1991.

forme Portaria nº 169, de 24 de fevereiro de 1995. Essa experiência foi fundamental para me aproximar dos alunos e de uma rotina cotidiana do curso.

Conforme eleição realizada em 17 de abril de 2001, também assumi a chefia de departamento do então Departamento de Ciências Humanas – DCH – UFMS, Câmpus de Dourados, em 23 de abril de 2001, logo após a defesa da tese, assumindo também, por conta da função de chefe de departamento, a função de membro do Conselho de Centro da mesma instituição. Foram experiências de grande aprendizado em gestão acadêmica/administrativa.

Fora a experiência de coordenadora de curso e de chefe de departamento, também participei da constituição do primeiro colegiado de curso do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado – da UFMS a partir de sua implantação.

Já em 2006, com o projeto de implantação da UFGD, fui eleita pelo voto direto dos pares e, juntamente com outros 14 docentes, compus a Comissão Estatuinte (instituída por meio da Resolução nº 11, de 21 de fevereiro de 2006, pelo Conselho da Universidade Federal da Grande Dourados).

Com a implantação da UFGD e a constituição do Conselho Diretor das Faculdades, entre 2006 e 2007, fui membro representante do Curso de Geografia do Conselho Diretor da Faculdade de Ciências Humanas – FCH. Também, durante seis anos, fiz parte da Comissão de Avaliação Docente – CAD - da Faculdade de Ciências Humanas. Assumi como membro em 2007, fui reconduzida em 2009 e, de 2011 a 2013, assumi a presidência da referida comissão.

Destaco também que, em 2010, assumi a função de 2ª Vice-Presidente do ANDES-SN – Regional Pantanal – biênio 2010-2012. Essa

experiência foi bastante enriquecedora no sentido de possibilitar o entendimento de questões de ordem mais ampla que envolvem a carreira docente e sua reorganização.

Aqui também destaco a participação (de 2009 a 2015; 2018 – atual), no CLAAPET – Comitê Local de Acompanhamento dos Grupos PET da UFGD.

2 – Grupos de trabalho (GT), Coordenação e/ou colaboração

Além da participação em diversos eventos nacionais e internacionais, ao longo dessa trajetória, pude participar da organização de alguns eventos, sejam ligados ao ensino, à pesquisa, ou a extensão. Haja vista a importância para a área em que atuo e por estarem diretamente ligados ao trabalho que venho desenvolvendo no âmbito da ReCiMe, destaco dois eventos: 1) “XI Workshop da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias” (2013), ocorrido na UFGD, organizado pela equipe da ReCiMe-Dourados e ligado às atividades do CASADINHO/PROCAD. 2) “III CIMDEPE - Simpósio Internacional sobre Cidades Médias” (2015), ocorrido na UFRJ, organizado juntamente com a equipe da ReCiMe e também ligado às atividades do CASADINHO/PROCAD. Nesse evento também coordenei, juntamente com os professores Dr. Everaldo Santos Melazzo (UNESP) e Dr. Renato Pequeno (UFCE), o Grupo de Trabalho (GT) “Desigualdades socioespaciais. Produção de moradia, dinâmica imobiliária e segregação residencial”. Também destaco a coordenação, desde 2017, juntamente com Maria Encarnação Sposito, William Ribeiro da Silva e Vitor K. Miyasaki do Grupo de Trabalho (GT), ligado ao Encontro Nacional da ANPEGE, “Cidades Médias: articulações interestaduais e novos papéis regionais”.

3 – Outras atividades relevantes. Da mesma forma, ao longo da caminhada, também foi possível participar de: a) Bancas de concurso público, processo seletivo, comissão de seleção/avaliação e outros. b) Palestras, mesas-redondas, coordenação de grupos de trabalho e outros.

c) Atividades de avaliação, parecer, membro de conselho, comissões e/ou outros trabalhos técnicos. d) Conselho ou corpo editorial de revistas, conselho e/ou comissão científica de eventos e outros. e) Produção de Textos em jornais de notícias/revistas. Sobre tudo na década de 1990/2000 publiquei alguns textos em jornais de notícias, boletins informativos etc.

Para falar da continuidade da caminhada³⁰

*“Se um dia me arriscar num outro lugar,
hei de levar comigo a estrada que não
me deixa sair de mim ...”*

Mia Couto

Na continuidade desta caminhada, destaco um projeto que, ainda que esteja dependendo de financiamento, de uma forma ou de outra já começa a ser desenvolvido, pois já tem sido debatido pelos seus membros em diferentes oportunidades.³¹ Trata-se da proposta “Novo Brasil Urbano: transformações, contradições e diversidade”, também chamado de “BrasilUrb”, coordenado por Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP/PP) e Doralice Sátyro Maia (UFPB).³²

³⁰ Aqui fiz opção por manter o que havia sido relatado até o mês de março de 2017. Portanto, registro, em nota de rodapé, possíveis mudanças ocorridas e/ou novos projetos.

³¹ Esse foi o caso do debate ocorrido no Rio de Janeiro por ocasião do XIII workshop da ReCiMe (29 e 30 de junho e 1 de julho de 2016), quando o projeto foi apresentado e debatido por interlocutores externos, a saber: Marcelo Lopes de Souza (UFRJ) e Roberto Lobato Correa (UFRJ).

³² Ainda que a referida proposta tenha sido aprovada por mérito, o recurso não foi liberado, inviabilizando o trabalho e, por decorrência, a continuidade do projeto.

Ainda no que concerne a continuidade no âmbito da pesquisa, menciono o projeto (submetido ao edital nº 50-2016 - Projetos de Pesquisa sem Fomento), “Convergências e contradições no território do bolsão: as ações do Estado e do Capital no Setor Celulósico e os Processos de Resistência”, coordenado por Rosemeire Aparecida de Almeida (UFMS – Campus de Três Lagoas) e do qual faço parte da equipe de pesquisadores.³³ Também menciono outra iniciativa que começou a ser gestada e que visa a contribuir com os estudos urbano-regionais: iniciei os trabalhos de organização do livro, até então intitulado “**O urbano em Mato Grosso do Sul: abordagens e leituras**”. A proposta pauta-se na possibilidade de reunir contribuições científicas de pesquisadores ligados aos cursos de Geografia e aos programas de pós-graduação em Geografia do estado de Mato Grosso do Sul, que se dedicam aos estudos urbanos.³⁴

Ainda como continuidade da caminhada não poderia deixar de mencionar as orientações em andamento que, muitas vezes, desafiam a nossa condição de professor-pesquisador-orientador, apontando para novas perspectivas de pesquisa e de análise e funcionando como estímulo para o enfrentamento de outros desafios.

³³ Ainda no que diz respeito a projeto de pesquisa, cadastrei, junto a Coordenadoria de Pesquisa da UFGD, e venho desenvolvendo o projeto “Mercado imobiliário e produção da habitação em cidades médias”. Também tive aprovado pela Chamada Universal MCTIC/CNPq n.º 28/2018 o projeto: “O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras”. Além desses, atualmente, participo da equipe dos seguintes projetos: 1) “URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA: Reestruturação e desigualdades socioespaciais”, financiado pelo CNPq/ Fundação do Estado da Paraíba e coordenado pela profa. Dra. Doralice S Maia (UFPB). 2) FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos (FRAGURB), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – processo 2018/07701-8, e coordenado pela profa. Dra. Maria Encarnação B. Sposito (UNESP).

³⁴ Destaco que a proposta foi submetida ao edital 04/2018/EDUFGD e foi aprovada. O livro, com 13 capítulos, foi publicado em julho de 2020. Ver: CALIXTO, M. J. M. S; MORENO, B.B., BERNARDELLI, M. L. F. da H. **O urbano em Mato Grosso do Sul: abordagens e leituras**. Dourados-MS: Ed. UFGD. 2020.

Apontamentos finais sobre uma caminhada

*“De tudo ficaram três coisas...
A certeza de que estamos começando...
A certeza de que é preciso continuar.
A certeza de que podemos ser interrompidos
antes de terminar...
Façamos da interrupção um caminho novo.”*

Fernando Sabino

Ao tentar fazer os apontamentos finais sobre o meu caminhar, reforço que, neste texto, procurei registrar as experiências e as vivências que marcaram e demarcam minha trajetória e que trouxeram, pelo menos para mim, elementos que dão sentido à minha formação. Não sei se o percurso é sólido o suficiente, mas prefiro compartilhar do escrito de Ricardo Reis, um dos heterônimos de Fernando Pessoa: “Para ser grande, sê inteiro: nada teu exagera ou exclui”.³⁵

Assim, nada exagerei ou exclui, apenas registrei uma trajetória que, ainda que possa ser considerada pouco expressiva, foi o que foi possível viver sem nunca me furtar de responsabilidades, de compromissos e de atribuições. Foi o que pude e acreditei ser importante trilhar, sem abrir mão de princípios, procurando, no cotidiano do viver e do fazer acadêmico, dar respostas comprometidas com a minha/nossa história e com a minha/nossa geografia.

Alguém já dizia que uns são oceanos... Uns rios... Outros riachos... Talvez tenha sido riacho, mas, ainda que riacho, não é possível negar o seu significado, mesmo que seja apenas para o conjunto do seu entorno.

³⁵ Versos do poema “Põe quanto és no mínimo que fazes”, de Ricardo Reis.

O que vivenciei até aqui revela que, no processo de acúmulo de experiências, viveres e fazeres que possibilitaram avanços coletivos, tive de abrir frentes de trabalho e trilhar um caminho nem sempre tranquilo para alcançar a titulação, tentar consolidar projetos e amadurecer o processo de orientação e/ou outras atribuições acadêmicas.

Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e, posteriormente, na Universidade Federal da Grande Dourados, somam-se, no ano de 2020, vinte e oito anos de atuação como professora-pesquisadora-orientadora, desenvolvendo atividades em diferentes frentes – ensino, pesquisa, extensão, orientação e gestão acadêmica.

Dentre outros, nesta caminhada, tive parcela de contribuição no “nascimento” da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Dourados – e da Revista de Geografia. Contribuí, por meio de projetos, com a implantação e consolidação dos laboratórios que hoje o curso de Geografia da UFGD tem.³⁶ Contribuí para a gestação e o “nascimento” do primeiro curso de mestrado em Geografia no estado de Mato Grosso do Sul. Contribuí para a implantação dos Programas de Mestrado e Doutorado da UFGD.

Vi muitos chegarem, ficarem e outros partirem. O curso de Geografia, com seu reduzido quadro de professores, atuando apenas na graduação, hoje conta com um quadro qualificado e já possui um Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado. Ou seja, pude acompanhar, vivenciar e contribuir nesse processo de construção, nem sempre tranquilo e fácil, mas que revela que caminhando também se faz/refaz o caminho.

Dentre minhas principais atividades, certamente, se destaca a que se volta para a formação, em nível de graduação, de professores e bacha-

³⁶ Com o aporte financeiro de projetos de pesquisa financiados, o LEUA, por exemplo, além de vários equipamentos, hoje possui um acervo com mais de 200 livros, sobretudo ligados à área de Geografia Urbana.

réis em Geografia. Desde então, até o ano de 2020, fora as orientações em andamento, concluí a orientação de uma tese de doutorado, de 22 dissertações de Mestrado, de 7 monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização, de 47 trabalhos de conclusão de curso de graduação e de 24 trabalhos de Iniciação Científica, perfazendo um total de 100 trabalhos de pesquisa, em diferentes níveis, orientados e devidamente aprovados. Além de 10 orientações de outra natureza, incluindo monitorias de ensino e de extensão.

Assim fez-se e faz-se uma caminhada (construída, desde a sua fase inicial, em escola pública) que, mesmo rica em aprendizado, parece-me ainda muito curta. Como já apontado, passei por todos os níveis da carreira acadêmica: **Auxiliar de Ensino**, nível I, pois, no momento em que assumi o concurso, era apenas mestranda; após a defesa da dissertação (1994), assumi a condição de **Assistente**. De assistente, e com a defesa da tese (2000), passei por todos os níveis de **Adjunto** e, posteriormente, por todos os níveis de **Associada**.

Neste estradar, com alguns “companheiros de caminhada” (para recuperar uma expressão de Sartre), percebi objetivos comuns, afinidades, reciprocidade, confiança, amizade; com outros, divergências de ideias, de princípios e mesmo de valores, mas, sem dúvida, amadureci (como acadêmica-profissional-mulher-mãe) e, neste processo, também repensei minha prática, minhas ações, minha história e minha própria geografia.

Muitas vezes foi necessário juntar fôlego, forças, esperanças e utopias para seguir este caminho e perceber que há, sempre, muito mais para ver, questionar e descobrir por meio, por exemplo, da Iniciação Científica, do trabalho de conclusão de curso, das dissertações, das teses e demais atividades e descortinamentos que a vida acadêmica proporciona. Afinal, como dizia Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*: “[...] a vida é assim: esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.” (1967, p. 219).

Tive dúvidas, inseguranças, decepções, mas também tive muitas satisfações e bons encontros pelo caminho. E, como expressão de satisfação e de bons encontros, sou muito grata aos que contribuíram com o meu caminhar pessoal-acadêmico-profissional, me mostrando que vale a pena continuar. Desde dona Dirce Fernandes Ribeiro, que teve papel fundamental nos meus primeiros anos de vida escolar; passando por minha orientadora (em todas as acepções dessa palavra), Maria Encarnação Beltrão Sposito; por Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli; Márcia Yukari Mizusaki, Cleonice Gardin e Rosana Cristina Zanelatto (companheiras de projetos em diferentes frentes e momentos da caminhada); até chegar aos colegas de trabalho e, sobretudo, aos meus alunos e aos meus orientandos.

Me vem à lembrança as pessoas do saudoso Mário Geraldini (então vice-diretor do Centro Universitário de Dourados) e Cláudio Freire de Souza (meu primeiro chefe imediato), que me receberam com tanto entusiasmo, respeito e carinho. Jamais me esquecerei de pessoas presentes em diferentes momentos de minha trajetória, como Odirce Maria Teixeira da Rocha, presente ontem, hoje e sempre, de Wilson Valetim Biasotto que, com seu entusiasmo pela vida e pelo fazer acadêmico, impulsionava a caminhada, e de Alexandre Pitanguí Calixto, que percorreu comigo, grande parte do caminho.

Ainda como parte desses momentos de satisfação e de bons encontros, não poderia deixar de mencionar meus alunos/orientandos, com os quais construí, ao longo desses 28 anos, uma relação de aprender ensinando. Os quais me fizeram entender que “... aprender a viver é que é o viver mesmo...”. Os quais me fizeram entender que, mais do que ensinar, se aprende, seja por meio de um trabalho de pesquisa, de uma atividade de extensão, ou mesmo no dia-a-dia da sala de aula, onde muito é visto, percebido e vivido.

Meus alunos/orientandos me mostraram/mostram a cada dia que, apesar de práticas e posturas que nos decepcionam no meio acadêmico, ainda vale a pena criar espaço-tempo para momentos de partilhamento, de diálogo e, por que não, de alegria, pois, de diferentes maneiras, eles têm expressado o reconhecimento pelo meu trabalho³⁷ E, é também para sentir essa satisfação e esse pulsar, que vale a pena continuar acreditando na caminhada.

Não poderia falar em pulsar, sem mencionar o meu filho, João Antônio, que com seu sorriso iluminado e olhar curioso, dá todo o sentido à minha caminhada: “Meu filho, João, como tu, ninguém me ensina. És a mais perfeita rima, prá tudo que é coração.”³⁸

Em tempos de recrudescimento de políticas neoliberais, de tentativa de desmonte de direitos historicamente conquistados, diante de uma ultrajante reforma da previdência, em tempos em que “a convicção está valendo mais que as provas”, reluto para que não me falte entusiasmo e utopia para continuar acreditando e para que possa seguir caminhando motivada.

Mia Couto, no seu livro *Terra sonâmbula*, escreve que é o sonho que faz andar a estrada: “Enquanto a gente sonhar, a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro.” (2007, p. 5) É, dentre outros, por isso que, certamente, continuo a caminhar.

³⁷ Aqui registro as homenagens recebidas durante os anos de atuação como docente do curso de graduação e que também revelam uma forma de reconhecimento de meu trabalho. Fui nome de turma, paraninfa e/ou patronesse das turmas de formandos de 2003, 2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.

³⁸ “Menino João”, de Sergio Sampaio.

Aqui penso ser importante registrar que, a cada ano que passa, mais se colocam as urgências e as demandas do trabalho acadêmico em frentes que vão além da sala de aula. Na correria do ir e vir, parar e escrever este texto, não apenas revela/traduz o que outros momentos não alcançam, mas funciona como uma espécie convite a dar uma trégua no meio do caminho, refletir, avaliar, fazer a autocrítica e também se alegrar com os desdobramentos da caminhada.

E, nesse sentido, menciono que muito me orgulha, sobretudo no mês da mulher (março de 2017), quando redigi o texto do memorial, ser a primeira mulher do Curso de Geografia e da Faculdade de Ciências Humanas da UFGD a chegar a esse ponto do caminho.

Referências

AGB – Seção Dourados: memória e história de um processo de construção coletiva. In: **Revista Terra Livre**. Ano 20, v.1, nº 22. São Paulo: AGB, jan./jul. 2004, p.85-92.

CALIXTO, M. J. M. S. A centralidade regional de uma cidade média no Estado de Mato Grosso do Sul: uma leitura da relação entre diversidade e complementaridade. In: OLIVEIRA, Hélio Carlos M; CALIXTO, Maria José Martinelli S.; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.) **Cidades Médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 57-100.

CALIXTO, M. J. M. S. A nova territorialidade urbana: ensaiando a discussão. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, p. 31-36, 1997.

CALIXTO, M. J. M. S. A política habitacional em Dourados: entre a realidade e o discurso. **Revista de Geografia** (Campo Grande), Campo Grande-MS jan./jun., n.11, p. 47-52, 2000b.

CALIXTO, M. J. M. S. As articulações político-ideológicas do poder público no processo de (re)definição da diferenciação socioespacial. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n.78, p. 77-96, 2001a.

CALIXTO, M. J. M. S. As repercussões da política habitacional e o processo de (re)definição socioespacial na cidade de Dourados-MS. **Revista de Geografia** (Campo Grande), Campo Grande, v. 1, n.15, p. 19-24, 2002.

CALIXTO, M. J. M. S. Das formas criadas às formas criadoras: uma análise do processo de produção do espaço urbano em Dourados *In: História, região e identidades*. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. p. 291-312.

CALIXTO, M. J. M. S. Ensaando a reflexão sobre a produção habitacional nos municípios da Bacia do Médio Ivinhema-MS *In: LAMOSO, L. P. (Org.) Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: UFGD, 2008. p. 135-162.

CALIXTO, M. J. M. S. O edifício moderno e as mudanças na sociedade: o novo conceito de morar. **Revista Arandu**, Dourados, v.1, n. 15, p. 37-39, 2001b.

CALIXTO, M. J. M. S. **O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes** para a análise dos entremeios da cidade. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

CALIXTO, M. J. M. S. O Estado e a política habitacional no Brasil - 1930 a1986: resgatando a temática. **Revista Arandu**, Dourados, v.1, n. 11, p. 25-27, 2000.

CALIXTO, Maria J. M. S. **O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS**. 2000a. 295f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CALIXTO, M. J. M. S. O papel exercido pelo poder público no processo de produção seletiva de um novo padrão ocupacional. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s..n.], 2003. p. 139-155.

CALIXTO, M. J. M. S. O processo de consolidação da centralidade regional de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 582-601, dez. 2019, ISSN 2179-0892.

CALIXTO, M. J. M. S. O processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano: uma (breve) reflexão sobre o papel do centro. **Ciência Geográfica**, Bauru-SP, v. II, n.19, p. 49-53, 2001c.

CALIXTO, M. J. M. S. Os meandros do setor imobiliário e o processo de (re) definição do espaço urbano na cidade de Dourados-MS. **Ciência Geográfica**, Bauru-SP, v III, n.23, p. 42-46, 2005.

CALIXTO, M. J. M. S. Os papéis regionais de Dourados-MS-Brasil e a dinâmica socioespacial urbana. **Revista Geografica de America Central** (Online), v. 2, p. 1-13, 2011a.

CALIXTO, M. J. M. S. **Produção, apropriação e consumo do espaço urbano**: uma leitura geográfica da cidade de Dourados-MS. Campo Grande: Editora UFMS, 2004.

CALIXTO, M. J. M. S. Quando as fronteiras impulsionam a busca de saídas. A ocupação de áreas urbanas como forma de (re)existência. In: SILVA, E. A; ALMEIDA, R. A. de. (Org.). **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011b, p. 169-182.

CALIXTO, M. J. M. S. Repensando o Processo de Produção e Apropriação do Espaço Urbano: algumas (breves) reflexões sobre a questão habitacional. In: OLIVEIRA NETO, A. F. de; BATISTA, L. C. (Org.). **Espaço e Natureza**. A produção do espaço sul-mato-grossense. Campo Grande: UFMS, 2009. p. 219-232.

CALIXTO, M. J. M. S., BERNARDELLI, M. L. F. da H. Dourados-MS: uma cidade média entre os papéis regionais e a dinâmica da economia globalizada. In: SPÓSITO, M. E. B; MAIA, D. S. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Dourados e Chapecó. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, v. 1, p. 29-170.

CALIXTO, M. J. M. S.; GOMES, I. R. P. Uma leitura das relações socioespaciais a partir da região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul In: **Mato Grosso do Sul**: as múltiplas escalas do desenvolvimento. 1 ed. Campo Grande: Life Editora, 2017, v.1, p. 97-116.

CALIXTO, M. J. M. S. MARIN, J. P. M. A favela do Jardim Clímax em Dourados-MS: olhares e leituras sobre os desdobramentos socioespaciais da apropriação do espaço urbano. In: CALIXTO, M J M S.; FLORENTINO, V F da S. (Org.). **Produção do espaço urbano e regional**: leituras de uma cidade média. 1ed. Dourados: UFGD, 2016, v. 1, p. 129-152.

CALIXTO, M. J. M. S.; MUSCULINI, E. C. O uso da rua na área central de Dourados-MS: uma análise das transformações e permanências. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 12, p. 94-124, 2015.

CALIXTO, M. J. M. S.; NASCIMENTO, F. F. A relação/articulação entre uma cidade média e uma cidade de pequeno porte. Uma análise do serviço de saúde (hospitais) na rede urbana de Dourados-MS. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, p. 43-61, 2015.

CALIXTO, M. J. M. S.; OLIVEIRA, H. C. M; SOARES, B. R. Cidade Média e região: notas introdutórias. In: OLIVEIRA, H. C. M.; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Orgs.) **Cidades Médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 11-18.

CALIXTO, M. J. M. S.; PIMENTEL, J. M. V. Turismo sexual e sua relação com a dinâmica na economia urbana em Rosana-SP. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and humanities research medium**, Ituiutaba, v. 6, n. 2, p. 121-136, jul./dez. 2015.

COUTO, M. **Terra sonâmbula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GOMES, I. R. P.; CALIXTO, M. J. M. S. Notas sobre o quadro urbano no estado de Mato Grosso do Sul. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, v. 1, n.22, p. 156-177, 1 nov. 2015.

GOTTIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 127.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, H. **De l'État**. Paris: Union Générale d'éditions, 1976.

LEFEBVRE, H. **Espacio Y politica**. Barcelona: Península, 1976.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986.

LEMSKI, P. **Toda poesia**. Paulo Leminski. São Paulo: Companhia da Letras, 2013. p. 32.

MARTINELLI SILVA, M. J. A destruição de velhas formas/velhos usos e a produção de novas formas/novos usos: algumas considerações acerca da implantação do projeto Parque do Povo em Presidente Prudente-SP. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 107-115, 1995a.

MARTINELLI SILVA, M.J. A dinâmica de (re)estruturação das áreas adjacentes ao Projeto Parque do Povo em Presidente Prudente-SP e a política econômica: algumas considerações. **Revista de Geografia**, Campo Grande-MS, v. 1. n.1, p. 38-45, 1995b.

MARTINELLI SILVA, M. J. **O Parque do Povo em Presidente Prudente-SP**. A lógica da intervenção do poder público local no processo de (re)estruturação do espaço urbano. 1994. 152f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MARTINELLI SILVA, M. J., HORA, M. L. F. da. A (re)estruturação da cidade. O papel exercido pelo poder público no processo de valorização de áreas urbanas - o Parque do Povo em Presidente Prudente-SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.14, p. 83-92, 1992.

MARTINELLI SILVA, M. J. HORA, M. L. F. da. **Produção x apropriação do espaço urbano**. O papel exercido pelo poder público no processo de 'valorização' de áreas urbanas. O exemplo do Jardim Caiçara e da Vila Mathilde Vieira em Presidente Prudente – SP. 1991. 83f. Monografia (Graduação em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MORENO, B. B.; CALIXTO, M. J. M. S. A fronteira entre as antigas e as novas relações: uma reflexão sobre as novas formas de uso do espaço na reserva indígena de Dourados-MS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 1, n. 7, p. 26-49, 2008.

MORETTI, E. C.; CALIXTO, M. J. M. S. (Orgs.). **Geografia e produção do espaço regional**: sociedade e ambiente. Campo Grande: UFMS, 2003.

NOGUEIRA, C. C. da S.; CALIXTO, M. J. M. S. A reprodução do espaço urbano em Itaporã: uma análise a partir das relações/articulações com Dourados-MS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n.22, p. 58-89, 1 nov. 2015.

OLIVEIRA, H. C. M.; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. **Cidades Médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, M. C. T.; CALIXTO, M. J. M. S.; GARDIN, C. Metodologia de localização de UTE/GN, logística regional e estudos urbanos. *In*: COMAR, V; TURDERA, E. M.; V.; COSTA, F. E. dos S. (Orgs.). **Avaliação ambiental estratégica para o gás natural AAE/GN**. Rio de Janeiro: Editora Interciência/UEMS, 2006. p. 203-225.

SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. Uma rede de pesquisadores, sua pesquisa e o caminho partilhado. *In*: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Orgs.) **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**. Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 7-27.

MEMORIAS DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL. OS OLHARES, OS CONFLITOS E OS DESAFIOS DA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA E A GEOGRAFIA

Edvaldo Cesar Moretti

Para Silvana, Guilherme e Leandro, presentes
em todos os momentos da trajetória.

Introdução

Esse texto foi pensado e escrito em 2017, e defendido em outubro do mesmo ano, para atender as exigências para promoção à classe de Professor Titular na UFGD. Realizei relato de minhas atividades desde minha formação como geógrafo até minhas atividades profissionais de ensino, pesquisa, extensão, participação na administração universitária e em associações ligadas à minha atividade de geógrafo, o texto original, apresentado para banca constituída para a seleção, possui algumas páginas e assuntos específicos que foram suprimidos para esta publicação.

O Memorial está dividido em duas partes, na primeira apresento aspectos relacionados a minha formação acadêmica com destaque para o curso de graduação e primeiras atividades profissionais. Na segunda parte relato minhas atividades como formado em Geografia, essa parte é subdividida em duas fases, a primeira como graduado e mestre e a segunda já como doutor e atuando no Departamento de Ciências Humanas do Centro Universitário de Dourados/UFMS e posteriormente na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, na cidade de Dourados.

O relato procura destacar momentos e atividades importantes na trajetória acadêmica profissional, nem todas as atividades estão detalhadas no texto, a escolha do que destaco no texto é um exercício de selecionar memórias, portanto, o texto é uma leitura pessoal neste momento de minha trajetória.

Destaco ainda que ao realizar o Memorial procurei de forma sucinta associar as atividades desenvolvidas com as minhas definições teórico metodológicas na produção da ciência que estão claras na dissertação de mestrado, na tese de doutorado e nos textos publicados durante este período relatado no Memorial.

Curso de graduação, primeiras atuações profissionais e militância social – 1981 a 1989

Inicialmente penso ser relevante destacar que minha formação escolar inicial ocorre no período ditatorial vivenciado pelo Brasil, período trágico da história brasileira, marcado por mudanças significativas no ensino e nas relações sociais. A princípio, na escola, o debate sobre a situação política não compareceu, era como se nada estivesse acontecendo, vivia em um mundo a parte, o espaço da escola, marcado profundamente pela ditadura militar, na aparência estava distante do que ocorria. Compreendo hoje que os debates e embates ocorriam na escola e fora dela, mas não chegava a parcela significativa dos estudantes. Essa situação, de ausência do debate acompanhada do desconhecimento, muda nos dois últimos anos do segundo grau, 1979 e 1980, com debates e conflitos presentes no interior da escola EEPSPG “Casper Libero” em Bragança Paulista, tanto nas aulas quanto nos corredores. Nesta escola cursei o chamado setor terciário, com carga horária maior em disciplinas voltadas para as ciências humanas, foi o momento de cursar disciplinas, com destaque para geografia, história, sociologia, com professores que provocaram e incitaram ao conhecimento do momento político, e social. Foi o período

de convivência com colegas que participavam de alguma forma de debates sobre a luta contra a ditadura.

Prestei vestibular para o curso de Geografia na UNESP/Rio Claro no ano de 1980, no último ano do segundo grau, quando residia em Bragança Paulista. Fui aprovado e, em 1981, iniciei o curso de graduação em Geografia Bacharelado, na Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” em Rio Claro.

A escolha do curso de Geografia ocorreu por fatores diversos, mas complementares. Durante os dois últimos anos do segundo grau, em Bragança Paulista, tive a oportunidade de ter aula com um professor de Geografia que sofreu penalizações impostas pelo governo ditatorial militar que comandava o Brasil naquele período. Este docente perdeu seus direitos civis na época e estava retornando as suas atividades de professor. Ele era diferenciado em relação a outros professores e suas aulas eram pautadas por debates sobre temas que ele definia a partir do conteúdo programático e de fatos mundiais. Sem dúvida esse professor foi uma referência, trazia para jovens de 16 anos uma visão de mundo crítica e com conteúdo científico que não era comum.

Aliado a este professor específico, minha formação foi permeada por bons docentes ligados a disciplinas de humanidades, como música e história, possibilitando e direcionando a minha escolha por uma ciência no campo das humanidades.

Comecei o curso de Geografia no ano de 1981, em um período de profundo embate na sociedade brasileira rumo ao processo de democratização política e fim dos governos militares. Ingresso em um ambiente universitário totalmente diferente de minha vivência nos anos anteriores.

O curso de Geografia da UNESP de Rio Claro era em período integral diurno. Era reconhecido como um curso que realizava análises quantitativas e muitas vezes realçava os feitos do “Brasil Grande” pro-

duzido pelos governos ditatoriais. Esse olhar sobre o curso foi construído a partir do movimento estudantil local e nacional, com participação fundamental da Associação dos Geógrafos Brasileiros que nos finais dos anos 70 e início dos 80 do século XX, sofre profundas alterações no seu interior com mudança de estatuto permitindo a participação de estudantes e democratizando sua estrutura administrativa. A transformação da AGB foi um embate profundo no interior da Geografia brasileira e a participação nestes embates foi fundamental para a minha formação enquanto cidadão, professor e geógrafo.

Enquanto estudante participei destes debates no interior da AGB e do curso, aliando com docentes da UNESP/Rio Claro vinculados naquele momento a luta pela democracia no Brasil, militantes de partidos como o PCB e o MDB.

Neste período de estudante, participei de diretorias eleitas dos Centros Acadêmicos (na época Diretórios Acadêmicos, inclusive participamos da luta pelo retorno dos Centros Acadêmicos) e da diretoria da AGB seção Rio Claro. A participação no movimento estudantil possibilitou contatos e conhecimento da geografia brasileira e do processo de reestruturação democrática.

Também, é importante destacar, entro no curso universitário no ano de criação do Partido dos Trabalhadores e participo de sua construção em Rio Claro, com enfrentamentos locais importantes.

Portanto, mesmo fazendo um curso de geografia, considerado naquele momento, como vinculado a geografia quantitativa e teórica, foi um momento acadêmico e político fundamental para a construção de minha trajetória profissional e engajamento nas correntes de análise geográfica críticas aos modelos científicos dominantes.

No ano de 1982, no segundo ano do curso procuro realizar uma Iniciação Científica, faço um projeto com orientação de um docente do

curso de geografia formado em Sociologia, o projeto não sai do papel, o envolvimento político assumiu maior relevância na época, mas foi a primeira experiência na produção de um pretendo projeto de pesquisa.

No final de 1981 início a participação em um primeiro projeto de pesquisa, com a coordenação do Prof. José Antonio Ronchezel e com a participação de outros colegas do curso, com o tema “Condições e mercado de trabalho para o Geógrafo Profissional na região de Campinas”. O resultado deste trabalho foi apresentado no V Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Porto Alegre/RS no ano de 1982, promovido pela Associação do Geógrafos Brasileiros. Foi também minha primeira aproximação com a AGB/nacional.

No final do curso, 1984, realizo trabalho de monografia de conclusão de curso com orientação da professora doutora Maria Beatriz Soares Pontes (Bia), uma expoente da geografia crítica, com profundas reflexões sobre os países pobres da África e América Latina. O trabalho de monografia desenvolvido teve o tema: A transformação do trabalhador rural em proletário: o volante ou bóia-fria. Durante esta pesquisa entro em contato com a realidade vivida pelos trabalhadores rurais da cana, aprofundando o entendimento do desenvolvimento capitalista no campo e a relação entre o morar na cidade e o trabalho no campo.

Com a professora Bia participo pela primeira vez de um grupo de estudos relacionado a pensar a ciência geográfica, a temática do grupo era Geografia da América Latina. O tema do grupo constitui em uma tentativa de rompimento e construção frente ao pensamento hegemônico que definia o importante como o que ocorria no centro e não nas periferias.

Termino o curso de geografia bacharelado em 1984 e imediatamente, em 1985, curso Geografia Licenciatura. No mesmo ano de 1985 começo especialização em Geografia, na UNESP/Rio Claro, na área de Planejamento Regional, com o tema “As consequências espaciais e so-

ciais da implantação do Projeto Carajás”, com orientação da Profa. Dra. Beatriz Maria Soares Pontes e com bolsa do CNPq. Conclui a especialização no ano de 1988.

É importante destacar que durante o curso realizei algumas atividades profissionais, duas delas considero fundamentais: a partir do segundo ano do curso, em 1982, ministrei aulas como substituto na rede pública como professor de geografia e disciplina afins no ensino de primeiro e segundo graus, foram aulas nas cidades de Araras, Cordeirópolis, Santa Gertrudes e Limeira, sempre no período noturno. No ano de 1984 a 1985 ministrei aula na escola privada Organização Escolar Alem, em Rio Claro. E no período de 1985 a 1986 ministrei aula no ensino superior privado, na escola Associação de Escolas Reunidas (ASSER) em São Carlos, ministrei a disciplina Geografia Física. Essa experiência docente foi fundamental para meu amadurecimento enquanto estudante e posteriormente na minha atuação profissional como professor de geografia.

Também durante o curso de graduação, no ano 1983, fui selecionado para participar como estagiário na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na área de Planejamento Urbano, visando a elaboração do Plano Diretor do município. O trabalho foi dividido em três etapas: levantamento do uso do solo urbano; levantamento sócio econômico da população de áreas urbanas e rurais; pesquisa sobre transportes da área urbana. Esse projeto possibilitou proximidade com o planejamento estatal, foi uma experiência fundamental tanto acadêmica, no campo do planejamento, como política no sentido de realizar ações de planejamento direcionadas para as camadas mais pobres da população com o objetivo de mitigar problemas sociais.

Formado, retornei a atuar na prefeitura de Rio Claro em 1985 e 1986. Neste novo período na Prefeitura de Rio Claro, agora como profissional, atuei no setor de Planejamento, com a realização de trabalhos que exigiram o aprendizado de técnicas de planejamento, considerados

na época experiências inovadoras no campo do planejamento estatal, tais como: Projeto de implantação de ciclovias; pesquisa no setor escolar e industrial; pesquisa sobre violência urbana; projeto de reurbanização a área central; diagnóstico urbano do município; levantamento de atividades econômicas no município; pesquisa com ambulantes; diagnóstico e reestruturação do mercado municipal.

Em 1986 presto concurso para professor da rede estadual do estado de São Paulo, fui aprovado e escolho uma escola no município de Getulina, interior de São Paulo, em 1987 passo a residir na cidade de Lins/SP. Ministrei aulas como professor efetivo em Getulina no primeiro e segundo graus período matutino e noturno e, na cidade de Lins, na Faculdade Auxilium de Filosofia Ciências e Letras, no curso de Geografia, ministrei as disciplinas: Introdução a Filosofia; Métodos e técnicas de Pesquisa; Geografia Humana; Geografia Física: recursos hídricos.

Neste período participo do “moedor de carne” que se configura o ser docente do ensino fundamental e médio, foram 3 anos de intensa atividade como professor, com classes em todas as séries - quinta série até o terceiro colegial e, aos sábados, com alunos do ensino superior.

Foi tempo de aprender a ser professor e de militância. Particpei da APEOESP de Lins, sendo eleito para a diretoria da entidade, participando da construção de greves históricas, como a de 1988, que paralisou durante meses as escolas do estado de São Paulo. Também nesse período participamos da vida política partidária na cidade de Lins, com intensas atividades de organização política.

Durante os 3 anos na rede estadual de ensino, prestei concursos para docente do ensino superior público. Como resultado destes concursos, em 1989, sou chamado para assumir o concurso que prestei na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, a vaga existente foi para atuar em Corumbá, no Departamento de Ciências Ambientais (DAM)

curso de geografia. Assumo a vaga em setembro de 1989, iniciando nova fase em minha vida profissional.

Atuação como docente do ensino superior 1989 – 2000.

Primeira etapa – como graduado

O momento histórico que ingresso como docente efetivo no ensino superior é um tempo de debate sobre a chamada crise ambiental e as propostas de estratégias para superação da chamada crise, na ciência, ocorre a consolidação de um processo fundamental para o pensar: a natureza é transformada em ambiente. O lugar onde vou atuar, o Pantanal, e a universidade que ingresso, UFMS/CEUC/Departamento de Ciências Ambientais composto pelos cursos de Geografia e Biologia, aglutina em seu interior pessoas com perspectivas de natureza diferenciadas, alguns pensando e atuando a partir da premissa de natureza fragmentada e quantificada, outros pensando a natureza enquanto produção social e participante do processo de reprodução do capital.

As diferentes formas de compreender a natureza e a sociedade permitiram minha participação em debates e ações concretas dentro da acadêmica e fora dela, nas lutas políticas que inseriam o Pantanal como espaço de reflexão sobre desenvolvimento e conservação, sobre apropriação da natureza por assentados rurais e por empresas mineradoras, a apropriação dos rios pelo ribeirão, pelo isqueiro, pelo pescador e pelas empresas turísticas. Foi nesse turbilhão que começo minha vida profissional na universidade.

Foi tempo de embates em espaços de conflitos que possibilitaram, a partir do histórico até então vivenciado, construir ações de ensino, pesquisa e extensão estruturados a partir da leitura crítica sobre a perspectiva ambiental e de sustentabilidade que era hegemônica nas reflexões sobre a relação sociedade – natureza.

Logo percebo e compreendo que minha formação política e geográfica encaminha para pensar o tempo e o espaço que vivencio na perspectiva da crítica à proposta de mercantilizar a natureza e desconfio das propostas que emergem do processo de internalizar os problemas ambientais nos processos de reprodução do capital. Minhas reflexões e vivências com os moradores do Pantanal e com a comunidade universitária indicam que o caminho não está na proposta apresentada pelo Capital para superar uma crise gerada por ele e utilizada para sua reprodução. Participo de grupos de pesquisadores que criticam a proposta do Desenvolvimento Sustentável e baseio minha ação de pesquisa e práticas políticas no sentido de demonstrar esta crítica e construir caminhos alternativos a esta proposta e sua falácia enquanto perspectiva de sociedade.

Portanto, esse momento e lugar, definem minha escolha de recorte analítico na Geografia, direciono minha leitura geográfica de mundo para o processo de produção do que mais tarde ficaria estabelecido como “mundo da sustentabilidade”, a transformação do valor de uso para o valor de troca da natureza e a produção da geografia a partir deste olhar socioambiental, mas que de fato é um olhar sobre a geografia produzida no processo de pilhagem e apropriação da natureza pelas modernas formas do capital, a natureza transformada em ambiente, a radicalização da natureza enquanto física, a despolitização da natureza e o uso da ideia de conservação como estratégia para desapropriação de parcelas da sociedade de suas práticas socioambientais. A proposta de reflexão é um contraponto a produção de territórios excludentes em nome da conservação.

A primeira pesquisa que desenvolvo como professor universitário tem início em 1991 e foi concluída em 1994, com o título “Contribuição ao zoneamento sócio ambiental da área urbana de Corumbá”, em conjunto com docentes do curso de biologia, e tem como lugar de pesquisa dois morros localizados na área urbana de Corumbá ocupados para moradia por parcela da população trabalhadora pobre da cidade, migrantes do campo e

de outras cidades, que encontram no morro a única possibilidade de morar. Essa pesquisa gerou minha primeira publicação acadêmica: Estudo de ocupação humana em área de morraria, Corumbá - MS. In: III Encontro Nacional de estudos sobre meio ambiente, 1991, Londrina. Anais do III Encontro Nacional de estudos sobre meio ambiente, 1991. p. 745-755.

Nos anos de 1990 e 1991 oriento minhas duas primeiras Iniciações Científicas no curso de graduação em Geografia, uma relativa a implantação de Assentamento Rural em Corumbá e outra referente ao ambiente urbano em Corumbá. No ano de 1992 oriento o primeiro trabalho de conclusão de curso, no curso de Geografia, na área de agrária, especificamente sobre a implantação do Assentamento Taquaral em Corumbá.

As disciplinas que ministro no curso de graduação em Geografia Centro Universitário de Corumbá, da UFMS, foram variadas dependendo das necessidades anuais do curso, mas algumas eram constantes: Geografia Agrária; Geografia da População e Teoria e Método em Geografia.

Em 1990 e em 1991 organizo dois projetos de extensão: Semana do Meio Ambiente I e II. Estes eventos possibilitaram inserção local com pesquisadores da UFMS, da EMBRAPA e com docentes das escolas locais, dialogando sobre o tema relação sociedade – natureza.

No ano de 1992 começa minha atuação na administração universitária, assumo a coordenação do Curso de Geografia da UFMS/CEUC, e participo do Conselho Universitário do CEUC, até o início de 1993.

A partir da pesquisa, das aulas ministradas no curso de geografia, das orientações e na participação em eventos e em debates na academia e fora dela, construo minha linha de pesquisa de atuação, que permeia minhas reflexões até o momento – relação sociedade natureza e produção do lugar. Esse tema geral incorpora temáticas específicas de pesquisa, orientação, disciplinas, mas a centralidade analítica permanece a mesma e busca pensar o real na perspectiva do olhar geográfica.

Nos eventos científicos que participo, apresentando e discutindo as reflexões que realizo sobre as relações sociedade – natureza no urbano em Corumbá, encontro a Dra. Arlete Moyses Rodrigues, docente da UNICAMP e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente, que naquele momento desenvolve uma profunda crítica ao chamado Desenvolvimento Sustentável, e produz uma tese sobre mercadorias indesejadas (lixo) e o urbano, apontando caminhos metodológicos para a análise do chamado ambiente urbano.

A partir do encontro com a Profa. Arlete, desenvolvo um projeto de mestrado com sua orientação, e ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente no ano de 1993.

Mestrado – Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental, UNESP - Presidente Prudente, 1993. Defesa 22 de abril de 1996. Aprovado com louvor.

Título – Problemática Ambiental no Urbano: análise da ocupação do espaço e sua relação com a natureza no Pantanal (Corumbá).

Banca: Arlete Moyses Rodrigues (orientadora); Claudio di Mauro; Maria Encarnação Beltrão Sposito.

Durante o mestrado avancei na reflexão sobre a relação sociedade natureza, especificamente em área urbana. O curso e a orientação possibilitaram acesso a bibliografia fundamental para compreensão do processo de construção da relação sociedade natureza.

Fator fundamental foi construir um arcabouço teórico e metodológico de leitura do fenômeno hegemonicamente definido como crise ambiental.

No mestrado percebo e encaminho a reflexão do significado da crise ambiental, compreendendo como inserida na crise geral dos pa-

radigmas que conformam o mundo ocidental moderno e faz parte do processo de mercantilização dos elementos da natureza.

A construção desta leitura dentro da geografia permitiu avançar em relação a análise do real e na capacitação para futuras ações na universidade. As pesquisas de campo em Corumbá apontaram para a presença da atividade turística como importante na configuração do lugar Pantanal. Parcela significativa de trabalhadores da cidade de Corumbá passavam no período por profundas transformações no mundo do trabalho relacionada as mudanças na atividade turística. Essas mudanças foram percebidas durante os trabalhos de campo em diálogos com os trabalhadores da pesca.

As publicações e atividades desenvolvidas durante os dois anos do curso do mestrado estão presentes no currículo lattes, período 1993 a abril de 1996.

Atuação na universidade pós mestrado

No ano de 1996 retorno as minhas atividades no curso de Geografia do Centro Universitário de Corumbá, UFMS.

No retorno as atividades na universidade participo de projetos de pesquisas relacionados ao tema de minha capacitação, relação sociedade natureza. Foram 02 projetos de pesquisa:

- Projeto Forte Coimbra: um contexto histórico ambiental

Descrição: Projeto multidisciplinar, contando com equipe de pesquisadores da UFMS Câmpus de Corumbá. Coordenador do levantamento socioeconômico no Forte Coimbra.

Período – 1996 a 1998.

- Projeto Vitória Régia

Descrição: Projeto dos docentes do curso de Geografia do CEUC/UFMS, com o objetivo de realizar análise sócio econômica e ambiental da Codrasa - Baía Negra, no Pantanal. Coordenador do levantamento sócio ambiental junto aos moradores do entorno da Codrasa - Baía Negra.

Período – 1996 – 1998.

No período de 1997 a 1999, participo como docente do curso de especialização “Estudos ambientais em micro bacias hidrográficas”, ofertado no Centro Universitário de Corumbá/UFMS. Nesse curso ministrei a disciplina Relação sociedade natureza, com carga horária de 30 horas. Orientei dois (2) acadêmicos que desenvolvem duas monografias já voltadas para um tema que começo a pesquisar e que posteriormente será inserido em minhas reflexões acadêmicas:

- O turismo pesqueiro no ambiente pantaneiro (Corumbá- MS)
- Desenvolvimento do Ecoturismo no pantanal. Um estudo de caso no município de Corumbá.

Nos anos de 1996 e 1998 orientei duas monografias de conclusão de curso de graduação em Geografia:

- Diagnóstico dos recursos naturais no projeto de assentamento Taquaral/Corumbá-MS;
- As consequências sociais do período de piracema para os pescadores profissionais de Corumbá.

Atividade fundamental nesse período foi a construção e lançamento pela AGB/Corumbá da Revista GeoPantanal. Participei da sua criação e fui membro do seu Conselho Editorial. A revista foi concebida como um instrumento para publicação e discussão de temáticas relacio-

nadas ao Pantanal, a revista está em atividade até o momento, contribuindo para a divulgação científica.

O período pós mestrado foi relativamente curto, apenas 1 ano, em 1997 entro no curso de Doutorado. Foi um período de construção do projeto de doutorado e a inserção do olhar sobre as transformações no Pantanal relacionadas as práticas turísticas.

Doutorado – Geografia, área de concentração Organização do Espaço, Unesp de Rio Claro, ingresso 1997. Defesa: 21 de agosto de 2000.

Título: Pantanal, paraíso visível e real oculto: o espaço local e o global.

Orientadora: Arlete Moyses Rodrigues.

Em 1997 ingresso no curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro, Doutorado, com um projeto produzido no segundo semestre de 1996 em diálogos com a Doutora Arlete Moyses Rodrigues.

Início o curso em 1997, com a proposta de analisar a produção do Pantanal a partir da construção do chamado mundo globalizado, o desafio era compreender os processos de transformações do território pantaneiro para atender as demandas do capital globalizado.

No decorrer do curso, disciplinas, pesquisa e diálogos com a orientadora, o projeto sofreu alguns ajustes e definimos algumas atividades econômicas com centrais para a pesquisa, com destaque para a atividade turística e seu significado para as gentes pantaneiras. Esse recorte possibilitou compreender fenômenos globais como, aumento da velocidade da comunicação e da informação, transformações nas culturas locais, mudanças no mundo do trabalho. A centralidade da análise estava na inserção de um lugar caracterizado e olhado como possuidor de um “tempo lento” e sua transformação ao se inserir no processo de radicalização da “aceleração do tempo” e “diminuição das distâncias”.

Foi o momento em que dediquei de forma integral a pesquisa acadêmica, com leituras de autores nacionais e internacionais que analisam o mundo moderno e seu movimento, esse tempo foi fundamental para inserir em minhas reflexões a leitura da natureza inserida no movimento da sociedade, foi fundamental para compreender a existência de múltiplos significados de natureza no tempo e no espaço. Foi necessário repensar as formas de pesquisar e a construção de metodologias que permitissem avançar na análise, superando amarras metodológicas.

Foi fundamental nesse processo o retorno a leitura dos autores clássicos que sistematizaram o conhecimento geográfico e a releitura de textos marxistas para entendimento da sociedade e construção de metodologias de análise.

Durante o período do doutorado dois fatos foram marcantes e provocaram mudanças em minha trajetória acadêmica e profissional.

No ano de 1998, fui convidado para integrar o Fórum Permanente de Educação Ambiental da UFMS e em 1999 participo da construção do Grupo Temático de Turismo da UFMS. Essas ações são fundamentais porque permitem minha atuação, na perspectiva dos temas que analiso, para fora do Centro Universitário de Corumbá. Estas ações ocorrem com pesquisadores da UFMS de Campo Grande, de áreas como biologia, antropologia, sociologia, turismo e educação. Significou ampliação nas atividades acadêmicas e novas possibilidades de interlocução nos temas de pesquisa.

Outro fato marcante foi minha transferência do Centro Universitário de Corumbá para o Centro Universitário de Dourados. Através de processo interno na UFMS solicitei transferência de minhas atividades do CEUC para o CEUD. Ocorreu a transferência no dia 23 de abril de 1999, através da Instrução de Serviço 69 do Pró-Reitor de Administração da UFMS.

Portanto, a partir de 1999 passo a desenvolver minhas atividades no Departamento de Ciências Humanas do Centro Universitário de Dourados/UFMS. Para atender as necessidades deste processo no ano de 1999 interrompo meu afastamento para cursar o doutorado e assumo atividades de ensino no DCH.

Defendo a tese de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Rio Claro em 21 de agosto de 2000.

No ano de 2006 publico a tese em livro: MORETTI, E.C. *Paraíso visível e real oculto. A atividade turística no Pantanal. Campo Grande: Editora da UFMS. 2006.*

Atuação profissional pós 2000

A inserção desta subdivisão temporal no memorial, atuação pós 2000, foi pensada para refletir o processo de mudança que ocorre neste ano na trajetória profissional. Em 1999 passo a atuar na UFMS de Dourados e no ano de 2000 concluo o doutorado. Novos desafios são assumidos a partir destes fatos e exigem praticas diferenciadas. Mas, é evidente, que esse processo é um acúmulo de experiência, portanto, não entendo como ruptura, mas como processo de continuidade da trajetória na academia. Uma fase nova é diferente, mas continua ao processo em curso.

É importante destacar que nesse período, especificamente em 2005, como projeto de Expansão das Universidade Federais do Governo Federal, é criada a Universidade Federal da Grande Dourados, o lugar de trabalho passa de um Centro da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, para uma Universidade, com todos os desafios políticos e de mudanças no cotidiano que este processo acarreta. A universidade passa de 7 cursos de graduação para 34 cursos de graduação e 22 cursos de mestrado e 9 doutorados. A Geografia conta com os cursos de graduação em licenciatura e bacharelado e pós-graduação mestrado e doutorado.

Participo deste processo de construção atuando nos procedimentos necessários e de forma colaborativa, atuo na administração da nova universidade e realizo atividades próprias da atuação acadêmica, constituindo o grupo de pesquisa, ministrando aulas e realizando extensão. Procuro participar da formação de pessoas, na sua maioria da classe trabalhadora.

Ensino

A partir do ano 2000, já com o doutorado defendido e atuando em Dourados, ministro aulas no curso de graduação em Geografia e disciplinas de núcleos comuns da universidade, com destaque para as disciplinas Biogeografia; Geografia e conservação ambiental; Geografia e estudos ambientais; Geografia do turismo; Geografia e natureza: concepções e abordagens; Sociedade, desenvolvimento e meio ambiente; Sociedade meio ambiente e sustentabilidade. Também neste período ministrei disciplinas nos cursos de Biologia e Psicologia.

As disciplinas possuem como nexos a discussão da relação sociedade-natureza e estão de acordo com as pesquisas que realizo.

Também atuo nas disciplinas de Trabalho Orientado de Monografia I, II e III, que consistem em orientação de monografia de conclusão de curso. Na maioria das vezes os alunos que realizam esta disciplina são inseridos no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, que coordeno desde o ano de 2000, portanto, os temas das monografias estão normalmente relacionados com os objetivos do grupo de pesquisa. De 2000 até o ano de 2017, foram realizadas 22 monografias de conclusão do curso de Geografia com minha orientação.

Ministrar disciplinas na graduação é o lugar e o momento de maior possibilidade de diálogos com o conjunto de pessoas inseridas no conhecimento geográfico, possibilita um constante repensar nas práticas de ensino e mesmo de pesquisas. A partir de 2000, foi possível ministrar

disciplinas associadas as reflexões derivadas das pesquisas, essa possibilidade é fundamental para o êxito do processo educativo.

Extensão

Entendo a extensão como uma atividade derivada das ações de pesquisa que realizo na Universidade, neste sentido, todas as ações de extensão que organizei ou participei estão relacionadas de alguma forma com resultados ou reflexões oriundas das atividades de pesquisador.

No período pós 2000, participo na organização de projetos de extensão demandados pelos trabalhos realizados no Grupo de Pesquisa, portanto, são construções coletivas e fazem parte do processo de divulgação científica e de aproximação com as comunidades que temos contato no ato da pesquisa.

Efetivamente coordenei 04 projetos de extensão neste período, com destaque para os projetos relacionados a pesquisa realizada no Planalto da Bodoquena, especificamente com os assentamentos rurais localizados na área de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

2010 - Sustentabilidade Ambiental e Assentamentos Rurais.

2011-2012 - Leituras geográficas sobre território e ambiente

2013 – II Leituras geográficas sobre território e ambiente

2014 – III Leituras geográficas sobre território e ambiente

Os projetos de extensão foram desenvolvidos no sentido de realizar práticas junto aos assentados e comunidade em geral, com participação dos membros do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, discentes de graduação e pós-graduação e docentes.

Os projetos permitiram aproximações com as comunidades e resultaram em produtos, textos e apostilas didáticas resultantes de dados

das pesquisas que foram sistematizados em pequenos textos de apoio as atividades de extensão desenvolvidas nos assentamentos rurais.

Nesse período participei como colaborador em mais dois projetos de extensão, na área de ensino de geografia, voltado para professores da rede. Estes projetos foram coordenados por docentes do curso de geografia da FCH e permitiram diálogos importantes com colegas professores da rede de ensino fundamental e médio. Minha participação nestes projetos este voltada para a discussão da natureza no ensino de geografia.

Participei ainda de um projeto que constituiu em uma experiência importante e consolidou minha atuação na pesquisa na área de geografia do turismo. Em conjunto com colegas da UFMS/Campo Grande e da UEMS elaboramos no ano de 2000 um curso de extensão virtual, oferecido pela Universidade Virtual do Centro Oeste – UNIVIR, vinculada a rede federal de universidades virtuais, e coordenada pela UFMS. Com o tema Turismo e ambiente: introdução histórica e conceitual, tinha como objetivo dialogar com colegas do Brasil temas importantes vinculados a produção de práticas turísticas no território brasileiro. O Curso foi todo elaborado e ministrado virtualmente com a participação de alunos de todo o Brasil. Atuei como coordenador, elaborador de material e tutor.

Foi uma experiência que não teve continuidade, foi a única experiência realizada utilizando o espaço virtual como ferramenta de formação acadêmica.

Os projetos de extensão realizados até este momento estão vinculados aos temas de pesquisas que desenvolvo, e com participação de grupos de pesquisadores, na minha trajetória a extensão tem papel fundamental como possibilidade de diálogos no interior da universidade, com outros grupos de pesquisadores, e fora da universidade, dialogando com sujeitos e coletivos participantes de processos relacionados aos temas das pesquisas.

Pesquisa

A partir de 2000, com a defesa do Doutorado, participo da implantação e coordeno no antigo Departamento de Ciências Humanas, o Laboratório de Pesquisas Territoriais – LAPET e formo e coordeno o Grupo de Pesquisa Território e Ambiente.

O Laboratório foi constituído com o intuito de ser um lugar para alojar e incentivar a realização de pesquisas na área de Geografia, especificamente para compreender a produção sócio espacial do mundo moderno.

Dois grandes projetos de pesquisa com caráter multidisciplinar viabilizaram equipar o Laboratório e o consolidaram nos primeiros anos de sua existência:

- 2000 a 2003 - Diagnóstico socioeconômico e energético dos municípios cortados pelo ramal gasoduto.

Pesquisa multidisciplinar em convênio entre UEMS-UFMS-Embrapa.

Projeto coordenado pela UEMS, pesquisadores do LAPET participaram no subprojeto Mapeamento socioeconômico sob coordenação do prof. Edvaldo Cesar Moretti.

Objetivo do projeto foi realizar levantamento e análise sobre o impacto da implantação de um ramal do Gasoduto Bolívia – Brasil, passando pela região da Grande Dourados.

Projeto financiado pela FINEP.

- 2000 a 2002 – Plano de Desenvolvimento Regional do Mato Grosso do Sul.

Pesquisa multidisciplinar coordenada pelo Instituto de Planejamento do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, parceria entre as universi-

dades: UFMS (CEUD), UEMS, Uniderp e UCDB e com prefeituras dos municípios do Mato Grosso do Sul. O Grupo da UFMS ficou responsável pela Região sul Fronteira.

Coordenador do Grupo da UFMS – Prof. Edvaldo Cesar Moretti.

Projeto financiado pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

Estes dois projetos foram os primeiros projetos multidisciplinares realizados no interior do LAPET e que resultaram em importantes produtos técnicos científicos com leitura da constituição e construção de cenários para o Mato Grosso do Sul.

Possibilitaram minha inserção no planejamento governamental incorporando novas metodologias de pesquisa, com destaque para a proposta de Planejamento Participativo. Estas pesquisas foram fundamentais para aproximações com as realidades diversas que compõem o Mato Grosso do Sul. E fundamentalmente possibilitou refletir sobre a situação de fronteira vivenciada no estado e as possibilidades de pesquisas nesta área.

Após estes projetos outros foram desenvolvidos e construídos no Laboratório, estes dois marcam o início das atividades de realizações do LAPET.

No ano de 2010, em comemoração aos 10 anos do LAPET organizamos um evento, divulgando os trabalhos realizados, avaliando e propondo ações para os próximos anos.

No material de divulgação do evento, destacamos um pequeno texto informativo sobre o histórico do Laboratório e o resgate de docentes e discentes participantes no período de 2000 a 2010.

Figura 1: 10 anos do LAPET



Fonte: arquivo do autor

Figura 2: História do grupo e do laboratório



Fonte: arquivo do autor

De 2010 até o momento, o LAPET ampliou sua estrutura física e continua a agregar pesquisas de docentes e discentes do curso de Geografia.

No ano de 2017 o Laboratório passou a integrar o Núcleo de Estudos Estratégicos - Fronteiras, o NEEF. Passou a ter sua sede no prédio do NEEF localizado na Unidade II da UFGD. Este novo espaço possui um espaço físico maior, mas, principalmente, inseriu o LAPET em uma estrutura de pesquisa integrada com outros laboratórios das ciências humanas da UFGD.

Considero fundamental para a produção acadêmica a participação em Grupos de Pesquisas. Participo de dois grupos de pesquisas cadastrados no CNPq. - Turismo e meio ambiente e Território e Ambiente.

O Grupo Turismo e Meio Ambiente divido a liderança com o prof. Dr. Álvaro Banducci Junior da UFMS. Esse grupo foi criado em 1999 em conjunto com o grupo temático de turismo da UFMS. O Grupo de pesquisa continua atuante até os dias de hoje, com realização de pesquisas e reflexões sobre a produção do turismo e suas práticas sociais.

O Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA) é criado no ano de 2000, associado ao Laboratório de Pesquisas Territoriais e é registrado no CNPq.

Entendo que a criação e coordenação do GTA é a síntese da minha trajetória acadêmica, nele ocorrem as realizações e produtos que são frutos de cada momento e do conjunto de reflexões que tenho encaminhado durante minha trajetória acadêmica. A sua implantação foi resultado da necessidade de agregar de forma orgânica pessoas para a reflexão das questões priorizadas nas pesquisas e orientações.

É um desafio relatar de forma sintetizada as atividades e ao mesmo tempo que reflitam a importância do Grupo de Pesquisa em minha formação enquanto educador e pesquisador.

A construção do GTA é fruto do meu entendimento de universidade construída desde minha formação inicial na graduação, passando pelas participações em lutas políticas dentro e fora da universidade, pelos momentos de capacitação (pós-graduação) e na convivência com docentes e discentes. Essa trajetória construiu a ideia da produção acadêmica e científica como um projeto coletivo, os avanços da reflexão ocorrem com as trocas de conhecimentos e isto somente é possível no campo coletivo, com todas as dificuldades que esta forma de produzir acarreta.

O Grupo de Pesquisa tem como prática a realização de reuniões entre seus membros de forma corriqueira, nestas reuniões são realizadas discussões sobre os projetos individuais, estudos de material bibliográfico e são propostas e definidas as atividades encampadas pelo coletivo do grupo.

Os membros participantes estão ligados a projetos de Iniciação Científica, monografias de conclusão de curso, dissertações, teses e pós-doutoramentos. Anualmente o grupo realiza o Seminário de Avaliação, que possibilita refletir sobre as ações realizadas e planejar as futuras atividades.

Em um processo dinâmico, Grupo de Pesquisa e Laboratório, possibilitam a implementação de pesquisas, e as pesquisas viabilizam os Grupos e o Laboratório. A partir do ano 2000, passo a concorrer por financiamento para pesquisas nos órgãos de fomento e realizo pesquisas que compõem um processo de reflexão sobre a produção da geografia a partir do olhar sobre a apropriação e significados de natureza.

O ato de pesquisar envolve a definição de metodologias para o entendimento das questões definidas como de interesse para compreensão dos significados de natureza e sua participação na produção de geografias. As metodologias utilizadas nas pesquisas que desenvolvi neste tempo foram amadurecidas e passaram por avanços importantes no processo de investigação científica.

De 2000 até 2017, participei de 20 projetos de pesquisas, destes em 07 participei como integrante de equipe e nas outras 13 como coordenador do projeto de pesquisa. Do total de 20 pesquisas a maioria, 14 projetos, contaram com financiadores externos à universidade, pelos órgãos: FINEP, CAPES, FUNDECT e CNPq.

Todos os projetos, que coordenei ou participei como colaborador, atuei como pesquisador na área de Geografia, especificamente na leitura geográfica da relação sociedade natureza.

Em 2014 participo de um projeto que se constitui em rede de pesquisa, junto ao Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), com sede em Cuiabá. Passei a integrar o projeto “Ciência e Sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental”, é um momento importante considerando a participação em rede de pesquisadores na região do Pantanal, possibilitando avanços na linha de pesquisa sociedade e natureza.

Outro momento marcante na pesquisa foi a aprovação do primeiro projeto internacional com minha coordenação. Em 2012 elaborei projeto e constituo uma equipe de pesquisadores para concorrer a edital da AULP/CAPES para projetos em países de língua portuguesa com o projeto “Práticas sociais e saberes de mulheres e homens e a produção do território rural no Distrito de Marracuene em Moçambique: viabilidade das alternativas produtivas no mundo da sustentabilidade”. Em 2013, o projeto é aprovado e iniciamos as atividades de pesquisa, com pesquisadores brasileiros e moçambicanos. O projeto inclui intercâmbio de estudantes e de pesquisadores da UFGD e da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique.

No processo de internacionalização das pesquisas, em 2016 elaborei projeto de pesquisa com colegas da Universidade de Havana, Cuba, com o objetivo de analisar práticas socioambientais em dois países – Bra-

sil e Cuba - que adotam modelos estruturantes de desenvolvimento diferentes. Alguns levantamentos já estão ocorrendo com resultados já em fase de publicação.

Na trajetória da construção da linha de pesquisa que atuo foi fundamental o estágio de pós-doutorado que realizei em 2006-2007 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICAMP. O pós-doutoramento permitiu repensar a linha de pesquisa reforçando o interesse na leitura da relação sociedade natureza a partir das identificações e mapeamento dos conflitos sociais. A partir da realização do estágio fui convidado em 2010 para compor o quadro de docentes do PPGG da UNICAMP como colaborador, desde então tenho orientado no mestrado e doutorado do Programa da UNICAMP.

As pesquisas realizadas até o momento reforçam a linha de atuação que defini no momento de capacitação, o olhar geográfico sobre a relação sociedade natureza, refletindo sobre os significados de natureza construídos no mundo moderno e a sua localização enquanto processo de constituição da geografia dos povos. A centralidade das pesquisas está na identificação dos conflitos nas relações sociais e como os conflitos participam do processo de constituição do significado de natureza em cada situação analisada.

Orientação

Na trajetória acadêmica, considero como relevante o processo de orientação de discentes. As orientações que realizo estão diretamente associadas ao Grupo de Pesquisa, cada membro, nos diferentes graus de orientação, participa da construção do GTA.

Durante este período realizei orientações de monografias de conclusão de cursos, iniciação científica (com bolsas e voluntárias), dissertações, teses e como supervisor de estágios de pós-doutoramento.

A partir de 2000 até 2017, conclui 28 orientações de conclusão de curso de graduação; 11 orientações em cursos de aperfeiçoamento e especialização; 42 iniciações científicas; 20 dissertações de mestrado; 4 teses de doutorado e duas supervisões de pós-doutoramento.

O grande número de orientações realizadas em 17 anos, possibilitou um aprendizado no processo de orientação e aprofundamento teórico no campo da ciência geográfica. O fortalecimento do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente está diretamente relacionado a estas orientações.

As orientações na pós-graduação foram realizadas a partir de minha participação em quatro programas de pós-graduação: Geografia da UFMS (encerrado quando da criação da UFGD); Agronegócio da UFGD (participação encerrada em 2016); Geografia da UNICAMP e Geografia da UFGD.

Com relação as orientações destaco as defesas de teses de doutorado, duas delas que orientei no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICAMP e duas no PPGG da UFGD.

Outro fato importante foi a orientação de uma dissertação realizada por aluno estrangeiro no PPGG da UFGD, com bolsa do programa PEC-PG da CAPES, que resultou em uma dissertação sobre o rural em Moçambique.

Por fim, devo destacar a supervisão de dois pós-doutoramentos realizado no PPGG da UFGD, do prof. José Sturza da Universidade Federal do Mato Grosso, realizado em 2014 e do Prof. Eduardo Salinas que iniciou em 2015, e foi renovada, portanto, em andamento.

O pós-doutorado do Prof. Salinas está inserido no programa PNPD da CAPES junto ao PPGG da UFGD, fazendo parte do projeto de análise da relação sociedade natureza no Brasil e em Cuba.

O processo de orientação foi construído paulatinamente associado a realização dos projetos de pesquisa e participação nos cursos de pós-graduação. Procuro inserir as orientações nas atividades do Grupo de Pesquisa construindo um vínculo acadêmico entre os orientados dos diferentes níveis de ensino com o objetivo de construir um processo de aprendizagem coletivo a partir de intensões de pesquisas. Avalio que esta forma de atuação possibilita o fortalecimento da linha de pesquisa e da capacidade de produção do conhecimento.

Publicações

A coordenação e participação em projetos de pesquisa e as orientações resultaram em publicações em diferentes meios de divulgação científica, publicação em anais de eventos; em livros e em periódicos científicos.

As participações nos Programas de Pós-Graduação qualificaram as pesquisas e impôs a obrigação de construir caminhos para publicação.

A publicação em anais de eventos deixou de ter importância no sentido de obrigatoriedade acadêmica mas continuo entendendo que esse tipo de participação tem relevância para o debate das pesquisas e avanço nas reflexões. No total participei de forma autoral ou em conjunto de cinquenta e três trabalhos completos em eventos a partir de 2000, esse número inclui as publicações de resultados de práticas dos orientandos.

Em periódicos participei de vinte e seis artigos publicados em revistas científicas, destes quatro foram em periódicos internacionais. No formato livro publiquei dezessete capítulos.

Participei da organização de nove livros resultados de pesquisas coletivas e de eventos científicos. Publiquei ainda como livro autoral o resultado de minha tese de doutorado.

A produção como já destacado acima é vinculada diretamente as pesquisas realizadas e a oportunidades construídas nos coletivos de pesquisa, portanto, é uma produção com foco na divulgação científica.

Administração universitária

Nesse caminhar, a participação na administração da Universidade foi fundamental, construí olhares sobre a universidade e contribui com os avanços da Universidade Pública. Entre as atividades da academia a contribuição no processo de administração da universidade em suas diferentes escalas é a que gera maiores problemas no sentido de gerenciamento das ações e do tempo necessário para sua realização em relação as outras atividades. Compreendo que essa atuação na administração da Universidade é fundamental para garantir a democracia e a participação nos fóruns de decisões. Portanto, a partir desta leitura, entendo a participação no processo administrativo como inerente a minha atuação profissional.

Durante minha vida acadêmica vivenciei experiências importantes na administração universitária, atuando como coordenador de laboratório, coordenação de cursos e em órgão da administração central da universidade.

Também neste período participei de diversos conselhos universitários, incluindo conselhos de cursos, de faculdade e mesmo universitário.

Duas atividades fizeram diferença no entendimento da Universidade, a atuação como coordenador da Editora da Universidade Federal da Grande Dourados de 2008 a 2014, permitiu contato com o processo de editoração de livros universitários e as estratégias possíveis na publicação de obras públicas e gratuitas.

Posteriormente, em 2014 fui convidado pelo Reitor da UFGD para assumir a Pro Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento.

A atuação na PROAP constituiu em uma experiência importante relacionada ao planejamento, avaliação e orçamento da UFGD. Atuei nesta função por um ano, concluindo a atuação em 2015.

As experiências administrativas e nos conselhos universitários, em conjunto com a participação em comissões permitem a compreensão da constituição e funcionamento institucional da universidade, e possibilita refletir e atuar no sentido de avançarmos na construção de políticas de forma participativa. Hoje compreendo que é necessário fortalecer os espaços de participação com a diminuição das estruturas burocráticas que em nome do controle criam empecilhos para o avanço da produção do conhecimento.

Associações

Concomitante a toda trajetória acadêmica, participei nas diretorias das duas maiores e mais importantes associações da geografia brasileira, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE).

Na AGB participo desde o ingresso como estudante no curso de graduação, em 1981, e foi a entidade que nestes anos todos procurei atuar de forma constante, com intervalos de ausências provocados por momentos pessoais e políticos da entidade.

De maneira formal participei como integrante das diretorias de seções locais da AGB, em Rio Claro, em Corumbá e em Dourados. Participei como integrante das comissões organizadoras de eventos locais e nacionais da AGB (Encontros Nacionais de Geografia – ENG e Encontro Nacional dos Professores de Geografia – Fala Professor).

A participação na AGB, conforme destaquei no início deste memorial, foi fundamental para avançar na leitura geográfica do mundo e compreender os conflitos na produção da geografia brasileira.

Em 2006, no Encontro Nacional realizado em Rio Branco no Acre, fui eleito presidente da AGB, sem dúvida um momento importante em minha trajetória, no mandato de dois anos, 2006 – 2008, participei de reuniões em diferentes locais do Brasil, contribuindo com a construção da AGB e efetivando diálogos relevantes com a comunidade geográfica brasileira.

No ano de 2007, já como presidente da entidade, coordenei a organização do Fala Professor, organizado em Uberlândia e em 2008 coordenei o Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiros realizado na Universidade de São Paulo, que contou com 5 mil inscritos. Considero a organização destes eventos momentos importantes de minha trajetória na geografia, foi possível participar de debates sobre a constituição da geografia brasileira naquele momento e os caminhos que a ciência traçava para seu futuro. O destaque nessas atividades na AGB foi a possibilidade de participar de gestão coletiva da entidade, o fato de estar presidente da entidade e de coordenar os grandes eventos, significou estar inserido em um coletivo de trabalho. Muitos colegas fizeram parte deste coletivo, e sem dúvida com eles aprendi geografia.

Após o mandato como presidente da entidade, fui eleito como coordenador editorial da Revista Terra Livre, revista da AGB – Nacional, para o período 2008/2010. Como coordenador da revista, publicamos 4 números, um por semestre mantendo a periodicidade do periódico.

Nesse mesmo período, participei da diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia – ANPEGE, como tesoureiro da entidade, eleito em 2009 para um mandato de dois anos.

A participação na ANPEGE foi fundamental contribuindo com debates sobre a pesquisa e pós-graduação em Geografia no Brasil e aprofundando as relações com a Universidade Federal de Goiás, de onde eram a presidenta – Maria Geralda de Almeida e o secretário da entidade – Marcelo Mendonça.

Durante o mandato organizamos o Encontro Nacional da ANPEGE, na UFG e realizamos atividades junto a CAPES e CNPq no sentido de defender e encaminhar questões referentes a área de Geografia.

A participação nestas entidades ocorreu em um momento importante de minha atuação na geografia brasileira, com inserção nacional. Foi um período de estreitamento das relações com pesquisadores do Brasil com a participação em ações coletivas de valorização da ciência e no próprio fortalecimento das entidades.

Para finalizar destaco outras atividades que considero relevantes no sentido de serem participações que resultam de convites e indicam valorização profissional. São atividades que contribuo a partir de minhas experiências vivenciadas a partir de um conjunto de escolhas acadêmicas e políticas.

No período de 2001 a 2007 fui convidado para participar de dois grandes projetos de planejamento do Mato Grosso do Sul. O convite foi da Secretaria de Planejamento do Mato Grosso do Sul.

A primeira atuação (2002 e 2003) foi na realização do Plano de Desenvolvimento Regional. Particpei da equipe da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul que conjuntamente com outras universidades do Estado e com técnicos da Secretaria de Planejamento do Mato Grosso do Sul, elaborou o Plano de Desenvolvimento Regional do Mato Grosso do Sul (PDR), com o objetivo de realizar os planos de desenvolvimento para oito regiões do Estado e implantar os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável – COREDES. Neste projeto coordenei a equipe de pesquisadores que realizou o PDR da Região Sul Fronteira e, posteriormente, contribui com a equipe que realizou o PDR da Região Pantanal.

No ano de 2004, fui convidado pela Secretaria de Planejamento do Estado do Mato Grosso do Sul para colaborar com o planejamento do Estado integrando a equipe que elaborou o Plano MS2020 com o objetivo de traçar cenários de crescimento econômico, social e ambiental para o Estado. A participação neste projeto encerrou em 2005.

Os dois projetos foram desafios importantes, por serem atividades diferentes das realizadas na academia, exigindo formas diferenciadas de atuação e metodologias. Retomo, depois de aproximadamente 15 anos que atuei na Prefeitura Municipal de Rio Claro, a atuar diretamente com o planejamento estatal.

Especificamente estes dois projetos foram oportunidade de dialogar com agentes do governo e da iniciativa privada do Estado do Mato Grosso do Sul e, principalmente, possibilitaram participar da construção da metodologia de planejamento estatal participativa.

As outras atuações técnicas desenvolvidas estão diretamente relacionadas com minha atuação acadêmica na Universidade e especificamente como Geógrafo.

Entre estas destaco os convites para realizar pareceres para revistas científicas (14 revistas) e para eventos científicos. Realizei inúmeros pareceres contribuindo com revistas e eventos, sempre na perspectiva de dialogar com colegas pesquisadores e com acadêmicos. Essa atividade permite leitura da produção científica geográfica e áreas afins, viabiliza contato com resultados de pesquisas em diferentes momentos e em diferentes locais de atuação dos pesquisadores.

Outra atuação foi a emissão de pareceres em projetos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul – Fundect. O convite para emitir pareceres para estes órgãos de fomentos ocorreu após aprovação de projetos com financiamento em ambos os órgãos.

Nos anos de 2003 a 2008, atuei como avaliador de cursos de Graduação pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, do Ministério da Educação. Participei de avaliações de cursos de graduação em Geografia, públicos e privados, no Brasil como um todo. Foi uma

experiência fundamental para conhecer a rede de ensino brasileira, com destaque para os cursos de geografia e suas potencialidades e demandas.

Também em 2008 participei de acompanhamento da implantação em duas universidades federais do projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras – REUNI. Foi um trabalho importante que permitiu contribuir com o projeto brasileiro de expansão universitária e ao mesmo tempo contribuir com a estruturação da UFGD que participou deste projeto com uma das universidades integrantes do REUNI.

Por fim, neste relato sintético, destaco a atuação na CAPES como membro do Comitê de Avaliação da Pós-Graduação da Área de Geografia, no período de 2011 a 2014. Concluo o item, com essa participação, por considerar um momento que resume minha trajetória acadêmica formal. Fui convidado como representante da região Centro Oeste para participar do Comitê, evidenciando a experiência que construí durante os anos de atuação na geografia Brasileira.

Considerações finais

A elaboração do Memorial foi um desafio. Foi uma atividade que demorou mais do que o planejado, envolveu “caça a documentos”, remexer em pastas a muito tempo esquecidas e, principalmente, procurar na memória e organizar no papel fatos e atividades relevantes em minha construção como trabalhador da educação. Não foi um trabalho árduo nem penoso, foi prazeroso. Provavelmente por ser prazeroso demorou mais tempo do que foi planejado.

Mantendo a tradição pessoal produzi o Memorial ao mesmo tempo que realizo outras atividades, coordenava o Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, portanto, com muitas interrupções de acordo com as demandas da atividade de coordenador.

Considero o Memorial como resultado de minha leitura do acúmulo de experiências que vivenciei, o que destaco como importante e faço o relato é um recorte pensado neste momento de minha vida. Nesse sentido, ao observarem o currículo e mesmo a leitura que fazem de minha trajetória, pode ocorrer lacunas e/ou mesmo incoerências temporais.

Entendo como fundamental para esta atividade o entendimento das atividades e das práticas e a relação com minhas opções técnico científicas. Espero ter conseguido apontar pistas deste processo no texto. No processo de produção deste material tentei deixar evidenciado a relação entre minhas atuações no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão universitária e nos órgãos de representação do coletivo da geografia e minhas opções políticas enquanto educador.

Referências

MORETTI, E.C. Atividade turística no Pantanal mato-grossense: a produção e o consumo do espaço local. **Revista Espaço e Geografia**. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília. vol. 3, p. 1-15, 2000.

MORETTI, E.C. e BANDUCCI JR., A. **Qual Paraíso?** Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. Campo Grande e São Paulo. Editora da UFMS e Editora Chronos. 2001.

MORETTI, E.C. **Paraíso visível e real oculto**. A atividade turística no Pantanal. Campo Grande: UFMS. 2006

MORETTI, E.C. e CHAVEZ, E.S. El ecoturismo en áreas kársticas tropicales: Parque Nacional Sierra da Bodoquena, MS, Brasil y Parque Nacional Viñales, Pinar del Rio, Cuba. II **Congresso Internacional Ordenacion Territorial y gestión Ambietnal**. Caceres/Espanha, 2017.

UMA VIDA ENTRE MEMÓRIAS E UM MEMORIAL³⁹

Silvana de Abreu

Notas introdutórias

Pensar um Memorial próprio certamente não se constitui em tarefa fácil. Por um lado, porque representa a constatação do tempo passado, acumulado e vivido! Por outro, porque é preciso o exercício de “separar o joio do trigo”, reconhecendo o que efetivamente “valeu a pena” fazer, mais do que outras coisas.

Refletindo sobre o tempo passado é possível reconhecer suas marcas. Heranças de quem nasceu na ditadura militar dos anos sessenta, sobreviveu sob alienação e viu desvelar-se os sentimentos reprimidos na formação superior em Geografia e no movimento estudantil.

Filha de migrantes, “gentes” do Nordeste e Sudeste brasileiro que se encontraram sob a pobreza e poucos conhecimentos escolares, mas também solidariedade e inquietações que se conduziram para uma vida simples e repleta de esperanças de um futuro melhor, em uma pequena cidade chamada Irapuru, no interior de São Paulo. A ditadura, o hino nacional diariamente cantado e entoado alto e de modo desini-

³⁹ Texto originalmente elaborado como Memorial para Provimento do Cargo de Professora Titular, na Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, visando progressão funcional à classe de **Professor Titular** da Carreira do Magistério Superior. A defesa em banca avaliadora realizou-se em 05/10/2017. A versão apresentada para publicação recebeu algumas modificações no sentido de adequação ao formato de capítulo de livro e normas editoriais, bem como a proposta das organizadoras quanto a forma.

bido, fomentava a participação das crianças e jovens em declamações de poemas que relevavam a pátria e nutriam o sentimento nacional, como algo que envaidecia, na inocência da infância que desconhecia a violência do autoritarismo, muito bem velado. Silêncios seguros protegiam as famílias!

A escola dos anos setenta, de forte cunho nacional-patriótico, foi o berço de *uma* formação, mas que no “silêncio que se ouvia”, ainda que sussurrando, expressava a contrariedade com as representações governistas da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), chamada de “panela velha” e a busca por outras possibilidades na “oposição consentida” ao Governo autoritário, representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), também nominada “panela nova”. Sem qualquer formação/prática política e formação escolar limitada e ideologizada dos meus pais, a rotina bucólica da infância também construiu críticas, desacordos, desconfortos com regras e com a pobreza. O fato é que a família se colocava em oposição à situação. Ironicamente, a oposição seria “Orestes Quêrcia”, por exemplo, do MDB!

A segunda metade dos anos setenta trouxeram experiências novas. A migração para a Região Centro-Oeste foi sem dúvida a mais profunda. Primeiro, o choque com o novo: pessoas, lugar, terra vermelha que tingia as mãos. As ruas eram largas, sem asfalto, jovens adolescentes dirigiam suas motos e desfilavam suas camionetas e carros do ano, nas tardes de domingo. Foi pouco tempo para voltar para o estado de São Paulo para estudar e viver na casa dos avós! Era 1979!

Os tempos estavam mudando. Professores e professoras, sempre tão comedidos, entraram em greve, uma, duas, muitas vezes! A escola mudou. O hino nacional ficou para as datas comemorativas e já havia expressão de crítica nas salas de aula. Nesse contexto, não poderia esquecer aquela professora de Geografia da oitava série (atual 9º ano): a Prof^a Mirtes. Ela viajava de algum município vizinho para Irapuru-SP,

na antiga “Alta Paulista”⁴⁰, e sua presença (in)visível ocupava as aulas de geografia questionando ações governamentais e relações de poder estabelecidas. Um ou dois dias da semana, a diferença entre riqueza e pobreza se fazia presente nos debates escolares. Países desenvolvidos e países subdesenvolvidos! Exploradores e explorados! Devo reconhecer que a maioria dos estudantes se preocupava pouco com aquele debate, para além do conteúdo. No entanto, ainda me lembro do livro do autor Melhem Adas que usamos e, desta professora, com detalhes!⁴¹ Esguia, circulava pela sala desafiadoramente, questionando nossos pífios e limitados conhecimentos sobre o Brasil e o mundo e também as notícias do Jornal Nacional; era irônica e irreverente, sobretudo para o momento ainda de repressão dos anos do Ditador General João Figueiredo (1979-1985).

Dúvidas sobre a realidade se somariam à euforia advinda com a juventude e a adolescência, mas se consolidariam com a Geografia, cursada em uma universidade pública, mas que alguns deveriam pagar. Os anos oitenta foram de enfrentamentos políticos e sociais. As universidades federais entraram em greve! Participar do boicote ao pagamento das taxas mensais era, no contexto, um ato de desobediência (juvenil) a um governo enfraquecido que se colocava “em transição”, mas isso foi representativo para conquistar a gratuidade do ensino superior e equiparar as universidades e fundações federais. Resistências! O curso era de formação de professores em Geografia na (F)UFMS, turma 1983, e o contexto era de Diretas Já!

⁴⁰ Era formada por municípios criados, às margens do Tronco Oeste da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na primeira metade do século XX, cuja expansão foi capitaneada pelo café. (GIL, 2007)

⁴¹ Primeiro livro escrito pelo autor para o então primeiro grau, que embora editado dentro do regime militar apresentava já algumas críticas que se consagrariam nas próximas décadas. (ADAS, 1979)

Entre tempos e espaços, (des)construções

A universidade não era uma realidade fácil de alcançar para a geração do início dos anos oitenta, sobretudo as públicas. Havia quem pudesse fazer os cursos de excelência como medicina, engenharia, odontologia, nas universidades públicas. As faculdades privadas, com poucas exceções, eram consideradas (e eram) de baixa qualidade, “pagou passou”! Mas muitas vezes era o que sobrava para quem vinha da escola secundarista pública e gostaria de cursar os cursos de formação para a docência. Não sonhei os cursos de excelência, tampouco os cursos pagos de formação de professores. O sonho da universidade demandaria ajustar as condições de existência com a faculdade. Escolhas possíveis, a geografia estava dentro de um sonho sonhado junto que se realizou.

As aprovações nos vestibulares que prestei deixaram marcas e orgulho na família. O jornal com resultado VUNESP (1983) e o nome registrado entre os aprovados ainda está guardado. Resquício de uma formação escolar meritocrática que valorizava a conquista, mesmo que a escolha possível não tenha nos levado àquela Universidade, mas à outra também conquistada e que a história mostrou, seria significativa. O tempo seguiria e os rumos se estabeleceriam pela Geografia pulsante dos anos oitenta, em todo lugar!

O IV Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG), em 1984, não poderia faltar nesse Memorial. Não há uma referência a citar no *Lattes* (que nem existia), como resultado de uma apresentação de trabalho. Apenas o certificado de participação do evento e a experiência fantástica de ter participado do (que seria descoberto mais tarde) 1º Congresso da Associação Brasileira de Geografia, após a reformulação estatutária (em 1979), que aceitaria estudantes como sócios. Condição de algumas poucas gerações, também incomum em outras associações profissionais, Arlete Moysés Rodrigues, assim se expressou sobre o processo: “... a nova

forma de organização da AGB foi um processo ímpar naquele momento. Igualdade que também pressupõe diferenças. Só os iguais podem ser diferentes.” (RODRIGUES, 2004)

Desde 1978, a Geografia viveria no apogeu da renovação crítica e esse não foi um movimento aleatório; a professora Mirtes, em 1979, lá em Irapuru-SP, estava atendida. Como esquecê-la!

A divulgação do IV CBG (sem internet, nem rede social), realizada por meio de cópias xerocopiadas de folders para inscrição, (poucos) cartazes afixados pelo Centro Universitário de Três Lagoas-MS (CEUL/UFMS) estimulava aqueles docentes do “rincão” por congregar. Mas, para jovens estudantes de Geografia era a possibilidade de conhecer os “autores”, a Universidade de São Paulo (USP), de trocar experiências no meio científico da geografia com outros estudantes, de outras universidades e ainda tinha o fetiche do alojamento no CRUSP. O evento tornou-se prioridade: motivou reuniões para organização de participação, filiações na AGB, ainda que para ter descontos nas inscrições, tudo era válido e envolvia vários estudantes e professores.

Seria apenas um Encontro na vida de uma estudante de graduação, encantada com o gigantismo do evento, do prédio, do frio e da “bagunça” relativamente organizada. Pessoas correndo, muitos grupos de todo o país largados pelos cantos fazendo o possível para aquecer-se na frieza do concreto. O alojamento não estava ainda disponível, organizado, ou algo parecido. Muitos estudantes, de todos os cantos, já se acomodavam pelos pisos do prédio da Geografia e História da FFLCH da USP. A sorte, não permitiu que o chão frio dos corredores do prédio de Geografia e História se tornasse *locus* daquela estada tão aguardada; a casa de dois docentes da USP, Manoel e Odete Seabra, se abriu ao acolhimento estudantil. Sob essa condição foi possível conhecer pessoalmente esses e outros nomes da geografia brasileira, como Milton Santos (formal e reservado), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (com quem dividiria, quase diariamente, carona da professora Odete

Seabra para a universidade), Heinz Dieter, Vera Abrão, de quem me tornaria grande amiga. Sem dúvida, seriam as oportunidades de diálogo com os professores Manoel e Odete Seabra inesquecíveis; sempre indagando sobre os diferentes debates geográficos presentes no evento, sobre os temas e abordagens, sobre as leituras possíveis, sobre a conjuntura vivida; foi uma experiência única, quase sempre regada a café forte.

A Geografia nunca mais seria a mesma para aquela estudante de primeiro ano, desde o IV CBG de 1984, seja pela percepção do papel da AGB, seja pelos debates democráticos que proporcionaria por meio de encontros e publicações.

O retorno para a Região Centro-Oeste e para o curso de Geografia não seria mais em Três Lagoas. Foi necessária a transferência para Dourados (MS), em outro *campus* da UFMS, para integrar a que viria a ser a Primeira Turma de Geografia do Centro Universitário de Dourados CEUD, formada em 1986. O tempo na universidade tinha seu próprio curso, entre aulas, movimento estudantil, monitoria; mas a Geografia se colocava como possibilidade de teoria e de prática todo o tempo. No processo de democratização da sociedade brasileira, a Geografia se fez crítica e a professora Vera Santos Abrão tem registro assegurado na memória e nesse Memorial. Pelas suas mãos chegaram as leituras, vindas dos muitos lançamentos editoriais do período; as “teorias novas” podendo ser debatidas na transição do regime militar e o texto traduzido (em cópia datilografada), “A geografia, serve, antes de mais nada, para fazer a guerra”, se faria leitura obrigatória em 1986⁴², ainda que mais adiante, em primeira edição brasileira (1988), a

⁴² O texto de Lacoste, de 1976, original em francês, foi traduzido no Brasil pela AGB São Paulo e copiado muitas vezes para divulgação. Circulava pelas universidades brasileiras e cursos de geografia como um texto não autorizado. Polêmico, o livro teve duras críticas epistemológicas a geografia tradicional francesa. Infelizmente, o tempo deu fim ao meu texto datilografado e xerocopiado. Seu paradeiro não foi possível mais determinar.

releitura trouxesse alterações importantes, inclusive no título da obra *A Geografia - isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra* (LACOSTE, 1988)

Essa obra, estudada em Prática de Ensino (sob a forma de Estágio Supervisionado), com a professora Vera Abrão, seria esmiuçada e seu sentido construído, evidentemente, a partir das histórias de vida que cada um e cada uma de nós, estudantes da primeira turma, daríamos conta de construir, carregando a perspectiva da geografia enquanto um “saber estratégico”, indispensável não apenas para a guerra e para construção ideológica (na perspectiva da crítica lacosteana), mas principalmente para toda e qualquer forma de crítica e mobilização, enfrentamentos ou lutas a serem travadas por homens e mulheres, no e com o espaço, em defesa da democracia e de melhores condições de existência. Junto a Yves Lacoste, também se juntaria leituras de Chauí (1984), como *O que é ideologia* e *Ideologia Alemã*, de Marx e Engels (1984); como referenciais de um debate que implicaria na questão do método e, fundamentalmente, na compreensão da produção da consciência – teoria, discurso e prática –, que representaria pensar e fazer a/na vida e a/geografia, cotidianamente, por (toda) uma vida (toda)!

A Geografia dos anos oitenta (e nela se formar) foi também luta pela democracia, luta de classes, movimento social (greves, passeatas, ocupações). Assim, as leituras nos moviam em direção a formação e *práxis* ... e a Geografia seria ainda representada por Sodré (1978), com *Introdução à Geografia* ou mesmo *Por uma Geografia Nova*, de Santos (1978), entre muitos outros que se colocariam no contexto de um novo modo de pensar e viver, agora “geografizado”.

A formação em Geografia (em 1986) trouxe mais que o diploma e habilitação docente; carregaria a experiência vivida e construção teórica, no interior da ebulição do movimento da chamada “Geografia

Crítica” e o movimento político estudantil, com participação no Centro Acadêmico de Geografia e no Diretório Central dos Estudantes, além da representação em colegiados de Curso e Departamento de Ciências (antigo DCI/CEUD).

A Geografia trouxe ainda o amor e companheiro Adauto de Oliveira Souza, com quem já convivia, mas me encontraria em Encontros da Geografia, para nunca mais desencontrar. Uma vida de militância e também de construção da geografia e docência, sonhando e construindo juntos: teses e campanhas, reuniões e mobilizações, filho e filha, ensino, extensão e pesquisa, Geografia e UFGD!

O I Encontro Nacional de Ensino de Geografia: Fala Professor, ocorrido em 1987, em Brasília, foi organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e foi significativo, tendo representado um encontro com a docência. A gestão da AGB (1986-1988), eleita durante o Encontro Nacional de Geografia (ENG), em Campo Grande - MS, sob direção do professor José Borzacchiello da Silva, respondeu aos anseios e deliberações do ENG 1986 ao encontrar o professor e trazê-lo para a Geografia e trazer a Geografia para o professor. Não há como não registrar essa oportunidade e o papel da AGB na formulação de ideias e pesquisas que se constituíram para o futuro da ciência geográfica e do ensino de geografia. A intensidade do I Fala Professor envolveu grupos de trabalho, palestras, trabalho de campo e manifestação pública dos docente e estudantes presentes no evento junto ao Congresso Nacional, em defesa do ensino de Geografia na escola básica. É marco histórico a ser referenciado, pois foi oportunidade ímpar para que sujeitos do “chão de fábrica” (professoras e professores) pudessem comparecer e debater teoria e prática. A vendedora ambulante de cerveja certamente não saiu da cabeça de quem lá esteve: “Olha a cervejinha, geladinha, é 25 cada, só 25!”.

Onde estará aquela moça? Quanta sede saciou e euforia amplificou ecoando pelos corredores o mantra que acompanhava as perspectivas de mudanças reais e em curso nas bases da sociedade. A Constituinte, depois “Constituição Cidadã”, estava em curso e muito havia a se dizer!

Se o IV CBG significou o encontro com a Geografia, o I Fala Professor descortinou a perspectiva para a docência, na sua essência, enquanto sentido para a minha vida. Era tempo de Renato Russo e Legião Urbana, da Aids cerceando a liberdade sexual, de direitos sociais em marcha e (re)construção democrática no Brasil.

Entre tempos e espaços, (re)construções

A questão do ensino de Geografia seria permeada pela preocupação com a prática de ensino nas escolas e, por extensão, a reflexão sobre a formação do professor, aspectos e condições que levaram ao **Mestrado** em Educação (1989-1992) “Uma análise da noção de espaço e sociedade do professor de Geografia do 1º grau: formação, discurso e prática.”, sob orientação da Professora Arlete Moysés Rodrigues. (ABREU, 1993)

Desse ponto de partida, veio a força da teoria e do debate acerca da dicotomia teoria/prática na formação, na prática escolar (formalizada) e também na Geografia, na histórica e dicotômica relação homem/natureza. Nesse contexto, é *mister* trazer ao tempo, a professora Arlete Moysés Rodrigues (Unicamp), que encarou (e compartilhou) esse desafio, fomentou debates e discussões e foi com quem a arte de orientar consolidou aprendizado e inspiração. Além disso, não deixaria de constar nesse Memorial o fato de ter sido a sua primeira orientação concluída. Condição que ela sempre comenta quan-

do nos encontramos e não me deixa esquecer!! Acredito que nossa experiência foi mutuamente importante e isso consolidou laços de amizade.⁴³

O curso de Mestrado foi cursado sem auxílio financeiro, sem afastamento das atividades, tendo conseguido um ano para concluir a redação. Essa condição foi negociada com o colega Mario Tompes, a partir da assunção de suas aulas, durante seu afastamento, para também concluir e defender sua dissertação. Motivo pelo qual foi necessário trancar o curso (por um ano), em uma troca que se realizaria no seu retorno. Aspectos de um tempo em que não havia possibilidade de substituição docente, que o investimento na qualificação do professor não era prioridade, mas que, por outro lado, ainda não se instalara a pressão pela produtividade e os colegas docentes se ajudavam para realizar a pós-graduação.

O Doutorado em Geografia (1996-2001) aconteceu sob o plano de capacitação docente do Departamento de Ciências Humanas, do então Centro Universitário de Dourados (CEUD), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A pesquisa, desenvolvida na FFLCH/USP, “Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense – contexto, propósitos e contradições”⁴⁴, sob orientação da professora Ana Maria

⁴³ A partir do Mestrado, trabalhos foram apresentados e artigos publicados, assim como foi possível a participação como palestrante/conferencista em eventos, condições que foram se consolidando e permitiram debater a formação do professor, o ensino de geografia e a prática de ensino de geografia; aspectos gratificantes do processo de amadurecimento intelectual e contribuição no fortalecimento de uma área de conhecimento pouco referenciada no âmbito da produção do conhecimento em Geografia. Assim, em 2005, por meio da AGB seção Dourados, coordenamos o 8º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (8º ENPEG). Inesquecível! Trata-se de refletir sobre a Prática de Ensino de Geografia como campo de conhecimento e linha de pesquisa. A representação dessa caminhada aqui referenciamos: ABREU (1994); ABREU (1996); ABREU (1997); ABREU (2003 B); ABREU (2012); ABREU (2013); ABREU e SOUZA (2016), entre outras.

⁴⁴ O trabalho foi recomendado para publicação e optamos pelo Banco de teses da USP (ABREU, 2001).

Marques Marangoni, se apresentou como um outro debate possível, ainda que se mantivesse a perspectiva metodológica: teoria, discurso e prática.

Ao término da pesquisa de mestrado, uma das constatações apresentadas pelos professores pesquisados era que o conhecimento sistematizado acerca da realidade sul-mato-grossense, ou mesmo regional, se realizava fundamentalmente por meio dos manuais didáticos, em uma visão “externa”, quase sempre “paulista” e/ou metropolitana, desconectada, portanto, das especificidades regionais, em flagrante descompasso com a realidade, revelando pobreza na análise do Centro-Oeste brasileiro e do “jovem” Mato Grosso do Sul, invisível, sobretudo porque quando da divisão do antigo Mato Grosso, permaneceu o novo Mato Grosso e com ele também ficou a história mato-grossense, pelo menos do ponto de vista da percepção e do discurso. Os anos que antecederam a possibilidade de afastamento, dentro da política de qualificação planejada para o quadro docente, ampliaram essa constatação, seja acompanhando estagiários em suas regências, nas escolas, seja participando como ministrante de cursos de extensão, para professores, nas redes municipais e estadual. Certamente essa foi uma condição estimulante para o rumo tomado.

Mas, também, o tempo desse Memorial deve ratificar o interesse em compreender as múltiplas relações que envolveram as transformações do que viemos a chamar na tese de doutorado, espaço mato-grossense, e que já se sabia, era pauta de interesse de estudo e planejamento pela SUDECO. Essa não foi, portanto, uma delimitação aleatória.

A SUDECO foi extinta em 1990, no contexto do desmonte do Estado brasileiro da era Collor, expresso literalmente pela destruição dos arquivos e acervos institucionais públicos. Parte de toda a produção de documentos e estudos, desde a Fundação Central, foi extraviada e/ou descartada. Muitos dos documentos que compunham o acervo do Ministério do Interior, que abrigava as superintendências, virariam papel reciclado. O curso de doutorado na USP foi iniciado com essas dificuldades:

seria necessário verdadeira via-sacra por instituições. Nesse cenário, trago o espaço do amigo e saudoso professor Willian Rosa Alves, que não se furtou a dedicar horas de seu tempo levantando fontes, fazendo cópias de materiais da SUDECO na Fundação Joaquim Nabuco (Belo Horizonte) e também na biblioteca da UFMG. Ou ainda, da bibliotecária, do Senado, remanejada do Ministério do Interior, cujo nome o tempo (e talvez a euforia) apagou da memória. Ela vislumbrou (e estava certa) a possibilidade de salvar o material que tinha encaixotado, etiquetado e visto ser jogado em caminhão basculante para ser entregue para reciclagem, e que teve parte depositada/acumulada nos porões do Senado Federal, sob ameaça de umidade e traças. Isso aconteceu, por sorte, graças à diretoria do Banco do Nordeste, que solicitou o que se referia à SUDENE, evitando que várias caixas de materiais tivessem o destino do descarte. O contato com a informação levou ao encontro com as bibliotecárias Helena Roraima e Rosa Reis, do BNE, e deu vazão à pesquisa, mas fundamentalmente, ao resgate de material da SUDECO que fora misturado com o da SUDENE e só por essa condição salvo da extinção literal.

O acervo da SUDECO, ou o que restou dele, encontra-se catalogado, digitalizado e a disposição do público, no Núcleo de Documentação Regional (NDR)/UFGD. É preciso dizer que UFMS, pelas mãos do então diretor Professor Wilson Valentim Biasotto, tem mérito nessa condução. Sem dúvida, os mais de três mil exemplares, constituídos de estudos, mapas, relatórios, programas, atas de reuniões, fotos, entre outros documentos preservados, resulta desta Pesquisa, apoiada e ratificada hoje como referência de estudos da Região Centro-Oeste, planejamento regional e Geografia do Mato Grosso do Sul.⁴⁵ Esse trabalho sobre a SU-

⁴⁵ No banco de teses da USP são 10.905 *downloads* e 10.695 visitas. (Atualizado em 06 abr. 2020 para publicação.) Ver: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28022002-232232/pt-br.php#referencias>. O interesse pela pesquisa estimulou a revisão e publicação como e-book, pela Editora UFGD. (ABREU, 2014)

DECO e seus desdobramentos protagonizou entrevista em um “Especial SUDAM/SUDECO/SUDENE – Vantagens e desvantagens” (6’25”), em 2006, em Rede Nacional, por meio da Empresa Brasileira de Comunicação (Voz do Brasil), em função das movimentações governamentais para recriação das Superintendências Regionais de Desenvolvimento. Dois pesquisadores foram entrevistados Francisco de Oliveira e Silvana de Abreu. A matéria em áudio e em texto, encontra-se publicada.⁴⁶

Naquela oportunidade, o telefone tocou as 5 horas da manhã para a entrevista. A surpresa veio depois, quando da edição, ao verificar que a entrada da matéria foi feita com a SUDECO e Francisco de Oliveira, que falou sobre a SUDENE, entraria “em coro com Silvana de Abreu”. Risos à parte, o intelectual Francisco de Oliveira teve contribuição importante para minha formação, sobretudo na graduação, para entender a questão regional e o Nordeste brasileiro, tendo feito parte da base bibliográfica e teórica para minha tese e pela sua importância intelectual, certamente no debate regional, “faço coro com Francisco de Oliveira”, sempre que possível!

Outro desdobramento importante dessa tese foi a definição pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU), de áreas patrimoniais da União para UFGD e UFMS. As áreas públicas foram adquiridas pela SUDECO, para investimentos do Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), vigência 1974-1978, e foram ocupadas pela iniciativa privada, com instalação de pesqueiros e Pousadas. A pesquisa de doutorado explicitou essa situação, no caso da Baía Negra, em Corumbá (MS) e orientou, em 2011, a retomada e passagem da guarda dessas áreas públicas e as construções nelas realizadas, ilegalmente, para as universidades públicas no Mato Grosso do Sul, para destinarem-se a projetos

⁴⁶ [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/338786--ESPECIAL-SUDAMSUDECOSUDENE---VANTAGENS-E-DES-VANTAGENS-\(-6-25-\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/338786--ESPECIAL-SUDAMSUDECOSUDENE---VANTAGENS-E-DES-VANTAGENS-(-6-25-).html) (visitado 27/08/2017 e 06/04/2020)..

de pesquisa, extensão e ensino. Esses são apenas alguns desdobramentos desta Tese⁴⁷, que assim como o acervo do NDR, se constitui como processo de construção de conhecimento para fomentar práticas.

Entre tempos e espaços, o trabalho docente

Para a geração dos anos oitenta do século XX, estudar para uma ou outra profissão tinha (e ainda tem) o componente de classe como preponderante. É preciso reconhecer que a docência foi uma condição possível, que se tornaria paixão no exercício da teoria e da prática: *fazer/saber/fazer ...*

A educação básica

Alguma experiência na educação básica começou antes mesmo da formatura, de modo que a vivência nas escolas, umas públicas, outras privadas, no noturno e também no diurno, representaram um pouco mais de dois anos. Da antiga 5ª série ao 3º ano do (antigo) colegial, foram experimentadas diferentes práticas. De maquetes a paródias, histórias em quadrinho a poemas e prosa, livro didático e filmes; essas experiências significaram aprendizados e perspectivas de produção de conhecimento.

Desse processo, pelo menos duas situações são passíveis de resgatar para essa Memória. Em uma delas, substituindo uma colega de fa-

⁴⁷ A pesquisa também protagonizou outras investigações científicas, sempre voltadas para o Mato Grosso do Sul e o debate de políticas governamentais e públicas e o papel do Estado, além de orientar outro braço da produção do conhecimento geográfico em minha atuação profissional, permitindo orientações, participação e/ou coordenação de projetos de pesquisa, além de publicações em periódicos, anais de eventos e capítulos de livros. Algumas dessas publicações: ABREU (2002); ABREU (2003 C); ABREU (2004); ABREU (2008); ABREU (2016 A), entre outros.

culdade (que já era professora no “primário”) em uma tarde quente de novembro, a pouca experiência levou ao final das atividades planejadas mais cedo do que o previsto. A proposta tirada da cartola foi uma redação sobre o “espaço da escola”. O resultado foi bombástico, pois sendo periférica, a escola não tinha sequer água filtrada ou calçamento no pátio. Era um tempo em que a função da diretoria escolar era punir; dava-se por indicação das Secretarias, a partir de compadrios, troca de favores e amizades correligionárias. Fato consumado, a amiga e professora acabou levando a cabo o diálogo junto à direção da escola e as reivindicações dos estudantes, que conquistaram filtro e água fresca, pelo menos. Desse episódio, felizmente contornado, o melhor foi a amizade mantida e a prática construída!

Em outra, a escola era privada, alunos de classe média, filhos de professores, de profissionais liberais, mas tinha também filhos de alguns fazendeiros. Afinal, os mais abastados não frequentavam essa escola de classe média. Da 5ª a 8ª série (atuais 6º a 9º ano), seguindo o planejamento aprovado pela escola, os temas debatiam implicitamente, relações de produção e de classe e produção do espaço. Aqui a situação era de professora da escola.

Com bom relacionamento com estudantes e até com a administração da escola, a militância e a causa “operária” se expressavam em broches do Che Guevara, do Movimento sem Terra, do Partido dos Trabalhadores, entre outros, todos adquiridos para contribuir financeiramente com as causas das minorias e movimentos sociais, em crescente organização.

Evidentemente, que essa condição não se manteria por muito tempo, mas, curiosamente ao final do segundo ano de trabalho (1988), veio o diálogo inesperado com a “nova” coordenadora pedagógica e que foi no mínimo inusitado, já que ela viu risco irremediável na presença de um país socialista na América do Sul, no livro didático escolhido para a escola. Evidentemente, que o manual didático tinha sido minha

responsabilidade, mas o problema todo estava no mapa, que representava a divisão do mundo em países capitalistas e países socialistas e eis que lá estava o “indevido” ponto vermelho, perto do Brasil. Era a Guiana Francesa! O tempo apagou detalhes minuciosos do diálogo, que foi em horário marcado e convocação oficial, repleto de tensão; mas entre a opção de demissão e a “correção” do mapa junto aos estudantes, não havia o que fazer a não ser aguardar a demissão e deixar a escola. Era final de 1988, o MST crescia em ocupação no Sul do Mato Grosso do Sul; Luiz Inácio Lula da Silva já aparecia como candidato a presidente da primeira eleição direta após ditadura militar. O ano de 1989 não teria sido fácil naquela escola, sob aquela coordenação pedagógica. *Polyannamente*, foi muito melhor assim!

Os trabalhos em escolas públicas e privadas aconteceram entre 1986 (ainda em formação) e 1989. Foram elas: Escola Estadual Floriano Viegas, Escola UEDI, Escola Imaculada Conceição.

A educação superior

Em março de 1989, o concurso para docência em nível superior (CEUD/UFMS) realizado e “congelado” por Decreto do Presidente Sarney, desde 1987, finalmente descongelou e as contratações represadas puderam ser efetivadas, ainda que não na mesma forma. As vagas haviam sido retiradas dos *campi* e concentradas na Pró-Reitoria de Graduação (PREG/UFMS). O concurso realizado para o Centro Universitário de Dourados (MS) serviria para contratação no Centro Universitário de Corumbá (MS) e durante nove meses a vida se revezou, entre um apartamento dividido, na “cidade branca”, o alojamento de professores da FETEMS, em Campo Grande, e o coração cravado ao Sul do estado, do outro lado do Rio. Entre as bacias dos Rios Paraguai e Paraná, as rodovias (BR 262 e 163), eixos de integração desenvolvimentista dos anos setenta e oitenta, representaram possibilidades de encontros.

Greve docente, eleição presidencial e Mestrado aconteceriam ao mesmo tempo, se misturando com as aulas e o casamento que aconteceu no meio daquele ano. O ano de 1989 foi intenso. Ao seu final, o pleito eleitoral levou a eleição do presidente (caçador de marajás) Fernando Collor de Mello, mas também trouxe a conquista da remoção para Dorados, que aconteceria com a troca de vaga ofertada e que seria ocupada, em Corumbá, pelo Professor Edvaldo Moretti. Em meio a tantas coisas vividas, difícil não lembrar do Coordenador do curso de Geografia do Centro Universitário de Corumbá/UFMS, Prof. Sérgio Isquierdo, em quem encontraria acolhimento, seja na distribuição de aulas e horário, de modo a conciliar com os créditos do Mestrado, seja no apoio e decisão de não ficar no Pantanal. Poderia ter pensado apenas no problema institucional, e o fez, também entendendo que a Instituição é formada por gentes que amam e sonham. Não abriu mão da troca certa por vaga, mas ajudou a construir a mobilidade e o futuro de um lado e do outro lado do Rio Paraguai.

Outros devem ser aqui citados, pois também estão na construção dessa carreira, como Renato Nogueira, João Bortolanza, amigos de chegada, forasteiros em Corumbá, inesquecíveis, pela vivência dividida entre reflexões teóricas, articulações e saudades. Nenhum de nós, ao final, ficou por lá. Outros destinos estavam traçados.

Da experiência do ensino fundamental e médio, no ensino superior, a disciplina de Prática de Ensino (sob a forma de Estágio Supervisionado) viria como uma luva, seja pelo Mestrado em Educação (iniciando no mesmo ano) e conciliação de leituras e debates, seja porque a preocupação com a formação do professor já florescia enquanto investigação. Também, assumiria disciplinas do tronco de Geografia Humana. Não era incomum o movimento de disciplinas e áreas muito diversas acontecer. Entre as primeiras experiências com o acompanhamento de estagiários, em uma escola em Corumbá, uma sala no ensino noturno foi

um marco importante. Em meio ao nervosismo da situação, a estagiária se voltou para a lousa, de costas para os alunos iniciou “sua regência”. Falava descompassadamente para o quadro negro e em impulso a minha atitude foi de sair da sala e ficar do lado de fora, a ouvir, apenas. Antes mesmo de chegar à porta, ainda foi possível escutar uma das alunas, solidariamente, acalmar a estagiária: “Calma professora, a outra já saiu!”

Mais do que qualquer avaliação institucionalizada, aquela moça era reconhecida como professora para aqueles alunos e isso ela havia conquistado antes da presença da professora de estágio estar lá para avaliação. A leitura possível e mais acurada levou anos de construção, mas a mais imediata seria que a orientação do estágio não é o que é, ou o que se pretende que seja, resulta de relações ensino-aprendizagem e também de confiança. A estagiária acabou aprovada. Os critérios duros da avaliação, do regulamento, foram flexibilizados para uma outra oportunidade e orientação. Dessa vez, tudo veio a bom termo.

A mudança para Dourados não alteraria significativamente o eixo de disciplinas com as quais iria trabalhar entre 1989 e 2017: Prática de ensino de Geografia (sob a forma de estágio supervisionado); Organização do Espaço Geográfico/Produção do Espaço Geográfico; Introdução à Ciência Geográfica; Geografia Regional do Brasil; Geografia das Indústrias; Regionalização do Espaço Brasileiro; Estágio Supervisionado de Geografia, As Linguagens no Ensino de Geografia; Trabalho Orientado/ Trabalho de Graduação. Nesse sentido, os debates sobre metodologia e ensino de geografia, formação de professores, epistemologias e geografia, além das regiões brasileiras, região e regionalização, espaço e sociedade, Estado e política, comporiam debates, permeados por ações de pesquisa e extensão.

A orientação de monografia, também se constituiu em uma etapa importante para a formação na Graduação em Geografia. A Disciplina Trabalho de Graduação (atualmente Trabalho Orientado) foi criada com

o Bacharelado, em 1993. Nesse sentido, desde 1995 até 2020 foram 23 monografias defendidas no curso de graduação em Geografia e alguns orientandos prosseguiram seus estudos no mestrado e isso foi e tem sido sempre muito gratificante.

A educação superior: ensino de pós-graduação

Considerada como ápice na carreira docente e um encontro com a maturidade, no final dos anos noventa, sob muita luta e fazendo parte de um grupo de professores jovens, maioria em fase de doutoramento, foi possível viabilizar a pós-graduação, que viria primeiro como *lato sensu*, em 1999, área de concentração “Ensino de Geografia e Reprodução do Espaço”, e significaria atender uma demanda reprimida de professores da rede pública, principalmente.

Para quem viveu a universidade dos anos noventa, sob Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, não é difícil entender o significado de “luta” e “resistência”! A experiência e docência na pós-graduação veio no contexto de resistência para preservar a Universidade Pública e, audaciosamente, ainda expandi-la! Ainda, acredita-se que de fato seja a pós-graduação uma experiência necessária e têm sido significativa; assim neste Memorial precisa ser referenciada, sobretudo porque foi construída aos poucos, por poucos, mas sempre muito preocupados com a qualidade e em fazer a diferença. Assim, é importante “memoriar” o esforço pessoal e coletivo para realizar e conquistar o *gran finale*, que foi criar o Mestrado, já em 2006, e depois o Doutorado na UFGD.

Para o jovem (e diminuto) corpo de docentes do curso de Geografia (CEUD/UFGD), a experiência com o Curso *lato sensu* iria pelo menos até 2004, quando foi encaminhado o último Projeto nesta modalidade. Durante o período, foi possível atuar com duas disciplinas: Ensino de Geografia e Produção do espaço geográfico (ofertada em 1999 e

2002) e Ocupação e Produção do Espaço Sul-Mato-Grossense (ofertada em 2003 e 2004). Concomitantemente, a UFMS estimularia a criação do Curso de Mestrado em Geografia (2000/2001), contando com docentes dos Centros Universitários de Dourados e Aquidauana, sob formação pouco ortodoxa, mas que na avaliação da CAPES, trouxe para Dourados (CEUD) a Coordenação (entre 2002 e 2005), a secretaria e a sede do Programa. Por três anos seguidos (2003 a 2005) foi possível ofertar a disciplina “Planejamento e Política de Desenvolvimento no Espaço Sul-Mato-Grossense”.

Em 2005, já no processo de criação da UFGD, a UFMS levou a Sede e Coordenação do curso para Aquidauana (CEUA). Em tempos recentes, depois de ter experimentado por quase uma década (2006-2014) fazer parte da administração da Universidade (UFGD), é preciso reconhecer que a gestão da UFMS agiu na defesa institucional e a despeito das tensões, era o que deveriam e poderiam fazer. Não ficaram rugas desse processo!

Nesse contexto, a Comissão Institucional para criação da UFGD (criada pelo MEC), capitaneada pela UFG, tinha sido instituída, para junto com alguns membros do antigo campus, organizar a Nova Universidade, que antes de começar perdia um curso de Mestrado. Aqui se pôde contar com a professora Celene Barreira. Membro da Comissão de criação da UFGD, pela UFG, ela responderia pela organização da pós-graduação e pesquisa, estabeleceria o diálogo junto à UFMS e à CAPES, condição que permitiu a UFGD criar um novo Programa de Pós-Graduação em Geografia, em 2006, na Faculdade de Ciências Humanas, com a primeira turma iniciando em 2007.

Para além da burocracia prevista na função que foi designada, a professora Celene Barreira se colocou como parte da UFGD e da Geografia, particularmente, e se pode construir o novo; sem dúvida, em melhores condições do que havia antes. É memorável! Essa condição

promoveu caminhos que se desdobraram para a UFMS também e para a ampliação da pós-graduação na Região Centro-Oeste, em sintonia com a CAPES e com a Política de Expansão do Ensino Superior implementada, principalmente, nos Governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e também da presidenta Dilma Rousseff.

Na mudança, com a nova área de concentração “Produção do Espaço Regional e Fronteira”, também mudaria a abordagem das disciplinas. “Planejamento, Política de Integração e desenvolvimento: aspectos da produção do espaço regional” foi a disciplina proposta e ministrada até 2014. Essa disciplina objetivava refletir a consolidação e inserção do Mato Grosso do Sul no contexto das políticas de desenvolvimento regional no Brasil e na América do Sul. Em 2017, com o credenciamento como professora permanente no doutorado, resolvi fazer uma outra proposta de disciplina: Planejamento e Políticas de Desenvolvimento no Mato Grosso do Sul. A rápida contextualização da pós-graduação na UFGD, está imbricada às histórias de vida de vários colegas, especialmente aos que começaram lá na UFMS, em 1999, sonhando juntos, mas foi a luta pela criação e instalação da UFGD que efetivamente deu sentido e perspectiva de presente e futuro.

Em 2012, quando o PPGG se preparava para o doutorado, a compreensão do significado dessa condição (diante das regras colocadas pela CAPES), trouxe a necessidade de afastamento do Programa. O ápice de experiência acumulada, sobretudo com a participação ativa na construção da Universidade, não somava pontos na Plataforma de Avaliação. A racionalidade que imperaria foi a de gestora da UFGD. Sem dúvida, não há outro lugar para registrar a magnitude que foi participar da luta e viabilizar a criação da UFGD, porque desde então não há uma só situação profissional vivida que não esteja imbricada dessa vivência e responsabilidade. O caminho traçado na pós-graduação levou a orientação de 12

(doze) trabalhos de mestrado defendidos⁴⁸, sendo que em ampla maioria os projetos estiveram permeados pela análise de discurso, teoria e prática, seja no campo do debate sobre ensino e/ou formação de professores de geografia, seja sobre os planos e programas governamentais e seus investimentos para consolidação do espaço mato-grossense.⁴⁹ Um espaço importante no campo da atuação na pós-graduação são as participações em bancas. A oportunidade de debater diferentes trabalhos, por meio da produção de conhecimento que vem sendo desenvolvida nos Programas de Pós-Graduação em Geografia tem sido oportunidade para fomentar o conhecimento de Geografia e também potencializar amizades e diálogo com pesquisadores de várias universidades⁵⁰, que a academia e os Encontros com a Geografia permitem aproximar.

A educação diferenciada: Geografia para Povos Guarani/Kaiowá

Experiência ímpar viria da participação como professora no curso de formação de professores índios: *Ara verá*, em 2001 e 2002. O convite desafiador pela professora Adir Nascimento Casaro veio com o esclarecimento sobre a origem do curso e especificidades. Reivindicado, de base, os alunos eram índios que atuavam como professores leigos em suas aldeias e reservas.

O desafio aceito (de ensino, pesquisa e extensão) implicou em construir uma Geografia “não-índia”, para além da concepção teórica

⁴⁸ Dado atualizado em 2020, com a defesa do trabalho que estava em andamento em 2017 (defesa do Memorial) Passamos de 11 para 12 trabalhos defendidos. Ainda, encontra-se em andamento três projetos de doutorado.

⁴⁹ Vimos orientando outros 06 projetos de mestrado desde 2018. De alguma forma todos eles passam pela análise de políticas governamentais e/ou públicas no Mato Grosso do Sul, bem como pela necessária compreensão do papel do Estado.

⁵⁰ Não menos importante, foram ainda 55 bancas de defesas de monografias de graduação.

e epistemologias, mas que também contribuisse com a valorização de sua condição Guarani/Kaiowá. O ponto de partida foi a discussão sobre “valores da sociedade G/K” e o papel do professor-índio como mediador do processo ensino-aprendizagem na sociedade atual. *Teko e tekohá* foram os conceitos básicos trabalhados, a partir da pesquisa das relações sociais, relações de poder e relações de produção na sociedade Guarani/Kaiowá tradicional e sociedade Guarani/Kaiowá atual. O *currículum lattes* é incapaz de colher a essência dessa experiência. A avaliação dos cursistas foi primeiro de estranhamento, em sequência, de desconfiança, mas ao final, reconhecimento de identidade e saber a ser colocado em prática. O estranhamento veio já no primeiro encontro, ao final de todo um dia de trabalho, duas questões foram apresentadas pelos estudantes índios: a velocidade das palavras e o atropelamento do tempo de descanso. A aula passou do horário combinado e a professora falava rápido e articulava muitas palavras. Recado dado, pausas nas palavras e respeito ao horário de descanso, ficou de lição. A desconfiança foi protocolada quando se tratava dos conhecimentos “cósmicos”. O movimento aparente do sol gerou desconforto, assim como a esfericidade da Terra. Diante do esforço, exemplos e experiências com um planetário e com duas laranjas embaladas em imãs e uma agulha que sustentava-se “no ar” entre as duas esferas, buscava convencer sobre o campo de atração dos corpos celestes que mantém o sistema solar, a terra e os demais planetas girando em torno do sol. Mesmo assim, a constatação era de que essa era uma condição de difícil construção. O (aparentemente) mais velho dos cursistas índios, trouxe a realidade com uma pergunta, que logo percebi importava mais que todo o conhecimento gerado e sistematizado pelos não-índios: “___ Se é assim com o Sol e a Terra, para onde se vai quando morre?” Eu havia tratado do movimento aparente do Sol, o Movimento de Translação e sobre o Movimento de Rotação da Terra, além da esfericidade desses corpos celestes.

A percepção foi de que o conhecimento importava se desse sentido ao que realmente tinha sentido: na vida e na morte. A resposta esperada veio de sobressalto com outra pergunta que saiu sem pensar muito e sem muitas opções: “___ Para onde você acha que vai?” A resposta do cursista foi certa: “___ Vai encontrar os antepassados!”. “___ Então é pra lá que vai!”, foi a minha resposta possível.

O aprendizado foi que estar lá para ensinar Geografia, História, Matemática ... não dava o direito de firmar a verdade absoluta. Aquele diálogo nunca mais sumiu das minhas lembranças e não poderia deixar de constar nesse Memorial. Aprender a ensinar, evidentemente que significa (des)construir, mas não vale tudo! Fundamentalmente, porque a verdade é sempre determinada historicamente e temporária, além de permeada pelo saber do outro. Entre 2001 e 2002, foi possível perceber, por meio do retorno de trabalhos para avaliação e as atividades realizadas por eles nas escolas, junto aos seus estudantes, que havia sinais de conhecimento geográfico. Mas, o sinal de reconhecimento foi perceptível pelo “estudo do meio e cartografia da aldeia/reserva”. Mapas (mentais) foram elaborados e misturavam as regras cartográficas estudadas (como legendas, pontos cardeais), com habilidade de reprodução imagética da percepção socioespacial e, inclusive, espaço-temporal. Os limites, pontos de referências, as casas de todos os moradores, “picada”, mata, escola, foram localizados por eles, mas também trabalhados com os seus alunos. Todos os desenhos traziam a espacialidade da área, uns com mais de uma linha traçada; quase sempre, uma dessas linhas, reconheciam como sendo de terra indígena (território), outra, era a cerca do fazendeiro. Evidentemente, não era coincidência essa representação. Ainda, seriam construídas as maquetes das aldeias e reservas, a partir da representação dos mapas.

Durante a “exposição” dos trabalhos, houve demonstração de interesse pelo lugar do outro e a avaliação mais sensível partiu de um cur-

sista: “muitas coisas são geografia. Aumento e diminuição da população é geografia. O que a gente vê e a gente percebe é geografia. Geografia, pensava que estava sempre no livro.”⁵¹ Nenhum título trouxe tanto prazer quanto fazer parte desse processo de construção que culminaria, quando da criação da Universidade Federal da Grande Dourados, em 2005, com um dos primeiros cursos institucionalizados de formação de Professores Indígenas no Brasil, *Teko Arandu*, cuja criação e luta pela sustentação pedagógica e financeira foi possível participar, como pró-reitora da UFGD.

A educação superior: ensino, pesquisa, extensão ... e tudo mais ...

Certamente que estar a mais de duas décadas como docente na Universidade Pública brasileira me permitiu muitas experiências e contribuições. Várias delas se expressaram no currículo, contudo, muitas ou não encontram espaço ou, se encontram, não tem a devida expressão simbólica. Nessa perspectiva é preciso destacar a oportunidade de viver o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) como Coordenadora de área de Geografia. Sem dúvida uma experiência capaz de consolidar aprendizado aos acadêmicos, professores supervisores, das escolas, e, sobretudo, aos jovens e crianças, estudantes da escola pública que nos recebem. Desde agosto de 2014, quando cheguei no Programa, encontrei os temas transversais e com eles se pôde construir/apreender conceitos e categorias, a partir da possibilidade do uso de diferentes linguagens. Em 2014, “Copa do Mundo”, “Eleições 2014”; em 2015, “Desigualdade Social” e “Crise Hídrica”; em 2016, “O Direito a Cidade: relações

⁵¹ Aspectos dessa experiência foram apresentadas para debate sob o título A disciplina de geografia no contexto do projeto de formação de professores-índios Guarani/Kaiwa, na oportunidade do V Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor, realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros e sediado pela UNESP de Presidente Prudente, em 2003.

de poder”; em 2017, o tema foi “ Migração: quem está migrando, para onde e por que?!”. (ABREU, 2018)

A relação com o PIBID foi de muita intensidade e integração entre ensino, pesquisa e extensão. O Programa envolveu a presença constante na escola, acompanhando doze (12) Iniciantes à Docência (ID), com intervenções temáticas e, também, pesquisa e orientação de Iniciação Científica. A percepção de que há um encantamento pelo Programa nas escolas, seja das professoras e professores (supervisores) envolvidos e acadêmicos (ID), seja dos alunos da escola básica, juntou-se a experiência também como professora de Estágio Supervisionado da Licenciatura. Essa condição levou a proposição de dois projetos de pesquisa que falarei especificamente mais adiante. O trabalho com o PIBID, vêm sendo divulgado em eventos e publicações. Mas também tem sido promovidas condições de ensino e pesquisa, com o envolvimento dos professores das escolas, bolsistas de Iniciação Científica, orientandos de Monografia, bolsistas de Iniciação à Docência, mediados pelo debate (da teoria) da política e sua realização (prática), no Grupo de Pesquisa *PPODER* (CNPq), cuja rotina semanal tem intensificado processos formativos, preparando para a pós-graduação e à docência. Exatamente nesse ponto, o caminho da produção do conhecimento e também as investigações, os diálogos estabelecidos, estão pedindo um lugar nas memórias.

Desde o começo da carreira e os caminhos nela traçados é preciso demonstrar afinal, nesse Memorial, as múltiplas experiências e os caminhos percorridos, pelo menos aqueles, que como já apontado no início, são mais representativos das vivências e se alinham com a atuação docente e a Pesquisa.

Para a universidade, efetivar uma professora ainda cursando o mestrado, se hoje está fora de cogitação, em 1989 era um “grande investimento”, mas também era um problema para o Departamento, que respondia pela situação de estágio probatório, pelas aulas e o livro pon-

to. Igualmente, era difícil o trabalho para os docentes das universidades federais, em campus do interior, porque a prioridade dos governos era “aula” na graduação, sob uma perspectiva expositiva para os cursos de licenciaturas (sobretudo de Humanas, mas não apenas), sem laboratórios, com acervo bibliográfico restrito e mínimas condições para realizar pesquisa. Nos órgãos de fomento e também na Universidade, os projetos eram parametrizados por áreas, sendo que para as “Humanas” a aprovação de recursos era quase sempre improvável. Foi preciso aprender a fazer pesquisa sem recurso, ou com subsídio próprio.

O primeiro projeto de pesquisa institucional a gente nunca esquece! Ele foi vinculado ao Centro de Documentação Regional (CDR), ente criado no final dos anos oitenta. Em 1990, a minha chegada em Dourados, removida de Corumbá-MS, levou a participação da Comissão para gestão do CDR (1991 e 1992). Desse processo, para além da relação com o projeto, foi possível dar vazão a algumas possibilidades formativas. Foi o caso do curso de formação (extensão): “A importância do arquivo e organização dos documentos”. À época, ministrado pela bibliotecária do Instituto Luiz Albuquerque (ILA-Corumbá). O objetivo era aprender a lidar com documentos e formar pessoas para trabalhar com documentos históricos. Junto com esse projeto de extensão viria a pesquisa: “Centro de Documentação Regional”. O objetivo era localizar documentos de valor histórico regional (região Centro-Oeste), enfim, consolidar e organizar o CDR. Quase uma década depois, mais de 3000 exemplares da SUDECO viriam compor o antigo Centro de Documentação Regional, renomeado Núcleo de Desenvolvimento Regional, na UFGD, e fomentar análise documental que gerou mais que uma tese de doutorado, modestamente, um importante estudo sobre a formação do espaço mato-grossense, mas principalmente sobre o significado da SUDECO enquanto instrumento de políticas para ratificar a integração nacional e ocupação dos campos e cerrado pelo agronegócio. É, acima de

tudo, uma leitura geográfica da realidade que tem respaldado estudos de diferentes áreas do conhecimento.

Os anos de 1990 e o novo século que se avizinhava se dividiriam entre a pesquisa e produção científica acerca do ensino de Geografia e a formação de professores e a preocupação com o planejamento e a produção do espaço mato-grossense. Trabalhos publicados em anais de eventos (regionais, nacionais e internacionais) e em periódicos referendam esse processo. No ano 2000, do governo FHC, racionamento de energia, salários congelados, projeto de privatização das universidades; ainda assim, viu-se a possibilidade de financiamento pela FINEP (2000-2003), para uma pesquisa importante no âmbito do Mato Grosso do Sul, com objetivo de estudos sobre a viabilidade social, ambiental e econômica do gasoduto Bolívia-Brasil: “Diagnóstico sócio-econômico e energético dos municípios cortados pelo ramal gasoduto Campo Grande/ Dourados e da microrregião de Dourados-MS”.

O projeto, realizado com pesquisadores da então UFMS e da UEMS, agregou estudos de iniciação científica, trabalho orientado e também pesquisa de mestrado. Ainda, viabilizou a criação do Laboratório de Planejamento Regional (LAPLAN), aquisição do seu primeiro computador, motivo pelo qual foi possível reivindicar uma sala para acomodar bolsistas e o próprio computador, com acesso à internet. A pesquisa envolveu 15 municípios, nos dois trajetos possíveis, que poderiam ser “cortados” pelo gasoduto e os seus resultados foram debatidos em eventos no país e no exterior, tendo gerado interesse de muitos segmentos, seja do empresariado, políticos, seja de organizações preocupadas com a questão indígena e ambiental.

Outra pesquisa importante e que convém memoriar foi coordenada pela Prof^a Lisandra Lamoso (2001-2003): “Diagnóstico Sócio-Econômico dos Municípios da Bacia do Médio Ivinhema-MS: Subsídios para o Desenvolvimento Regional.” Iniciada sem aporte financeiro, foi um es-

forço coletivo de alguns professores do curso de graduação em Geografia visando promover levantamentos e gerar conhecimento, mas também, fortalecer a investigação e a pós-graduação. Posteriormente, já com o curso de Mestrado da UFMS funcionando e com sua sede em Dourados, foi possível financiamento na FUNDECT-MS para fortalecer a análise sobre o “Médio Ivinhema”, dentro das linhas de pesquisa da pós-graduação e os docentes credenciados, com o projeto de pesquisa: “Produção do espaço geográfico nos municípios do Médio Ivinhema” (2003-2005).⁵² O foco nas políticas formuladas pelos governos, para o Mato Grosso do Sul, levou ao estudo da política hidroviária, que da mesma forma que o gasoduto *GasBol*, colocava-se como discurso de desenvolvimento e crescimento econômico. Dois projetos foram executados.

O primeiro deles, “Aspectos geográficos do transporte hidroviário no Mato Grosso do Sul”, sob coordenação de Adauto Souza, realizou levantamentos bibliográficos e contextualização do debate e uso das hidrovias nesta Unidade da Federação (2003-2005). Em 2005, sob minha coordenação, foi aprovado financiamento FUNDECT/MS para o projeto “Integração e Desenvolvimento: Política de modernização do transporte hidroviário no Mato Grosso do Sul” (2005-2007). Esses estudos, assim como outros realizados ao longo da última década do século, produziram resultados divulgados em eventos científicos. Ainda, permitiria aquisição de equipamentos e mobiliário que foram incorporados ao patrimônio do LAPLAN, como espaço institucional de Pesquisa sobre planejamento e políticas públicas e de governo. Em 2006, sob minha co-

⁵² A partir dessa pesquisa, coordenada pela prof^a Lisandra Lamoso, orientamos projetos de IC e graduação envolvendo o estado e municípios, bem como as políticas governamentais. É o caso do Programa Prove Pantanal e Banco do Povo, do Governo Estadual, gestão José Ercílio dos Santos. Mas também Programas municipais, como Programa de Economia Solidária e o Programa Apoio ao Pequeno Empreendedor (PAPE), da gestão municipal José Laerte Tetila.

ordenação, ainda seria aprovado o projeto “Avaliação das políticas públicas para populações indígenas na região Sul-fronteira (MS): o caso das aldeias Porto Lindo, em Japorã e Arroio Corá, em Paranhos”, com financiamento do CNPq (2006-2008). Essa pesquisa envolveu pesquisadores da Geografia, mas também da Antropologia e História, e viabilizou-se pela análise de discurso, seja dos documentos oficiais, seja pelo diálogo com os índios e com os representantes do poder público dos municípios em que estão localizadas as aldeias. Participaram também os professores Aداuto Souza, Jones Goettert, Levi Marques Pereira e Beatriz Landa.

Já UFGD, criada em 2005 e implantada em 2006, as atividades na pesquisa e na gestão (uma vez que assumi a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento/PROAP, em 2006) passariam a justaporem-se; apesar da intensidade desse processo, conviver e acessar outras políticas para análise e compreensão de seus impactos em Mato Grosso do Sul permitiu muitas outras possibilidades de análises. Nesse contexto, foi criado em 2006, junto com outros pesquisadores, o Grupo de Pesquisa Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional – *PPODER* (CNPq).⁵³ O Grupo tem sido (res)significado, acolhendo pesquisadores que adentraram na UFGD, mas mantendo o foco que envolve a análise de políticas de governo e de Estado, voltadas para o desenvolvimento regional e/ou de inclusão social no Mato Grosso do Sul, o que envolve, inclusive, a criação da UFGD e políticas educacionais, como aquelas voltadas para educação diferenciada e de formação.

O primeiro Governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi temática de pesquisa no interior do PPODER: “Planejamento e Desenvolvimento Regional: O papel atribuído ao estado de Mato Grosso do Sul no con-

⁵³ De fato, o Grupo de Pesquisa já existia e funcionava por meio de orientações e leituras dirigidas, mas teve em 2006 sua institucionalização por meio do Portal de Grupos de Pesquisa do CNPq.

texto do Plano Plurianual de Investimentos do Governo Federal - PPA 2004/2007”, entre 2005-2007, sob minha coordenação. Entre 2006-2009, também integrei a investigação proposta no Projeto de pesquisa “Planejamento nacional e fronteira: a inserção do Mato Grosso do Sul no Programa Faixa de Fronteira”, coordenado por Adauto Souza e realizada mediante monografias, iniciação científica e também mestrado.

Em 2009 e 2010, coordenei o Projeto “Programa “Luz para Todos” como política de desenvolvimento nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul”, com Adriano Michel Helfenstein, sob fomento da FUNDECT-MS. Esse trabalho, para além da dissertação realizada, gerou outras produções, mas também uma entre as muitas emoções que são geradas para quem pesquisa política dialogando com os sujeitos. Em uma das entrevistas realizadas, a expressão de acesso à energia elétrica foi para além da condição de acender a lâmpada. Uma senhora, beneficiária, expressou sua maior alegria, que foi ver a filha ir para a escola, pela primeira vez, com a “roupa desamassada”. Ainda me emociona lembrar aquele relato de condição mínima de cidadania que vivia e ainda vive parte importante da população do nosso país.

Em meio aos estudos de políticas, que também envolveram aquelas voltadas para as populações indígenas e a prática junto a formação diferenciada, desde o *Ará Verá*, acabei estabelecendo outros laços para pesquisar o Programa Nacional Territórios Etnoeducacionais (PNTEE). O projeto de Pesquisa “Educação Escolar Indígena no Etnoterritório do Cone Sul: a percepção dos gestores institucionais”, sob coordenação de Marina Vinha, entre 2014 – 2016, teve a interdisciplinaridade como aprendizado. O resultado dessa pesquisa levou a realização de uma oficina de formação para participação dos gestores dos municípios em que haviam assinado o “Pacto de Educação Diferenciada”, no Mato Grosso do Sul. Além da experiência de realizar uma pesquisa, que ao final se propôs promover formação a partir do conhecimento agregado, tam-

bém realizamos a publicação de livro, cujo objetivo é fundamentalmente divulgar o Programa e contemplar os envolvidos com informações: administradores municipais e a comunidade indígena.⁵⁴

Como mencionado, ingressei no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), desde 2014, desenvolvendo ensino e extensão por meio da participação como coordenadora de Área de Geografia e orientação de 12 iniciantes à docência. Em 2015, a investigação do PIBID como política de formação de professores iniciou com o Projeto institucional, “Ensino de Geografia nas escolas de Dourados: o papel do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)”, (2015-2016), sob minha coordenação. Dessa pesquisa foi possível orientações de iniciação científica e divulgação em eventos científicos, mas também a elaboração de outro Projeto: O “Ensino de Geografia na Educação Básica: uma avaliação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Resultados e Proposições”, com apoio da FUNDECT-MS, sob minha coordenação e com participação de Adauto de Oliveira Souza; Flaviana Gasparotti Nunes; Douglas Santos; Luana Maria Gutierrez Barbosa e Odolina Lopes Fortaleza.

Esse projeto (2016-2018) tinha como objetivo principal apresentar uma metodologia de avaliação para o PIBID Geografia da UFGD, considerando que o Programa foi criado como política de Governo, em 2008, com o discurso de atuar na formação do professor e na qualidade da educação básica. Ainda, foi objetivo contribuir no enfrentamento do movimento de desmonte da educação básica, das condições de trabalho

⁵⁴ Além da oportunidade ímpar de participar com professores de diferentes áreas do conhecimento, realizar a Oficina de formação, esse trabalho nos levou a organização de uma publicação voltada para divulgação dos resultados da pesquisa, mas que também vislumbra orientar para a implementação do Território Etnoeducacional Cone Sul. ABREU (2016A)

dos professores de Geografia e para ratificar a sua importância para a formação de sujeitos, na escola. Pelo menos 04 (quatro) monografias orientadas estiveram ligadas a pesquisa sobre o PIBID.⁵⁵ Desde 2015, além das monografias, a pesquisa acumulou 11 (onze) estudos IC, com relatórios finalizados, agregando informações ao Relatório Final da Pesquisa e ao Grupo de Pesquisa. Certamente, as orientações semanais, as reuniões, os textos debatidos, os dados consolidados e socializados constituíram um núcleo que fortaleceu laços de amizade e solidariedade. Além disso, tenho agregado novos dizeres e até encontrado algumas gírias do meu tempo agora ressignificadas: Pode crê! Bixo! Boto fé! Pisa menos!

No contexto dos projetos de pesquisa desenvolvidos, orientamos diretamente 23 (vinte e três) planos de trabalho de Iniciação Científica (IC), com bolsas do CNPq e também institucionais, seja da UFMS, seja da UFGD. Vários acadêmicos que foram bolsistas de IC, além de contribuir com os projetos de Pesquisa, levantamento de dados e análises, também se constituíram em orientações de monografia e/ou de mestrado, o que é muito gratificante.

Ainda, seria possível mencionar a participação como integrante de outros projetos de pesquisa. Todos eles significaram esforços coletivos para alavancar as múltiplas possibilidades de conhecimentos, os esforços de construção e manutenção da graduação e pós-graduação e, principalmente, demonstra que há alguns sujeitos com quem foi/é possível dialogar mais, na aproximação de temáticas, na vida cotidiana e no fazer docente. Pesquisadores como André Berezuck, Adauto Souza, Edvaldo Moretti, Flaviana Nunes, Jones Goetttert, Lisandra Lamoso, Marina Vinha, Silvana Moretti, constituíram-se em sujeitos que me proporcionaram oportunidade de diálogo profícuo e aprendizagem. Minha gratidão!

⁵⁵ Até 2017, 03 monografias investigaram o PIBID de Geografia da UFGD, sendo que para esse texto atualizamos os dados até 2019.

Continuando a remexer memórias, foi possível também resgatar os projetos de **Extensão**, instrumentos de experiências e relações com a comunidade, com os colegas professores e também com os alunos. Não coincidentemente, o primeiro curso, sob a forma de projeto de Extensão foi A importância do arquivo e organização dos documentos, decorrente do período em que atuei como membro da Comissão do Centro de Documentação. Foi um curso de formação para lidar com documentos históricos, O curso foi realizado em 1990 e ministrado pela amiga *Lena*, que à época era bibliotecária do Instituto Luiz Albuquerque, em Corumbá. Parceira de morada durante o período de vivência em Corumbá, fez a gentileza de ofertar um curso de 40 horas e, como contrapartida, a oportunidade de rever uma amiga. Naquela época, realizar qualquer atividade na universidade significava abrir a própria casa para os convidados e nesse movimento consolidei amizades e relações muito interessantes.

Procurando memórias nos armários, encontrei o folder do **primeiro projeto de extensão para realização de um evento** da qual participei no DCH/CEUD. Coordenado por Adauto Souza, participei da organização junto com Ceres Moraes, Regina Moreira, Vera Abrão e Mário Tompes Silva. A proposta foi multidisciplinar e chamou-se “I Encontro Regional de Ciências Sociais”. Foram seis dias que contaram com palestrantes de outras instituições e áreas de Sociologia, Geografia e História. O pitoresco desse evento era que após as palestras, como reza a boa educação, se convidava os professores visitantes para jantar e as despesas eram cotizadas entre os organizadores acompanhantes, sobretudo porque os convidados não recebiam diárias, nem pró-labore para vir, alguns inclusive, foram hospedados em casa de professores. Evidentemente, que os convidados sequer sonhariam com isso! Se para os tempos recentes, isso pode parecer improvável, certamente para quem fazia universidade nos anos 80, 90 do século XX, a opção era fazer assim ou não fazer. A segunda hipótese nunca fez parte de minha/nossa prática! Outros eventos vieram e foram muito significativos. É o caso, por exemplo,

do X Encontro Regional de Geografia (1999) e do 8º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (ENPEG), em 2005, ambos realizados com a parceria da AGB Dourados.

A AGB, a Geografia, caminhos que se entrecruzaram: teoria e prática

O encontro com a Geografia acabou sendo o encontro com a Associação dos Geógrafos Brasileiros, sobretudo porque para participar do IV CBG, em 1984, fizemos filiação como estudante na AGB e, se a memória não falhou, a filiação foi feita pela Seção São Paulo a qual fiquei filiada por uma década. Já era 1994 quando foi possível reunir professores e acadêmicos para criar uma Comissão Pró-AGB Dourados, da qual fiz parte juntamente com os professores José Carlos Batista, Valmir Ortega, Lisandra Lamoso e o acadêmico Gilson Lomba. Desse movimento nasceria a AGB Seção Dourados, cuja primeira diretoria seria eleita para o biênio 1995-1996, que teve como primeira presidenta Lisandra Lamoso e vice-presidente Adaauto Souza. Desde a Comissão Pró-AGB Dourados, até 2004, apenas não participei da gestão 2001-2002, tendo ainda participado da diretoria de 2003-2004.

Para o biênio 1999-2000, participei como presidente da AGB Seção Dourados e em 2001-2002, minha participação foi na Diretoria Nacional, sob presidência da Prof^a Dirce Suertegaray. A atuação na AGB trouxe trocas de experiências importantes. Uma delas foi interferir de modo propositivo no debate sobre o Plano Diretor de Dourados, outra foi inserir a discussão da contratação de geógrafos, por meio de concurso, para a Prefeitura Municipal, o que nos trouxe a memória de um episódio interessante que foi a solicitação de uma agenda com o recém-eleito Prefeito de Dourados e sócio fundador da AGB Seção Dourados, José Laerte Tetila e o Secretário Luiz Carlos Ribeiro, que estava definindo os cargos a serem contratados para o Instituto de Planejamento e Meio

Ambiente (IPLAN). Na ocasião, entre as questões apresentadas por nós, estava a importância do geógrafo para pensar a cidade e o município, a surpresa com a publicação oficial dos cargos para concurso da prefeitura, que não apresentava sequer uma vaga de geógrafo e a reivindicação de revisão dessa decisão, considerando que o curso de Geografia/CEUD/UFMS formava geógrafos, de modo que também havia demanda profissional reprimida. O Secretário argumentaria que já havia vários cargos de arquitetos para “pensar a cidade”. Ainda que a adrenalina tenha subido, naquele momento, foi necessário, entre vários argumentos, lembrar que cabia à Geografia (e não à Arquitetura) a *expertise* de pensar a cidade e o município sob a perspectiva das relações e pessoas do lugar. O Secretário, que era arquiteto, quis ainda ponderar acerca dos limites orçamentários, mas Laerte Tetila havia entendido! Ao final, acabaram sendo abertas algumas vagas para geógrafos e, evidentemente, não foi mérito apenas dessa reunião, mas a AGB e a coordenação de Curso de Geografia fizeram um trabalho que logrou mudanças de rumos.

Outra condição que a AGB trouxe e com a qual construí experiências muito diretas, foi na realização de eventos. Um em especial foi o X Encontro Regional de Geografia, em 1999, que foi organizado por meio da Seção Dourados.

Foi uma jornada de contatos com muitos entes e importante parceria com a Coordenação do Curso de Geografia, o Departamento de Ciências Humanas, Centro Acadêmico de Geografia, Pró-reitoria de Ensino de Graduação/UFMS, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria do Estado do Meio Ambiente, entre outros. Na oportunidade, foram mais de 400 inscritos e a possibilidade de trazer importantes nomes da Geografia brasileira. A conferência de abertura foi proferida pelo Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves, então presidente da AGB Nacional. Mesas redondas contaram com a qualidade das discussões dos colegas Francisco Mendonça, Arlete Rodrigues, Núria Cacete, Ana Maria Marangoni.

É *mister* lembrar que a proposta ousada foi levada para a Secretaria Municipal e também para a Secretaria Estadual de Educação. A ideia era que as secretarias financiassem as inscrições e também viabilizassem a participação de professores de geografia no evento, o que de fato aconteceu! A Secretaria Estadual do Meio Ambiente, colaborou com diárias em hotéis e transporte para convidados que chegavam em Campo Grande e precisavam ser trazidos para Dourados; sem essa condição garantida seria impossível receber todos os palestrantes, em um tempo em que o aeroporto de Dourados não operava voos regulares. Foi uma grande parceria. Os professores das redes Municipal e Estadual, mas também da Rede Privada “ocuparam” a Universidade e o Evento. Na oportunidade eu era coordenadora do curso de Geografia e diretora presidente da AGB.

Estes fragmentos de memórias da construção da AGB Seção Dourados não poderiam faltar, principalmente porque estão imbricadas com minha-nossa vida, com a construção dos cursos de Graduação e Pós-graduação e com nossa formação intelectual, política e social, trazendo lugar à AGB e ao mesmo tempo construindo caminhos pessoais, coletivos! Tempos de militância, sempre!

Da minha participação na AGB Nacional é preciso registrar o esforço dos companheiros de Chapa. A tolerância e paciência de Ricardo Ogusku, foi de grande aprendizado. A convivência com Julio Suzuki, parceiro de tesouraria, fortaleceu laços de amizade que carregamos para a vida. O mesmo posso dizer da professora Dirce Suertegaray alguém que conheci no processo e que ficou para sempre como grande exemplo de democracia. O evento de João Pessoa (PB), em 2002, organizado pela nossa Gestão (2001-2002), foi um aprendizado importante sob o ponto de vista da política na nossa instituição científica e a AGB Nacional enfrentou dificuldades em sua organização, sobretudo porque foi e é preciso administrar as vaidades e vontades das representações locais, dos não representados (sem crachá) e ainda dar conta de continuar construindo a entidade.

Contribuição na construção de políticas: a Geografia e a técnica

O PRD da região sul-fronteira (MS)

O espaço e o tempo de uma vida de ensino e pesquisa em Mato Grosso do Sul, professora efetiva da UFMS, militante das causas populares e da educação, entre outras justificativas possíveis, me colocou diante da possibilidade de participação da realização/elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento (PRD) da Região Sul-Fronteira (MS). O convênio foi estabelecido entre o IPLAN/MS (Instituto de Estudos e Planejamento de MS), representante do Governo Estadual, da administração José Orcírio dos Santos e a Reitoria da UFMS. A proposta, em 2001, indicava a opção do Governo na adoção da Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável, Buarque (1999), com a qual particularmente eu tinha restrições teóricas. Seja pelo conceito de desenvolvimento local, seja pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

A decisão em fazer foi tomada a partir de várias ponderações, sobretudo concordando com argumento do colega Edvaldo Moretti, de que se não fossemos nós a fazer, outros o fariam, de outras áreas, com outros olhares e talvez, não tivessem os compromissos sociais de dar realmente voz a quem nunca era ouvido. Sem dúvida, o Governo do estado realizaria o trabalho de qualquer forma; também a UFMS cumpriria o Convênio. Era preciso reconhecer que estava na Geografia a *expertise*. Também, era sabido que dos 15 (quinze) municípios envolvidos na região Sul-Fronteira, 10 (dez) tinham aldeias e reservas, além de acampamentos, bem como vários assentamentos e acampamentos de sem terras. Se a proposta era dar “voz” aos sujeitos regionais, acredito que a decisão foi acertada. A equipe foi formada por: Edvaldo Moretti (coordenador); Adauto Souza; Silvana de Abreu; Pedro Lima; Sidnei Souza; Manfredo Rode; Agenor Azevedo e Manoel Rebelo. Também tivemos três estagiários e o geógra-

fo contratado pelo Projeto, Osmar Dantas. Divididos em três subequipes para atender os 15 municípios, partimos a realizar o trabalho.

As experiências foram muitas. Uma delas foi emblemática e aconteceu em Paranhos (MS). Nos dias próximos da realização da nossa Oficina, proprietários de chácaras que já vinham em conflito com povos G/K em disputa de terras, entraram em confronto direto com índios e acabaram presos. É claro que essa situação se refletiu na opinião do poder municipal, sobretudo, porque era a prefeitura que viabilizava o transporte para pessoal de assentamentos e povos indígenas. Com ou sem apoio da prefeitura, o fato é que os índios compareceram, eram pelo menos 20 (vinte), representando cinco diferentes territórios: aldeias, acampamentos e reserva. Entre a alegria com a chegada deles e o transcorrer da oficina, uma dificuldade foi que os indígenas precisavam se dividir entre os grupos para poder opinar e “faltava cacique”; cada grupo queria ficar junto com sua liderança. A outra, foi controlar a ira dos proprietários de terras e também dos seus apoiadores, que não eram poucos.

O momento mais tenso veio, quando em defesa da propriedade privada e a indignação pelos chacareiros presos, um dos delegados participantes interrompeu a fala de um indígena, já na assembleia final, no momento de defesa de propostas e sistematização. Naquele momento, como condutora do processo, foi preciso intervir e devolver a palavra ao delegado indígena. A retomada da palavra pela liderança foi do exato ponto em que havia sido interrompido. Sem mover um músculo, nem a interrupção, nem minha intervenção pela ordem, alterou suas considerações que mantiveram o mesmo tom de voz. O sentido da resistência indígena ficou evidente, cada lugar tem seu jeito de lutar e eles mais do que os não-índios que ali estavam, sabiam o que foram fazer naquela oficina. Eu não poderia esquecer esta experiência, nem de fazê-la constar nesse Memorial.

A execução das oficinas permitiu superar na prática as questões de ordem teórica. Ainda entendo que o desenvolvimento local e a sustentabilidade são discursos ideológicos, mas o trabalho com as Oficinas são possibilidades de expressão em uma sociedade em que a verdade se apresenta pelo Jornal Nacional ou, em tempos de Trump e *fakenews*, pelo *whatsapp*, quase sempre. Quando olho o documento final desse trabalho realizado entendo que alguns avanços foram possíveis. Cito o projeto “Propiciar condições para que as comunidades indígenas possam ser atendidas e auxiliadas por seus pares” como um exemplo; o curso de formação de professores Guarani, *Ara Verá* e depois o *Teko Arandu* (UFGD), vieram nessa “pegada”.⁵⁶

Dessa experiência de planejamento participativo, tenho fomentado esforços para adaptação dessa metodologia, que utilizei na elaboração da Política Ambiental da UFGD (2011) e do PDI/UFGD (2013-2017). Da mesma forma, adaptamos para realização na Oficina de diagnóstico no Projeto de Pesquisa sobre a Educação Escolar Indígena no Etnoterritório do Cone Sul, já referenciado. Aspectos da crítica que nos permite avançar e construir muitas e outras possibilidades, sem necessariamente jogar fora, no lixo!

O PNLD – guia de livros didáticos 2007

Essa foi uma experiência vivida em 2005, a partir do convite dos professores Maria Encarnação Sposito e Eliseu Sposito (UNESP/PP) e

⁵⁶ O curso *Ara Verá* foi criado pelo Governo José Orcírio dos Santos para dar formação a professores indígenas, leigos, em nível médio. Desse processo o movimento de professores indígenas *Guarani-Kaiowá* reivindicaria a formação em nível superior. O curso Licenciatura Indígena *Teko Arandu*, sob formatação diferenciada, conquistou espaço político-pedagógico e também a criação da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), que agregaria posteriormente o curso de Licenciatura em Educação do Campo, além do Mestrado em Educação e Territorialidade.

se tratava de realizar a avaliação dos livros didáticos para constarem do Guia Nacional, para as séries iniciais do Ensino Fundamental. O trabalho foi desenvolvido durante o segundo semestre e se organizava em duplas, de modo que cada um preenchia as fichas individuais e depois juntavam-se para sistematizar o parecer técnico, para as coleções não aprovadas, ou uma resenha para as coleções aceitas. O trabalho era complexo e demandaria, logo se descobriu, atenção redobrada quanto à crítica formulada, uma vez que uma avaliação negativa exigiria sustentação teórica e empírica. Mas, ainda tinha o caso das obras não reprováveis, embora ruins do ponto de vista da concepção teórica e dos conteúdos. Classificar também era problema!

Tivemos vários encontros, verdadeiros confinamentos para fazer o trabalho, mas chegando ao final, as coleções foram sendo encaminhadas para a definição de sua condição. Em uma delas, observei que os autores falavam da Região Centro-Oeste genericamente, limitando as condições físico-naturais ao cerrado e ainda traziam como história regional a influência dos gaúchos, que teriam levado o *Tereré* para a região e inserido como hábito cultural no então Mato Grosso. Isso era imperdoável! A conversa com a Coordenação era difícil, porque, nesse caso o objetivo era convencer que a Coleção não era passível de ser distribuída. O fato é que se convencêssemos e provássemos aos coordenadores a inviabilidade da Coleção, a chance de ter problemas de recursos das editoras era sempre diminuta. Utilizamos vários argumentos para demonstrar a baixa qualidade editorial da obra e a grande questão apresentada, sobretudo pela minha vivência no Mato Grosso do Sul, foi que o livro apresentava informação errônea, condição que desclassificava uma coleção. A observação da Coordenação foi que havia necessidade de confirmação sobre a origem do *Tereré*.

Lembrei então, que eu tinha em minha casa uma revista que falava sobre o *Tereré* e imediatamente liguei, pedi ao meu companheiro

que achasse a revista e verificasse se constava a origem. Logo ele retornaria à ligação, com a revista em mãos, confirmou a frase que respondia à pergunta feita pela coordenação. O *Tereré* tem origem Guaraní. Registrada a frase e todas as informações da revista, foi possível reprovar uma Coleção que olhava para o Centro-Oeste brasileiro com olhares de Sul. Aquela experiência me levou a confirmar o que eu já sabia, que autores de livros didáticos (ainda que não apenas), até mesmo os das séries iniciais, apresentam uma visão metropolitana de mundo, de modo que pouco se dedicam a pesquisar outras regiões que não Sudeste e Sul do Brasil, condição empobrecedora do conhecimento geográfico, já que são majoritariamente autores e editoras do eixo Sul-Sudeste que chegam as escolas públicas brasileiras. Foi uma excelente convivência e também de grande aprendizado. Logo depois de ter participado desse processo, por várias vezes já fui convidada para escrever livros didáticos. Nunca aceitei, sem dúvidas, prefiro arguir!

Contribuição administrativa com a UFMS, o DCH e o curso de Geografia (1989–2005)

Rememorando cada coisa realizada e participações, observei que olhar para o meu próprio fazer profissional, demandaria organizar os feitos nos diferentes espaços e tempos. O Curso de Geografia e o Departamento de Ciências Humanas são parte de uma vivência importante que remete a origem da minha vida profissional na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Acredito que o *curriculum vitae* em sequência permite fazer a leitura completa, mas talvez algumas questões devam ser aqui referenciadas, por achar que foram importantes para o *estado da arte*.

Efetivamente, desde que ingressei como docente na UFMS, dediquei tempo a contribuir com a Instituição e quase sempre isso se deu a partir do DCH e do Curso de Geografia do CEUD, depois CPDO, até 2005, quando se criou a UFGD. Assim, participei de Comissões de En-

sino, de Pesquisa e de Extensão, no campus, representando o DCH e/ou dentro do próprio Departamento e fui eleita para representar o CEUD (1993-1994) no Conselho Universitário (COUN), com participação na Comissão de Legislação e Normas do COUN/UFMS. Tempos políticos difíceis, de viagens para a capital, de Kombi, mas também de pão de queijo quentinho na parada da “Água Rica”.

Também, participei da Comissão de Estágio Supervisionado (COES) por anos, já que até 2006 era a única professora de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado do curso de Geografia. Também, assumi a Coordenadoria do Curso de Geografia (Graduação) e fui presidente do Colegiado de Curso de Geografia (2001-2002) por dois anos, período que me levou a participar do Conselho de Campus (2001-2002). Eram tempos de enfrentamentos internos, uma vez que o diretor nomeado não era o candidato eleito pela comunidade. Em 2003, fui indicada pelo DCH para compor a Comissão do Campus responsável pela elaboração do Projeto da Universidade Federal da Grande Dourados. Desse ponto em diante, tudo mudaria para sempre, sobretudo o DCH, o CPDO (antigo CEUD) e também mudaria o curso de Geografia!

A militância e a docência, um sonho sonhado junto ... levou à UFGD (2005-2017)

Momento fantástico da minha vida profissional foi sem dúvida a participação no processo de idealização, criação e implantação de uma universidade. Desde a elaboração do projeto, passando pela organização dos serviços e setores, dos regimentos e regulamentos, dos seus conselhos, mas sobretudo na definição da essência, criação e consolidação. Tenho orgulho de fazer parte e ajudar a construir a UFGD.

Olhando para esse conjunto (des)articulado de memórias, percebi que o ensino de geografia, sua prática e formação de professores; o discurso, a teoria e a prática em políticas para o Mato Grosso do Sul, conso-

lidaram alguns pontos a serem contabilizados em processos de avaliação. A criação da UFGD, no entanto, aparece no *Lattes* como administração. De fato, não tem muito espaço para representações simbólicas na estrutura do nosso Sistema *Lattes*!

Meu primeiro contato com a ideia de “desmembramento” da UFMS e criação da UFGD viria ainda quando eu era estudante do curso de Geografia no CEUD/UFGD. A ideia que estava sendo apresentada por Sergio Cruz, um deputado do Mato Grosso do Sul, nos idos dos anos oitenta, não me convenceu, ainda que apoiada por alguns professores respeitáveis (é o caso de Laerte Tetila e Wilson Biasotto). Sem dúvida, bem mais experientes, aqueles docentes sabiam que a condição *multicampi*, a centralização do poder em Campo Grande-MS e os enfrentamentos políticos “centro-periferia” eram limitadores de crescimento do Campus. Aquela proposta, não vingaria, até porque mais tarde descobri que uma universidade só se cria como projeto de Governo. Assim, quase sempre propostas de deputados servem apenas para dados estatísticos pró-reeleições.

O tempo trouxe lutas, desde os anos oitenta: pela democratização da sociedade, pelos movimentos sociais, pela eleição de sujeitos comprometidos com as frações mais vulneráveis da sociedade. Foi eleito um sindicalista para o Governo de Mato Grosso do Sul (e isso foi incrível!); um professor universitário (e também sindicalista) para a prefeitura de Dourados e também um sindicalista para Presidente do Brasil. Esse movimento da sociedade traria de volta o debate da criação da UFGD, para dentro do século XXI. É preciso que tenhamos a memória reconstituída. Mais uma vez Laerte Tetila e Wilson Biasotto estavam lá no CPDO (antigo CEUD), agora sob a condição de Prefeito e Secretário de Governo, apresentando a possibilidade da criação da UFGD. Havia outro contexto histórico. Dentro dessa possibilidade o debate internamente não seria fácil, mas o cenário era favorável. O “alinhamento” de governos do Partido

dos Trabalhadores (município, UF e Brasil) compareceu como discurso de convencimento, assim como Dourados como cidade universitária.

A despeito de algumas preocupações, fui indicada pelo DCH como membro da Comissão que iniciaria os primeiros estudos para viabilização da criação. A Resolução nº 056, de 07 de abril de 2003, do Conselho Diretor do Campus de Dourados/UFMS colocaria a UFGD na minha vida. Eu estava retornando da licença gestante, de modo que minha Luísa compartilharia seu desenvolvimento e crescimento com a gestação do pré-projeto para criação da UFGD (2003); depois o projeto, até chegar a materialização institucional com a criação da UFGD, em 29/07/2005 e sua implantação, em janeiro de 2006, pela Comissão de Implantação. Em 07/07/2006, fui nomeada como Pró-Reitora de Administração e Planejamento. Olho para cada documento desta Universidade e me enxergo nas linhas e entrelinhas. Partilhando com outros colegas as ideias que comporiam a UFGD como documento e como Instituição. Nada ali tem apenas eu, mas eu estou ali!

O núcleo de articulação de todo o movimento que acontecia com vistas aos muitos processos para criação da Universidade e os contratempos, movimentos políticos e enfrentamentos com as vaidades e desejos alheios de dar rumos próprios ao projeto, passava pela presença forte do antigo Departamento de Ciências Humanas, mas havia um grupo de professores, dentro do DCH que acompanhava *pari passu* cada movimento, cada matéria em jornal e articulava-se, seja internamente, seja na política externa, éramos cinco: Aduino Souza, Ceres Moraes, Damião Farias, João Carlos de Souza e Silvana de Abreu. À época, Damião Farias era chefe do DCH e seria indicado reitor *pró-tempore* da UFGD. Essa não foi uma condição aleatória. Me lembro de termos “pensado sobre a Reitoria”, quando em uma reunião do grupo de avaliação de mandato do então vereador *Biasotto*, foram traçados alguns caminhos: do Vereador à Secretaria de Governo e de Damião para a Reitoria da nova universidade, que se batalhava para criar! Era começo de 2003!

Nessa mesma lógica, definiu-se por minha indicação como pró-reitora, algum tempo depois. Havia muitos caminhos a serem construídos e trabalho a fazer para que se chegasse a essas condições. Um deles, foi a indicação de meu nome pelo DCH, para participar da comissão de planejamento, para estudo de viabilidade da criação da nova universidade, cujo protagonismo levou a distribuição de vagas para docentes, sob critérios que permitiriam aos cursos de graduação existentes, ampliarem seus quadros de professores, mas principalmente construir condições em que todos os cursos tivessem número de professores para atender todas as matérias e professores com 8 aulas/semana e tempo para pesquisa e extensão.

Uma grande assembleia foi convocada. Alunos, professores de todos os cursos, a imprensa e duas propostas apresentadas: a dos estudantes de medicina (apoiada por alguns docentes) e a da Comissão Institucional, que eu representava. Após a apresentação de todas as informações, os critérios trabalhados e o princípio de equilíbrio entre as áreas, foi aberta a palavra. A primeira fala veio do professor Dimas Graziano. O curso de Agronomia apresentava -1 (um negativo) de índice de contratação e não ganharia nenhuma vaga. Ao invés de reivindicar vagas, o professor elogiou a condição racionalizada e “democrática” da proposta, afirmando que sua construção permitiu fazer-lo enxergar, pela primeira vez, as desiguais condições de trabalho entre os docentes do Campus de Dourados/UFMS. Sem dúvida foi dado o tom do debate: proposta era pautada em dados e buscava equacionar as condições de trabalho docente. Ao final, após o enfrentamento de questionamentos sobre os critérios adotados pelas duas propostas, a proposta da Comissão, com ampla e segura maioria foi aprovada, numa assembleia que lotou o auditório do antigo CEUD, com pessoas sentadas pelos degraus e que ficaram até quase meia noite para discussão e votação. Foi inesquecível! Naquele momento, acreditamos que era possível construir uma cultura institucional que primasse pela promoção da discussão sobre recursos, vagas, edificações, prioridades, sob bases e critérios democraticamente construídos e republicanos.

A Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP) viria com a nomeação e posse no dia 07/07/2006 e com ela a participação no FORPLAD (Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das IFES). Tratava-se de um Fórum assessor da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e como tal se consolidaria como canal de diálogo direto com segmentos do governo e principalmente do MEC. Na PROAP, entre tantas coisas realizadas e demandas infundáveis, algumas foram realmente representativas. Protagonizei a construção participativa da Política Ambiental da UFGD, realizada sob forma de Oficina, em 2011. Também, sob a estrutura de planejamento participativo, presidi a Comissão de elaboração do PDI (2013-2017), tendo coordenado as Oficinas de realização dos trabalhos e organizado o documento final. Aprendizado do PRD/MS que foi (re)significado para essas experiências. (ABREU, 2015)

Muitas coisas poderiam ser ditas, mas não há espaço, também não haveria paciência para tal. Foram tantas emoções, sempre protagonizadas pelas relações difíceis entre a legalidade e a legitimidade dos pleitos. O debate sobre a aquisição do *Acervo de José Pereira Lins* expressa essa condição e foi um episódio interessante. Trata-se de um literário sul-mato-grossense reconhecido, cujo nome já era dedicado ao prédio do antigo Departamento de Comunicação (DCO), atual FACALE. O Procurador Jurídico da AGU/UFGD não aprovou a compra; os livros eram usados, não havia justificativa para a aquisição. Naquela oportunidade, o trabalho foi firmar a tese para convencer que não era compra de livros, mas a aquisição da representação da formação literária do autor, que significaria a própria alma literária do escritor. A compreensão da demanda veio a bom termo. Certamente não eliminou a necessidade (burocrática) de refazer a solicitação e explicar a condição artístico/literária, inclusive expressa em artigo da Lei 8666/1991. Mas, o fato é que se pôde efetuar a aquisição do acervo do escritor. Essas memórias necessárias me fazem ver que a consciência e o aprendizado que a gestão da UFGD proporcio-

nou, me fizeram uma docente melhor, mas também, que minha docência fez a PROAP melhor.

“Se chorei ou se sofri o importante é que emoções eu vivi”!

FORPLAD & UFGD: uma contribuição com a política de expansão do ensino superior no Brasil

O tempo e o espaço da Pró-Reitoria adquiriram sentido também dentro da atuação política que foi possível realizar junto ao FORPLAD. A inauguração da reforma da UFGD, em 2006, aconteceu sem minha presença. Era sem dúvida para todos nós um momento muito importante! Mas, não estaria nas comemorações, porque tinha assento na primeira de muitas reuniões do Fórum de Pró-Reitores de Administração e Planejamento (FORPLAD) e isso aconteceu muitas vezes! Não foi aleatório. A ocupação de espaços institucionalizados, em nível nacional, para dar visibilidade à nova universidade foi uma estratégia da Gestão UFGD.

Mundo masculino, por excelência, foi preciso construir redes e consolidar território para marcar posição e participar. Nesse sentido, trabalhei para me tornar Coordenadora da Regional Centro-Oeste e conseguir entrar para a Comissão de Modelos do Fórum, que realizava estudos para promover a distribuição de recursos para as IFES, sendo um espaço majoritariamente para boys e/ou para universidades mais consolidadas! O fato é que a Comissão em questão era extremamente cobiçada, tanto pelo contato com a SESU (Secretaria de Ensino Superior), a DIFES (Diretoria de Desenvolvimento das IFES), a SPO (Subsecretaria de Planejamento e Orçamento) e até o Secretário Executivo do MEC, que era o segundo nome na escala sucessória, com quem se discutia o orçamento para as IFES, mas porque a Comissão é que “rodava o modelo orçamentário” que gerava a distribuição do orçamento para as universidades federais. Também, eram seus membros constantemente chamados a participar das reuniões da ANDIFES. Pode-se dizer que contavam com

certo prestígio e informações sempre em primeira mão para depois serem socializadas e debatidas com os demais membros do FORPLAD!

Acredito que as mudanças de gestões nas IFES, atrairiam outras mulheres para a Comissão; pelo menos outras três colegas pró-reitoras entrariam na Comissão de Modelos, a partir de 2008 até 2014 e com muita qualidade. Sem dúvidas, foi um ganho para as relações no interior do Fórum. Entre 2012 e 2013, eu assumi a Coordenação do Forplad e construímos a indicação de uma mulher para presidência da Comissão de Modelos, Marize Peres, da UFMS. Não se trata de uma questão de gênero, mas a resistência às mulheres é sentida por todas que assumem cargos e é fato que encontrar lugar de atuação dentro dos espaços de discussão e decisão e de política envolve luta por espaços e estratégias de solidariedade.

Entre muitas situações, um episódio vivido em Brasília, na sede da ANDIFES, retrata um pouco essa situação e foi muito representativa, tendo ocorrido em uma reunião da diretoria da ANDIFES. A época, eu era Coordenadora do Forplad, Alda Sanches (UFABC), vice-coordenadora e, ainda, Marize Peres (UFMS), presidente da Comissão de Modelos/Forplad e adentramos à sala para participar da reunião, representando o Forplad. Ato imediato, o Secretário Executivo da Andifes, Gustavo Balduino perguntou: __ O FORPLAD adotou cotas (de mulheres) agora?

Era uma brincadeira e todos rimos, evidentemente, mas isso expressa a estranheza de serem todas mulheres representando um Fórum. Nada seria estranho, nem digno de graça, se fôssemos três homens ali chegando para a reunião! Não fui a primeira, nem a única mulher a ser Coordenadora do Fórum de Pró-reitores de Planejamento e Administração; outras duas mulheres já tinham sido antes, sinal de que não havia um preconceito deliberado, mas o que há é uma supremacia masculina que é numérica, evidentemente, e está na base das relações de poder dentro das instituições, inclusive das universidades. Coordenei, com apoio das Coordenações Regionais e universidades, a organização de seis

eventos nacionais do FORPLAD; conseguimos alterar o Regimento do Fórum, que passou a incorporar as mudanças ocorridas com a criação de novas IFES, no novo século, e também imprimir representatividade regional nas comissões; mas o maior avanço que pude compartilhar foi a possibilidade da aprovação, pelo Ministro da Educação, da regulamentação da distribuição do orçamento por meio de normativo legal.

O modelo de “aluno equivalente” foi construído e aperfeiçoado com o tempo, dentro do Fórum e pactuado com a Comissão de Orçamento da Andifes e com a Diretoria de Gestão e Apoio às IFES (DIFES) e Secretaria de Ensino Superior (SESU/MEC) tendo incorporado pela primeira vez a Dimensão Qualidade de Graduação (DQG) na Matriz Orçamentária. Em 2013, eu assinaria como coordenadora do FORPLAD a Nota Técnica 01/2013, juntamente com o então Presidente da Comissão de Orçamento da Andifes, Reitor Zaki Sobrinho, a Diretora Adriana Weska, da DIFES/MEC e o então Secretário da SESU, Paulo Speller. Essa foi uma ação memorável e dela me orgulho de ter participado.⁵⁷ Essa condição auxiliou para viabilizar a institucionalização da chamada Matriz OCC sob as condições legais previstas em 2010⁵⁸ e que em tempos de Golpe (2016), de crise e de novas prioridades, se coloca como instrumento legal e defesa das IFES.

Certamente, esses oito anos como Pró-Reitora da UFGD e como membro do FORPLAD, foram intensos e significativos para a minha carreira docente e também para a vida. Em 2014, o cansaço chamou a

⁵⁷ O Decreto 7.233/2010, instituiu a existência da Matriz OCC, resultado do trabalho Forplad/Andifes. A Nota Técnica 01/2013, foi publicada como Anexo I da Portaria 651, de 14/07/2013.

⁵⁸ A Portaria 651, de 14/07/2013 regulamenta o Decreto 7.233/2010, por meio do seu Anexo I.

razão e mais uma vez foi preciso redirecionar o caminho. Ficaram afetos construídos no tempo de convivência. Apesar do longo tempo, não se formaram rugas, pelo contrário, ainda sinto o acolhimento dos servidores com quem trabalhei e isso é gratificante. A recíproca é verdadeira!

O bom filho a casa torna! A FCH, o curso de Geografia ...

O reencontro com a FCH me mostrou o quanto eu me distanciei. Do antigo DCH, quando todos se conheciam, sobrou quase nada. Os encontros ficaram mais difíceis e a UFGD proporcionaria o *ir e vir* de novos e velhos docentes; viagens para eventos nacionais e internacionais, projetos, intercâmbios. Os cursos e suas comissões podem ser o melhor lugar de encontro, mas também não amplia. Burocraticamente os encontros ocorrem aos pedaços, mensalmente, nas reuniões da coordenação. Às vezes vem uns, as vezes vem outros. Em 2016, após dois anos afastada das orientações, voltaria à pós-graduação e a perspectiva é que é possível continuar contribuindo ainda por algum tempo. Finalmente, se é preciso um compromisso nesse memorial, parafraseando Lacoste, é *antes de mais nada, para fazer a guerra ...* afinal, para que serve a Geografia?!

Algumas considerações finais

Uma vida entre memórias é um Memorial

De onde parti finalizo. Desde a cidade de Irapuru (SP), onde nasci e de lá ganhei outros ares, a vida foi vivida sob pilares aprendidos: honestidade, solidariedade, compaixão, indignação... Se aprendi direito, meus pais me ensinaram esses princípios sob mantra, mas principalmente nas entrelinhas da vida, entre teoria e prática. A sorte foi minha companheira e pude encontrar um amor para partilhar comigo desses e outros valores, já tem algum tempo. Refiro-me ao meu companheiro de jornada, Adauto Souza e também aos filhos Igor e Luísa, cuja existência e amor incondicional nos fortalece. A ousadia de assumir a Pró-Reitoria

não aconteceu sem ausências, mas foi possível fazer porque encontrei solidariedade, compreensão e cumplicidade de ideias.

Fazendo essas Memórias percebi que não fiz nada que fosse apenas meu! E isso foi consolador, pois a solidão não me encontrou. Construímos, afinal, caminhos firmes para consolidar a UFGD, nos moldes de uma cultura institucional que se forjou no sonho do compromisso com a ética, com a democracia, a transparência, o respeito às decisões, a ampla divulgação das posições e decisões coletivas e, ao mesmo tempo, vejo que em todo lugar que estive o compromisso social e coletivo prevaleceu. Certamente, não é uma coincidência. É a certeza do lugar, pois nunca esqueci de onde vim, nem quem eu era, nem tive dúvida de que lado eu estava. Nada que o meu currículo possa expressar mudou isso! Assim, no contexto de todas essas memórias tem prevalecido mais aquilo que não se conta do que o que conta.

A verdade é que contar é bom, mas não é o que conta! Aspectos de um viver e experimentar que se coloca para além das possibilidades produtivas!

Referências

ABREU, S. de. O PIBID de Geografia da UFGD: abordagens e formação científica e cultural: formando conhecimento, formando sujeitos?! In: MOURA, N.S.P. *et al.* (orgs). **Pibid na UFGD: reflexões acerca da gestão 2014-2018**. V.1. Jundiá: Paco Editorial, 2018, p.133-154.

ABREU, S. de; SOUZA, A. O. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do Curso de Geografia/UFGD: linguagens, prática e formação de professores. In: **Revista GeoUERJ**, v. 1, p. 543-565, 2016.

ABREU, S. de (A). Geografia dos Territórios Etnoeducacionais no Brasil e no Mato Grosso do Sul. In: VINHA, M. (Org.). **Educação Escolar Guarani e Kaiowá: Território Etnoeducacional Cone Sul**. Maringá: Gráfica Regente, 2016, v. 1, p. 21-27.

ABREU, S. de (organizadora). Universidade Federal da Grande Dourados. **Plano de desenvolvimento institucional (2013-2017)**. Dourados – MS, Ed UFGD, 2015.

ABREU, S. de. **Planejamento Governamental: a SUDECO no Espaço Mato-grossense**. Contexto, propósitos e contradições. Dourados (MS), Editora UFGD, 2014. (edição atualizada e ampliada). Disponível em: <http://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/view/239/124/403-1>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ABREU, S. de. O estágio supervisionado na formação do professor de geografia: diálogos ininterruptos. In: ALBUQUERQUE, M.A.M. e FERREIRA, J.A.S. (Org.). **Formação, pesquisas e práticas docentes: reformas curriculares em questão**. 1ed. João Pessoa: Mídia, 2013, v. 1, p. 84-104.

ABREU, S. de. Formação do professor de Geografia: construindo conhecimento, consolidando práticas. Aspectos da relação ensino-aprendizagem. In: ANDRES, J.; FRANCISCHETT, M. N.; AGUIAR, W. G. (Org.). **Ensino de Geografia: abordagens sobre representações geocartográficas e formação de professor**. 1.ed. Cascavel: Edunioste, v. 1, p. 11-48, 2012.

ABREU, S. de. Mato Grosso do Sul - aspectos contraditórios das políticas públicas de desenvolvimento: novas/velhas práticas. In: LAMOSO, L. P. (Org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. 1.ed. Dourados: Edufgd, 2008, v. 1, p. 117-134.

ABREU, S. de. Racionalização e ideologia: o domínio do capital no espaço mato-grossense. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, v. 2, n.21, p. 169-181, 2004.

ABREU, S. de (B). Formação e estrutura curricular: pela superação de uma lógica. In: **Revista Geografares**. Vitória (ES), v. 1, p. 127-132, 2003.

ABREU, S. de. (C) O papel da SUDECO no processo de racionalização do espaço mato-grossense: planejamento e integração nacional. In: Moretti, E. C. e CALIXTO, M. J. M. S. (Org.). **Geografia e produção regional: sociedade e ambiente**. 1ªed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, v. 1, p. 177-214.

ABREU, S. de. Ocupação, racionalização e consolidação do Centro-Oeste Brasileiro: o espaço mato-grossense e a integração nacional. In: MARIN, J. R.;

VASCONELOS, C. A. (Org.). **História, Região e Identidades**. 1.ed.Campo Grande: Editora UFMS, 2002, v. 1, p. 263-290.

ABREU, S. de. **Planejamento Governamental**: a SUDECO no Espaço Matogrossense. Contexto, propósitos e contradições. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) –Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo. 2001.

ABREU, S. de. Geografia: uma disciplina do currículo escolar que trata das questões do homem e da natureza. In: **Revista de Geografia**, Campo Grande; UFMS/AGB, nº5,1997.

ABREU, S. de. Formação, discurso e prática: uma análise do professor de geografia. In: **Revista de Geografia**, Dourados- MS: AGB/Seção Dourados. Ano 1, nº2, 1996.

ABREU, S. de. A noção de espaço e sociedade desenvolvida pelo professor de geografia de primeiro grau – teoria e prática. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente: AGB, 1994. p.230-235.

ABREU, S. de. **Uma análise da noção de espaço e sociedade do professor de Geografia do 1º grau**: formação, discurso e prática. Campo Grande, 1993. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

ADAS, M. **Geografia Geral**: Quadro Político e econômico do mundo atual. 8ª série – 1º Grau. São Paulo: Moderna, 1979.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável** (2. ed. Amp. rev). IIGA, Brasília: IIGA, 1999.

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. 18 ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LACOSTE, Y. **A geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. 1. ed. São Paulo: Papirus, 1988.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

RODRIGUES, A. M. Contribuição da AGB para a construção da Geografia Brasileira. Uma outra Geografia é sempre possível. In: **Terra Livre**, nº22, v.1. São Paulo: AGB, jan-jun/2004.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

DO CEUD A UFGD: LUTAS, UTOPIAS, PASSAGENS E MEMÓRIAS⁵⁹

Adauto de Oliveira Souza

Apresentação

Este texto faz parte do Memorial e tem o escopo de cumprir a previsão legal para a promoção docente à classe de Professor Titular na UFGD, tendo passado por todas as classes e atingido a última, de Associado IV e trinta e um (31) anos de profissão, no ensino superior.

Nesse sentido, procurei fazer um relato de percurso/trajetória estudantil/acadêmica – relacionando com o meu viver/fazer – mas, priorizando minhas atividades, desde a formação inicial em Estudos Sociais e depois em Geografia, até minhas atividades profissionais relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão, mas também na administração universitária e em associações científicas e sindicais, além de outras instituições relacionadas à atuação como educador, geógrafo e cidadão.

O Memorial foi organizado em quatro partes. Em notas introdutórias, apresento o meu percurso formativo até a graduação. Igualmente, apresento aspectos do meu viver/fazer. Em seguida, apresento as considerações sobre a formação no mestrado e doutorado. Depois, relato as atividades desenvolvidas como docente, já atuando na Universidade, inicialmente na UFMS (1989 a 2005) e, posteriormente, na UFGD (2006 até os dias atuais). Por fim, trago uma leitura a que denominei considerações finais acerca do “momento” que vivemos no País e na Universidade.

⁵⁹ Memorial apresentado à Comissão Especial com vistas à promoção à Classe de Professor Titular, na carreira Docente, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

O Memorial⁶⁰ procura enfatizar os momentos/movimentos que consideramos significativos em nossa trajetória profissional. Obviamente, nem tudo foi possível relembrar ou considere importante.

Do mesmo modo, há passagens relatadas que não constam no currículo. Primeiro, porque algumas “não cabem no *Lattes*”, secundariamente, muitas foram realizadas num contexto histórico em o que *Lattes* era inexistente. Entretanto, na sua maioria as atividades podem ser consultadas no meu *Curriculum Lattes* disponível no endereço eletrônico do CNPq.

Notas introdutórias

“Reconocer a la realidad significa algo mas que conocerla. Exige saber ubicarse en el momento histórico que se vive, el cual es una forma de asombro que obliga a colocarse en un umbral desde el cual poder mirar, no solamente para contemplar sino también para actuar; la utopía, antes que nada, es la tensión del presente.”

Hugo Zemelman (2000, p.110)

Ao refletir na produção deste Memorial fiquei indagando sobre a dinâmica da minha trajetória acadêmica e institucional. Convenhamos, é uma tarefa difícil, dada a sua relação com todas as outras dimensões de nossa existência. Mas, a oportunidade me impõe tal reflexão, ainda que com o passar do tempo, muitas memórias possam ter sido perdidas ou esquecidas, o que certamente refletirá em algumas lacunas que o texto possa apresentar.

Tais lacunas, não significam, entretanto, “apagar a história”. Compreendo que é difícil dialogar com o tempo presente, o tempo da

⁶⁰ Comissão presidida pelo Prof. Edvaldo Cesar Moretti (UFGD) foi composta ainda pelos professores titulares: Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS); Wilson Valentim Biasotto (UFMS) e Paulo Roberto Joia (UFMS).

disputa política. De qualquer modo, tenho a compreensão de que neste Memorial sempre que destacamos a nossa participação e/ou coordenação em algum movimento/processo ou evento, jamais tivemos a pretensão de assumir a autoria ou participação individualmente. Concebo os processos histórica e socialmente, de modo que a totalidade do que relato a seguir, indubitavelmente, contou com a valorosa e imprescindível colaboração (melhor o comprometimento!) de outros companheiros – professores e técnicos – assim, como de alunos, seja da graduação ou da pós-graduação. Sem eles, essa trajetória teria sido impossível e desprovida de sentido. Dispensável advogar que os equívocos, estes sim, são de minha responsabilidade.

Ao reconhecer o comprometimento dos companheiros nessa jornada, é imperioso destacar a minha família. Pais trabalhadores honestos, por isso, pobres, mas “jamais perderam a ternura.” Em especial, reconheço – isso é pouco – a luta da Silvana de Abreu nessa caminhada. Sem dúvida, dividimos, somamos, multiplicamos. E historicamente sempre foi assim, desde 1986.

Nesse contexto, ainda preliminarmente, dois pressupostos que me orgulham como educador, é que em nenhum momento histórico, desde 1981, quando ingressei como acadêmico na UFMS, ainda na ditadura militar, em nenhum processo/momento histórico significativo/decisivo fui questionado – por qualquer sujeito – de que lado eu estava denotando, a meu ver, um posicionamento sempre transparente, público e jamais de neutralidade político-institucionais. Em nenhuma circunstância, ouvi alguém dizer: “fiquei surpreso com sua posição.”

Destarte, jamais pautei minha jornada priorizando os interesses próprios, nunca “coloquei a faca no pescoço de alguém”, buscando um posto ou quaisquer vantagens. Sempre que os ocupei, foi por via eleitoral, por compromissos coletivos ou institucionais. Tal postura, carrego

como um bem próprio. Sempre acreditei, como outros companheiros, que um outro mundo é possível e a educação emancipatória ocupa lugar de relevo nesse processo. Educação emancipatória concebida no sentido de não evitar conflitos e contradições, mas concebendo-os como parte constitutiva dos processos pedagógicos.

Educação, como instrumento de conhecer melhor e atuar de forma politicamente posicionada, no mundo e na vida. Educação, como direito social, humano que articula justiça social e cognitiva.

Historicamente, procurei pautar minha atuação profissional-institucional referenciado nos princípios coletivos/solidários, democráticos e públicos. Talvez, seja desnecessário tal afirmação, mas em dias atuais, as pessoas são estimuladas a se ver como uma empresa e a eliminar a concorrência, em detrimento dos projetos coletivos. Vivemos numa sociedade narcísica e ensimesmada.

Nascido em Laranja Lima, criado em Vila Vargas, distrito rural de Dourados, a origem já designa os limites aos sonhos. Minha mãe, natural de São Joaquim da Barra (SP), chegou à CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) como ela contava “no dia do suicídio do Presidente Vargas”. Portanto, em 24 de agosto de 1954. Meu pai, também paulista de Tupã (SP), chegou aos 14 anos, desapontado por trocar a vida na Alta Paulista, pela mata e pelo trabalho duro na Colônia. Contava que veio “de pé e chorando no trem, de Junqueirópolis até a estação ferroviária de Ithaum”.

Meu sonho juvenil era cursar Educação Física, mas como um filho de trabalhador rural meeiro e de uma dona de casa/lavadeira poderia estudar em Campo Grande – longe de casa – e em tempo integral?

Sonho que jamais se realizou, acabei cursando a minha segunda opção “Estudos Sociais”⁶¹, um curso de Licenciatura Curta, com apenas dois anos e meio e que me habilitaria para trabalhar unicamente no ensino fundamental (de 5ª a 8ª série, naquele contexto). Assim, a “opção” – em função da condição socioeconômica – acomodaria, ainda que secundariamente, uma relação de respeito e gosto, desde o ensino básico, com a Geografia e a História. Por mais que hoje tenha a compreensão do quanto aquele conteúdo estudado não passava de “decoreba”, de qualquer modo me levava a “viajar além de Vila Vargas”, onde residia.

No distrito de Vila Vargas (Dourados-MS), cursei o ensino fundamental. Recordo que no antigo Primário, as tarefas que exigiam acompanhamento da mãe foram todas feitas a luz de lamparina. Já bem tarde conheci o lampião. Numa primeira aproximação com a novidade – ao brincar com plástico perto de suas chamas – queimei as duas mãos; as cicatrizes até hoje expressam o resultado do deslumbramento com a técnica (daquele tempo!).

Mudamos para Dourados, justamente por recomendação do Professor Edson Félix. Minha mãe prestava serviços domésticos para sua família. Ele ministrava aulas de Português e Inglês. Ao findar a 8ª série (1977), numa reunião de pais e mestres, ele disse para minha mãe que devíamos mudar residência para Dourados, para que eu pudesse continuar meus estudos. Ela, que sabia tão somente escrever seu nome e arriscava uma e outra leitura, sem dúvida entendeu a mensagem e aceitou o desafio junto com meu pai, até então acostumado apenas com o trabalho na roça.

Crepúsculo dos anos de 1970 e a família sempre trabalhando como meeiro, ou para terceiros, o êxodo rural era inevitável. Em Dou-

⁶¹ Posteriormente em 1987, no I FALA PROFESSOR – Encontro Nacional de Professores de Geografia – participei em Brasília, em atividade coordenada pela AGB, de ato público contra o oferecimento de cursos de Licenciatura Curta.

rados, fomos procurar ajuda com os “conhecidos”. Famílias que “vieram na frente” e foram decisivas em nossas escolhas. O que e aonde estudar o ensino médio? Esses solidários conhecidos tornaram-se meus referenciais de orientação profissional/educacional. Quer ser professor? Não? Então, o curso de Magistério da Escola Menodora, não era uma opção!

O desejo era a universidade, sem nenhuma noção do que isso representava efetivamente. Em Vila Vargas, além do Prof. Edson Félix, conheci apenas uma moça que estudava em Dourados, viajando diariamente de jardineira – pela BR 163, ainda em pavimentação – era de pouco estímulo para a maioria, inclusive, porque custava caro estudar na cidade, mesmo que na escola pública.

Fui então direcionado para o “Científico”, na Escola Estadual Presidente Vargas (1978). Lá cursei todo o ensino médio, um curso científico, mas técnico (produto da ditadura militar e da Lei 5.692/1971) em “Análise de Solo”. Jamais tivemos acesso a algum laboratório ou algo semelhante. Todavia, as aulas de OSPB ou Educação Moral e Cívica eram ministradas por um general (hoje “notório saber”). Na prática, apenas fomos informados desta habilitação para a qual evidentemente não estávamos preparados. Em 1980 terminaria o “Científico” e o Brasil teria mais um entre os milhares de técnicos de coisa nenhuma, que a ditadura militar, associada ao modelo estadunidense criou.

Confesso que tive aulas com excelentes professores na Escola Estadual Presidente Vargas: Zanforlim (Física), Enoque (Matemática), Filomena (Português). Geografia era ministrada pela Prof^a Zilda, que seria minha colega de trabalho na segunda metade dos anos de 1980.

Assim, ingressei no antigo CEUD/UFMS, em 1981, concluindo minha primeira graduação no 1º semestre de 1983, já num acalorado processo de redemocratização do País. Recordo do DACA – Diretório Acadêmico Cinco de Abril –, que era o instrumento de mobilização e

luta estudantil, desse período. Muitas lembranças, notadamente da nossa presidenta Maria de Fátima a Fafá, que muito cedo nos deixou.

Por meio do DACA, em 1982, participei do Encontro Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro. Os tempos eram ainda de desconfiança e incertezas quanto as possíveis reações das forças militares de modo que o ambiente, pelo menos, aqui em Mato Grosso do Sul, ainda era um tanto quanto velado. Os encontros com lideranças estudantis que chegavam do interior, se davam na antiga rodoviária de Campo Grande (MS), ainda “camuflados”. Tive a companhia, neste evento político da UNE, do meu amigo Antonio Leopoldo Van Suype-ne, que posteriormente seria professor de História na rede pública e Secretário de Educação do Município de Dourados, na gestão do geógrafo Laerte Tetila (2001-2008).

Um dos fatos mais marcante dessa primeira aproximação com o CEUD foi o movimento liderado pelos professores Wilson Biasotto e José Laerte Tetila em prol da criação da Universidade Federal, em Dourados.

Tal movimento teve seu auge em 1983, quando o então Deputado Federal Sérgio Cruz materializou esse desejo e elaborou um Projeto,⁶² que aprovado em diversas comissões permanentes do Congresso Nacional, ficou na mesa do Presidente João Figueiredo (1979-1985) para assinatura, o que não ocorreu. Indubitavelmente, não assinou pelas contradições próprias do estabelecimento da política, nos termos apontados por Poulantzas (2000) e Mészáros (2015), em que o Estado é a arena política das disputas. Neste caso, a política do ensino superior público.

Estou convencido de que essa é a gênese histórica do processo de criação da UFGD, materializado institucionalmente, 23 anos depois,

⁶² CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei Nº 1.320, de 1983 (Do Dr. Sérgio Cruz). Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados e dá outras providências.

em 2005.⁶³ Retomarei essa experiência mais adiante, mas não sem referenciar a acolhida como política governamental, inclusive, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Concluído o curso de Ciências Sociais fui convidado pelos professores Laerte Tetila e Vera Abrão a participar como representante estudantil no processo de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Geografia, criado em setembro de 1982, para sua implantação em 1983, no então Centro Universitário de Dourados (CEUD), estrutura integrante da UFMS.⁶⁴ Sinceramente, é de se questionar quais eram os argumentos que os levaram a me convidar para tal empreitada, mas tive uma convivência/formação acadêmica memorável no curso de Estudos Sociais, com um quadro de docentes que incluía, além dos citados, os professores Wilson Biasotto, Valdeir Justino e Irene Rasslan, com os quais aprendi a desvendar o lado oculto da realidade.

A minha participação no processo de criação do Curso, praticamente delineou um percurso “natural” para complementação de minha formação de professor. Da Licenciatura Curta, veio à necessidade da Licenciatura Plena. Assim, aguardei até 1984, um ano após o ter iniciado seu funcionamento, para ingressar como portador de diploma de curso superior na Geografia. Tive que aguardar “rodar” a semestralidade, tendo em vista que aproveitei diversas disciplinas já cursadas anteriormente.

Como estudante de Geografia, fundamos, em 1984, juntamente com outros colegas, especialmente Silvana de Abreu e Artemio Franco

⁶³ A UFGD foi criada em 29 de julho de 2005, pela Lei nº 11.153, assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

⁶⁴ Oficialmente, o citado Curso obteve autorização de funcionamento através da Portaria RTR/UFMS nº 102, de 9 de setembro de 1982, e reconhecimento pela Portaria MEC nº 553, de 11 de novembro de 1987, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 1987.

Júnior, o Centro Acadêmico de Geografia (CAGEO). Tempos de luta contra o pagamento de mensalidades na Universidade. No ato da matrícula recebíamos o boleto para efetivar o pagamento. Boicote nacional não pagamos a mensalidade! Foi a resistência possível e a gratuidade foi uma conquista dos estudantes, nacionalmente.

Além de assumir tarefas políticas em um momento difícil, já que a Anistia e a abertura política eram recentes e muitos atos de repressão ainda acontecia, a gestão do CAGEO era também acadêmica na perspectiva da consolidação de um curso, em sua primeira turma, o que demandava participação como representante discente no Departamento de Ciências, antigo DCI. Fui eleito o 1º representante discente do Curso.

Busquei na memória leituras que pudesse destacar neste relato; é uma tarefa árdua, porque foram 04 anos, envolvendo diferentes disciplinas, todavia, acredito que a obra de Yves Lacoste, intitulada “A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra”, (re)lida, (re) discutida diversas vezes nas aulas de Estágio Supervisionado, ministrada pela Professora Vera Abrão, foi uma representação marcante. A cópia a que tivemos acesso foi trazida pela Professora e fora elaborada a partir de uma tradução clandestina de sua versão em francês, nos laboratórios da USP. Além de relacionar historicamente o papel da Geografia no contexto escolar e geopolítico, ao mesmo tempo, representava uma referência naquele momento de renovação da ciência geográfica brasileira. Um livro polêmico, de denúncia e de chamamento à responsabilidade política, conforme apontou José William Vesentini, em sua apresentação (abril de 1988), já em sua versão editorial e com outro título: *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.*

Conclui o Curso de Geografia em 1986, tendo ingressado por concurso público, ainda como professor auxiliar (apenas graduado), em 1989. O concurso foi realizado em 1987, mas o Presidente José Sarney (1985-1990) congelou as contratações públicas por quase dois anos e por

pouco, não perdemos o concurso público, em virtude do esgotamento de sua validade (02 anos).

Entre 1986 e 1989, enquanto aguardava ser contratado (ou não), ministrei aulas de Geografia, de OSPB, de Prática Comercial, Prática do Lar, Horticultura, em quase todas as escolas públicas de Dourados. Sempre como substituto (contrato temporário): 30 dias numa escola; mais 40 em outra e assim por diante. Vivia-se o tempo do mimeógrafo como recurso na produção de material didático para os estudantes. Os salários eram baixíssimos e a sobrevivência dependia de muitas aulas e turmas. Trabalhei, igualmente, numa escola privada.

Em 1989, já concursado na rede estadual de ensino, ministrava aulas no ensino básico, nos três períodos: de manhã, salas com 60 ou mais alunos numa unidade privada, “gurizada” bem nutrida, exigiam toda nossa energia; a tarde em uma escola distrital de Nova América (município de Caarapó, onde fui lotado pelo Estado), alunos da zona rural, traziam todo tipo de alimento para complementar a merenda e agradecer os professores e, a noite, aulas na Escola Menodora, com turmas do Magistério, em contrato temporário. Em um único dia, vivenciava três realidades educacionais completamente diferentes. Creio que tal experiência me ajudou bastante como professor.

Vivíamos a “década perdida”, no dizer dos economistas. Descobri, mais tarde, os pressupostos dessa ideologia economicista. O discurso de crise era recorrente (como ainda é!). Para os movimentos populares foi a “Década Ganha”.

Como argumenta Mészáros (2015, p.10), o Estado é muito mais que uma construção histórica para sustentar (e manter) as bases da dominação política. “É, em si, o próprio espaço dessa disputa”.

Fizemos a disputa. Lutamos e ganhamos! Mesmo num contexto mundial adverso, com avanço do neoliberalismo no Brasil, a sociedade

brasileira conseguiu produzir uma Constituição (CF 1988) que seria apropriadamente denominada por Ulisses Guimarães: “Constituição Cidadã.”

Ainda professor substituto na rede estadual, estive em caravana sindical, em Brasília. Chegamos, depois de uma longa jornada rodoviária, em um “busão” sem ar condicionado, para entregar as emendas populares aos Constituintes. Penso que valeu a viagem e a luta. Certamente, a viagem foi mais cansativa, mas não o suficiente para abater a esperança e a utopia – conforme a epígrafe – daqueles dias de redemocratização, mobilização e luta.

Nesse período, mais precisamente em 1987, tive a experiência de atuar como professor substituto na área de Sociologia, tentando minimamente cumprir uma função hercúlea de substituir o Prof. Valdeir Justino. Essa condição como professor substituto constituiu-se numa oportunidade ímpar, pois além de atuar em sala de aula, também pude participar da elaboração de um livro didático para as séries iniciais, juntamente com as professoras Regina Targa Moreira (História) e Shio Yoshikawa, do curso de Pedagogia.

A experiência foi escrever uma coletânea de livros didáticos sobre Mato Grosso do Sul, de 1ª a 4ª série, que foi aprovada por Conselho Editorial para publicação na Editora da UFMS. Em pelo menos duas ocasiões, passamos os dados bancários para o depósito dos direitos autorais, já que a obra estava pronta. Nunca saiu da editora! Aspectos de um tempo histórico em que os recursos para as Universidades eram mínimos e a operacionalização da editora não era uma prioridade.

Atualmente, sou Professor Associado IV (Classe D), da Universidade Federal da Grande Dourados, tendo atuado na formação de profissionais de Geografia, desde 1989, quando ingressei por concurso público, na então Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *Campus* de Dourados (MS).

Efetivado na condição de professor auxiliar, quando os concursos exigiam apenas graduação, construí toda a minha trajetória acadêmica no interior dessa Instituição, de tal forma que posso asseverar que “fui formado pela UFMS/UFGD”. Realidade completamente diferente dos dias atuais, nos quais, em regra, ingressam jovens docentes, muitos com pós-doutorado, mas quase sempre sem experiência no cotidiano da sala de aula e, sobretudo, das questões relativas à gestão da universidade. Muitos colegas vão ter a primeira experiência em sala de aula como professor da universidade, já portando o título de doutor. Outros tempos!

Em toda minha atividade acadêmica, atender ao tripé constituinte da Universidade foi uma obsessão: ensino, pesquisa e extensão. Isso não impediu também a minha participação em atividades administrativas. Evidentemente, que essa não tem sido uma tarefa fácil, mas sempre procurei organizar o trabalho acadêmico de modo a manter um conjunto de atividades, como a orientação de bolsistas de Iniciação Científica (IC), orientandos de pesquisas monográficas, de dissertações e teses no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), além da participação – ora como coordenador, ora como membro participante – em projetos de pesquisa, projetos de ensino e de extensão, mantendo o necessário vínculo e relação com o ensino de graduação e com a pós-graduação.

A trajetória de formação acadêmica: o mestrado e a temática da industrialização territorialmente planejada

Importante mencionar que mesmo tendo cursado duas habilitações – Estudos Sociais e Geografia – até o meu ingresso no Mestrado, praticamente não tive nenhuma experiência imediata/prática com a pesquisa. Tive excelentes professores que contribuíram significativamente com a minha formação, todavia, a pesquisa não era uma prática própria daquele tempo histórico e tal fato se relacionava, umbilicalmente, com as condições objetivas do Centro Universitário de Dourados (CEUD).

No curso de Geografia, por exemplo, havia apenas 05 docentes no seu quadro. No então projeto pedagógico não havia a monografia como trabalho de conclusão de curso (TCC). O acesso à Iniciação Científica era impossível para a realidade dos estudantes no CEUD. Entre os docentes do curso, havia três (03) mestres; condição de muita qualificação naquela época, já que não havia afastamento ou bolsa para qualificação. Os docentes levavam cerca de quatro (04) a oito (08) anos para cursar os programas de pós-graduação que também eram mínimos no país. Assim, as condições objetivas, como distâncias, não concessão de bolsas e/ou afastamentos, não permitiam ou obstaculizavam, até se pensar em fazer um doutoramento. Ainda me lembro, que no meu tempo de estudante, de todo o quadro docente do CEUD, apenas 02 eram doutores, sendo um originariamente do Equador. Nenhum era da área de Ciências Humanas.

Eram tempos difíceis. Mas, por outro lado, tais condições possibilitavam o ingresso como docente nas Universidades, na condição de professor auxiliar; reafirmando, iniciei a carreira como professor universitário e fui sendo “construído” academicamente, sob teoria e prática, prática e teoria. Assim, ser o que eu quis ser também envolvia pensar sobre as demandas próprias do Curso e envolvia sempre as condições e os interesses institucionais.

Com tais pressupostos, em 1993, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Arlete Moisés Rodrigues, docente da Unicamp e credenciada na UNESP/Presidente Prudente. Confesso publicamente, que não poderia ser mais feliz em minha escolha: excelente profissional, exemplar orientadora, solidária, aguerrida ... faltam adjetivos.

O processo de preparação para o ingresso foi tenso. Havia uma bibliografia muito extensa, porque contemplava as duas grandes áreas da Geografia (Física e Humana) e tive que nesse período (conciliar a preparação para as provas – específica e de idiomas) com a função de Coorde-

nador de Curso. Duas situações novas que exigiam esforço e dedicação. Pela condição econômica, não havia feito idiomas “no tempo certo”, o que me obrigou a dedicar mais tempo e esforço na preparação para a seleção.

Enfim, conseguimos a aprovação e iniciamos o nosso Mestrado, cujo objetivo central era compreender por que Dourados, considerada uma cidade polo de desenvolvimento regional, desde meados da década de 1970, no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975/79), contemplada com um distrito industrial, concebido governamentalmente como principal instrumento de desenvolvimento, não conseguia fazê-lo “decolar” do ponto de vista de atração de plantas industriais motrizes e em quantidade que permitisse a atividade industrial ter representatividade na geração de empregos.

Por que o Distrito Industrial de Dourados (DID) não era um instrumento capaz de impulsionar o crescimento industrial nesta cidade? Ou, por que o DID tem sua performance historicamente obstaculizada?

Assim, o objetivo era compreender o significado, as contradições, os redirecionamentos e as interações espaciais (CORREA, 1997 e CORREA, 2016) da construção deliberada de um espaço para servir a determinados objetivos da economia e da política. Procurei compreender a importância da ação estatal, por meio de uma política econômica desenvolvimentista (BIELSCHOSKY, 2000), que produziu repercussões no plano da produção espacial douradense.

Com o escopo de responder as questões colocadas e do ponto de vista da compreensão geográfica desse fato, examinei o papel de todos os agentes socioeconômicos e políticos relacionados no processo, assim como suas particularidades históricas e determinações específicas, relacionando-as com o processo de industrialização brasileira e com a sua inserção no contexto da divisão internacional do trabalho.

Constou-se que o DID, mesmo se tratando de um “espaço projetado”, não é apenas um lugar que foi produzido e transformado, mas também um componente do modo de produção capitalista que traz em seu bojo todas as contradições e formas necessárias ao desenvolvimento do capital.

A dissertação serviu para ratificar que a função do geógrafo deve ultrapassar a escala da constatação e descrição dos fenômenos. A análise produzida ofereceu os princípios do método necessário ao exame das leis da construção e reconstrução do espaço geográfico, numa fase capitalista determinada, sob um ângulo particular. Concluímos que é impossível “amarrar” uma realidade dinamicamente contraditória em modelos assumidos como harmônicos, como é apregoada pela teoria dos polos de desenvolvimento (PERROUX, 1967).

A história do DID é um processo preñado de contradições, conflitos, tensões e notadamente incapacidade estatal, no sentido de implantar e viabilizar a concepção da proposta.

Desse trabalho, inédito em Mato Grosso do Sul, se produziu um conjunto de artigos publicados em periódicos, assim como apresentações em eventos científicos, em diversas escalas, além de ter participado em audiência pública, na Câmara de Vereadores de Dourados com objetivo de discutir e encaminhar questões relativas ao desenvolvimento urbano municipal. Posteriormente, ainda seria utilizado como apoio referencial na redefinição de estratégias de desenvolvimento durante a gestão municipal do Governo do Prefeito Tetila (2001-2008).

O trabalho referenciado e colocado a serviço dos interesses científicos e/ou de administração pública foi defendido em 1995, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na UNESP, em Presidente Prudente, tendo sido intitulado: “Distrito Industrial de Dourados: intenções, resultados e perspectivas.”

O doutorado e a discussão da polarização como instrumento de desenvolvimento regional

O aprofundamento da discussão acerca do papel do Estado como indutor de políticas e a existência de distritos industriais como estratégia de desenvolvimento, no território sul-mato-grossense, viria com o doutoramento realizado na Universidade de São Paulo (USP), sob orientação da Prof^a Margarida Maria de Andrade, com quem aprendi bastante, no seu trato simples, respeitoso e estimulante a todos com quem trabalhava.

Dissertando acerca da referida problemática constatei que guardadas as suas particularidades, a sua análise articulava-se com as determinações gerais da política industrial brasileira nos seus diferentes níveis. Diante dessa constatação é que optei por ampliar a área de análise, de modo a contemplar as cidades Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas; pioneiras e oficialmente definidas como polos de desenvolvimento para a porção meridional do então Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Todas estas cidades-polos possuem distritos industriais, evidenciando, por um lado, que a proposta de industrialização dirigida se concretiza num dado espaço e, por outro, que o espaço é condição fundamental para o desenvolvimento regional baseado na indústria.

O objetivo geral da tese foi investigar o papel desempenhado pela polarização, como estratégia particular de desenvolvimento, em Mato Grosso do Sul. Mais especificamente, busquei compreender o significado geográfico da implantação dos polos de desenvolvimento e de seu principal instrumento: os distritos industriais.

Do conceito de polos de desenvolvimento foram extraídas várias diretrizes de política econômica, tal como a executada em Mato Grosso do Sul, tendo permitido uma leitura geográfica, não só para avaliação de sua apreçoada eficácia, mas principalmente para identificar as suas manifestações no espaço. (LEFEBVRE, 2000).

A criação dessas espacialidades (polos de desenvolvimentos/distritos industriais) ocorreu como resposta às necessidades históricas e sua compreensão, desse ponto de vista, depende de um entendimento contextualizado do processo de divisão do trabalho, que se estabelece a partir da segunda metade do século XX, no Brasil. Ademais, a particular polarização/industrialização destas cidades sul-mato-grossenses não se explica por si mesma, abstraída da totalidade espacial considerada. Tal como evidenciamos em epígrafe.

A história econômica do Brasil e da maior parte da América Latina, no Pós-Segunda Guerra, esteve marcada pelo esforço de industrialização por substituição de importações, como meio de romper com as amarras impostas pela dotação das chamadas vantagens comparativas, que segundo defesa da CEPAL, à época, condenaria os países não-industrializados ao papel de exportadores de matérias-primas, inibindo seu desenvolvimento.

Nesse quadro, a ideia de planejamento – com todas suas implicações ideológicas – difundiu-se e constituiu-se num dos conceitos fundamentais produzidos pelo capitalismo como instrumento de imposição do capital internacional em âmbito mundial. O desenvolvimentismo foi então colocado a serviço da manutenção do status quo e do fomento ao capitalismo nos países avançados, assim como nos países periféricos, desencadeando as explicações para o subdesenvolvimento e as formas de superá-lo.

É nesse contexto que François Perroux (1967) lançaria a teoria dos polos de desenvolvimento, sob a concepção de que com a aplicação da polarização se promoveria a eficiência econômica e a equidade regional. As regiões atrasadas se desenvolveriam e os fluxos de pessoas, bens e capitais, que de outro modo se dirigiriam para as áreas metropolitanas congestionadas, desviar-se-iam até seletivos centros regionais.

Esse discurso da importância do planejamento do desenvolvimento vem acompanhado da criação de um extenso aparato de intervenção pú-

blica na sociedade e no espaço. (IANNI, 1990). A criação de polos de desenvolvimento, a instalação de distritos industriais, assim como a dinamização das cidades de porte médio, assume papel preponderante. Dentro dessa lógica, foram criadas as superintendências de desenvolvimento regional.

É o caso da SUDECO, por exemplo, criada em 1967, além das companhias de desenvolvimento estadual, criadas em praticamente todas as Unidades da Federação. (ABREU, 2000).

A região Centro-Oeste e, singularmente o então Mato Grosso, no interior do processo de divisão regional do trabalho, buscava oferecer condições para a industrialização de matérias-primas locais, caracterizando-se como área alternativa de desconcentração industrial e, principalmente, promovendo a sua definitiva integração à economia brasileira. Com esse princípio, entende-se, tornou possível a implementação dessas áreas-polos no sul do então Mato Grosso.

Trata-se, no dizer de Lefebvre (1949) de uma “ilusão tecnocrática”, a qual supõe que se considere o Estado como um simples instrumento, como um conjunto de técnicas governamentais, indiferente, em si mesmo, as relações sociais e superior à essas relações.

Penso, que a principal contribuição da tese foi compreender, do ponto de vista geográfico, como uma política governamental executada num determinado momento histórico produziu interações espaciais (CORREA, 2016). Ademais, essa era uma temática ainda não trabalhada em Mato Grosso do Sul e serviu para “instrumentalizar” os planos regionais de desenvolvimento sustentável nessa Unidade da Federação.

Como desdobramento dessa pesquisa, dois livros foram publicados, sendo um deles, inclusive, com objetivo paradidático (SOUZA, 2008; SOUZA, 2010) para atender uma demanda de conhecimento em nível médio e/ou para graduação acerca do processo de produção do espaço sul-mato-grossense, nesse caso, sob o viés da política industrial.

Momentos importantes foram aqueles do final dos anos noventa, cuja participação no movimento político da cidade envolvia desde apoio teórico e técnico-científico para elaboração do plano de campanha/Governo do amigo e Professor Tetila, passando por reuniões para definição de estratégias, além do trabalho de campanha direta, com panfletagem depois do expediente, para pegar os trabalhadores em final de tarde, voltando do trabalho, ou mesmo aos finais de semana, visitando bairros e conversando de casa em casa, na praça na feira livre.

O desfecho dessa eleição determinaria para sempre nossa vida naquele Centro Universitário! Não tenho qualquer dúvida quanto a isso!

Trajetória no ensino superior: as atividades de ensino de graduação

Na graduação em Geografia - Licenciatura e/ou Bacharelado - tenho sido responsável por uma carga horária de trabalho dedicada às disciplinas teóricas, mas também de ordem teórico-práticas, nominalmente de Estágio Supervisionado e Trabalho Orientado (TO), que se dedica a orientação de monografias, na modalidade de conclusão de curso, com defesa pública de trabalho.

É mister destacar que o Curso de Geografia/CEUD/UFMS implantado em 1983, passou a contar com o Trabalho Orientado somente a partir de 1995, com a habilitação em Bacharelado e a sua oferta no período noturno.⁶⁵

Nesse contexto, é significativo o rol de disciplinas que ministramos durante a carreira docente até aqui. Todavia, após a criação

⁶⁵ Ao longo de minha trajetória institucional participei de bem mais de uma centena de bancas examinadoras de monografias. Essa condição foi importante para contribuir com os trabalhos, mas também para conhecer “o que foi produzido” ao longo da história.

da UFGD, foi possível verticalizar a atuação de modo que, particularmente, as disciplinas Geografia das Indústrias, Estágio Supervisionado e Trabalho Orientado (monografias), vêm sendo ministradas há pelo menos uma década.

O Estágio Supervisionado que é um componente curricular que assumi o encargo em um contexto não programado. De um lado, o Conselho Nacional de Educação/MEC aumentou a carga horária para 400 horas de estágio obrigatório e mais 400 horas de prática de ensino, que passaram a ser incorporadas à carga horária de formação de professores. Os acadêmicos do Curso de Geografia/UFGD, desde o 3º semestre passaram a ter obrigatoriedade de cursar o Estágio Supervisionado, o que impactou sobremaneira a área de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado no curso.

Além disso, com o processo de criação da UFGD, uma docente do curso de Geografia que atua na área de Ensino assumiu cargo diretivo na administração, de modo, que apesar das contratações recebidas, desde 2009, estou com tal atribuição, tendo sido inclusive, escolhido pelos pares, como presidente da Comissão de Estágio Supervisionado (COES), cargo que ocupo desde 2015.⁶⁶

Importante mencionar que a rotina semestral de orientar/supervisionar o Estágio nas escolas de Educação Básica, em Dourados, traz como consequência o encontro com ex-colegas de turma, mas, sobretudo, com ex-alunos de Geografia, hoje em sua maioria lotados nestas escolas. É sempre um encontro agradável e revigorante tomar conhecimento do trabalho realizado pelos egressos e ver que estão atuando como professores.

⁶⁶ Tendo sido encerrado apenas em julho de 2019, por ocasião da minha aposentadoria. BRASIL. DIÁRIO OFICIAL Nº 127, de 04 de julho de 2019, p.46.

Uma outra vertente tem sido a dedicação como orientador na Iniciação Científica (IC). No contexto da UFMS, anos 80 e 90, era praticamente impossível tal experiência. Com número de bolsas escasso e a priorização das chamadas “áreas duras”, ter bolsa CNPq nas licenciaturas era difícil. Sem mencionar que o título de doutorado também tinha peso e isso era um problema para o ainda jovem quadro docente, em formação, do curso de Geografia, no final dos anos 90.

Todavia, com o doutorado e a “década inclusiva”, com menciona o IPEA (2012), sobre o período de 2003 a 2012, dentro dos governos Lula e Dilma Rousseff foi possível construir a prática de orientações de Iniciação Científica, todos os anos.

É necessário afirmar, que em alguns anos, além dos 02 bolsistas (que era o limite), tive também acadêmicos na condição de iniciante à pesquisa na forma de voluntário. Essa pratica de participação na IC revelou-se, significativamente importante, tendo em vista que diversos estudantes, senão a maioria, acabou por ingressar na Pós-Graduação, chegando até o nível de Doutorado. Neste percurso já foram mais de 30 projetos de IC, até os dias atuais.

Outro elemento significativo e obrigatório, no Curso de Geografia, tem sido o Trabalho Orientado de Monografia. Introduzido desde 1993, oportunidade em que houve uma das reestruturações do Projeto Pedagógico do Curso, com a mudança para o período noturno e a introdução da habilitação em Bacharelado, não deixaria nunca mais de compor a exigência de formação para professores e também para bacharéis.

Nesse contexto – conforme publicado no Lattes –, orientei trinta e quatro (34) monografias em diversas temáticas que também serviram como uma espécie de ponte para alguns acadêmicos também ingressarem no Mestrado. Sempre argumentei que uma “monografia bem feita é um

caminho sem sobressaltos para a pós-graduação.” A experiência desses anos, reforça isso. A maioria desses alunos ingressou na Pós-Graduação.

Ainda na graduação, historicamente o Curso de Geografia tem a prática de participação de todos os seus docentes na Comissão Permanente de Apoio a Graduação. Assim, é mister afirmar singelamente, que a minha história e a história desse Curso se cruzaram de tal modo que posso afirmar ter participado de todas as discussões e reestruturações curriculares, desde a sua criação em 1982. Certamente é uma condição única, entre meus colegas e na Faculdade de Ciências Humanas.

Quantos podem dizer ter participado da criação do Curso que viria a cursar, dele ter participado e sido parte da primeira turma, ainda nele trabalhar, tendo acompanhado todas as suas fases e mudanças? Sou realmente um privilegiado!

Feitas essas considerações pretende-se discorrer sobre atividades na Pós-Graduação. Compreendendo que são atividades relacionadas e interdependentes, mas que “didaticamente” nesse Memorial é uma tentativa de permitir “visualizar as atividades realizadas”.

Atividades de Ensino de Pós-Graduação

Nossa experiência na Pós-Graduação iniciou-se ainda em 2003, um ano após concluir o doutorado. Na oportunidade, coordenei um Curso de Especialização em Geografia, na área de concentração em Desenvolvimento Regional, oferecido no período de abril de 2004 a junho de 2005.⁶⁷ Embora na modalidade *lato sensu*, era compreendido, naquele momento histórico, como um passo fundamental para a preparação para um curso *stricto sensu*. Tanto os docentes, como os alunos comungavam

⁶⁷ O mencionado curso foi aprovado pela Resolução nº 325, de 28 de novembro de 2003, do Conselho do Campus de Dourados, da UFMS.

desse sentimento. Tal compreensão efetivamente se materializou em 2004, quando o curso de Mestrado em Geografia foi criado, ainda na condição institucional de UFMS.

Além da Coordenação do mencionado curso, na oportunidade orientei cinco (05) trabalhos de pós-graduandos. Foi efetivamente a primeira experiência em ensino, orientação e coordenação da pós-graduação.

Como já mencionado, o processo de construção da formação teórica e profissional como professor na Universidade foi fundamental. Estou certo que essa vivência foi basilar para minha aprendizagem/formação, tanto como sujeito, como profissional e politicamente.

Na Pós-Graduação *stricto sensu* sou professor permanente, desde 2004, ainda no *Campus* de Dourados (UFMS). Nessa condição, além de ministrar disciplinas em Dourados e, também, em Aquidauana, foram muitas as bancas de qualificação e defesas de dissertações das quais pude participar, além de orientação de quatro (04) dissertações, ainda no então CEUD/UFMS.

Posteriormente, com o desmembramento da UFMS e criação da UFGD, em 2005, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Geografia – ainda em 2006 –, tendo como área de concentração a “Produção do Espaço Regional e a Fronteira”, temáticas marcadas pela relação dialética entre dinâmicas políticas, econômico-produtivas e físico-geográficas.

Particularmente, acabei inserido na linha de pesquisa “Políticas públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza”, a qual permeia discussões de Políticas Públicas sob diversas perspectivas: ações de planejamento e desenvolvimento regional pela atuação do Estado através de investimentos, incentivos fiscais, financiamentos; parcerias público-privada, discussão sobre integração regional sul-americana; normas de uso do território, enfim.

As possibilidades de pesquisa acerca das “dinâmicas produtivas” aglutinam estudos sobre configurações/ordenamentos territoriais produtivos determinadas pelas atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços. Portanto, as pesquisas relacionam-se à industrialização, comércio exterior e integração, economia de serviços, fluxos, circulação e logística e atividade turística na produção do espaço.

A ocasião estimula um balanço de minha atuação, desde o ingresso no mestrado em Presidente Prudente (1993), as primeiras publicações apresentáveis e o doutorado (2002).

A reflexão sobre o meu percurso/movimento acadêmico e sua dinâmica neste período, mostra que persistiu bastante fidelidade em relação ao objeto inicial de pesquisa sobre a relação do Estado com a economia e a sociedade, delineado pioneiramente, na UNESP, com a dissertação, concluída em 1995.

Hoje, é possível afirmar que o foco das minhas análises, ou seja, boa parte do que escrevo/público, ensino, pesquiso, oriento, está relacionado com a problemática do Estado, (tanto do ponto de vista atual, quanto no passado recente).

Nem sempre temos o benefício da visão retrospectiva que esse Memorial acaba por proporcionar. Portanto, meus interesses incluem um tema principal: algo como compreender e analisar as experiências práticas das políticas governamentais e públicas sul-mato-grossense e os seus desdobramentos no espaço geográfico. As suas determinações, articulações, tensões, contradições e clivagens.

Nesse sentido, entre 2004 e 2008, orientei 04 (quatro) dissertações, ainda na UFMS. Posteriormente, na UFGD orientei 10 (dez) dissertações. Quanto as teses, ainda no contexto institucional da UFGD, orientei 06 (seis) doutorados, sendo 04 (quatro) já concluídos.

Um comentário acerca da dissertação de Osmar Dantas (2004) – nosso primeiro orientando -. Tratou-se de um desdobramento de um trabalho coletivo que participamos com colegas da UFGD, em convênio com o Instituto de Planejamento de Mato Grosso do Sul. Por ora, destaca-se que este convênio nos permitiu criar e equipar o Laboratório de Planejamento Regional (LAPLAN), ainda no Centro Universitário de Dourados.

Além das atividades acadêmicas, o LAPLAN foi também um espaço de construção de encontros para debater a universidade e a política universitária, inclusive a criação da UFGD e sua implementação, em 2006.

Como argumentado no início, às temáticas que foram orientadas no mestrado e no doutorado, denotam um “diálogo” direto com o Estado e suas representações governamentais, elaborando e implementando políticas públicas que intervêm (ou se omitem)⁶⁸ em determinados setores e atividades, produzindo interações espaciais.

É válido dizer que na Pós-graduação ocupei o posto de vice-coordenador do Curso, eleito pelos pares, no período de 2011 a 2015, portanto, dois mandatos seguidos: nas gestões da Prof^a. Flaviana Gasparotti Nunes (2011-2013)⁶⁹ e do Prof. Charlei Aparecido da Silva (2013-2015).⁷⁰ Entendo, foi um tempo histórico de consolidação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, a partir do qual foi criado o Doutorado, em 2013.

⁶⁸ Discutindo o conceito de política pública, Saravia (2006, p.29) afirma que: “Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a **ações ou omissões**, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.” (Grifo meu).

⁶⁹ Nomeado através da Portaria RT 625, de 01 de setembro de 2011.

⁷⁰ Nomeado através da Portaria RT nº 918, de 29 de agosto de 2013.

Atividades de pesquisa

“... precisamos renunciar ao espetáculo dos vales, ao odor das flores, se quisermos ‘ver’ que os Alpes e o Himalaia pertencem à ‘mesma’ cadeia de montanhas.”

Castoriadis (1987, p.146)

A execução de projetos de pesquisa e de participação em grupos de estudos e de pesquisa se consubstanciou como uma prática imprescindível para a produção do nosso conhecimento. Nesse sentido, o LAPLAN (Laboratório de Pesquisa em Planejamento Regional) foi uma conquista fundamental para as atividades de pesquisa e debate do Grupo de Pesquisa PPODER⁷¹. Esse Grupo de Pesquisa, reconhecido institucionalmente, iniciou suas atividades a partir da necessidade de discutir Geografia, Estado e Planejamento Regional, tendo suas pesquisas relacionadas principalmente com o território de Mato Grosso do Sul.

O trabalho que se procurava realizar em conjunto com outros professores do curso de Geografia e respectivos orientandos, nos diferentes níveis, tem como locus o LAPLAN – sob minha coordenação de 2002 (ano de implantação) a 2013. Conforme já mencionado, o espaço foi viabilizado pela participação, em conjunto com outros professor@s da própria Geografia, como Silvana de Abreu e Edvaldo César Moretti, em projeto de pesquisa conveniado.

As atividades no LAPLAN iniciaram a partir da participação em pesquisa e parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com financiamento da GasPetro/Petrobrás. Com os recursos desse projeto foram adquiridos os equipamentos necessários para montar o referido laboratório: computador e impressora. A partir desse

⁷¹ PPODER – Grupo de Pesquisa “Política Pública e Planejamento Regional”.

“espaço” organizamos – juntamente com a Prof^a Silvana de Abreu – o Grupo de Pesquisa, para dar vazão às pesquisas e orientações sobre planejamento, políticas públicas e desenvolvimento regional.

Até então, o principal recurso didático era um retroprojektor, adquirido com recurso de inscrição de evento regional que coordenei. O antigo DCH não tinha mais que dois ou três retroprojetores e, consequentemente, não atendia a demanda dos professores. Sinceramente, ter um retroprojektor no LAPLAN se assemelhou a “uma revolução”. É um exagero. Certamente, se equivale a ter um “datashow”, nos dias de hoje para as atividades do Grupo de Pesquisa, mas acabou sendo, largamente utilizado para o ensino em sala de aula, inclusive. Atualmente, encontra-se no Laboratório de Multimeios/FCH como representação de um equipamento didático-pedagógico, mas ainda utilizado em muitas escolas, deste país.

O mencionado Grupo de Pesquisa (PPODER) constituiu-se por afinidade de temáticas, quais sejam: discutir questões relacionadas ao Estado, ao poder público e suas políticas de planejamento e desenvolvimento e teve como repercussão direta a implantação do Laboratório de Planejamento Regional e a institucionalização do próprio Grupo, que já vinha refletindo sobre textos clássicos e contemporâneos referenciados na temática/categorias Estado e Região, agrupando orientandos e outros colegas desejosos de leituras e debates.

Outros desdobramentos têm sido os estudos realizados, no que diz respeito aos diversos procedimentos metodológicos relativos ao planejamento, desde o final do século XX e que vai dar nos chamados “Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Integração”, presentes nos dois Planos Plurianuais de Investimentos (PPA) do Governo Fernando Henrique Cardoso (PPA 1992/95 e 1996-1999), do desenvolvimento sustentável, até as políticas públicas de transportes, de geração de emprego e renda e de atendimento às populações indígenas, quilombolas, passando por

Programas educacionais, como o PIBID, que vimos pesquisando desde 2015, sob a coordenação da Professora Silvana de Abreu e participação dos professores Douglas Santos e Flaviana Gasparotti Nunes, com financiamento da FUNDECT-MS.

Nesse sentido, vem sendo realizadas pesquisas, nos níveis de graduação (monografias e iniciação científica) e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Geografia, que têm como objetivos, analisar as políticas públicas implementadas nos diferentes níveis de governos, fundamentalmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento (LEFEBVRE 1972; LEFEBVRE 1976; e CASTORIADIS, 1996), como é o caso das políticas de industrialização, de produção energética e da multimodalidade nos transportes, como estratégia de desenvolvimento regional, mas também as políticas de inclusão social, de saúde/assistência básica e assistência farmacêutica, de turismo e parcerias público-privadas, de resíduos sólidos urbanos, de mobilidade urbana, de formação de professores, enfim.

Assim, temos participado de alguns projetos, seja na condição de coordenador, seja como pesquisador-colaborador e vale dizer, todos cadastrados institucionalmente e, na sua maioria, com financiamento de órgãos de fomento (Fundect e CNPq).

Tais contribuições constituem-se em um acervo de estudos de políticas públicas e de governos, operacionalizadas em Mato Grosso do Sul, tornando-se uma base de informações geográficas, técnicas e científicas, que podem subsidiar ações, projetos e programas governamentais, sob uma dialética *sui generis*, em virtude da qual o conhecimento, ao informar a pluralidade dos sujeitos envolvidos, passa a fazer parte da realidade que se busca conhecer.

Tal como evidenciado na epígrafe deste subitem procura-se utilizar uma abordagem integrada para a análise das políticas públicas. Tal opção decorre da necessidade de analisar a totalidade dos aspectos e su-

jeitos que planejam, decidem, executam, avaliam ou são beneficiados e/ou excluídos de políticas implementadas.

A referida proposta decorre do modo de conceber historicamente e conceituar as políticas públicas. Ao discutir o mencionado conceito, Di Giovanni (2009) nos diz que o mesmo extrapola a ideia de que uma política pública se constitui unicamente uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática.

Para Di Giovanni (2009, p.4/5): “a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade.” E segue dizendo que “é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal.”

Assim, desta interação se definem as políticas públicas: quais setores, espaços, gentes que serão beneficiados (ou não!) com os recursos públicos.

Analisando essa questão, Poulantzas (2000, p. 134), afirma que o Estado é a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe.⁷² Ainda em suas palavras: “O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado”.

Entender o Estado como condensação material de uma relação de forças, significa entendê-lo como um campo e um processo estratégico, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo

⁷² “(...) o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas (...), como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tais como elas se expressam, de maneira sempre específica, no seio do Estado”. (POULANTZAS, 2000, p.134)

se articulam e apresentam contradições uns em relação aos outros. Produz nesse contexto, táticas movediças e contraditórias, cujo objetivo geral ou cristalização institucional se materializam nos aparelhos estatais. Esse campo estratégico é transpassado por táticas muitas vezes explícitas, ao nível restrito onde se inserem no Estado; táticas que se entrecruzam, se combatem, encontram pontos de impacto em determinados aparelhos/órgãos, provocam curto-circuito em outros e configuram o que se chama “a política” do Estado, linha de força geral que atravessa os confrontos no seio do Estado.

O conceito de Estado deve ser identificado como a produção política, sempre em elaboração, que exprime sem separação, mas, dialeticamente no político, as relações existentes na economia. Produção política que se torna produtora de consenso, de valores, não obstante as contradições, tensões e conflitos que carrega.

Assim, enquanto forma do político, o Estado se comporta como centro de institucionalização e decisões, reconduzindo as relações sociais, garantindo desse modo, a sua própria recondução.

Isso significa dizer que, em todas as suas ações, haverá uma tensão permanente entre os interesses do capital hegemônico, os interesses das frações secundárias do capital, entre as necessidades de integração e as exigências contraditórias decorrentes do caráter de classe da estrutura social. (SOUZA, 2013).

Analizando essa questão, Oliveira (1998) acrescenta:

A formação do sistema capitalista é impensável sem a utilização dos recursos públicos, que em certos casos funcionaram quase como uma ‘acumulação primitiva’ desde o casamento dos tesouros reais ou imperiais com banqueiros e mercadores, na expansão colonial até a despossessão das terras dos índios, para cedê-las às grandes ferrovias particulares nos Estados Uni-

dos (...). Contra esse caráter pontual, que dependia ocasionalmente da força e da pressão de grupos específicos, o financiamento público contemporâneo tornou-se abrangente, estável e marcado por regras assentidas pelos principais grupos sociais e políticos. (OLIVEIRA, 1998, p. 20/1)

Foi a partir desse pressuposto que busquei compreender a lógica subjacente à definição, execução e dinâmica das políticas públicas e em torno dela busca-se em conjunto com orientandos e colegas professor@s do Grupo de Pesquisa *PPODER* estudar e compreender o Mato Grosso do Sul e também outras espacialidades como é o caso dos Territórios da Cidadania, dos indígenas e dos quilombolas, por exemplo.

Extensão, participações externas, apresentação de trabalhos

Compreendemos desde tempos longínquos que o tripé básico de uma Universidade está sustentado no Ensino, Pesquisa e Extensão. Além, obviamente da administração, que se enquadra em nosso rol de atribuições como servidores públicos, sendo caracterizado como atividade de meio. Em termos de Extensão (e cultura!) é quando se materializa o encontro da Universidade com a Sociedade, no sentido da Universidade “ir além muro” ou também quando a Sociedade “vem” a Universidade.

Concorda-se com Boaventura de Souza Santos (2018) quando menciona que:

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino. (SANTOS, 2018, p. 591)

No caso da Geografia, notadamente da habilitação em Licenciatura, essa relação se dá primordialmente com os professores da educação básica, através de cursos, treinamentos, eventos.

Em toda a trajetória percorrida se comungou dessa concepção e nesse sentido procura-se, na medida do possível, referenciar uma atuação prática a partir desse tripé. Juntamente com outros professores do curso de Geografia, mas também estudantes, técnico-administrativos, coordenamos, organizamos e colaboramos com diversas atividades de extensão. Tenho recordação quando, ainda no início deste século, a informática era distante de nós e principalmente dos nossos alunos, não havia laboratórios no Curso.⁷³ Coordenei dois cursos de extensão, sendo um de “Princípios de Informática” e outro de “Noções Básicas de Corel Draw”, ofertados no período noturno e nas instalações do antigo NECA – Núcleo Experimental de Ciências Agrárias, hoje Unidade II, da UFGD. O percurso do prédio do CEUD, na Rua João Rosa Góes, até a “Agronomia” fazíamos todos numa Kombi da universidade, inclusive o ministrante. Estávamos nos preparando para montar e “fazer funcionar o LAPLAN”.

Mais recentemente, depois de 2009, quando assumimos em conjunto com outros colegas a incumbência de ministrar a “Prática de Ensino sob a forma de estágio supervisionado em Geografia”, hoje “Estágio Supervisionado em Geografia”, foi uma estratégia desenvolver o trabalho por meio de Projetos de Extensão com os professores da rede bási-

⁷³ Implantada a Pós-Graduação em Geografia no Campus de Dourados os alunos não tinham sequer acesso a um computador. Conseguimos com um amigo – professor de outra instituição onde tinha contato com o delegado da PF – um equipamento então apreendido pela polícia, na condição de comodato para que os alunos pudessem fazer seus trabalhos. Era, sem dúvida, um equipamento relativamente defasado, mas extremamente útil naquele contexto. Creio que ainda hoje esse processo de comodato consta na PF, em meu nome.

ca. Contava-se, nestes projetos, com a coordenação de docentes da área, mais especificamente coordenador de estágio, mas também, que pesquisas na área de ensino de Geografia – nominalmente Silvana de Abreu, Flaviana Gasparotti Nunes e Sedeval Nardoque. Esse último, desde 2012 redistribuído para Três Lagoas (CEUL/UFMS).

Outra modalidade de extensão considerada importante de mencionar é a organização e participação dos eventos científicos – em suas diversas escalas. Essa forma de participação tem sido uma ferramenta para potencializar o debate e divulgar os trabalhos produzidos no interior do LAPLAN, *locus* de atividades de pesquisa e debate do Grupo PPODER.

Do ponto de vista da “organização de eventos” como atividade de extensão, trata-se de um instrumento formativo que é essencial para nossos alunos; na sua maioria impossibilitados de viajar para participar de eventos em outros locais/instituições. Assim, a única possibilidade efetiva de participação é quando o evento ocorre em Dourados/UFGD. Ademais, a formação complementar (240 horas) é obrigatória em seus percursos acadêmicos. Muitas vezes, esses eventos se tornam a única chance dos acadêmicos ouvirem/discutirem, pessoalmente, com os autores de livros e textos que normalmente estão habituados a ler/discutir.

Assim, os eventos científicos em todas as suas escalas – I Semana de Geografia, Encontro Regional, Encontro Estadual, Encontro Nacional e Internacional – são fundamentais para viabilizar a participação e o processo formativo de nossos acadêmicos.

Gostaria de lembrar três eventos simbólicos: 1) a Semana de Ciências Sociais, “Buscar a essência na aparência” – organizada em 1992, em conjunto com a Professora Ceres Moraes (História), hoje aposentada; 2) o 5º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (5º ENPEG), ocorrido em 2005, já no contexto de criação da UFGD, mas

ainda como UFMS; e 3º) o XIII Encuentro Internacional Humboldt, realizado, em 2011.

Destaquei esses três eventos, porque são amostras representativas e como diz a máxima popular: “o 1º a gente não esquece.” A Semana de Ciências Sociais foi um esforço no interior do DCH em integrar as três áreas dentro do Departamento, qual seja, Ciências Sociais, História e Geografia. Foi verdadeiramente um evento pequeno, mas se trabalhou articulada e transversalmente, principalmente com o Curso de História.

Por sua vez, o 5º ENPEG foi o 1º importante evento de Geografia em termos de escala, já que se tratava de um evento nacional em Dourados. A coordenação ficou com a Profª Silvana de Abreu. Recordo que os participantes do Brasil inteiro e alguns do Paraguai ficaram encantados com o teor das discussões e os encaminhamentos dados. Sim, os professores e estudantes da área de pesquisa e ensino de Prática de Ensino lotaram o auditório do CEUD, em assembleia geral final que levou a um conjunto de deliberações, visando qualificar a atuação de professores e debater a pesquisa e o ensino, além do estágio supervisionado como componente curricular, em suas respectivas instituições.

Na oportunidade, conseguiu-se convênio com as Secretarias Municipal e Estadual de Educação, o que possibilitou a participação de todos os professores de Geografia da Rede Pública. Foi muito enriquecedor a aproximação Universidade com a Educação Básica. Ao final, o recurso da secretaria estadual acabou depositado na conta única da UFMS sem ser recolocado no evento. A sorte foi a direção democrática da FUNDECT MS daquela época, que também financiava eventos para licenciaturas!

O último evento destacado, XIII Encuentro Internacional Humboldt, foi realizado em conjunto com o Centro de Estudios Alexander von Humboldt, sediado em Buenos Aires e foi pela experiência, o maior até então realizado pela universidade em Dourados. Em número de par-

ticipantes e apresentação de trabalhos: vários países da América do Sul e Central representados.⁷⁴

Dentro do que denominei “participações externas”, em seus 37 anos de história, o curso de Geografia da UFGD participa ativamente de ações que promovem a reflexão sobre a produção do espaço e tem atuado em atividades de definição de políticas de desenvolvimento e de planejamento regional.

Cabe destacar a participação e coordenação, por parte de docentes do curso – dentre os quais me incluo, em quatro grandes projetos relacionados ao planejamento.

Nos anos de 1999 e 2000, um grupo de docentes participou da elaboração do Planejamento do Estado – MS 2020; de 2001 a 2003, formou-se a equipe que elaborou o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Mato Grosso do Sul e, em seguida, entre 2004 e 2006, participaram da elaboração do MS 2025 – “Atualização dos Cenários para o Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul.”

Objetivando especificamente os estudos fronteiriços, a equipe do curso de Geografia trabalhou no projeto Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Mato Grosso do Sul (2001-2003), sendo responsável pelos trabalhos de planejamento da Região Sul-Fronteira, incluindo os municípios fronteiriços da porção sul estadual. Esse trabalho foi o pioneiro nos estudos sobre fronteira, no curso de Geografia, e seus resultados contribuíram para os primeiros reconhecimentos e reflexões sobre a fronteira.

Para o entendimento da trajetória da construção da UFGD e da participação do curso de Geografia é importante destacar que uma das

⁷⁴ Nesse mesmo ano, participamos também da organização do XIV Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, coordenado pelo Prof. Charlei Aparecido da Silva.

justificativas para a implantação da nova universidade em Dourados foi a sua localização em área de fronteira. Tal justificativa, apoiada pelo coletivo organizado na construção do projeto da UFGD, encaminharia para a valorização das pesquisas direcionadas para a fronteira.⁷⁵ Essa participação resultou inclusive na 1ª dissertação de mestrado que tive o prazer de orientar, concluída em 2004 (DANTAS, 2004).

No ano de 2002, um grupo de docentes e discentes participou em conjunto com a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, com financiamento da FINEP, do projeto Avaliação Ambiental Estratégica para o Gás Natural, outra ação com importante repercussão regional, cujo resultado foi divulgado nacionalmente, sendo referência para os estudos energéticos no Brasil.

A participação dos professores e acadêmicos do curso de Geografia da então UFMS, *Campus* de Dourados, possibilitou a contribuição em ações de planejamento e capacitação profissional para/com atuação em Mato Grosso do Sul.

Por fim, as ações mencionadas neste item evidenciam um perfil relacionado ao ensino e formação “de formações”, assim como ao planejamento e desenvolvimento regional. Portanto, duas áreas que temos nos dedicado no ensino, na pesquisa e na extensão.

Atividades administrativas: coordenação de curso; chefia departamento; conselhos superiores e presidência de comissões

Como já mencionado, a experiência institucional vivida nessas três décadas foi própria do seu tempo histórico. Tendo ingressado em

⁷⁵ O Programa de Pós-graduação em Geografia insere em sua área de concentração a fronteira como temática e área de pesquisa: Produção do espaço regional e fronteira.

seus quadros como aluno, trabalhado na condição de professor substituído e só posteriormente, por meio de concurso público, ingressado como professor auxiliar foi possível construir quase toda a minha trajetória profissional dentro da instituição.

Fui aprovado em 1987, mas o governo José Sarney (1985/90) decretou a proibição de contratação de servidores públicos por quase dois anos. Fui efetivado somente em 1989, dois anos depois, com o concurso quase “caducando”.

Em tempo da chamada “década perdida” os anos de 1980 para quem viveu, foram de instabilidade, transição democrática e abissal aprofundamento da pobreza. Inflação galopante que respondia a crise produzida pelo capital, mundialmente. Era tempo de Margaret Thatcher, Ronald Reagan Neoliberalismo!

Por outro lado, ou contraditoriamente, também se conquistou o direito de greve ao servidor público e a autonomia universitária.

Ao docente/professor foi garantido o direito de ensinar e de expressar seu conhecimento mediante a liberdade de concepção teórico-metodológica e de promover o conhecimento e pesquisar livremente.

A Constituição de 1988, a despeito de várias críticas, foi uma conquista social em seus vários aspectos: universalização da saúde, educação pública, respeito aos direitos humanos, aos indígenas, mobilidade urbana, respeito ao meio ambiente, enfim.

É nesse contexto que as travas de um país destroçado pela dívida externa contraída para garantir a ditadura militar, por duas décadas, se dariam.

Ingressei ministrando aulas num rol de disciplinas que abrangia desde Geologia, na sexta-feira à noite, à Geografia Urbana, no sábado de

manhã. Eram tempos de escasso quadro docente, que exigia essa flexibilidade no campo de atuação. Trabalhei alguns anos letivos com disciplinas da área física. Essa condição me obrigou a estudar/preparar/planejar exaustivamente os planos de ensino mais diversos. Entretanto, confesso que tive um excelente professor nessa área. Refiro-me ao Prof. Laerte Tetila, com quem dividi sala por um bom tempo e que sempre me orientava.

É imperioso mencionar que foi o Prof. Laerte, politicamente conhecido depois como Tetila, em um de nossas conversas na sala de professores de Geografia, que me instigou a pesquisar o papel de Dourados como polo de desenvolvimento regional. Essa sala do Curso de Geografia funcionaria junto ao seu múltiplo e único laboratório aonde atualmente funciona a Secretaria Acadêmica da UFGD.

Coordenação do curso de Geografia: UFMS (1991 a 1993) e UFGD (2006 a 2008)

Era março de 1991 quando assumi a Coordenação do Curso pela primeira vez, exercendo o mandato até fevereiro de 1993. Tal cargo garantia uma “cadeira” no Conselho de Centro, no CEUD. Era o órgão deliberativo máximo do Centro.

Tempos difíceis, em função do contexto antidemocrático vivido no Centro, mas, sobretudo, da política neoliberal implementada no País, pelo fatídico governo Collor de Mello.

Posteriormente, ainda assumiria a Coordenação do Curso, pela segunda vez, quando a então coordenadora abdicou, extemporaneamente, da função. Já era o contexto de luta pela implantação da UFGD e na crise que se sucedeu a saída da colega, a minha assunção ao cargo foi estratégico. Fui, de fato, o 1º coordenador do Curso de Geografia com o processo de implantação da UFGD, tendo assumido a função a partir de novembro de 2006 a março de 2008. Tratava-se um momento histórico

institucional, em que praticamente tudo, do ponto de vista da gestão, estava por ser feito: concursos públicos; definição do perfil dos professores a serem contratados; mudança do Curso para a Unidade II; a implantação da nova Unidade Acadêmica (refiro-me a Faculdade de Ciências Humanas/FCH), a qual, por sua vez, estava em processo de definição de cursos novos a serem criados.

Participamos desse processo, tenso, cansativo, mas democrático e compensador. Foram criados os cursos de Ciências Sociais e posteriormente Psicologia.

Para que se tenha ideia da dinâmica do processo, a FCH sequer possuía um Regimento Interno. No início de 2007, presidi a Comissão que produziu a minuta de regimento, que seria aprovado pelo Conselho Diretor da Faculdade e ainda hoje está em vigência.

Ainda como Coordenador, além da participação obrigatória no Conselho Diretor da FCH, era preciso participar da Câmara de Ensino de Graduação (CEPEC/UFGD), órgão que reunia todos os coordenadores de curso da UFGD. Vale dizer, “toda uma garotada”: apenas eu e o Prof. João Dimas Graciano (Agronomia), já “dinossauros”. Da mencionada Câmara fui indicado pelos pares e atuei como representante da área de Ciências Humanas, no Conselho da Editora da UFGD, assim como no CEPEC – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Recordando, na busca da linha do tempo, observei no mesmo período fui eleito presidente da seção sindical docente (AdufDourados/ANDES), no mandato, juntamente com o Prof. Irio, da Matemática, vice-presidente, mas para além disso, um “tremendo companheiro”. E também a Irene Rasslan, minha professora ainda em Estudos Sociais e agora, valiosa companheira na política sindical, representando o setor de aposentados.

Nesse mesmo sentido, e como registro histórico, fui representante sindical eleito para participar como membro titular do Conselho

Universitário da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (COUN/UEMS), no biênio 2007 a 2008. Falarei dessa experiência mais adiante.

Certamente, jamais foram aleatórias essas representações e nem foram desejo individual, mas é preciso reforçar que o processo de implantação da UFGD foi muito (in)tenso, sobretudo para aqueles e aquelas que não apenas lutaram diretamente para sua criação e implantação, mas participaram e se comprometeram em diferentes espaços (de disputas!) em defesa dos princípios e da cultura institucional democrática.

Chefia de Departamento

No interior da estrutura administrativa da UFMS, existia o Departamento enquanto estrutura “administrativa” dos cursos. Diferentemente do quadro atual, no qual são as Faculdades (Unidades Acadêmicas) que congregam os cursos de cada área do conhecimento.

Dentro da ordem institucional havia (e há ainda hoje) legislação de impedimento de nomeação de chefia imediata em caso de parentesco direto. Nesse sentido, eu e Silvana de Abreu, lotados no mesmo Departamento, jamais poderíamos assumir a função de chefia departamental.

No entanto, a experiência foi possível entre fevereiro a dezembro de 1997. Em 1996, ano em que a Prof^a Silvana se afastou para doutoramento e os colegas me elevaram a condição de Chefe do DCH, no ano seguinte. Juridicamente era a única oportunidade dessa contribuição enquanto chefe: assim foi feito.

De certa forma, foi uma experiência necessária, mas pouca agradável, seja em função dos poucos recursos disponibilizados pelo Governo FHC, mas também porque era um momento em que particularmente me preparava para prestar a seleção no doutorado, cursando dois idiomas e ainda tinha que administrar todos os aspectos burocráticos, reuniões,

atas e encaminhamentos, além das aulas. Mas, felizmente, acredito que “no final deu certo.”

Quase sempre a função exigia uma ou outra viagem à capital, para acompanhar a tramitação de processos. Isso significava no mínimo 08 horas (quando não 12 horas) – ida e volta – de uma “desconfortável e insegura viagem de Kombi lotada”. Sim, lotada, porque diversos outros professores – chefes, coordenadores, tinham o mesmo destino e incumbência.

A “Kombi do CEUD” era uma experiência a parte. Para ir a Reitoria em Campo Grande, eram contatados os Departamentos sobre possíveis viajantes/ocupantes. A saída era sempre bem cedo e o retorno, invariavelmente, depois das 17:00h, quando fechava o expediente e também todos os gabinetes da administração central. A chegada em Dourados, era quase sempre depois das 22:00 h.

Conselhos superiores: UFMS, UFGD e UEMS

Na UFMS, no biênio 2001-2002, assumimos como representante docente, eleito pelo *Campus* de Dourados, uma vaga no Conselho Universitário (COUNI), da UFMS.

Uma experiência deveras constrangedora porque tal representação nos obrigava a dividir o veículo com o diretor do Centro, que na verdade era um interventor, tendo em vista que havia perdido as eleições, assumido posição verbal de respeito à consulta, dentro do Conselho do *Campus* (CEUD), para a nomeação do mais votado; no entanto, durante o recesso letivo aceitou o convite da Reitoria e tornou-se interventor/diretor. Era uma “viagem longa e silenciosa”.

Tempos conturbados, porque nesse período também exercia a função de Coordenação de Curso e participando das reuniões do Conselho de *Campus*. Por diversas passagens o interventor dizia ao Conselho,

“não aprovem tal proposta porque eu não levo para Campo Grande”; “não irei votar no COUNI contra o Reitor”. E, realmente não votava. Eu sou testemunha.

O Conselho do *Campus* deliberava por um encaminhamento, ele encaminhava/votava e executava outro, de acordo com a vontade do reitor que lhe indicou, desrespeitando as discussões e deliberações do *Campus*.

Aliás, o próprio reitor da época (UFMS), igualmente era um interventor, tendo em vista que havia perdido as eleições e aceitou a nomeação. Evidentemente, dentro da lógica da lista sêxtupla não havia ilegalidade, mas imoralidade na sua nomeação.

Outra experiência vivida foi como representante sindical eleito para participar com titular do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no biênio 2007 a 2008.

Indiscutivelmente, uma experiência muito produtiva, no sentido de compreender, mas também participar do estabelecimento da política universitária, numa instituição co-irmã e que, inclusive, divide o mesmo espaço na cidade universitária.

Atividades sindicais e na AGB

Sempre acreditei na luta. Participei ativamente como sindicalizado na ADP – Associação Douradense de Professores - hoje FETEMS, mesmo ainda na condição de professor temporário da rede básica. Procurei sempre estar presente e contribuir com o movimento, inclusive conforme relatado anteriormente foi através da ADP, em conjunto com todos os outros sindicatos de professores do cone sul-mato-grossense que estivemos em Brasília, entregando as chamadas “emendas populares” aos Constituintes, para discussão no processo que produziu a Constituição Federal de 1988.

Concursado na UFMS (1989), imediatamente filiei-me a seção sindical, então ADUFMS - subseção Dourados, que fora criada em 28 de setembro de 1990.

Em 1996, no transcurso de uma das greves e na gestão do Prof. Wilson Biasotto, foi criada a seção sindical de Dourados, ocorrendo o desligamento da ADUFMS, em Campo Grande. Os conflitos eram imensos e nossa Assembleia (23.09.1996) decidiu soberanamente pelo desligamento da seção da capital. A justificativa fora a constatação que o modelo concentrado era ineficiente. Assim, foi criada a ADourados, hoje denominada AdufDourados.

Na ADOURADOS e posteriormente na ADUFDOURADOS ocupei diversos cargos, tendo sido Diretor Presidente no período de 2012 a 2014.

Na AGB...

A minha primeira filiação seria na AGB Seção São Paulo, a mais organizada nacionalmente, contando com a publicação do Boletim Paulista de Geografia. A participação, logo perceberia, não era apenas para inscrições em eventos e conquista de Anais, naquela época instrumentos de estudos. Parte importante da produção era veiculada também por Anais e em muitos casos, debates originais compareciam para discussões acaloradas.

Mas em 1994, um grupo de professores do então curso de Geografia do CEUD, professores da rede e estudantes definiram pela criação da seção da AGB Dourados: “AGB – Seção Dourados: memória e história de um processo de construção coletiva.” In: **Revista Terra Livre**. Ano 20, v.1, nº 22. São Paulo: AGB, jan./jul. 2004, p.85-92.

Nesse contexto, a AGB Dourados passou a ser um espaço institucional importante de debate sobre os rumos da cidade, da universidade e do curso de Geografia.

A experiência e comprometimento no processo de criação da UFGD E depois vem o processo estatuinte e até o PDI

No início da década de 1980, mais precisamente em 1983, foi possível participar como ouvinte e entusiasta de debates acerca da criação da UFGD. A memória ficou marcada pelas acaloradas discussões no então sofrível anfiteatro do CEUD. Muitos alunos se acotovavam para conhecer e discutir o projeto, então encabeçado institucionalmente, pelos professores José Laerte Tetila e Wilson Biasotto. Tal projeto foi encaminhado à Brasília, obteve sua aprovação nas comissões permanentes do Congresso Nacional, mas não foi promulgado pelo então presidente João Figueiredo.

Contradições do estabelecimento da política, mas que indubitavelmente, seguiu na “cabeça e nos corações” de muitas pessoas em Dourados, em especial dos dois educadores acima mencionados.

Estou convencido de que essa foi a gênese histórica do processo que culminou com a criação de uma Universidade Pública em Dourados, agora numa outra quadra histórica, num outro contexto político, nas escalas do município – do qual Tetila era prefeito e Biasotto, chefe de governo (2001 a 2008); de Mato Grosso do Sul, onde Zeca do PT (1999-2006) era o governador e do Brasil, onde Lula (2003-2010) era presidente. Portanto, materializava-se um “alinhamento político”, mas sobretudo de princípios e referências que denotavam papel significativo à expansão do ensino superior público e gratuito como oportunidade de futuro.

Essa “chama de esperança” teve seu reinício em 2002, e não cessou mais. Desde então, fomos sendo envolvidos em reuniões e discussões, em diferentes esferas, institucionais e políticas.

Em 2003, por exemplo, o Conselho Diretor do *Campus* deliberou por autorizar o processo de discussão para a criação da Universidade, tendo criado diversos grupos de trabalho (GT) encarregados de mate-

realizar o projeto de criação. Dele participei.⁷⁶ Contudo, era na arena da política interna e externa que os movimentos, contatos e diálogos necessários aconteciam, de modo que o Departamento de Ciências Humanas assumiria protagonismo fundamental, com algumas pessoas assumindo a dianteira desses diálogos e encaminhamentos. Nominalmente e por ordem alfabética: Adauto, Ceres Moraes, Damião Duque de Farias, João Carlos de Souza e Silvana de Abreu eram a “ponte” que se estabelecia entre o externo e o interno das estratégias e encaminhamentos a serem construídos e consolidados.

O projeto que foi elaborado no âmbito do CEUD, sob essas condições sucintamente colocadas para ser implantado em 2006.

O sonho sonhado junto se fez realidade! Não sem contradições. Não foi um processo simples, muito menos monolítico. Havia muitos interesses contrários, que publicamente demonstravam apoio, mas, que, entretanto, se tinha conhecimento dos encaminhamentos sub-reptícios contrários.

Ao final, quando o filho nasce bonito, todos querem a paternidade!

O PDI na UFGD

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFGD foi produzido para um interregno de cinco anos, mais precisamente de 2013 a 2017. Junto com outros colegas, participei como Membro *Ad Hoc* em uma Comissão Instituída através Instrução de Serviço nº 28, de 18 de

⁷⁶ **RESOLUÇÃO Nº 056, de 07 de abril de 2003.** O CONSELHO DO CAMPUS DE DOURADOS, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e em reunião extraordinária realizada no dia 07/04/2003, RESOLVE: I – Abrir o processo de discussão para a possível criação da Universidade Federal da Grande Dourados (...).

novembro de 2013, na condição de consultor no seu processo de elaboração, que contou com participação dos três segmentos institucionais, sob metodologia participativa.

Trata-se do documento que identifica a Instituição de Ensino Superior no que se relaciona com a sua proposta de trabalho, a missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que referenciam suas ações, à sua materialidade e as atividades acadêmicas que desenvolve ou que pretende operacionalizar.

Nesse sentido, a UFGD definiu no PDI os seus princípios referenciais em quatro linhas basilares: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; gestão democrática; compromisso social; gratuidade de Ensino.

Portanto, um documento referencial para a instituição em termos de definições estratégicas e de planejamento institucional do qual, singelamente, colaborei na organização dos grupos de trabalho e discussão, sistematização dos documentos produzidos e propostas, ponto a ponto debatidos e deliberados em plenária.

Vale mencionar que este documento que deveria ser atualizado no final de 2017, ainda vigora na instituição. Em outras palavras, a atual gestão da Universidade (2016/2019) não conseguiu produzir seu próprio PDI.

Estatuinte

Demandada como processo democrático, a Estatuinte acabou sendo uma iniciativa que contou com a colaboração do Sindicato dos Professores, a AdufDourados, para definição de seus membros, através de processo eleitoral. Portanto, uma proposta política de validação dos processos democráticos.

Assim como outros companheiros, professores, estudantes e técnicos administrativos, fomos membros eleitos para participação da Estatuinte, da recém-criada UFGD. Um espaço de disputas em torno da concepção e do projeto que deveria ser implementada na instituição.

A Estatuinte da UFGD foi uma experiência democrática e posso me orgulhar de ter participado de todas as reuniões e debates juntamente, com os professores João Carlos de Souza e Renato Nogueira, entre tantos outros, mas com eles, articuladamente.

Foi um processo que teve início oficialmente em maio de 2006 e se encerrou em agosto de 2007, portanto, bem mais de um ano. Foram mais de 60 reuniões/assembleias em que participavam os três segmentos universitários.

Não foi uma discussão simplesmente jurídica, envolveu a concepção de Universidade que se almejava implantar.

Participação em Comissões recentes

Devido as várias experiências com normas, legislações, estatutos ... adquiridas no acúmulo de práticas, nesses 30 anos, presido momentaneamente três Comissões no interior da FCH: 1) a Comissão de Legislação e Normas, desde 2009; 2) a Comissão de Estágio Probatório Docente, desde 2008; e⁷⁷ 3) Comissão de Estágio Supervisionado em Geografia (COES), em vários anos desde 2008, mas continuamente desde 2015.

Tais comissões são importantes, porque emitem pareceres substanciados para subsidiar as deliberações do Conselho Diretor da Faculdade e regem sob a vida profissional e acadêmica na Faculdade.

⁷⁷ Também participei, como titular, da Comissão de Estágio Probatório da FAED – Faculdade de Educação/UFGD, de 2008 a 2012.

Considerações finais

“O tempo presente impõe ao Brasil um grande desafio: enfrentar amarras do passado e criar esperanças para o futuro. O pacto constitucional de 1988 foi quebrado. Ainda que instável e inacabada, a democracia brasileira se fiava no respeito das instituições políticas às decisões das urnas. Entretanto, desde o questionamento dos resultados eleitorais em 2014 até a deposição presidencial em 2016, romperam-se os laços que sustentavam o ciclo político da Nova República.”

Nozaki e Cardoso Jr (2018, p.9)

Quais as perspectivas, como cidadão e como educador, em um contexto que a ordem constitucional está sob ameaça, ou até mesmo já não está mais em vigor? Como nos situarmos numa quadra histórica de deliberada produção de satanização da política, portanto, um processo que mata a esperança civilizatória?

Vivemos um ambiente de Estado de Exceção, com a “Constituição Golpeada”. (Cardoso Jr, 2018). Há autores, como Pedro Serrano que preferem a denominação medidas de exceção porque dispensam o uso da força. São processos fraudulentos, que corroem por dentro a Constituição e a democracia e mantêm uma aparente imagem de legalidade. E não se resumem a criminalizar a política. Em especial, no caso da América Latina, também as lideranças de esquerda ou nacionalistas, estendendo-se ao aprisionamento em massa e à imposição de reformas como a do Teto dos Gastos Públicos, a chamada “PEC da Morte”, a reforma Trabalhista e da Previdência, no caso brasileiro. Mas também a Reforma do Ensino Médio, o projeto Escola sem Partido.

O autoritarismo é essencial para o capital financeiro, pois é a forma de conter a violência provocada pela desigualdade crescente. “O interessante é que, ao contrário da pregação, o mercado não deseja um Es-

tado mínimo como imaginado pelos liberais clássicos. Exige um Estado máximo, autoritário, a seu serviço.” Pedro Serrano (2017).⁷⁸

A partir de 2016, com o Golpe - parlamentar, judicial, empresarial e midiático - tanto o Estado democrático de direito, como o incipiente Estado de proteção e promoção social, até então em construção, vem sofrendo um desmonte abrangente, profundo e veloz.

Diversas análises têm demonstrado, apropriadamente que o programa do Golpe, com a destruição do setor público da economia e a violação dos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988, tem como escopo central relançar as bases para um Estado neoliberal no Brasil, inteiramente consagrado à quebra da soberania nacional e à concentração das rendas e riquezas, em um país já escandalosamente desigual do ponto de vista social (regional!), além de anacronicamente patriarcal e racista.

O desenvolvimento deixou de ser compreendido em perspectiva soberana, inclusiva e sustentável e passou a ser entendido como (re) inserção subordinada no processo de globalização financeira em curso, reforçando a situação de dependência perante as economias centrais. A recente visita do Presidente Bolsonaro aos EUA materializa essa questão. Os dizeres do Ministro da Economia são impubescíveis.

O Estado brasileiro se põe abertamente a serviço do mercado, da geração do lucro e dos interesses dos detentores do poder econômico, o que faz com que desapareça a perspectiva de redução da desigualdade, enquanto “liberdade” para ser entendida como a liberdade para ampliar as condições de acumulação do capital e a geração de lucros.

⁷⁸ “Sob o manto da democracia produzem-se medidas de exceção” Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/965/sob-o-manto-da-democracia-produzem-se-medidas-de-excecao>. Acesso em: 16 de agosto de 2017.

O mercado passa a ser a razão de ser do Estado brasileiro, sem quaisquer limites. Um processo que Casara (2018) denomina absolutismo de mercado e que autores como Nozaki e Cardoso Júnior (2018, p.13) afirmam ser regido pela “ascensão do ativismo judicial” Nesse limiar tênue entre o legal e o ilegal, associado à espetacularização pela mídia tem-se alimentado sentenças, com a do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Igualmente se forjou o afastamento da Presidenta Dilma Roussef, assim como diversas tentativas de sua prisão, como ré em diversos processos. Os autores alertam: “avizinhamos de práticas típicas de um Estado de Exceção.”

Os direitos e garantias fundamentais – previstos no ordenamento jurídico - em escala mundial, mas no Brasil em particular, são concebidos como obstáculos à eficiência do Estado ou aos fins do mercado.

Os direitos e as garantias fundamentais são concebidos como mercadorias que alguns consumidores – e não cidadãos – estão autorizados a utilizar. O poder judiciário deixa de ser o garantidor de tais direitos fundamentais para assumir o papel político de regulador das expectativas dos consumidores. Tudo transmitido ao vivo: a lógica dos espetáculos. “No espetáculo, como mercadoria, não há espaço para nada a não ser agradar o consumidor.” (CASARA, 2018, p.44).

No bojo desse processo, vivemos diuturnamente sob ameaças e ações efetivas de perdas de direitos duramente conquistados. No ambiente acadêmico, igualmente, não poderia ser diferente e as ameaças são constantes. A análise do ex-Ministro da Educação, nos governos Lula e Dilma, são apropriadas: “Por onde quer que se olhe, tanto a educação superior quanto a básica, as ameaças à livre-docência, à autonomia, elas estão na ordem do dia.” (Fernando Haddad, ex-ministro da Educação entre 2005 e 2012).

Haddad contextualiza acertadamente que:

Onde o Brasil constitui massa crítica? Na universidade pública. O pensamento nacional está na universidade pública, por isso que é sempre escolhida como alvo da direita. É de lá que sai o pensamento sobre soberania popular, soberania nacional, sobre visão estratégica do país. É lá que se forja uma visão coletiva de futuro.⁷⁹

Neste início de 2019, ao refletir acerca do que efetivamente mencionar neste Memorial, em diversos momentos – foi uma constante – tive quase a certeza de que em função das ameaças trazidas pela reforma da Previdência, pela mudança na carreira docente, pelas mudanças no padrão de financiamento público do Estado brasileiro, seria tolhido pelo processo, sendo portanto, impedido depois fazer esse Concurso.

Ainda, enquanto escrevo esse Memorial, em um dos seus intervalos para acompanhar no COUNI, o processo eleitoral da Reitoria da UFGD – gestão 2019/2023 – recebo a notícia de prisão do ex-Presidente Temer. A princípio dá uma sensação de euforia pelo “sujeito que é”, mas explicitamente trata-se de um *bullying* jurídico.

Mesmo considerando o golpe deplorável e o aumento das injustiças e desigualdades no País – materializadas na “PEC da Morte”, no aumento do desemprego; sou daqueles que entende que todos têm direito a defesa e ao contraditório Dentro da lei – mesmo sabendo qual é o papel do Direito na sociedade capitalista –, respeitando o processo legal, previsto na Constituição da República e não apenas por especulações e delações sem provas.⁸⁰

⁷⁹ MORRIS KACHANI. 21.03.2019 “E agora, Haddad” Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/blogs/inconsciente-coletivo/e-agora-haddad/> Acesso em 21 mar. 2019.

⁸⁰ O mencionado presidente foi solto 04 dias depois, pela Justiça.

Ao longo do processo de escrita deste Memorial, ainda mencionei a disputa de narrativas entre “década perdida e a década ganha”, assim como a década inclusiva. Neste momento me deparo com a notícia de que o Brasil caminha para a década de crescimento mais fraco dos últimos 120 anos.⁸¹

Leio a notícia de que 2011 a 2020, o crescimento médio do país deve ser de apenas 0,9% ao ano, projetada por um estudo do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas. Se a previsão for confirmada, a economia brasileira vai registrar o desempenho mais fraco, até mesmo do que o observado nos anos 1980 – a “década perdida” para alguns – quando o PIB avançou em média apenas 1,6% ao ano no período.⁸²

É possível indagar: onde estão os frutos prometidos pelo Golpe? Os empregos prometidos pela Reforma Trabalhista? Pregavam, ideologicamente, que o Brasil iria mudar de verdade. Estamos constatando as mudanças para pior. Os dados atuais apontam para 13,4 milhões de trabalhadores desempregados no país. Adicionalmente, há uma deterioração progressiva das políticas sociais, da política de saúde à política de educação.

Programas sociais estratégias são desmontados num piscar de olhos: o “Ciências Sem Fronteiras”; o “Mais Médicos”, o “Farmácia Popular do Brasil”. Esse último, alvo de cortes desde o governo Temer deixou de atender 7 milhões de pessoas e a previsão orçamentária para 2019 é a mais baixa em seis anos.⁸³ Em 2017, 400 farmácias (unidades próprias)

⁸¹ Em 2015 e 2016, por exemplo, a atividade econômica recuou 3,5% e 3,3%, respectivamente. Foi um marco negativo para a histórica econômica do país. O Brasil não registrava uns dois anos seguidos de recessão desde 1930 e 1931.

⁸² Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/25/brasil-caminha-para-decada-com-crescimento-mais-fraco-em-120-anos.ghtml>. Acesso em: 25 mar.2019.

⁸³ O número de pessoas atendidas caiu de 28,8 milhões, em 2016, para 21,6 milhões em 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/alvo-de-cortes-de-temer-programa-farmacia-popular-deixa-de-atender-7-milhoes.shtml>. Acesso em: 09 abr. 2019.

foram fechadas no país. Atendia com assistência farmacêutica – medicamentos gratuitos para hipertensão, diabetes e asma. Por sua vez, remédios para controle de colesterol, rinite, mal de Parkinson, osteoporose e glaucoma, além de fraldas geriátricas e anticoncepcionais eram vendidos com 90% de descontos.

Invocando crises o Estado vem produzindo alterações profundas no seu orçamento e sempre no sentido de desacelerar, estagnar e mesmo garrotar o orçamento social. Com isso, a ameaça de morte ronda cada um de nós, no despropósito de um governo que se não se manifesta sobre o avanço da dengue, da febre amarela, do sarampo que já vem se colocando como ameaça à saúde pública.

Tomando de empréstimo a assertiva “nunca antes na história desse país” a democracia e a liberdade foram tão distorcidas e pervertidas. Contudo, não se está a apostar no obscurantismo.

Acredito na luta para ressimbolizar o mundo, desmercantilizar a vida (o mundo não está à venda!) e resgatar os direitos e garantias fundamentais, concebidos ideologicamente como empecilhos ao exercício do poder.

O tempo e as circunstâncias devem brevemente me “expulsar” da Universidade, aonde assumi trincheiras com companheir@s de luta, desvendando a realidade, contribuindo na formulação do contra-discurso ideológico, defendendo o ensino público, gratuito e referenciado socialmente. Defendendo o direito do Professor de sê-lo na essência, pois não é nunca foi o professor um “instrutor neutro”.

Afinal, todos tivemos um professor que nos inspirou ou ajudou a sonhar!

Resistir é o que nos move!

Em julho de 2019, após a aposentadoria tornei-me o primeiro Pesquisador Sênior (Voluntário), do Programa de Pós-Graduação em Geografia, no qual ainda continuo a atuar como docente/orientador.

Referências

ABREU, S. **Planejamento governamental:** a Sudeco no espaço mato-grossense - contexto, propósitos e contradições. 2001. 328p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

AGB – Seção Dourados: memória e história de um processo de construção coletiva. *n: Revista Terra Livre*. Ano 20, v.1, nº 22. São Paulo: AGB, jan./jul. 2004, p.85-92.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei Nº 1.320, de 1983** (Do Dr. Sérgio Cruz). Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados e dá outras providências. Brasília

CARDOSO JR., J.C. (Org). **A constituição golpeada:** 1988-2018. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

CASARA, R. **Estado pós-democrático.** Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTORIADIS, C. Reflexões sobre o “desenvolvimento” e a “racionalidade”. *In: As encruzilhadas do labirinto/2* - os domínios do homem. Trad. José O. A. Marques. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p.135-158.

DANTAS, O. **O Planejamento como instrumento de desenvolvimento regional:** o caso do Plano Regional de Desenvolvimento da Região Sul-Fronteira (MS). 2004, 134p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2004.

DINIZ, L.C. e SILVEIRA, R.L.L. (orgs.) **Redes, sociedades e territórios.** 2.ed. Edunisc: Santa Cruz do Sul, 2007.

DOURADOS. Conselho do Campus. **RESOLUÇÃO Nº 056, de 07 de abril de 2003.** Dourados: UFMS, 2003.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1995**. 2. ed. rev. aum. Campinas: Unicamp, IE, 1998.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

CORREA, R.L. Processos, formas e interações espaciais. *In: Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 127-134, jan./jun. 2016.

CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. *In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Explorações Geográficas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.279-318.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. *In: NEPP/Unicamp. Caderno de Pesquisa nº 82*. Campinas, 2009.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IPEA. **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda**. Comunicados do IPEA nº 155, 25 de setembro de 2012.

KURZ, R. **Os últimos combates**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro, para fazer a guerra**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. PEREIRA, D. B. e MARTINS, S. (do original: *La production de l'espace*. 4e éd.Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev.2006.

LEFEBVRE, H. Estado do crescimento. Crescimento do Estado. Trad. Andrade, M. M. *In: De l'État, tome I*. Paris: UGE, Col. 10-18, 1976, (mimeo), p.1-4.

LEFEBVRE, H. Les ideologies de la croissance. *In: La survie du capitalisme - la re-reproduction* des rapports de production. Paris: Anthropos, 1972, p.141-167.

LEFEBVRE, H. As condições sociais da industrialização. Trad. Andrade, M. M. *In: Gurvitch, G. (org.). Industrialisation et technocratie*. Paris: Armand Colin, 1949, p.1-18.

MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

NOZAK, W. e CARDOSO JR., J.C. Introdução: para uma refundação democrática do Estado no Brasil. *In*: CARDOSO JR., J.C. (Org). **A constituição golpeada: 1988-2018**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p.9-24.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Trad. José L. Freitas. Lisboa: Morais, 1967.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Trad. Rita Lima. São Paulo/Rio de Janeiro: Graal/Paz e Terra, 4.ed. 2000.

SANTOS, B. de S. O alternativo de alternativas. Compilado por Maria Paula Meneses... [*et al.*] - **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia essencial: Vol. II: Para um pensamented. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. *In*: SARAVIA, E. e FERRAREZI, E. (Orgs.) **Políticas públicas**; coletânea v.1. Brasília: ENAP, 2006, p.21-42.

SOUZA, A. de O. Geografias e políticas: algumas considerações. *In*: **Revista Entre Lugar**. Ano V. nº 8, Dourados: EdUFGD, 2013, 2º sem. 2013, p.65-75.

SOUZA, A. de O. **Estado e indução da atividade industrial**. Dourados: EdUFGD, 2010.

SOUZA, A. de O. **Mato Grosso do Sul no contexto dos novos paradigmas de integração e desenvolvimento nacional**. Dourados: UFGD, 2008.

SOUZA, A. de O. **A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**. 2003, Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

SOUZA, A. de O. **Distrito Industrial de Dourados**: intenções, resultados e perspectivas. 1995, 430p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 1995.

SOUZA, A. de O. Distrito Industrial e (re)orientação espacial urbana: o caso de Dourados (MS). *In: Revista de Geografia*. Dourados AGB. v.1, nº 2, p.5-9, Jan/abril, 1996.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2013-2017**. Dourados: UFGD, dez., 2013.

ZEMELMAN, Hugo. “Conocimiento social y conflicto em América Latina: notas para uma discusión” *In: Revista do Observatório Social da América Latina*, n.01, ano I, p. 108-110, jun., 2000.

O FAZER-SE DO SUJEITO E O ESTRADAR COM A GEOGRAFIA: A BUSCA PELO ENSINO PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE

Rosemeire Aparecida de Almeida

Dedico aos homens e mulheres que, com suas práticas, dão vida à utopia camponesa da “terra e liberdade”.

Aos meus amigos, de perto e de longe, velhos e novos - com vocês aprendi (aprendo) que o mundo, dentro e fora da Universidade, pode ser melhor!

Ao Mieczslau Kudlavitcz – Mie, sua chegada à UFMS, no curso de Geografia e, posteriormente, ao Mestrado como meu primeiro orientando, abriu portas para outros saberes no mundo acadêmico num processo de trocas que fortaleceu, em especial, minha práxis.

A minha família, que neste Memorial aparece como ponto de partida, apesar das mudanças no estradar, ainda vive em mim a doçura da “Rosa” do Seu Almiro e Dona Maria – bem por isso, vocês são, também, ponto de chegada.

À Maria, minha menina. Obrigada por compreender que esse caminho de mãe trabalhadora tem custos e benefícios. Por conta dele muitas vezes caminhei para longe de você, como tantas outras mães caminham... Seu amadurecimento feito autonomia, foi fundamental nessa caminhada. Para sempre, sua Mãe!

Este texto é parte do Memorial que visou retratar o histórico de minha trajetória acadêmico-profissional no período de 2011 a 2018, correspondente à classe D de professor associado IV com vistas à classe E de Professor Titular, na Fundação Universidade Federal do Mato Grosso

do Sul⁸⁴ (UFMS). Para tanto, tive que atender à exigência de apresentar atividades “relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão, produção profissional e gestão acadêmica, administrativa e de representação” (art. 44, Capítulo VIII da Resolução nº 41, de 28 de Março de 2018, do COUN/UFMS). Nesse percurso, não encontrei outra forma de falar do “fim”, destes últimos oito anos, sem olhar para o passado distante, sem me perguntar do movimento do sujeito: “como cheguei”? Porque a chegada é entendida aqui, também, como ponto de partida.

Como não se trata de memorial confessional, mas sim, acadêmico-profissional, as lembranças serão filtradas pelos elos com o campo educacional e com a esperança de não cair num simplismo exagerado.

Meu estradar não é único, nem é solitário. Eu, tecida nas contradições do movimento de mudanças e permanências, encontrei muitos outros no caminho. Mesmo assim, ousar dizer que trago o ímpar na história que vive dentro de mim. Uma feição singular dotada de sentido e força espelhada nos pares. Foi com essa identidade feita da mescla de ser indivíduo e ser social, indissociavelmente, que superei adversidades fora e dentro das Universidades. Sou parte desses muitos que chegaram à universidade pública, com muito custo, sem eira, nem beira, e ficaram, pois, entenderam que aqui é o seu lugar. Portanto, essa recordação de fatos manifestada por meio da escrita, mesmo que “passada a limpo” pela percepção individual, se constitui também como memória coletiva⁸⁵ alimentada nos laços de amizade e luta no campo educacional.

⁸⁴ O processo na íntegra que levou à promoção ao cargo de professora titular, em 04 de Nov. de 2019, encontra-se registrado no SEI-UFMS nº 23448.004369/2019-56. A banca de verificação foi composta pelos seguintes membros a quem agradeço o aceite, o trabalho acadêmico e o compromisso social: Prof. Dr. André Luiz Pinto (presidente), Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, Prof. Dr. João Cleps Junior e Profa. Dra. Maria José Martinelli Silva Calixto.

⁸⁵ “(...) memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação”. (BOSI, 1994, p. 408).

Sou também a filha. No caso, de pais nordestinos migrantes, analfabetos. Meu pai pouco sabia ler e escrever, minha mãe apenas assinar o nome, sem gostar, porém, de ser identificada como analfabeta tanto pelo estigma como por saber, intuitivamente, que “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”, como ensinou Paulo Freire (1989, p. 9). Sou ainda a irmã caçula, a décima primeira. A “raspa do tacho”! Além disso, sou aquela que chegou onde eles não chegaram.

Oriunda de um meio pobre, o campo familiar não foi capaz de gerar bens culturais demandados pela escola de minha época, no sentido dado por Bourdieu (2000). Entrei na 1ª série sem a mínima noção de escrita e leitura, pois em casa não havia hábitos de leitura, salvo as repetidas frases decoradas da Bíblia. Os anos iniciais da escolarização foram marcados pela convivência perturbadora com uma escola pouco preocupada em entender/combater a exclusão como processo social. A invisibilidade da relação entre as desigualdades advindas da origem social e o desempenho escolar geravam um ambiente de medo, opressão. Talvez por isso mantenha viva a lembrança triste dos amigos do bairro que abandonaram a escola sob a “marca” do fracasso. Sina que passou a largo, apesar de algumas tentativas de fuga da escola, possivelmente pela declarada decisão de minha mãe de não querer, em casa, gente sem saber ler como ela. Para tanto, colocou no meu encalço escolar minha irmã Zanza, alguns anos mais velha.

Passada a fase de adaptação e vigília escolar, deslanchei⁸⁶. Da mãe, herdei cedo a leitura de mundo de que o conhecimento escolar podia

⁸⁶ Cursei nessa escola o 1º Grau, atual ensino fundamental e, curiosamente, a ela retornei para tomar posse no cargo de professora de Geografia III, quando fui aprovada em concurso público. Na época, tal trajetória me tornou uma espécie de ícone para motivar os estudantes, uma vez que uma parte dos colegas do corpo docente outrora fora meus professores.

ser instrumento de autonomia, poder, inclusive para diminuir distâncias, dores e partidas. Ao adquirir o domínio das letras passei a dividir com minha irmã Zanza a tarefa de escrever cartas aos irmãos e irmãs que partiram em busca de trabalho na cidade grande, São Paulo. Do pai, trago em mim uma frase que o ouvia repetir aos amigos, na única praça pública da cidade de Martinópolis-SP, onde vivi: “quando crescer, ela vai ser professora”. Havia tanto orgulho naquela promessa que nunca me separei dessa crença de que ser professora era algo muito importante.

Acredito que ao escrever cartas ditadas pela minha mãe, e ao saber dos dramas envolvidos na separação familiar, entendi os insucessos da migração. E como a 11ª filha, ciente das experiências de sofrimento de quem, para ajudar a família, partiu para vender mão-de-obra barata, pude quebrar o ciclo ilusório da partida. O ficar significou terminar o ensino fundamental e fazer magistério em Martinópolis em escola pública, já que nessa fase não havia no horizonte a universidade. A opção pelo magistério no ensino médio era estratégica, pois significava sair dos estudos com uma profissão: professora primária. Soma-se o fato de que não havia divulgação de vestibular durante a fase de magistério, a divulgação inclusive com elaboração de simulados para “o terceiro” estava voltada àqueles que optavam pelo ensino médio tradicional. Em meu estradar a universidade apareceu como possibilidade no final do magistério e veio pelas mãos de minha irmã mais velha, a Lira. Recebi um panfleto de uma universidade particular em Presidente Prudente-SP e, em 1987, passei a cursar “Estudos Sociais”. A Universidade era paga pelo meu irmão Beto com salário de tratorista, uma sangria considerando os ganhos parcos e o fato de que ele só tinha concluído o 1º Grau (ensino fundamental) – acredito que o esforço era a forma que encontrou para dizer: siga em frente, Rose. Hoje, em sala de aula, olhos os acadêmicos e penso nessas redes invisíveis de solidariedade existentes na classe trabalhadora: a avó que cuida do neto para a filha estudar, o irmão que busca no ponto de ônibus, o amigo que dá carona.

Voltando ao meu estradar. O inconformismo diante daquela situação que me parecia injusta deu-se espaço para a observação. O ônibus municipal de Martinópolis, que levava estudantes para Presidente Prudente, mostrou o caminho: existia outra universidade, a UNESP. Repetidas vezes, observava estudantes descerem naquele ponto do trajeto. Tratei de sentar ao lado de um desses (o Adernil, hoje, amigo) e soube, maravilhada, que poderia estudar sem pagar mensalidade: era ensino público, gratuito e de qualidade como direito!

O resultado foi a inscrição para o vestibular da UNESP no final de 1987, a escolha: curso de Geografia licenciatura e bacharelado. O que mirei da janela do ônibus se aproximava e não se resumia na escolha de um curso, era mais amplo, era o direito de ter direitos como à bolsa, à moradia, à pós-graduação.

O estradar com a Geografia: desde a graduação à carreira universitária

“A educação não tem como objeto real armar o cidadão para uma guerra, a da competição com os demais. Sua finalidade, cada vez menos buscada e menos atingida, é a de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo. A educação feita mercadoria reproduz e amplia as desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas profissional, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para a vida.”

(SANTOS, 2007, p. 154).

Meu processo de constituição acadêmica-profissional guarda múltiplas determinações, fundamentalmente de (re)criação e superação. Esses acontecimentos da minha vida universitária, desde a graduação, se vinculam a um lugar: a UNESP de Presidente Prudente/SP. De forma

mais específica, ao curso de Geografia como construto de identidade/lugar da opção acadêmico-profissional e compromisso teórico-político com “a geografia das lutas no campo”, nas palavras de Oliveira (1997).

Em 1988, ingressei como discente na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – *Campus* de Presidente Prudente, e concluí o curso de Licenciatura Plena em Geografia, em 1991, e de Bacharelado, em meados de 1993. Neste mesmo ano de conclusão do Bacharelado, fiz seleção e fui aprovada no Programa de Mestrado em Geografia, Área de Concentração “Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental”, também da UNESP – *Campus* de Presidente Prudente.

No caminho de filtrar as contribuições acadêmicas para minha formação, destaco três momentos: primeiro, relaciona-se à luta pela política de permanência estudantil; segundo, a militância e participação nas instâncias de representação discente e, terceiro, as vivências de ensino, pesquisa e extensão.

As primeiras experiências no ambiente universitário, marcadas pela necessidade de dedicação aos estudos e participação em atividades extracurriculares, me despertaram para o fato de que a gratuidade do ensino não era suficiente como garantia de permanência estudantil. Situação que, mais tarde, se desdobraria na necessidade de morar em Presidente Prudente, uma vez que o deslocamento diário para Martinópolis se tornava, cada vez mais, cansativo e oneroso.

A partir dessa compreensão, o primeiro passo foi conquistar uma bolsa de auxílio estudantil (PAE). Como a efetivação da bolsa dependia do desenvolvimento de atividades junto a um professor, muito timidamente pedi orientação à professora Maria Encarnação Beltrão Spósito, o que ela, gentilmente, aceitou. A atividade planejada eram leituras e fichamentos apresentados quinzenalmente – não me recordo do conjunto dos textos, a lição maior nessa experiência foi o entendimento da

disciplina de estudo como caminho de formação que era conduzida pela professora em termos de organização precisa da comunicação, horário e duração dos colóquios.

O envolvimento com o ambiente universitário se converteu em engajamento na luta por moradia estudantil, uma vez que a UNESP-FCT não dispunha desse benefício aos estudantes carentes que não moravam em Presidente Prudente. Por outro lado, cresciam as manifestações por moradia no *Campus*, comandadas pelo movimento estudantil, e o entendimento de que os índices de evasão e retenção verificados no ensino superior público estavam relacionados fortemente com as dificuldades socioeconômicas. A partir do segundo ano do curso de Geografia, em 1989, passei a morar em uma das casas que a Unesp alugou para atender as reivindicações do movimento estudantil e resolver, temporariamente, o problema da moradia. Os passos dessa luta até a conquista definitiva da moradia estudantil da UNESP-FCT, construída em 1989 no perímetro do *Campus* e entregue em 1990, estão gravados na memória e na história, mas, sobretudo, na formação política daqueles que, no caminho de ampliação dos direitos sociais à universidade pública, se fizeram luta.

Sem dúvida, a vida acadêmica com bolsa e moradia estudantil me permitiu superar obstáculos e garantiu bom desempenho curricular com desenvolvimento global. Situação que pavimentou o caminho para o acesso a bolsas acadêmicas, estágios, eventos científicos.

Tive, ainda na graduação, a possibilidade de integrar, na condição de representante discente, o Conselho do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP e a Comissão de Geografia Agrária da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção Presidente Prudente. Essas participações foram fundamentais para minha formação, sobretudo, para o entendimento do funcionamento do curso

de Geografia e da entidade que, desde 1934, está integrada à história da Geografia e do pensamento geográfico brasileiro⁸⁷.

Em relação às vivências na graduação, no ensino, na pesquisa e na extensão, destaco, em especial, algumas atividades que foram decisivas tanto no amadurecimento futuro, que repercutiram nas escolhas da vida universitária, como na realização de intervenções na realidade.

A primeira bolsa de pesquisa veio por meio de estágio na cidade natal junto à Prefeitura do Município de Martinópolis-SP, no período de 1990-1991, com vistas à elaboração do Plano Diretor desta cidade, vinculado ao Departamento de Planejamento da UNESP-FCT.

Nesta mesma época, contribuí nos levantamentos de campo da pesquisa financiada pela FINEP, “Análise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamentos no estado de São Paulo”, sob a coordenação do professor Dr. José Ferrari Leite, e na pesquisa “Avaliação da Municipalização do SUS”, sob a coordenação do professor Dr. Raul Borges Guimarães.

Na Extensão, pude participar do projeto “Venha nos Conhecer: divulgação do Ensino Superior, Público e Gratuito” voltado a promover o vestibular da UNESP nos municípios vizinhos. Por meio dele, preenchi uma lacuna do meu próprio passado ao ter a grata satisfação de visitar

⁸⁷ Certamente, foi essa experiência com a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) que serviu de alicerce para eu coordenar, em 2003, a comissão Pró-AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Movimento exitoso que culminou na eleição da chapa “Reconstruindo a AGB-Três Lagoas” que tomou posse dia 23 de outubro de 2003 com a seguinte composição: Presidente: Rosemeire Aparecida de Almeida; Vice-Presidente: Édima Aranha Silva; 1ª Secretária: Ana Flávia Miranda; 2ª Secretária: Lílían Aparecida Campos Dourado; 1ª Tesoureira: Tânia Paula da Silva; 2º Tesoureiro: Frederico dos Santos Gradella. Em 2004, lançamos o primeiro número da Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas-MS (Revista AGB-TL). Passado 15 anos, a Revista contava com 29 edições <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/index>

a escola onde cursei o magistério, “Coronel João Gomes Martins”, em Martinópolis, e poder divulgar a existência de uma universidade pública muito próxima, à 25 km, de livre acesso aos filhos da classe trabalhadora.

O interesse em fazer projeto de pesquisa em geografia agrária surge no contexto da participação nos chamados grandes projetos de trabalho de campo do curso de Geografia, especificamente o realizado no 4º ano para a Amazônia Oriental, em 1991. Foram 15 dias a bordo de um micro-ônibus num trajeto de Presidente prudente/SP até Tucuruí no Pará, em que podemos conhecer diferentes geografias marcadas por processos de migração, exploração mineral e madeireira, conflitos agrários e a questão indígena. O trabalho de campo gerou um curta-metragem, intitulado: “Amazônia: expropriação e resistência”, sob coordenação do professor Bernardo Mançano Fernandes. Por meio do trabalho de campo, particularmente no “Bico do Papagaio”, região de Rio Maria-PA, à época marcada por intensos conflitos entre posseiros e latifundiários – que ainda permanecem – compreendi profundamente a dimensão trágica da questão agrária brasileira. Definitivamente, assumi o lado dos excluídos da terra, posto que, como expresso nas palavras de Martins (1994, p.12): “a questão agrária engole a todos e a tudo”.

A pesquisa no campo agrário se materializou em Monografia como requisito parcial para o título de Bacharel em Geografia, defendida em 01/07/1993, intitulada: “A Conquista da Terra pelo MST no Pontal do Paranapanema: as ocupações das fazendas São Bento e Santa Clara”⁸⁸.

Como a pesquisa de Monografia foi realizada sem bolsa de estudos, desenvolvi simultaneamente um trabalho de Iniciação Científica

⁸⁸ A banca examinadora foi composta pelos professores: Bernardo Mançano Fernandes (orientador), Antônio Tomaz Júnior (examinador) e Fátima Rotundo da Silveira (examinadora). Após a arguição e a defesa, foi atribuído o conceito A, com a nota 10,0 (dez).

(IC/CNPq), intitulado: “A imprensa periódica no interior Paulista: uma abordagem histórica dos jornais editados na cidade de Pres. Prudente”, sob orientação do professor Jayro Gonçalves Melo.

No caminho da produção científica, seleciono dois marcos importantes, ambos em 1992: a participação no IX Encontro Nacional de Geógrafos com a apresentação do trabalho intitulado “Em defesa do trabalho de campo” e no IV Congresso de Iniciação Científica da UNESP com a apresentação de dois trabalhos, a saber: “Conquista da terra pelo MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Pontal do Paranapanema” e “A imprensa periódica no interior Paulista: uma abordagem histórica dos jornais editados na cidade de Presidente Prudente”.

A decisão pela área de pesquisa ocorreu tardiamente, apenas no 4º ano do curso, em 1991. Essa especialização tardia foi muito salutar para minha formação, pois pude experimentar (seja por meio de estágios, de bolsas ou de pesquisa) vários currículos na Geografia: geologia, urbana, planejamento e o ensino. A partir de 1991, com a elaboração da pesquisa de Monografia em geografia agrária, passei a refletir acerca do papel dos movimentos sociais na luta pela terra e para nela permanecer e, nessa trajetória de pesquisa, me mantive até o presente.

No contexto de ingresso no Mestrado, em 1993, ocorre a segunda aprovação em concurso público para professora no estado de São Paulo⁸⁹.

Defendo minha dissertação de Mestrado em 1996, intitulada “Diferentes modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: Reassentamento Rosana e Assentamento Santa

⁸⁹ Como tinha habilitação específica de 2º Grau para o Magistério, na área de Pré-Escola, pude prestar o concurso para o Cargo de Professora I no estado de São Paulo, aprovação publicada no D.O.E. de 27/10/1990. A segunda aprovação em concurso público foi para o cargo de Professor III de Geografia, conforme publicação no D.O.E. de 06/05/1994.

Clara⁹⁰. Neste mesmo ano, sou aprovada para a vaga de professora substituta na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Centro Universitário de Dourados (CEUD), onde inicio minha atividade profissional no ensino superior.

Essa experiência profissional no CEUD foi decisiva para decisões futuras em relação ao meu lugar de trabalho, que incluiu pedido de exoneração do concurso público de Professor III no Estado de São Paulo. Para essa avaliação positiva, contou o ambiente receptivo da Geografia no CEUD, onde não havia diferenciação na importância do trabalho de professor efetivo e substituto, aliado às amizades profissionais e pessoais construídas desde a Graduação, uma vez que parte do corpo docente daquela época era oriunda da UNESP-FCT. Mesmo com essas condições favoráveis de adaptação como professora substituta em Dourados (CEUD), tomo a decisão de prestar concurso público em Corumbá (CEUC), uma vez que essa vaga de concurso tinha maior coerência com minha formação. Na época, a vaga para o CEUC era em Geografia Humana e a vaga do CEUD, em Geografia Física.

Em 1997, por intermédio deste concurso público de provas e títulos, ingresso como professora efetiva na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Centro Universitário de Corumbá (CEUC), por meio da Portaria nº 04, de 27 de janeiro de 1997.

No ano de 1999, sou aprovada no curso de Doutorado em Geografia na UNESP-FCT. Neste mesmo ano, a fim de conciliar trabalho e estudo, peço remoção e sou aceita no *Campus* da UFMS de Três Lagoas.

⁹⁰ A banca examinadora foi composta pelos professores: Fátima Rotundo da Silveira (orientadora), Bernardo Mançano Fernandes (examinador), Armando Pereira Antonio (Examinador) e Vera Lúcia Botta Ferrante (Examinador). Após a arguição e a defesa, foi atribuído o conceito Aprovada com Louvor.

O ano de 1999 foi complexo, com viagens para Corumbá a fim de terminar orientações – compromisso assumido na remoção – atividades acadêmicas em Três Lagoas e efetivação do Doutorado em Presidente Prudente-SP, tudo isso em meio à gravidez da minha primeira e única filha. No período de 2000 a 2003, felizmente, consigo afastamento das minhas atividades para realização do doutoramento que se encerra com a defesa da tese, em 2003, intitulada “Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul⁹¹”, disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/03/03_ROSIMEIRE_APARECIDA_DE_ALMEIDA.pdf.

No ano seguinte, em 2004, inscrevo a Tese no Programa de publicação de textos da Fundação Editora Unesp. O Programa objetivava editar até 15 obras nas três grandes áreas do conhecimento: humanas, biológicas e exatas. Minha Tese foi uma das escolhidas, sendo publicada em formato de livro por meio do contrato nº 061/2006, celebrado em 22/05/2006. O primeiro livro publicado a gente nunca esquece e esta é a verdade. Ainda causa genuína emoção vê-lo nas bancas e sites, sob o título “(Re)Criação do Campesinato, Identidade e Distinção: a luta pela terra e o habitus de classe”.

Ações no ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas junto à UFMS no período de 2011 a 2018

“Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e Extensão”.

(Constituição Federal, Seção I da Educação).

⁹¹ A banca examinadora foi composta pelos professores: Ariovaldo Umbelino de Oliveira (orientador), Bernardo Mançano Fernandes (examinador), Antônio Tomaz Júnior (examinador), Eliane Tomiasi Paulino (examinadora), Maria Stela Lemos Borges (examinadora). Após a arguição e a defesa, foi atribuído o conceito Aprovada fazendo jus ao título de Doutora em Geografia.

A escolha de iniciar esta parte do memorial com a noção da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, trazida pela Carta Magna, a Constituição brasileira, vai além da compreensão do preceito legal. Desde que ingressei na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul desenvolvo atividades de ensino, pesquisa e extensão por entender tratar-se da natureza da universidade, portanto, de sua identidade.

Como apontado por Sampaio; Freitas (2010), o princípio da indissociabilidade tem sido interpretado de diferentes maneiras. Neste memorial, assumo a posição defendida por estes autores que a diferenciam da mera junção entre os três blocos de atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) para situá-la como sendo a matriz operacional do movimento que articula os eixos pedagógicos e a função. Desse modo, por meio do ensino, dá-se a socialização do conhecimento historicamente acumulado; na pesquisa, produzem-se e se alargam os conteúdos do conhecimento; e, na extensão, cumpre-se a função social e ética da intervenção e devolução do conhecimento à sociedade via o diálogo da ciência com o senso comum.

Portanto, o que trago neste memorial é um esforço acadêmico-profissional de unir ensino, pesquisa e extensão na contramão da cultura universitária, marcada pela separação do tripé e, muitas vezes, pela negligência da extensão.

Embora tenha sido esse meu horizonte, de antemão assumo as limitações desta tarefa tanto pelas dificuldades de fazê-la num ambiente universitário estruturalmente pouco sensível à necessidade de articulação do eixo, como pelas minhas próprias dificuldades.

O caminho profissional, na universidade, deu-se pelo ensino na graduação e foi a partir desse lugar que passei a pensar pesquisa e extensão. Bem por isso, concordo com Sampaio; Freitas (2010) quando destacam a graduação como espaço de concretude na articulação ensino, pes-

quisa e extensão. Ou seja, é muito mais fácil, neste ambiente de ensino na graduação, interagir com os demais princípios pedagógicos, uma vez que a pesquisa, em particular na pós-graduação, tem resistido em articular-se com atividades de extensão e, por vezes, também de ensino.

Consequentemente, no ensino, trabalhei disciplinas e conteúdos em sala de aula vinculados às demandas da sociedade em que foram produzidos, nas quais a inquietude da pesquisa esteve presente como premissa de questionamento crítico do processo de ensino-aprendizagem para a necessária compreensão do movimento de elaboração de novos conteúdos que se fazem por meio da pesquisa. Pela via do trabalho de campo, nas disciplinas e junto aos alunos e professores, criei espaços de intervenção social em que os saberes da academia dialogaram com a realidade. Como demonstrado a seguir, desde 2011, as disciplinas da Graduação e da Pós-graduação apresentam conteúdos da área de Geografia Agrária. Desse modo, os acadêmicos podem interagir nas aulas de campo⁹², previstas no plano de ensino, com ambientes de aprendizagem externos à universidade vinculados aos projetos de pesquisa e Extensão desenvolvidos no Laboratório de Estudos Territoriais (LABET) que coordeno desde 2016⁹³. Portanto, por meio das atividades organizadas pelo LABET, os acadêmicos das disciplinas por mim ministradas puderam participar de atividades de extensão como eventos, rodas de conversa, dias de campo, dentre outras atividades, a fim de vivenciar experiências de transição agroecológica, associativismo e comércio solidário.

⁹² Esta reportagem de 2011 do jornal JP News retrata um desses momentos de trabalho de campo em que a tríade é posta em movimento <https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/academicos-da-ufms-conhecem-realidade-de-assentamentos-de-tl/43074/>

⁹³ Instrução de Serviço nº 02, de 07 de julho de 2016.

Para que eu pudesse colocar em movimento a articulação do tripé pedagógico da Universidade (Ensino/Pesquisa/Extensão) no ensino de graduação e pós-graduação foi preciso vivenciar, simultaneamente, o desenvolvimento de atividades voltadas efetivamente à pesquisa e à extensão como base de minha própria formação, também em processo contínuo.

Para tanto, as atividades estão organizadas em três partes. A primeira é focada em ensino, pesquisa e extensão, em que cito as atividades de ensino na Educação Superior, tanto na graduação como na pós-graduação, bem como as orientações concluídas e em andamento e a Tutoria do PET. Na sequência, apresento projetos de pesquisa, grupos de pesquisa e a produção bibliográfica mais relevante, seguidos de projetos de Extensão.

A segunda parte é dedicada às atividades administrativas e de representação. Por fim, as considerações com que encerro o memorial voltam ao ponto de partida do meu esforço acadêmico-profissional para articular a tríade ensino-pesquisa-extensão.

Processos formativos no âmbito do ensino

*“Ensinar
é um exercício
de imortalidade.
De alguma forma
continuamos a viver
naqueles cujos olhos
aprenderam a ver o mundo
pela magia da nossa palavra.
O professor, assim, não
morre jamais...”*

(Rubem Alves – A Alegria de Ensinar)

Considerando o período do Memorial (2011 a 2018), destaco que minha atividade acadêmico-profissional na Graduação guardou estreita relação com minha formação em Geografia Agrária, área que assumi no final de minha graduação e na qual permaneço pesquisando até o presente momento. Contudo, estando no campo da Geografia Humana, também contribui com outras disciplinas em atenção à demanda do curso⁹⁴. Orientei trabalhos de conclusão de curso (Monografias), bolsistas de extensão, iniciação científica. Em síntese, durante a trajetória de 2011 a 2018 pude concluir a orientação de sete monografias de Graduação, 16 de Iniciação Científica e seis de Extensão.

Ainda no âmbito da graduação realizei contribuição em outras Universidades. Particpei como docente voluntária e orientadora na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), curso de Licenciatura em Ciências Sociais, desenvolvido numa parceria entre a Faculdade de Ciências Humanas da UFGD, com o MDA/INCRA/PRONERA. No curso, ministrei disciplina no ano de 2010 (Sociologia Rural I) e orientei oito acadêmicos em Trabalhos de Conclusão de Curso, no período de março a dezembro de 2012. Neste caminho das trocas universitárias para fortalecimento da Graduação, destaco a palestra de abertura de instalação do Curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, em 2016.

Em julho deste mesmo ano, assumi a Tutoria do Programa de Educação Tutorial (PET) Geografia/CPTL, com o compromisso de

⁹⁴ Geografia da População, Geografia Econômica, Prática de Ensino, Regionalização do Espaço Mundial. Após meu retorno do doutorado, em 2004, pude assumir, na Graduação, as disciplinas de Geografia Agrária, Geografia e Movimentos Sociais, Trabalho Orientado de Monografia I e II.

dedicação de 10 horas/semanais sem prejuízo de minhas atividades na Graduação. Considero essa uma das experiências mais enriquecedoras de minha atuação profissional, uma vez que foi neste ambiente que passei a ter vivência plena do exercício da indissociabilidade ensino/pesquisa e extensão para muito além de um planejamento denso de atividades, mas, sim, como prática de trabalho coletivo, em que a educação tutorial é movimento de aprendizagem deles comigo, deles com eles e minha com eles por meio de uma convivência quase diária. Portanto, vou dedicar um espaço a explicar o PET e sua importância para o fortalecimento da Graduação, bem como para o exercício tutorial da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão como paradigma educacional.

Criado em 1979 com o nome Programa Especial de Treinamento – PET – o programa foi transferido no final de 1999 para a Secretaria de Educação Superior (SESU) do Ministério da Educação. Em 2004, o PET passou a ser identificado como Programa de Educação Tutorial. (MEC, 2006). Essa mudança de Programa de Treinamento para Programa Tutorial representou a marca de um longo processo de superação de um modelo de inspiração tecnicista para uma concepção educacional centrada na formação global (ensino, pesquisa e extensão) com responsabilidade social. O Programa tem como objetivo geral promover a formação ampla e de qualidade acadêmica dos alunos de graduação envolvidos direta ou indiretamente com o programa, estimulando a fixação de valores que reforcem a cidadania e a consciência social de todos os participantes e a melhoria dos cursos de graduação.

No ano de 1988, foi implantado o Programa de Educação Tutorial-PET de Geografia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas, sob a tutoria da Professora Maria Bernadeth Cattanio, contando, no início com cinco (5) bolsistas. A partir de 1994, assumiu a tutoria a Professora Mestre Conceição Aparecida Queiroz Gomes, que permaneceu até o ano de 2002. No ano seguinte,

2003, passa a responder pela tutoria a Professora Edima Aranha Silva até meados de 2016. Na época de escrita do Memorial, em 2019, o grupo PET-Geografia contava com treze acadêmicos, sendo 12 bolsistas⁹⁵ e 01 não bolsista, que representavam diferentes níveis de graduação sob minha tutoria.

A Trajetória do PET-Geografia confunde-se com a própria história do curso de Geografia. Em 2018, o curso de Geografia comemorou 48 anos e o PET 30 anos. Ao longo dessa caminhada, formou-se mais de 90 PETianos(as), mantendo estreita relação com o PPGGeo; desde a criação do Mestrado em Geografia, em 2009, 22 PETianos(as) foram aprovados em processos seletivos.

Como Tutora desde 2016, tenho desempenhado a função de acompanhar, coordenar e avaliar as atividades do grupo de forma a estimular autonomia, criatividade, cooperação e senso crítico dos PETianos. Nesse sentido, as atividades planejadas⁹⁶ objetivam o desenvolvimento do trabalho em equipe, visando integração e estreitamento de relações tanto no interior do Grupo como junto ao curso de Geografia da UFMS/ *Campus* de Três Lagoas, e ainda com a comunidade acadêmica e a sociedade - dinâmica essa que viabiliza o fortalecimento e consolidação da

⁹⁵ O acadêmico bolsista, selecionado por meio de edital público, tem direito mensalmente a bolsa no valor compatível à política nacional de Iniciação Científica e deverá dedicar a carga horária mínima de 20 horas semanais ao Programa de Educação Tutorial.

⁹⁶ O PET por meio da plataforma SIGPET registra seus planejamentos, relatórios, prestação de contas e demais documentos pertinentes. A título de exemplo, o último planejamento anual (2019) contou com carga horária total de 1.110 horas distribuídas em 19 atividades, sendo: duas ações de Extensão; três ações de Ensino; cinco ações articuladas Ensino-Extensão; quatro ações articuladas Ensino-Pesquisa e cinco ações articuladas Ensino-Pesquisa-Extensão. O planejamento é dinâmico e, no final do ano letivo, o grupo avalia o planejamento no sentido de manter as atividades consideradas exitosas, reformular e propor novas atividades.

formação global do acadêmico. A meta geral foi o desenvolvimento indissociável de ações de ensino, pesquisa e extensão que se retroalimentam. Até mesmo aquelas que possuem características eminentemente de pesquisa e extensão, também têm propósito de fomentar debates e discussões que contribuam para o ensino de Geografia, reforçando, além da indissociabilidade, a prática pedagógica da articulação.

A partir do eixo ensino, pesquisa e extensão, criamos e mantemos, desde 2018, os núcleos de atividades: Formação e Capacitação; Ensino e Cidadania e Construção de Saberes de Pesquisa – neles, são organizadas as atividades por período, em que algumas têm participação de toda a equipe e outras têm distribuição por afinidade. Nesse sentido, estabeleceu-se uma rotina de trabalho que pratica e valoriza a Educação Tutorial entre os PETianos (em que os mais antigos ensinam os mais novos) e as ações coletivas e interdisciplinares via parceria com professores-colaboradores, evitando a precoce especialização. O processo de avaliação (individual e coletiva) e autoavaliação ocorre de modo presencial em reuniões administrativas e acadêmicas semanais, mensais e anual, envolvendo PETianos, Tutora e professores-colaboradores.

As atividades são escolhidas coletivamente compondo no mínimo 15 ações anuais que contemplem a articulação ensino, pesquisa e extensão no sentido de formar globalmente o aluno, respeitando o estágio de amadurecimento teórico/prático e a pluralidade de pensamento, objetivo que rege o PET em todos os níveis. Essas atividades são divididas em ações semanais, quinzenais, mensais, semestrais e anuais⁹⁷.

⁹⁷ Destaco algumas atividades exitosas realizadas pelos PETianos de acordo com os três núcleos (Formação e Capacitação; Ensino e Cidadania e Construção de Saberes de Pesquisa): minicursos de capacitação (ABNT; Lattes, SEER, ArcGis), participação em oficinas de qualificação para o exercício da pesquisa e/ou ensino, tais como: Curta-Metragem; Técnicas de Leitura e Redação; Noções básicas de Língua Estrangeiras (Inglês, Espanhol

Além das atividades desenvolvidas pautarem-se no princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, também buscam a consonância com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Geografia e com as necessidades da demanda. Como exemplo, destaco as seguintes atividades do PET focadas diretamente para o público da graduação: “Recepção de Calouros”; “Plantão Geográfico”; “Ciclo de Palestras”; “PET na Graduação: perfil socioeconômico dos ingressos”.

Dentre as atividades inovadoras implantadas desde que assumi a Tutoria, destaco, em especial, duas ações, por entender que elas possuem um caráter coletivo que vai além do PET-Geografia, a saber: Encontro Local dos Grupos PETs (ELOPET) e a publicação da Revista Eletrônica do Programa de Educação Tutorial - Três Lagoas/MS (REPET/TL)⁹⁸.

e Francês). Participação em projetos de Extensão: Universidade da Melhor Idade (UMI); Feira Agroecológica; Cadastramento socioeconômico das famílias do Cinturão Verde e levantamento cartográfico da área. Destaque para a ação “PET na Escola” que se constitui de quatro aulas em escolas da rede pública de Três Lagoas (Urbana e Rural) em salas do ensino médio – com conteúdos de geografia, transdisciplinar (questão de gênero e étnico-racial) e divulgação do vestibular da UFMS. A atividade “Colóquios” é voltada para temas de pesquisa na Geografia e temas emergentes no noticiário nacional (com participação de professores colaboradores e alunos de pós-graduação). Também destaco atividades de caráter coletivo e integrador, como: viagem de estudos, apresentação de trabalho, participação nos eventos anuais da Agenda PET (ELOPET; INTERPET; ECO-PET; ENAPET) e/ou colaboração na organização de eventos científicos ou correlatos, como foi o caso, em 2017, do XXII ENSUL - Encontro Sul-mato-grossense de Geógrafos e do I Encontro Regional em Comemoração ao dia do Geógrafo – ERCOGeo, em 2018. Desde 2016, o PET-GEO possui membros com participação direta no CLAAPET – no Comitê de Acompanhamento e Avaliação dos Grupos PET da UFMS (CLAAPET), no Colegiado do Curso de Graduação e na diretoria da AGB – Seção Três Lagoas. Também vale dar relevo para as reuniões internas do Grupo PETGeo visando avaliar as ações e, sobretudo, as mesas-redondas para discutir as pesquisas de Monografia, em andamento. Soma-se ainda a esse conjunto a pesquisa coletiva aprovada no edital do CNPq (Chamada Nº 21/2016), intitulada “Implantação de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica: dinamização da agricultura familiar no Território Rural do Bolsão-MS”.

⁹⁸ A REPET-TL pode ser acessada no endereço <https://periodicos.ufms.br/index.php/REPET-TL>

Como registrado no escopo da Revista, a REPET-TL foi pensada, em 2017, como parte das atividades de comemoração dos “30 anos do PET-Geografia/UFMS” e ganhou impulso no evento Encontro Local do PET (ELOPET), realizado na UFMS/*Campus* de Três Lagoas, que reúne o coletivo do PET desta instituição. Apesar de nascer como uma iniciativa local, a REPET-TL é uma ação que se associa, em escala nacional, aos anseios históricos do PET de divulgação e consolidação da Educação Tutorial como práxis formativas.

Neste sentido, a REPET-TL busca somar esforços de reflexão teórica no tocante a divulgar práticas de formação materializadas nas atividades do PET. Portanto, a revista tem o propósito de fomentar a divulgação de uma práxis de Educação Tutorial centrada na concepção filosófica, objetivos e orientações didático-pedagógicas do Programa na forma como estes são apresentados na minuta de Manual de Orientações Básicas de 2014, organizada pela comunidade dos grupos PET. A partir desses pressupostos, espera-se alcançar um universo composto pela diversidade de experiências petianas e de petianos egressos para além dos grupos PETs da UFMS, tendo por intuito incentivar a partilha do conhecimento historicamente produzido no Programa, estimulando reflexão, debate e produção do conhecimento na constante (re)construção do paradigma da Educação Tutorial. A REPET-TL publica Artigos, Relatos, Resenhas, Traduções e Entrevistas.

Afora o trabalho desenvolvido no curso de graduação, ministrei regularmente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS, a disciplina “Questão Agrária e Produção do Território no capitalismo” e, por dois anos, dividi a disciplina “Seminário de Mestrado em Análise Ambiental e Produção do Território”. No período de análise do Memorial, orientei e concluí 12 Dissertações de Mestrado. Estando, nessa época, com duas dissertações em processo de orientação.

Ainda no âmbito da Pós-Graduação, atuei na UFMS como professora e orientadora no curso de “Especialização em Educação do Campo” (2009-2011), na modalidade à distância, com apoio da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD, atualmente SECADI, com o acréscimo da Inclusão) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tendo orientado e concluído sete Monografias de Especialização. Na oferta 2014-2016, Curso de Especialização em “Educação Básica do Campo”, em parceria com a SECADI e a UAB, atuei também como coordenadora.

Em nível de programa de Doutorado tive uma coorientação junto ao Programa de Geografia da Unesp de Presidente Prudente/SP. Estou vinculada ao PPGGeo/UFMS/Três Lagoas, em nível de Mestrado e Doutorado, este último curso relativamente recente (foi implantado em 2018), no qual ainda não tenho orientação.

Realizei, também, supervisão de Estágio de Pós-Doutorado no PPGGeo/UFMS/Três Lagoas, via Edital Chamada PNPD/Capes, em que tive três candidaturas exitosas, a saber: Rodrigo Simão Camacho (2014-2015), Edevaldo Aparecido de Souza (2015-2016), Marine Dubos Raoul (2018-2019).

Por acreditar na importância da integração e cooperação entre os Programas de Pós-Graduação do Centro-Oeste, fui pesquisadora da Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Rede Pro-Centro-Oeste), no período 2010-2015, integrando a Rede de Estudos Sociais, Ambientais e de Tecnologias para o Sistema Produtivo na Região Sudoeste Mato-Grossense (Rede ASA), coordenada pela Professora Doutora Célia Alves de Souza, Universidade do Estado de Mato Grosso, *Campus* de Cáceres, com recursos do Edital MCT/CNPq/FNDCT/FAPs/MEC/CAPE/PRO-CENTRO-OESTE nº 31/2010. Como ações diretamente vinculadas ao Edital, destaco a pesquisa, intitulada “Questão Agrária e Transformações Socioterritoriais nas microrregiões do Alto

Pantanal e Tangará da Serra/MT na última década censitária” e as orientações de Iniciação Científica e Mestrado junto ao PPGGeo da UFMS/Três Lagoas, uma vez que na época não havia Programa de Mestrado em Geografia no *Campus* de Cáceres. A conquista do PPGGeo Cáceres se deu em 2015, como um dos frutos desse Edital Rede Pro-Centro-Oeste. Tive a grata satisfação de ministrar, como docente convidada, em parceria com o Professor Doutor Sedeval Nardoque, a disciplina “Tópicos Especiais em Dinâmica Espacial”, 30 horas, para a primeira turma do PPGGeo Cáceres.

Como parte desse investimento pessoal na articulação da Pós-Graduação no Centro-Oeste, destaco a minha mais recente contribuição que é a participação como professora colaboradora no recém instalado Mestrado em Educação e Territorialidade, da Faculdade Intercultural Indígena, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), aprovado no final de 2018.

Além do exposto, realizei também demais atividades que são inerentes à pós-graduação como a participação em bancas de qualificação e de defesa de Mestrado e Doutorado, tanto internas quanto externas à UFMS (UNESP, UFGD, UEL, UFRGS, UCO-ES, UFF).

Visando externalizar o impacto dos processos formativos de inserção social da Universidade em que atuei diretamente, selecionei alguns casos de orientação que julgo relevantes por permitirem entender a universidade como formadora de matéria-prima profissional para alimentar as demais instituições da sociedade, bem como a si mesma.

Na trajetória de orientadora, tive muitas satisfações e sou grata a todos que concluíram seus estudos sob minha orientação. No entanto, tendo em vista o período de análise do Memorial e de conteúdos de certa forma ímpares na trajetória individual e, em par, considerando o impacto social, seleciono três casos que considero emblemáticos da in-

serção social da Universidade. O primeiro caso, Rodrigo Simão Camacho, pela oportunidade de participar de toda sua formação acadêmica (da graduação ao pós-doutoramento) e ainda ter a grata satisfação de dividir o espaço profissional na IES. O segundo, é Mariele de Oliveira Silva, cuja trajetória representa a articulação de três traços marcados por injustiças sociais: mulher, negra e pobre. E, mais, por materializar a possibilidade da migração de uma bolsa de vulnerabilidade social (bolsa permanência) para a bolsa de Iniciação Científica (CNPq) e, depois, Mestrado (Capes). O terceiro é Gabriela Nogueira de Medeiros, selecionada no intuito de demonstrar a capacidade que a Geografia possui de expandir seu campo científico, uma vez que a acadêmica realizou sua graduação em Direito no mesmo período em que desenvolvia comigo seus projetos de Iniciação Científica até ingressar no Mestrado em Geografia.

Início com Rodrigo Simão Camacho, atualmente professor efetivo da Faculdade Intercultural Indígena, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que realizou seus estudos de Graduação em Geografia na UFMS, *Campus* de Três Lagoas, no período de 2002-2005, época em que desenvolveu, como voluntário, sua primeira pesquisa sob minha orientação. No período de 2006-2008, orientei sua Dissertação de Mestrado, intitulada “O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental”, na UFMS, *Campus* de Aquidauana. Fui sua coorientadora no Doutorado em Geografia, período 2010-2014, junto a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP-FCT, onde defendeu a Tese intitulada “Paradigmas em Disputa na Educação do Campo”. No período 2014-2015, supervisionei seu Estágio de Pós-doutorado junto ao PPGGeo UFMS/*Campus* de Três Lagoas. Hoje, estou como sua colega de trabalho junto a dois Programas de Pós-Graduação, a saber: Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia da UFMS/*Campus* de Três Lagoas e Programa de Mestrado em Educação e Territorialidade, da Faculdade Intercultural Indígena, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Mariele de Oliveira Silva fez graduação na UFMS/ *Campus* de Três Lagoas, no período de 2008 a 2011. A primeira orientação foi por meio da modalidade Bolsa Permanência do Programa de Apoio Estudantil para acadêmicos com vulnerabilidade socioeconômica, em que realizou leituras iniciais de pesquisa em geografia agrária. Na sequência, por duas vezes fui sua orientadora no programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). No período de 2012 a 2014, orientei sua Dissertação de Mestrado junto ao PPGGeo/UFMS/ *Campus* de Três Lagoas, intitulada “Reforma Agrária e Agronegócio nos Municípios de Selvíria/MS e Cáceres/MT: integração e resistência camponesa”. Atualmente, é doutoranda junto ao PPGGeo UEL/Londrina e participa, como pesquisadora, do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA-Bolsão) sob minha coordenação.

Gabriela Nogueira de Medeiros cursou graduação em Direito na UFMS/Três Lagoas no período de 2014-2018, tendo sido, durante todo esse período, minha bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) com quatro projetos de pesquisa: 2014-2015; 2015-2016; 2016-2017; 2017-2018. Atualmente, cursa Mestrado em Geografia na UFMS/Três Lagoas sob minha orientação.

Reitero que a escolha dessas três trajetórias tem relação com a forma ímpar como elas representam a capacidade que a Universidade tem para reduzir desigualdades regionais e sociais com formação de recursos humanos, também pela inclusão social por meio de políticas de permanência na universidade, que a pesquisa com bolsa oferece aos filhos da classe trabalhadora ou, até mesmo, pela potência que a ciência geográfica apresenta para romper fronteiras do conhecimento, orientando em outras áreas com vistas a superar a costumeira proteção dos objetos na busca, quiçá, de saberes mais universalizantes. Portanto, destaco que se trata apenas de um recorte para ilustrar o cumprimento da função social da Universidade. Sou grata a todos os orientandos, cada um deles tem a sua importância e posso falar que, de igual maneira, me inspiram a continuar a caminhar.

Processos formativos no âmbito da pesquisa

“Caminhante não há caminho, se faz caminho ao andar...”

(Cantares. Antonio Machado).

“Nós devemos participar da luta pelo conhecimento e por uma compreensão mais ampla dos problemas atuais. Quanto maior for o nosso conhecimento, maior será a nossa capacidade de mudar o mundo. As mudanças não decorrem apenas do uso de armas, de fatores econômicos e disputas políticas, elas se realizam também por meio do constante avanço do conhecimento, porque a verdade tem uma capacidade revolucionária para transformar sociedades.”

(SHANIN, 2008, p.23)

Nesta parte apresento os projetos de pesquisa pelo ano de início e término e teço comentários sobre aspectos que julgo de relevância tanto dos projetos que coordenei como daqueles em que fui colaboradora.

No período de 2009-2011, atuei como colaboradora no projeto de pesquisa, intitulado “Industrialização e dinâmica territorial em Três Lagoas-MS: limites e perspectivas”, sob coordenação da professora Édima Aranha Silva com recursos da Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do MS (FUNDECT/MS). Destaco que essa parceria de pesquisa foi construída no bojo do recém-aprovado Mestrado em Geografia, no *Campus* de Três Lagoas, em 2009, e visava, estrategicamente, dar suporte para nossa atuação na linha de pesquisa do PPGGeo, a saber: Dinâmicas Territoriais na Cidade e no Campo.

Tratava-se de uma pesquisa interdisciplinar com foco central de estudo no processo de industrialização em Três Lagoas e na dinâmica territorial cidade-campo decorrente, particularmente, das implicações ambientais, já que que a realidade do Parque Industrial, em franca expansão, reforçava a concepção acerca do processo de (des)concentração/

(re)concentração industrial em Três Lagoas, via expressivo número de indústrias instalado no período de 1998 a 2008. Esse esforço de pesquisa teve desdobramentos que resultaram na publicação de uma coletânea, em 2011, intitulada “Território e Territorialidades em Mato Grosso do Sul”.

Ainda neste contexto de consolidação do PPGGeo, aprovo, junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o projeto “A formação do vale da celulose: desdobramentos socioterritoriais do plantio de eucalipto na região Leste de Mato Grosso do Sul” (2010-2012).

O desenvolvimento deste projeto foi um marco de abertura de um novo campo de pesquisas no PPGGeo por propiciar trabalhos afinados com as demandas da realidade e voltados a entender a urgência de estudos da territorialização do capital celulósico na região Leste de Mato Grosso do Sul. Em especial, dou relevo a dois resultados deste projeto: a realização, em 2011, de um evento em Três Lagoas que buscou dialogar com a sociedade civil acerca dos desdobramentos da expansão do monocultivo de eucalipto, a saber: I Simpósio sobre a formação do complexo celulose-papel em Mato Grosso do Sul: limites e perspectivas⁹⁹, realizado na UFMS – Campus de Três Lagoas. E, no mesmo ano, a primeira defesa de Dissertação de Mestrado pelo PPGGeo, no ano de 2011, sob minha orientação, de Miecleslau Kudlavicz, intitulada Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS.

No final do ano de 2010, o avanço das condições de pesquisa para fortalecimento da pós-graduação deu-se por meio de um edital em Rede

⁹⁹ O material refletivo resultado do Simpósio foi publicado em um número especial da Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas (nº 14/2011). A edição pode ser acessada no endereço <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/issue/view/60>.

com outras instituições do Centro-Oeste (UFMT, Unemat), em que fui convidada a propor projeto de pesquisa ao CNPq na chamada Rede Pro-Centro-Oeste. Deste modo, obtive a aprovação da proposta de pesquisa que se desenvolveu no período de 2010 a 2015, intitulada “A Questão Agrária e Transformações Socioterritoriais nas microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra/MT na última década censitária”.

Este projeto tinha por objetivo realizar um estudo agrário comparativo entre os dois últimos Censos Agropecuários do IBGE no Estado de Mato Grosso (1995/1996 e 2006) com ênfase para a região Sudoeste e as particularidades das microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra. O referido estudo contemplou, considerando como atores fundamentais o agronegócio e a agricultura familiar, a análise da distribuição fundiária, a utilização das terras, o grau de importância da exploração empresarial, as relações de trabalho predominantes, a produtividade/ociosidade das terras, os indicadores de tecnologia, o grau de investimento, os indicadores de conservação do solo, entre outros.

Além dos recursos de infraestrutura fundamentais para equipar o Laboratório de Estudos Territoriais (LABET), que coordeno até hoje, a Rede Pro-Centro-Oeste também disponibilizou bolsas de Iniciação Científica e Mestrado, bem como pagamento da coletânea com os resultados da pesquisa, a saber: ALMEIDA, Rosemeire A., SILVA, Tânia Paula. (Orgs.). Repercussões Territoriais do desenvolvimento Desigual-Combinado e Contraditório em Mato Grosso. Campo Grande: UFMS, 2015.

O caminhar destas pesquisas acerca dos impactos da territorialização do capital na agricultura em Mato Grosso do Sul e Mato do Grosso, me conduziram por caminhos, até então, não considerados, quais sejam, pensar formas alternativas de sustentabilidade territorial ponderando meu objeto de estudo: a economia camponesa.

Considerando, particularmente, que os rebatimentos no lugar onde eu estava (estou) inserida, desde 2007, atravessa um ordenamento territorial voltado a dar suporte à expansão do complexo eucalipto-celulose-papel na região leste de Mato Grosso do Sul, tendo como epicentro a instalação, em Três Lagoas, das plantas fabris da Fibria (atual Suzano) e Eldorado Brasil, nasceu o projeto de pós-doutoramento voltado à investigação da Agroecologia, aprovado junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para o período 2013-2014: *Da Hegemonia do Agronegócio às Estratégias de Fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa: Aproximações com a Transição Agroecológica na Espanha*.

A opção de fazer um pós-doutoramento no exterior com atividades na Universidad de Córdoba (UCO-Espanha), *Campus* de Rabanales, e na Universidad Internacional de Andalucía (UNIA-Espanha), em Baeza, permitiu uma experiência profícua de estudo da realidade agrária também a partir de outro continente, dando maior parâmetro de referência para pensar a prática como pesquisadora e docente no Brasil, especialmente em Mato Grosso do Sul. Isso porque na primeira instituição espanhola, pude atuar no grupo de estudos, participar de trabalhos de campo e contribuir como membro examinador de Banca de Defesas (Doutorado). Na segunda, participei como convidada em módulos do Máster “Agroecología: un enfoque para la sustentabilidad rural” realizando debates e trabalhos de campo.

O tripé afastamento integral, dedicação exclusiva à pesquisa e apoio financeiro proporcionou um ano de intensa construção de conhecimento e práticas de pesquisa que, por se desenvolver fora de nossa realidade cotidiana, permitiu novas reflexões e intercâmbios. Efetivamente, foi uma experiência ímpar de estudos e de vida.

Importante destacar os motivos de escolha de fazer um estágio no exterior. O Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC), da

Universidad de Córdoba (UCO), por meio do *Máster* Oficial Interuniversitário, intitulado “Agroecología, un enfoque para la sustentabilidad rural”, em parceria com a Universidad Internacional de Andalucía (UNIA) e Universidad Pablo de Olavide (UPO), tornou-se referência internacional científica desde o lançamento do Programa em 1996. Como parte fundamental deste Máster, ressaltam-se as metodologias de análises e acompanhamento participativo de processos de transição agroecológica em diferentes escalas e em três dimensões, a saber: ecológica-produtiva, socioeconômica e político-cultural. Destaca-se, também, a internacionalização do Programa materializada tanto na presença de professores estrangeiros como de alunos com notável abertura à interlocução com a América Latina.

A pesquisa e ação participante é a tônica do ISEC-UCO, particularmente, o ambiente acadêmico do *Máster* em Baesa que conta com uma diversidade de enfoques teóricos, proporcionada pelo grupo de professores que representam, na atualidade, as principais escolas de pensamento-ação da agroecologia. Situação fundamental para o entendimento dos desafios da realidade contraditória e dinâmica que enfrentamos no capitalismo contemporâneo.

Vale enfatizar, sobretudo, a estrutura desburocratizada do ISEC-UCO, com diferencial para a autonomia do pesquisador e o intercâmbio de saberes. Evidência disso foram os convites para participação em Banca de Defesa, em especial de acadêmicos brasileiros que cursavam doutorado na UCO junto ao Programa “Recursos Naturales y Sostenibilidad”. A Publicação de artigos em coautoria¹⁰⁰ com professores espanhóis do ISEC, Professor David Gallar Hernández e Professor Angel Calle Collado, e a participação em entrevista com o Professor Eduardo Sevilla Guz-

¹⁰⁰ O referido artigo pode ser acessado no site da revista em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2719/2567>.

mán¹⁰¹ (Professor aposentado - Fundador do ISEC) foram pontos de relevo neste estágio.

A volta do afastamento de pós-doutorado se faz no contexto de aprovação do projeto de Consolidação e Internacionalização do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Edital PAPOS/FUNDECT-MS) para o período de 2014-2016, sob coordenação da professora Édima Aranha Silva. Esta proposta refere-se a um projeto aprovado no âmbito da FUNDECT/MS objetivando apoiar ações para o fortalecimento da Pós-Graduação, com ênfase à Internacionalização do Curso de Mestrado em Geografia/UFMS - *Campus* de Três Lagoas. Também visa o fortalecimento do curso, por meio das parcerias com IES de outros países, intercâmbio entre professores e alunos para realização de estágios, aulas, pesquisas, com vista à implantação do curso de Doutorado.

Portanto, a bagagem trazida do pós-doutoramento no exterior, refletida na construção de parcerias de pesquisa junto ao ISEC/UCO, vinha ao encontro das demandas do momento no PPGGeo. Nesse sentido, participei como colaboradora do projeto PAPOS coordenando o plano de estudos que resultou em estágio de estudos no ISEC/UCO da acadêmica de Mestrado Juliana Vieira Queiroz¹⁰², bem como a vinda do prof. Ángel Calle Collado¹⁰³ para ministrar Aula Magna no PPGGeo para a turma do segun-

¹⁰¹ A referida entrevista pode ser acessada no site da Revista em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3608/2985>.

¹⁰² Refletindo essa experiência Juliana Vieira Queiroz, sob minha orientação, realizou estágio no ISEC/UCO-ES e produziu o relatório: "Transição Agroecológica e Canais Curtos de Comercialização: o Caso de Córdoba-ES". Em 2017, defendeu a dissertação de Mestrado, intitulada: Agricultura familiar camponesa em Três Lagoas/MS: experiências de transição agroecológica e canais curtos de comercialização, sob minha orientação.

¹⁰³ Professor Ángel Calle Collado foi meu supervisor de Pós-Doutorado junto ao ISEC/UCO-ES.

do semestre de 2015, com o tema: “Agroecologia política: retos na América Latina e na Europa” e a disciplina “Tópicos Especiais”, bem como trabalho de campo nos assentamentos rurais em Três Lagoas e Selvíria/MS para trocar experiências com os agricultores em transição agroecológica.

A compreensão do conceito de Agroecologia como movimento social, prática e ciência abriu a reflexão para o entendimento multidisciplinar deste campo do conhecimento, permitindo o enlace de paradigmas com a Educação do Campo e com as lutas sociais e políticas pela Reforma Agrária e Soberania Alimentar. Portanto, a esse conceito de Agroecologia de Sevilla-Guzmán (2002) acrescentamos como centralidade a dimensão da Educação na Agroecologia, por entender que é por meio dela que o saber agroecológico avança para além do campo e da área das ciências agrárias perpassando todos os campos do conhecimento como fundamento da construção de uma nova cultura alimentar. Assim, a Educação seria o centro catalisador das dimensões/escalas agroecológicas.

Nessa perspectiva é que foi elaborada a proposta de projeto, intitulada “Estudo dos processos educativos formais e informais como ferramenta de transição agroecológica em assentamentos de Reforma Agrária no Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense”¹⁰⁴. Infelizmente, não consegui aprová-lo em edital com fomento, porém, apesar das restrições, o projeto foi desenvolvido tendo como base de apoio projetos de extensão, bolsas de iniciação científica e bolsas de pós-doutorado¹⁰⁵ durante o período de 2015–2017.

¹⁰⁴ Este projeto nasceu no contexto de continuidade das demandas geradas na finalização do projeto de extensão, intitulado “Recuperação de Áreas Degradadas no Assentamento de Reforma Agrária São Joaquim em Selvíria-MS”, financiado pelo edital SESU-MEC-PRO-EXT-2013, que teve como mote investigativo a escola São Joaquim, em Selvíria-MS.

¹⁰⁵ Para esse projeto foram valiosas as contribuições dos bolsistas de pós-doutoramento PNPD/Capes: Rodrigo Simão Camacho (2014-2015) e Edevaldo Aparecido de Souza (2015-2016), sob minha supervisão.

Em meio ao processo de buscar editais com fomento externo para realizar meus projetos de pesquisa, continuei contribuindo na parceria com Mato Grosso via participação em projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), sob coordenação da professora Tânia Paula da Silva, intitulado Juventude Rural e Permanência no Campo: dilemas e desafios no processo de recriação camponesa em Cáceres-MT (2015-Atual). Essa parceria, ao ter início em 2010 e permanecer no presente, me permitiu contribuir como professora convidada no PPGGeo-Cáceres, participar de eventos na condição de palestrante e em bancas de defesa de Dissertação de Mestrado.

O CNPq lançou, em 2016, o esperado edital de criação de Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs). A chamada do CNPq envolvia recursos de três Ministérios (MCTIC, MAPA, MEC) e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), indicando esforço interministerial para angariar recursos de pesquisa. Entendi a importância dessa oportunidade que, pela natureza do edital, extrapolava minha formação em Geografia, logo formei uma equipe transdisciplinar composta por pesquisadores da UFMS, IFMS, UNEMAT, UFGD, UEL, UFRN, UNESP-FEIS, EMBRAPA-Pantanal, AGRAER-MS e APOMS. O resultado foi a aprovação do projeto “Implantação de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica: dinamização da agricultura familiar no Território Rural do Bolsão-MS” (2017-Atual).

No bojo do desenvolvimento deste projeto passei a articular, de forma mais pontuada, o ensino e a extensão¹⁰⁶. O primeiro passo foi oferecer uma disciplina no PPGGeo/UFMS (Mestrado e Doutorado). Em

¹⁰⁶ Demonstrarei no próximo item os projetos de Extensão articulados às problemáticas de pesquisa.

2019, ministrei a disciplina “Agroecologia e Sustentabilidade Agroambiental”. Como orientadora, da graduação ao pós-doutoramento, também priorizei projetos voltados aos estudos de Agroecologia, como é possível constatar na listagem das bancas e orientações.

Encerro essa parte dos projetos enfatizando que, nesses oito anos de trabalho que são base de construção do Memorial, busquei coordenar, orientar e participar de estudos na linha teórica da recreação camponesa como processo amplo de luta pela terra, porém alinhando outras dimensões da vida camponesa como a Educação do Campo e a Agroecologia.

Coordenação e participação em grupo de pesquisa

Após meu retorno do doutorado criei, em 2004, o grupo de pesquisa “Estudos Agrários”, que, certificado na UFMS, passou a compor a plataforma do CNPq. Posteriormente, convidei a professora Eliane Tomiasi Paulino, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), para vice-líder no grupo em virtude da nossa história longa de parcerias acadêmicas construídas em torno da categoria camponesinato.

A ideia de reunir em grupo um conjunto de pesquisadores e acadêmicos foi sendo estruturada a partir do pressuposto de que a agricultura familiar camponesa no Brasil é responsável pela garantia da produção de alimentos no país. Por sua vez, essa premissa lançava a necessidade de realizar estudos acerca do comportamento socioeconômico desta categoria social. Para tanto, o grupo de pesquisa contempla a participação de pesquisadores da UFMS e de outras Universidades (UEL, UFGD, IFMS, UNEMAT, UFMT) que investigam o dinamismo do Camponesinato em diferentes dimensões, ou seja, como modo de vida e unidade de produção, com o intuito de analisar os impactos endógenos e, também, a repercussão no contexto territorial. A análise do comportamento socioeconômico do camponesinato contempla tanto a pesquisa a respeito da luta

pela terra como ainda para nela permanecer. Portanto, o grupo de pesquisa reúne um conjunto de pesquisadores amalgamados em dois grandes eixos: as estratégias (re)criadas para o acesso à terra e aquelas para a permanência na terra, bem como seus impactos territoriais. Nesse sentido, foram criadas seis linhas de pesquisa: Terra e Movimentos Sociais, Recriação Camponesa, Dinâmicas Territoriais na Cidade e no Campo, Terra e Produção, Educação do Campo, Agricultura e Agroecologia.

Embora seja um grupo de pesquisa com ramificações fora da UFMS/Campus de Três Lagoas, posso considerar o Laboratório de Estudos Regionais (LABET) como o espaço físico de suporte do grupo. No LABET, nos reunimos todas às quartas-feiras, das 8h00 às 11h00, para discussão de textos e filmes, elaboração de projetos, orientação e reuniões de avaliação e confraternização. Como as atividades realizadas no LABET extrapolam o grupo de pesquisa, uma vez que envolvem outros sujeitos, a exemplo dos participantes dos projetos de extensão, foi criado o Grupo de Estudos Terra-Território (GETT). Soma-se a esse investimento de pesquisa a participação em mais três grupos de pesquisa¹⁰⁷.

Participação em bancas de defesa de monografias, dissertações e teses

A título de síntese dos dados, destaco que neste período de análise do Memorial participei de 63 bancas de arguição nos diferentes níveis de titulação que compete ao trabalho acadêmico¹⁰⁸ (Graduação, Especial-

¹⁰⁷ Grupo “Espaço Urbano e Produção do Território”, UFMS, Líder Édima Aranha Silva. Grupo “Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social (TERRHA)”, UFGD, líder Márcia Yukari Mizusaki. Grupo “Rede DATALUTA”, Unesp-FCT, líder Emilia de Rodat Fernandes Moreira.

¹⁰⁸ As referidas bancas estão detalhadas no Memorial com seus respectivos comprovantes no SEI-UFMS processo nº 23448.004369/2019-56.

lização, Qualificação de Mestrado, Mestrado, Qualificação de Doutorado, Doutorado). Dentre essas, 28 na condição de presidente da banca. Não considero o quantitativo em si: se muito ou pouco. O certo é que os convites que declinei se justificaram pela impossibilidade de conciliar as muitas tarefas do trabalho acadêmico, as quais envolveram ensino, pesquisa e extensão, como evidenciam as atividades arroladas neste Memorial. Em relação aos convites aceitos, a grande maioria seguiu o critério de afinidade com minha área de pesquisa, representaram momento especial no processo de ensino-aprendizagem, tanto pela interação que se estabelecera com os membros da banca, pautada pela análise conjunta de um trabalho de pesquisa, como pelo exercício da arguição. Na condição de examinadora, meu lugar de fala é sempre o de reconhecimento da confiança e expectativa depositada na qualidade da minha intervenção por parte do candidato e orientador, e na condição de orientadora, meu lugar de fala é o de aceitar os acertos e erros da pesquisa.

Produção intelectual

No texto original do Memorial a produção é detalhada e documentada visando retratar o histórico de minha trajetória acadêmico-profissional no período de 2011 a 2018¹⁰⁹. Neste capítulo, faço apenas destaque de que em relação à produção intelectual, as atividades mais relevantes estão agrupadas em: artigos em periódicos, organização de livros e capítulos de livros – autoria e co-autoria; publicação em Anais (trabalho completo), textos de jornais, Prefácio, participação e apresentação em eventos, revisor de projeto de agência de fomento, assessoria ou participação em organizações sociais¹¹⁰.

¹⁰⁹ Processo SEI-UFMS processo nº 23448.004369/2019-56.

¹¹⁰ A referida produção intelectual pode ser acessada no endereço <http://lattes.cnpq.br/2476213211814424>

Processos formativos no âmbito da extensão

“Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta.

Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.”

(FREIRE, 1985, p. 15).

Apresentar minha produção em extensão é uma alegria e, ao mesmo tempo, um grande desafio. Isso porque considero ter forte compromisso com a extensão e, mais, minha formação e atuação profissional no ensino e pesquisa têm caráter extensionista na sua base. O desafio é dar conta de expor essa matriz para além do número de projetos de Extensão. Foram muitos, tanto na condição de coordenadora e orientadora de extensão como ainda de colaboradora – neste Memorial farei referência apenas às ações de extensão que se inserem no período como professora associada, como pede a Resolução nº 41, de 28 de Março de 2018, do COUN/UFMS.

Início expondo minha concepção de extensão, que possui muita relação com a proposta de Freire (1985). Ou seja, não entendo extensão como estender conhecimento para “fora da universidade”. Para mim, a extensão tem como ponto de partida a preocupação com a intencionalidade do conhecimento, bem por isso se reflete, por exemplo, numa pergunta ética que rompe com a pretensa neutralidade da pesquisa: a quem serve o conhecimento produzido no âmbito da Universidade pública? Que, por sua vez, se relaciona umbilicalmente com a própria concepção de Universidade como lugar da sistematização e socialização do conhecimento voltado à formação profissional, mas também lugar da produção

de novos conhecimentos, num movimento dialético de construção-desconstrução do conhecimento, permeado por essa pergunta ética “a quem serve?”, a fim de que a universidade cumpra a promessa de melhorar a vida da/na sociedade que está inscrita na sua história milenar. Nesse movimento, a extensão não é estender, é dialogar com a sociedade a fim de colocar em movimento o conhecimento, testando a produção do conhecimento no mundo real, se abrindo para novas pautas de ensino e de pesquisa. Essa ideia da troca de saberes científicos e não científicos Souza Santos (2007) definiu como “interconhecimento”. E mais, o diálogo não é pensado numa escala hierárquica, pois todo conhecimento científico nasce como superação do senso comum e deve voltar como diálogo para “sensocomunicar-se”:

Deixado a si mesmo, o senso comum é conservador e pode legitimar prepotências, mas interpenetrado pelo conhecimento científico pode estar na origem de uma nova racionalidade. Uma racionalidade feita de racionalidades. (...) A ciência pós-moderna, ao sensocomunicar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida. É esta que assinala os marcos da prudência à nossa aventura científica. A prudência é a insegurança assumida e controlada. (SOUZA SANTOS, 1987, p. 90-1).

Todavia, para cumprir esse papel é preciso que a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão seja um projeto institucional na universidade, nos termos defendidos por Sampaio; Freitas (2010). Significa dizer que a extensão não pode ser tratada institucionalmente como o “primo pobre” do tripé, em que ensino e pesquisa figuram como áreas privilegiadas tanto em termos de recursos como de distinção. Infelizmente, contei com pouco recurso institucional para a extensão, mas ainda assim realizei todos os projetos que julguei necessários, seja com ou sem fomento, com ou sem bolsista.

Como os projetos de extensão tiveram duração anual, vou apresentá-los por ano comentando os aspectos mais importantes de sua realização na condição de coordenadora. Projetos em que a condição é de colaboradora não há comentários apenas o apontamento de que no período compreendido pelo Memorial, 2011 a 2018, colaborei com 23 projetos.

Projetos de Extensão - Coordenação

Em 2011, foram dois projetos como coordenadora, ambos na condição de replicados, ou seja, continuidade de anos anteriores.

O primeiro, intitulado: “Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas/MS”, Edital PAEXT/2011, trata-se de uma proposta de desenvolver um projeto de extensão para dar suporte à criação e consolidação da Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção Três Lagoas-MS. Nasceu do entendimento de que a internet era um importante veículo de informação para tirar ideias das “prateleiras” dando alcance massivo pela diminuição de distâncias e redução de custo. Em 2007, o projeto de extensão da revista foi apresentado pela primeira vez à Pró-Reitoria de Extensão da UFMS que o aprovou e manteve até 2012, com bolsas de extensão para acadêmicos. Em 2013, o projeto de extensão recebe parecer contrário sob argumentação de que não se enquadrava nos princípios da Extensão universitária – felizmente, o projeto estava consolidado e pudemos continuar apoiados no trabalho voluntário de professores e acadêmicos e, até o presente, a Revista AGB-TL pode se orgulhar de sua periodicidade sem atrasos: são 15 anos com 29 edições. Cumpre, assim, seu legado embalado na extensão, que foi permitir ao público, em especial à comunidade geográfica, acesso a um material de reconhecido mérito científico, de maneira rápida e, uma vez publicada, por tempo indeterminado. Situação que representou concretamente a construção de caminhos/ferramentas de aproximação da academia com a sociedade. A relação de parceria da Revista com os acadêmicos

e professores de Geografia dos diversos *campi* da UFMS e, também, de outras universidades, que têm, sistematicamente, enviado suas pesquisas para publicação, proporcionou seu reconhecimento junto ao Qualis/Capes dando credenciamento a este veículo de comunicação científica.

O segundo, também no Edital PAEXT 2011, intitulado: “A UFMS/CPTL no Jornal Correio do Estado”, é uma iniciativa que partiu do entendimento de que a Universidade não se comunica bem com a sociedade civil na medida em que faz pouca, ou nenhuma, divulgação de sua tarefa constitucional de ensino, pesquisa e extensão. Logo, buscar estratégias de comunicação com a sociedade sempre foi uma preocupação no meu estradar acadêmico-profissional. Ao encontro dessa preocupação, situo o projeto de extensão “A UFMS/CPTL no Jornal Correio do Estado”, elaborado num contexto de chegada das fábricas de pasta de celulose e expansão do monocultivo de eucalipto na microrregião de Três Lagoas. Nesse período de grandes mudanças no campo e na cidade, era premente a universidade emitir opinião no sentido de estar atenta a esse movimento cotidiano, situação que o projeto de extensão da Revista científica não dava conta de acompanhar. O projeto representou uma parceria entre um grupo composto por 23 professores da UFMS-CPTL e o referido Jornal. A parceria com o Jornal Correio do Estado nasce em 2009, sendo que até 2008 o projeto de Extensão era com o ‘Jornal do Povo’, de Três Lagoas. Isso significou sair de uma circulação microrregional para um veículo de alcance estadual, uma vez que o jornal Correio do Estado é diário e reconhecido como o principal veículo de comunicação do Estado. Além de circular na forma impressa, possui também uma versão eletrônica disponível no endereço www.correiodoestado.com.br. O objetivo dos participantes era aproveitar o espaço semanal concedido na coluna ‘Opinião’ para veicular artigos a respeito de suas pesquisas, bem como tecer comentários acerca da realidade estadual, nacional e internacional. A fim de garantir uma abrangência maior em relação à complexidade das questões que cercam a realidade, o grupo de profes-

res foi constituído considerando dois critérios: disponibilidade de tempo e a representação docente por área do conhecimento. Foram dezenas de artigos que, sem dúvida, conquistou um grande êxito, marcando a participação da UFMS no debate estadual e mexendo com o cotidiano dos professores, pouco acostumados ao diálogo permanente com o público, lembrando que era possível expressar opinião sobre o artigo direto no e-mail do autor. O projeto durou de 2009 a 2012 e foi interrompido no ano que me afastei para pós-doutorado.

No ano de 2012, repliquei as ações de extensão de 2011 dando continuidade aos projetos da Revista Eletrônica e do Jornal, a saber: Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas/MS e A UFMS/CPTL no Jornal Correio do Estado (ambos no Edital PAEXT/2012).

No ano de 2013, veio a aprovação em âmbito nacional do projeto de extensão “Recuperação de Áreas Degradadas no Assentamento de Reforma Agrária São Joaquim em Selvíria-MS”, financiado pelo edital SESU-MEC-PROEXT-2013.

Trata-se de uma conquista marcante porque foi possível iniciar um trabalho de recuperação de nascentes e Educação do Campo no assentamento de reforma agrária São Joaquim, município de Selvíria-MS. Por outro lado, significou passo decisivo na compreensão da crise agroambiental e na necessidade de deslocar minhas pesquisas para o campo agroecológico – em julho desse mesmo ano foi aprovada a bolsa de pós-doutorado, junto a CAPES, para estágio de estudos em agroecologia na Espanha¹¹¹.

¹¹¹ O projeto foi coordenado por mim até julho de 2013, após este período a coordenação foi assumida pelo professor Sedeval Nardoque. Agradecimento especial também à contribuição, neste período, de todos/as os/as participantes do Laboratório de Estudos Territoriais (LABET-UFMS-Campus de Três Lagoas). Destaco que todos esses projetos de pesquisa e Extensão só foram possíveis pela existência de um grupo de pesquisa, e estudos, materializados nas ações do LABET.

Pela importância dessa ação de extensão na sua articulação com processos de ensino e pesquisa, que, inclusive, resultou em publicação de um livro na forma de coletânea¹¹², seus propósitos e resultados detalho em seguida.

A referida ação de Extensão nasceu do prévio conhecimento que tínhamos do assentamento São Joaquim, em especial por meio das ações desenvolvidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), via projeto “Quintais Produtivos”, que buscava orientar os assentados à transição agroecológica mediante pequenas experiências de plantio consorciado de milho, feijão e abóbora. A existência desta aproximação foi fundamental para a implantação da ação de extensão, uma vez que sem a aceitação e participação das famílias, o projeto não se efetivaria, posto que a recuperação de nascentes intervém diretamente no modo de vida dos assentados, em especial daquelas famílias que estão próximas às nascentes.

A execução do projeto exigiu uma ação transversal envolvendo não apenas diferentes parceiros institucionais, mas, sobretudo, a interdisciplinaridade, uma vez que os colaboradores estão ligados a diversos campos do conhecimento, a saber: geografia humana e física; biologia, agronomia, botânica e pedagogia. A partir dessa compreensão partilhada, deu-se início à atividade, junto aos professores e alunos da UFMS-Campus de Três Lagoas, de identificação das nascentes dos córregos Sabina e Pindaíba, afluentes do córrego Beltrão, numa espécie de excursão pelas matas do assentamento São Joaquim, em fevereiro de 2003, guiados por um grupo de assentados organizados pela CPT.

A escolha recaiu sobre o lote 19 do assentado Sebastião Amaro da Silva. Pesou nesta decisão a disposição manifesta do assentado em reflorestar 1 ha, a existência de cercamento da área (exigência do contrato de cooperação recíproca para implantação de projeto de reflorestamento

¹¹² Ver ALMEIDA, Rosemeire Ap. de (Org.), 2005.

ciliar realizado com a CESP) e a ocorrência de voçoroca no antileito do afluente do córrego Sabina. A definição da segunda área a ser recuperada deu prosseguimento à recuperação das nascentes do Córrego Sabina com a escolha do lote 28, do assentado Claudio Laudio de Oliveira. A vantagem era a de que este lote é contínuo a linha de recuperação iniciada no lote 17, todavia a área de recuperação foi menor, qual seja 0,46 ha.

Concomitante a essa ação de reflorestamento das nascentes, desenvolveu-se outras intervenções, a saber: oficinas, palestras e café da manhã. A escolha do tema da oficina ficou a cargo da Associação dos Produtores do Assentamento São Joaquim. Desse modo, a realização da oficina “Conversão Agroecológica: produção de caldas naturais”, pelo pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Alberto Feiden, foi considerada de grande êxito pelos assentados justamente por vir ao encontro das expectativas apontadas pela comunidade.

As palestras foram pensadas como resposta efetiva ao pedido de inclusão da Escola Rural São Joaquim, feito pela diretora Inêz Rezende de Souza, com anuência da Secretaria Municipal de Educação de Selvíria, nas atividades de recuperação das nascentes no assentamento São Joaquim. Deu-se prioridade para reflexões que despertassem o debate sobre os bens comuns (como água, vegetação, terra), o redesenho de sistemas agrícolas mais equilibrados com a natureza e o papel motivador dos processos educacionais formais e informais nesta reconversão. Nesse sentido, o tema aglutinador das ações fora e dentro da escola foi a Agroecologia e a necessária emergência da Reforma Agrária na recriação da agricultura familiar camponesa voltada à produção de alimentos mais saudáveis. Por fim, estas discussões fizeram emergir a necessidade do debate acerca da Educação do Campo no tocante à inclusão de processos

educacionais, tanto informais como formais, afinados com a realidade vivida pela Escola Rural Municipal São Joaquim.¹¹³

Como amálgama desta teia de ações, em junho de 2013, foi realizado o “Café da Manhã na Roça” – que teve como simbologia o necessário encontro UFMS, Comunidade e Escola São Joaquim. Como escrito por mim na apresentação da referida Coletânea, que retratou as ações do projeto, a esperança era fazer com que essa experiência materializasse a compreensão de que é possível superar a costumeira dicotomia e hierarquia entre ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, que para fazer pesquisa se faça extensão e para que haja extensão façamos o ensino. De forma articulada, foi isso o que busquei (e busco), em toda a trajetória da/na universidade.

O contexto do retorno do pós-doutorado, que aconteceu em julho de 2014, era também de motivação para colocar em prática algumas experiências agroecológicas vividas na Espanha. A mais instigante estava voltada a implantação de formas de organização do consumo.

Com essa concepção elaborei o projeto “Dinamizando a Agricultura Familiar e o Consumo Agroecológico em Três Lagoas-MS”, aprovado no Edital PAEXT 2015.

A motivação que levou à construção desse projeto encontrou condições objetivas de realização quando, em trabalho de campo com os alunos da disciplina “Geografia Agrária”, discuto o processo de tran-

¹¹³ Como citado anteriormente, as ações na escola rural São Joaquim no âmbito desse projeto de extensão criaram condições para a realização do projeto de pesquisa, intitulado “Estudo dos processos educativos formais e informais como ferramenta de transição agroecológica em assentamentos de Reforma Agrária no Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense” (2015-2017). A execução dessa ação de extensão, e a aproximação que ela permitiu com a comunidade rural e escolar do assentamento São Joaquim, foi responsável, também, por estimular a participação de vários docentes da referida escola no Curso de Especialização em “Educação Básica do Campo”, em parceria da UFMS com a SECADI e a UAB, oferta 2014-2016.

sição agroecológica em curso no assentamento 20 de Março, em Três Lagoas-MS, e as dificuldades dele decorrentes. Importante destacar que a transição agroecológica relacionada à horticultura no assentamento “20 de Março” teve início quando um grupo de 35 famílias aceitou integrar, em 2013, o projeto da ex-Fibria (atual Suzano) de desenvolvimento territorial que previa a doação de sementes, insumos, tela, madeira e irrigação básica. O projeto era voltado à implantação do manejo sem uso de agrotóxicos e adubos químicos, e teve grande adesão das mulheres do assentamento. Todavia, na prática, começaram a surgir dificuldades que extrapolavam o projeto intervencionista da citada empresa, em especial, voltadas à assistência técnica e escoamento da produção. Neste quadro de crise, muitas famílias abandonaram o referido projeto.

Portanto, cientes dessa problemática, em 2014, o grupo de pesquisa “Estudos Agrários”, vinculado ao Laboratório de Estudos Territoriais-UFMS-Campus de Três Lagoas, organizou o evento: “I Seminário sobre Transição Agroecológica: limites e possibilidades”. Nesse evento, por meio de mesa de debates, emergiram as potencialidades produtivas dos agricultores da região do Bolsão-MS, bem como os bloqueios e as possibilidades de superação para além dos mercados institucionais. Dentre os encaminhamentos, a formação de grupos de consumo sustentáveis e feiras agroecológicas no espaço universitário objetivando fomentar a horizontalidade na relação agricultores-consumidores. É deste evento que nasce, em 2015, o projeto de extensão a que nos referimos anteriormente.

Em 2016, em parceria com Edevaldo Aparecido de Souza¹¹⁴ aprovo projeto de extensão na área de Educação do Campo, voltado à formação de professores e gestores da escola rural São Joaquim, em Selvíria-MS, intitulado: Formação continuada de Educação no/do Campo para professores e gestores da Escola Municipal Rural São Joaquim - Selvíria (MS). Edital: EXT/2016.

¹¹⁴ Bolsista de Pós-doutorado sob minha supervisão junto PPGGeo/UFMS/Três Lagoas via Edital Chamada PNPD/Capes, período 2015-2016.

Este projeto teve como meta a formação continuada de professores e gestores da Escola, buscando novos conhecimentos alicerçados em uma pedagogia pensada para os alunos do campo, erigida a partir da realidade dos educandos com participação da comunidade escolar e lideranças comunitárias do assentamento. Portanto, a proposta ofereceu oficinas vinculadas a Educação no/do campo, envolvendo temas, como: princípios da educação no/do campo, relação campo-cidade, currículo escolar, questão agrária, produção camponesa e agroecologia, questão ambiental e aproveitamento do cerrado, literatura, matemática no campo, permanência dos jovens no campo.

Este projeto marcou a finalização de um longo processo de atuação minha e da equipe do LABET no assentamento São Joaquim, em Selvíria-MS. A avaliação indicava a necessidade de pensar outras ações e áreas rurais do território do Borsão para investigação e intervenção.

Ainda em 2016, tendo em vista o êxito do projeto de organização do consumo no espaço universitário, via grupo das sacolas agroecológicas, aprovo o projeto de extensão para realização de uma Feira Agroecológica semanal na UFMS/CPTL com o título: Feira de produtos em Transição Agroecológica da Agricultura Camponesa em Três Lagoas-MS. Edital: EXT/2016.

A realização de uma Feira de produtos em transição agroecológica no *Campus* de Três Lagoas visou atender três principais propósitos, a saber: a) ampliar as possibilidades de renda dos camponeses eliminando os atravessadores do processo de comercialização; b) oferecer ao público, em especial da Universidade, a opção de produtos oriundos do manejo agroecológico; c) gerar um processo educativo de valorização social dos agricultores via aproximação com consumidores. A Feira em 2019 completa quatro anos de funcionamento e continua sendo uma ação de Extensão.

Em 2017¹¹⁵ um novo projeto de Extensão foi aprovado contemplando a Feira na UFMS/CPTL, porém, pela primeira vez, expandido para áreas de Condomínios residenciais da cidade de Três Lagoas, agora intitulado: Agroecologia e Canais Curtos de Comercialização: dinamização da Agricultura Familiar Camponesa em Três Lagoas/MS. Edital: EXT/2017.

A organização do consumo de produtos agroecológicos via realização de Feira e formação de grupos de consumo de sacolas fora do espaço universitário, no caso Condomínio Don El Chall e Condomínio Alto dos Ipês, visava publicizar o dinamismo dos canais curtos de comercialização, bem como ampliar o número de agricultores participantes. Por outro lado, o aumento do número de consumidores gerava maior autonomia dos agricultores e maior estímulo à transição agroecológica, uma vez que esse processo de afastamento do uso de agrotóxicos e adubos químicos é lento e precisa de apoio.

Em 2018, repliquei, dando continuidade ao projeto de 2017, a saber: Agroecologia e Canais Curtos de Comercialização: dinamização da Agricultura Familiar Camponesa em Três Lagoas/MS. Edital: EXT/2018.

Estas experiências exitosas de organização do consumo na cidade têm me permitido defender nos eventos científicos que os canais curtos de comercialização estimulam laços de solidariedade campo-cidade, reciprocidade comunitária e, consequentemente, elevam a autoestima dos camponeses a partir de uma troca de conhecimento (interconhecimento) mais horizontal entre comunidade universitária, agricultores e sociedade externa.

¹¹⁵ Concomitante ao trabalho na Extensão de organização do consumo agroecológico, aprovo o projeto de pesquisa no CNPq, intitulado: “Implantação de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica: dinamização da agricultura familiar no Território Rural do Bolsão-MS”. (2017-2019). Este projeto visa dar suporte para a organização da produção no chão no assentamento, alargamento os horizontes produtivos, a sustentabilidade e a emancipação social das famílias em transição agroecológica.

Atividades administrativas e de representação

Minha passagem pelas atividades administrativas e de representação foi relativamente pequena. Em parte, porque ao aprofundar a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, pouco tempo me restou para outras ações. Aliás, a obrigação de preenchimento do SisPadoc tem servido para desvelar o quanto nossas atividades não cabem nos formulários de 40 horas semanais, porque algumas são realizadas nas madrugadas e finais de semana – indubitável a percepção de que a autonomia universitária pode ser também sobrecarga de trabalho.

Apesar de pequena, é possível destacar ações que me permitiram entender um pouco o funcionamento das estruturas internas e externas à UFMS e também representar meus pares e a sociedade civil. Nesse sentido, minha atuação na coordenação do Curso de Especialização em “Educação Básica do Campo”, Polo Três Lagoas, oferta 2014-2016, parceria UFMS/SECADI e a UAB, foi importante para dar vazão a uma demanda reprimida no Bolsão. Pela primeira vez, os profissionais das escolas do campo no Bolsão-MS puderam realizar formação continuada na UFMS/CPTL, inclusive legitimando os projetos de pesquisa e de extensão que, na época, desenvolvíamos. Os trabalhos indicados pelas bancas de defesa foram publicados numa edição especial da Revista AGB-TL. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/issue/view/227>. Acesso em: 21 set. 2019.

No Programa de Mestrado em Geografia UFMS/Três Lagoas, fui vice coordenadora atuando como substituta imediata do coordenador no período 2016 a 2019. Também participei ativamente nas comissões de estudo para elaboração do projeto de Doutorado. Em 2016, presidindo a comissão, realizamos estudo diagnóstico para detectar as vantagens e limitações do programa de Mestrado a fim de apontar caminhos de fortalecimento, um deles era a realização de comissões para credenciamento

e descredenciamento – presidi duas dessas comissões (2017 e 2018). Em 2017, ciente de nossos avanços participei como membro de uma nova comissão para elaborar a proposta de Doutorado. Acredito que essas ações planejadas foram fundamentais para a conquista do Doutorado em 2018.

No âmbito internacional, fui responsável pelo plano de estudos Córdoba-ES e PPGGeo-Três Lagoas, vinculado ao projeto PAPOS-Fundect de Internacionalização do Programa de Pós-Graduação em Geografia, ação fundamental para os planos futuros de conquista do doutorado. Soma-se a isso minha atuação como editora da Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas.

Por fim, também considero essencial o trabalho junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Três Lagoas-MS, em que revezei a representação da UFMS com a profa. Maria Celma Borges nos anos 2011/2012 e 2016/2017. Em virtude da atuação nas questões relativas à agricultura familiar camponesa, comercialização e assistência técnica, acredito que pudemos contribuir na defesa dos direitos dos povos do campo, em especial os mais empobrecidos, a exemplo da recente batalha no campo das ideias para impedir o despejo das famílias do Cinturão Verde. Como resultado realizamos levantamento de campo via projeto de extensão intitulado “Cadastramento socioeconômico das famílias do Cinturão Verde e levantamento cartográfico da área”, que contestou os dados da prefeitura municipal de Três Lagoas acerca de improdutividade da área, como é possível perceber nessa reportagem: <https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/novo-levantamento-confirma-maioria-dos-lotes-improdutiva-no-cinturao/105015/> e na publicação: ALMEIDA, Rosemeire A. Prefácio. Cinturão Verde: o que é ser produtivo? In: BORGES, Maria Celma Borges; OLIVEIRA, Mariana Esteves de. O Cinturão Verde no Município de Três Lagoas-MS: direito e justiça para a permanência na terra. Cialog Comunicação e Informática, 2018. Disponível em: <http://gett-ufms.blogspot.com/>

Editora de Periódico

Assumi como Editora do periódico Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas (ISSN 1808-2653) na primeira edição em dezembro de 2004, após ser eleita presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas-MS, em assembleia realizada em 21 de outubro de 2003, na UFMS/*Campus* de Três Lagoas. Permaneci como editora da Revista AGB-TL até meados de 2017.

A Revista AGB-TL foi pensada por essa gestão (2003-2005) como espaço formativo dos geógrafos e licenciados, em especial no *Campus* de Três Lagoas-MS. Sua importância, nesses 15 anos, deve ser medida por esse papel que assumiu na apropriação e disseminação de ideias no campo geográfico. Bem por isso ela é parte do movimento mais amplo de mobilização da comunidade científica geográfica na busca de ser instrumento junto aos leitores de legitimidade da ciência socialmente referenciada. Há, portanto, solidez neste caminho da Revista AGB-TL, como atestam suas 29 edições, não há descontinuidades, neutralidades, porque a Revista AGB-TL “entendeu a marcha, e tocou em frente”. Em vista desta perspectiva científica, a partir de 2011, a Revista AGB-TL passa a ser periódico que representa o PPGGeo sem perder suas raízes junto à AGB-Seção Três Lagoas, uma vez que se mantem a tradição do editor responsável pela Revista ser membro da diretoria ou filiado à Associação.

A primeira edição da Revista, com cinco artigos, foi publicada em dezembro de 2004 e apresentou o seguinte panorama de problemáticas: Renda da terra; Trajetória do SIG na pesquisa geográfica; Fontes orais e a terra; Lazer nos espaços urbanos e Conectividade hidrológica no sistema rio/bacia Corutuba/rio Ivinhema. Essa característica inicial de diversidade dos temas geográficos, em especial humanos e físicos, e articulação com áreas correlatas foi mantida nas edições subsequentes e se tornou o principal escopo da Revista. Nesse sentido, podemos afirmar que a Revis-

ta AGB-TL não induziu demanda por temática, ao contrário, foi resultado deste fluxo contínuo que garantiu 29 edições sem atraso de número.

Nessa trajetória, construímos identidade com outras revistas no tocante ao cenário de temas geográficos, mas também tivemos momentos de distinção na busca de uma face regional capaz de dar contas das demandas do pensar um espaço geográfico cuja produção, e apropriação, revelam conflitos e resistências particulares inseridas no tempo e nas contradições do desenvolvimento capitalista desigual-combinado. Assim, destaque para a publicação dos debates de dois eventos regionais, a saber: “I Simpósio sobre a formação do complexo celulose-papel em Mato Grosso do Sul: limites e perspectivas”, realizado na UFMS – *Campus* de Três Lagoas, no período de 30 de Junho a 02 de Julho de 2011; e o “XXII Encontro Sul-mato-grossense de Geógrafos” (ENSUL)”, realizado na UFMS – *Campus* de Três Lagoas, no período de 12 a 15 de Julho de 2017. Essas publicações podem ser consultadas nas edições do nº 14 de 2011 e do nº 26 de 2017, respectivamente. Cabe, ainda, destacar outra edição, especial: o nº 26 do ano de 2016, que apresentou um conjunto de textos selecionados nas bancas de defesa de trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação Básica do Campo (UFMS/SECADI/FNDE), do Polo de Apoio Presencial da UAB desenvolvido no município de Três Lagoas-MS.

Despedi-me da Revista com o editorial da edição de 2019 nº 29 (dez/mai), comemorando 15 anos de publicações. Finalizo uma caminhada reforçando esta trajetória da Revista AGB-TL no marco da criticidade, da pluralidade de pensamento e também na diversidade das geografias, posto que, se a busca da tão desejada superação das dicotomias entre geografia humana e geografia física não se realizou, certo que houve avanço no diálogo entre as áreas que se revela por meio de edições, sumários, eventos, nestes 15 anos de convívio geográfico nas páginas da história da Revista AGB-TL.

Em 2018, no Encontro Local do PET do *Campus* de Três Lagoas-MS, assumi como editora o projeto da Revista Eletrônica do Programa de Educação Tutorial (REPET-TL). A primeira edição está programada para publicação em outubro de 2019.

Soma-se a essas atividades administrativas e de representação, as seguintes ações: Membro de Conselho Editorial de Revista Científica, Coordenadora de Setores Acadêmicos de Apoio (Laboratórios, Oficinas etc., quando não remunerados), Membro de Comissão Organizadora de Reuniões Científicas, artísticas, culturais e outras, Presidente e Membro, em efetivo exercício, de Diretoria de Associação Científica, Representante da UFMS em Conselhos Externos, Membro de Colegiado de Curso, Membro de Comissão de Estágio Supervisionado, Coordenador de Plano de Estudos em acordo de cooperação, Presidente ou membro de comissões internas das unidades da Administração setorial e Coordenações de Curso, Coordenador de Curso de Especialização Lato Sensu, Vice-Coordenadora de Pós-Graduação Stricto Sensu.

Algumas considerações: a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como movimento de defesa da universidade pública

“Para ser grande, sê inteiro. Nada teu exagera, ou exclui. Sê todo em cada Coisa...” (Ricardo Reis).

Versos do poema “Põe quanto és no mínimo que fazes”, de

Ricardo Reis.

*“... uno no siempre hace lo que quiere
pero tiene el derecho de no hacer
lo que no quiere...”*

Fragmento del poema Hombre preso que mira a su hijo. INVENTARIO - Poesia Completa (1950 - 1985)

Nesse final de análise da trajetória, sou dúvidas: me coloquei por inteiro? Não. Faltou escrever que sou a mãe da Maria. Chego ao fim acreditando que essa maternidade, pela qual lutei no mundo do trabalho para que não fosse entendida como obstáculo ou muleta, foi razão/emoção para eu colocar a vida no centro das minhas escolhas acadêmicas e profissionais. A vida de homens, mulheres, jovens e crianças do campo, gente que na luta pela terra e para nela permanecer reproduzem o modo de vida rural em parcimônia com a terra – a *pachamama* que é base de nossa existência. Aprendi que nem tudo deve ser recriado no mundo camponês. O mundo rural é um mundo masculinizado. Investigar a organização da economia camponesa foi entender ser preciso dar visibilidade à prática social de resistência das mulheres no campo: elas anunciavam um desafio de pesquisa. Devo a essas mulheres a compreensão de que a luta que vivo/estudo também é feminista.

Quando apresentei o trabalho “Reforma Agrária, Mulheres e Agroecologia: lutas contra a exclusão econômica e social”, no VII Congresso Internacional de Agroecologia, na Espanha, as mulheres e suas lutas ocuparam o centro das minhas análises. Experimentei, pela primeira vez, uma homologia de posição, uma empatia a nascer da solidariedade de entender como se constroem os espaços desde o masculino ao feminino e o que significa o autoconsumo na economia camponesa, geralmente sob responsabilidade da mulher, invisibilizado como trabalho. O protagonismo feminino no campo, geralmente, ocorre quando os homens migram e elas resistem no lugar. Algumas lutas não se encaixam nas bonitas teorias da resistência, porque são lutas miúdas, anônimas, que falam da vida, saberes despertados nas cozinhas, nas Feiras, saberes que libertam do controle masculino dos contatos públicos, do dinheiro, da dependência.

A luta pela vida comunitária é a trincheira que muitas mulheres no campo encontraram para superar a violência, a depressão, o individu-

alismo. O evento das Mulheres Camponesas do Bolsão-MS¹¹⁶ se insere nesse movimento de luta pelo reconhecimento dessas histórias de vida e de trabalho.

Nesse momento, me veio à lembrança a pergunta de uma acadêmica após minha fala no projeto de Extensão “Conversa com Pesquisadoras”, organizado pelo Grupo de Pesquisa “História, Mulheres e Feminismo (HIMUFE/UFMS/CPTL)”. A acadêmica queria saber das dificuldades de minha vida profissional. Respondi que quando adentramos o campo universitário, não somos o fragmento “pesquisadora”, “professora”, na pele de mulher temos a totalidade das interdições socialmente produzidas – felizmente, como toda realista esperançosa,¹¹⁷ olho a geração delas em comparação a minha, e posso dizer que avançamos, alguns comportamentos machistas não cabem mais na sociedade, muito menos na universidade.

De forma específica na Geografia Agrária busquei contribuir no campo teórico da (re)criação camponesa. Fiz esse debate e realizei as práticas aqui arroladas, tendo como referência a importância da conquista dos assentamentos rurais, o que pressupõe caminhos teóricos voltados à compreensão das contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Essa postura teórica impõe as seguintes premissas: negação da tese da “homogeneização das relações capitalistas no campo e

¹¹⁶ Este evento, que dia 26 outubro de 2019 realizará sua 8ª edição, é resultado da iniciativa do Comitê de mulheres, criado em junho de 2015. Esse Comitê é fruto das ações do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão/MS - (NEDET/Bolsão-MS), projeto de extensão e pesquisa coordenado pelo professor Sedeval Nardoque. Implantado em 2014, visou estimular a articulação de identidades coletivas no campo dos oito municípios que compõem o território do Bolsão, a exemplo do fortalecimento da organização das mulheres camponesas.

¹¹⁷ Frase de Leonard Boff atribuída a Ariano Suassuna: “O otimista é um tolo. O pessimista, um chato. Bom mesmo é ser um realista esperançoso”. Disponível: <https://twitter.com/leonardoboff/status/444379026812325888>

fim do campesinato” e afirmação da tese do “desenvolvimento capitalista desigual-combinado e contraditório”. Analisar a recriação camponesa num ambiente hegemonicamente capitalista implica admitir que a voracidade do modo de produção capitalista – no tocante à inquestionável capacidade de ser expansível mundialmente –, não se faz pela uniformidade das relações sociais de produção, mas pela sua dinâmica, pela sua negação. Admitir tais premissas é assumir a conflitualidade como processo inerente à sociedade de classes. Desse modo, a disputa territorial por lógicas distintas de uso da terra gera processos contraditórios, a saber: monopolização do território, territorialização do capital e da luta pela terra. Os dois primeiros representam a hegemonia do capital – monopolização do território (sujeição da renda da terra ao capital) e territorialização do capital monopolista (sujeição do trabalho ao capital). O terceiro, a contestação dessa supremacia: territorialização da luta (recriação do camponês). (OLIVEIRA, 2004).

A existência de lógicas distintas de reprodução social no campo não é expressão de dualismo ou funcionalismo do sistema, trata-se, fundamentalmente, de contradição pela incapacidade do sistema capitalista, em virtude da natureza do capital, de tentar reproduzir à sua semelhança todos os ambientes. Nessa linha teórica de interpretação, não há espaço para a harmonia territorial, o que temos são embates que ora agudizam as contradições, ora atenuam de acordo com a correlação de forças entre capitalistas e camponeses.

Cabe destacar que, no campo teórico, persegui como método a coerência permanente e a horizontalidade das relações. Não tenho certeza se consegui, porém, acredito que minha trajetória foi marcada pelo profundo respeito ao objeto/sujeito de pesquisa, aceitando dolorosamente o paradoxo de uma realidade agrária no Bolsão-MS de pobreza e dependência que desautorizava minha utopia camponesa da “terra e liberdade”. Mas, dialeticamente, me fez caminhar por novas utopias: a transição agroecológica no Bolsão-MS.

A compreensão da Agroecologia como movimento social, prática e ciência abriu uma nova frente de reflexão, qual seja, o entendimento multidisciplinar desse campo do conhecimento, uma ciência do campo da complexidade que permite o enlace de paradigmas com a Educação Popular, Economia Solidária e com as lutas sociais e políticas pela Reforma Agrária e Soberania Alimentar. Essa concepção de Agroecologia permite que o saber agroecológico extrapole o campo e/ou a área das ciências agrárias para se fazer conhecimento nos meios urbanos em alianças campo-cidade baseadas na agricultura sustentável e em relações de proximidade territorial, autogestão, solidariedade e cooperação.

Portanto, o que busco hoje é retratar essas experiências a contribuir para a compreensão da sustentabilidade agroambiental conectada com a organização do consumo consciente, via canais curtos de comercialização, espaço-chave da Educação libertadora centrada no encontro e na troca de saberes, evidenciada na produção e consumo de alimentos, de sonhos e de solidariedades, de agricultores e consumidores, numa economia que une pessoas.

O compromisso social e a coerência como método me fazem, também, defender a Universidade Pública. Primeiro, porque sempre estudei no ensino público e, na maioria das vezes, o avanço na carreira se fez com bolsa de estudos paga pelo erário público - esse Memorial atesta essa verdade. Segundo, porque acredito que essa Instituição é a única capaz de cumprir o preceito constitucional da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Esse princípio, inclusive, se realmente colocado em movimento pode ser a defesa que precisamos nesses tempos de “pós-verdade” e avanço do neoliberalismo como ameaça à continuidade da educação pública. Nesse sentido, é preciso a crítica, uma vez que minha experiência indica que a universidade cuidou pouco da extensão, já que se criou, com honrosas exceções, um abismo em relação ao ensino e a pesquisa. Situação alimentada pelos órgãos de fomento, como o CNPq,

pouco inclinado a dispor recursos para ações de extensão. Sem extensão, no sentido do “sensocomunicar-se”, nossa voz não tem ressonância junto à sociedade. A luta em defesa da universidade e da educação de forma mais ampla precisa ser entendida pelo povo, sob risco de cair no front da luta corporativista. Nesses tempos tão sombrios, o caminho da aliança da universidade pública com a classe trabalhadora tem nome: movimento da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

Como militante que também sou, sinto a necessidade de registrar nesse Memorial um lugar distinto para a AGB – Seção Três Lagoas e a ADleste – Seção Sindical do Andes SN, tão distintas e tão próximas na minha história. Em Três Lagoas, sou parte da história dessas duas entidades, pois ajudei a formar a primeira Diretoria de ambas: AGB-TL em 2003, ADleste em 2007/2008. A primeira é raiz de muitas Geografias, cuja origem remonta ao ano de 1934. Na pós-ditadura se fez berço de resistência epistemológica em prol de uma Geografia mais generosa com os homens e mulheres. A segunda, também é de luta, formada como sindicato filiado ao ANDES-SN em contraponto a ADUFMS que, nessa época, aderiu ao Proifes. Até hoje somos a menor seção sindical do ANDES-SN e, apesar do grupo diminuto de 26 filiados, mantemos a tradição de debate e ação. Nessa fase de escrita do Memorial, estou na Diretoria da ADleste cumprindo mandato da gestão 2017-2019 na função de tesoureira.

Por fim, nesse processo de escrever o Memorial revisitei memórias, resgatei processos para validar minha trajetória e algumas conclusões são inevitáveis: não realizei ações extraordinárias, fiz escolhas que me permitiram dedicação exclusiva ao ensino, pesquisa e extensão no marco do compromisso com a coisa pública. Não pude fazer tudo que sonhei, mas, parafraseando o poeta: lutei para exercer o direito de não fazer o que não queria. E, essa trajetória que, por vezes, foi peso, contradiatoriamente, é alimento para seguir em frente.

É preciso reiterar que minha trajetória de vida e trabalho têm lastro social, embora não seja possível citar todos os participantes – porém, eles estão aqui concretamente pela práxis vivida.

Entendo também que é importante abrir espaço para que algumas pessoas e instituições sejam agradecidas e lembradas pelo papel distinto que tiveram no estradar deste Memorial.

Gratidão à amiga e professora Taísa Peres de Oliveira, que revisou o texto original do Memorial, do qual retirei partes que apresento nesse capítulo. Agradecimentos também às queridas acadêmicas Francielle Rodrigues de Macedo, Letícia Alves Leonardo e Patrícia Tozzo de Matos Mercadante pela organização, sistematização e digitalização de parte dos documentos para a elaboração do Memorial. As amigas que fizeram leitura, dando contribuição e incentivo, professoras Maria Celma Borges, Solange de Carvalho Fortilli e Alzira Salete Menegat. Aos parceiros do Grupo de Estudos Terra-Território (GETT) do Laboratório de Geografia Agrária (ex-LABER) – com vocês vivi (vivo) a possibilidade do trabalho coletivo. Ao curso de Geografia do CPTL/*Campus* de Três Lagoas, corpo docente e discente, pelos acertos na minha vida acadêmica e profissional. À comunidade universitária do *Campus* de Três Lagoas – técnicos, direção e docentes pelas parcerias que ajudaram o fazer universitário, cuja viabilidade vai muito além do trabalho cotidiano. Da mesma forma, à amiga e professora Ana Lúcia Espíndola, in memoriam, por ser horizonte de força e delicadeza em prol de um mundo melhor.

“Ando devagar porque já tive pressa e levo esse sorriso porque já chorei demais.

Cada um de nós compõe a sua história e cada ser em si carrega o dom de ser capaz, de ser feliz.”

(Almir Sater e Renato Teixeira)

Referências

ALMEIDA, R. A. de. PET-GEOGRAFIA/UFMS (1988-2017): histórico, propósitos e realizações. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas/MS – nº 26 – Ano 14, Novembro 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/5340/4079>. Acesso em: 29 ago. 2019.

ALVES, R. **A alegria de ensinar**. 3ª Edição. São Paulo: editora Ars Poética, 1994.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOSI, E. **Memória e sociedade**. História de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Educação Tutorial**. Manual de Orientações Básicas - versão 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/manual-de-orientacoes>. Acesso em: 29 ago. 2019.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

NERUDA, P. **Confesso que vivi**. Tradução de Olga Savary. São Paulo: Círculo do livro. S/D. 372 p.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

SAMPAIO, J. H., FREITAS, M. H. A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. *In*: FREITAS, L. G., CUNHA FILHO, J. L., MARIZ, R. S. (Orgs). **Educação superior:** princípios, finalidades da formação continuada de professores. Brasília: Editora Universa, 2010.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão.** 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SILVA, Édima A., ALMEIDA, Rosemeire A. **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul.** São Paulo: Outras Expressões. 2011.

SHANIN, T. Lições Camponesas. *In*: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e Territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SOUZA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal. **Novos Estudos CEBRAP** 79, novembro 2007. pp. 71-94.

SOUZA SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências.** 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 1987.

EDUCAÇÃO E POLÍTICA TRAJETÓRIA ACADÊMICA, PESSOAS E ACONTECIMENTOS

Antônio Firmino de Oliveira Neto

*“As coisas vulgares que há na vida
Não deixam saudade
Só as lembranças que doem
Ou fazem sorrir”*

CHUVA - Jorge Fernando

Apresentação

A fruta nunca cai longe do pé! Esse ditado é comumente utilizado para fazer referência às semelhanças, de virtudes ou defeitos, entre pais e filhos. Utilizarei da expressão para referenciar uma característica profissional dos filhos do casal Tanit Iacolina e Antônio Firmino, nascidos ambos no primeiro terço do século XX, no município de Sena Madureira, situado na região do “Alto Purus”, ao norte do estado do Acre, quase divisa com o Amazonas. Apesar de oriunda do seringal do seu pai, banhado pelo rio Iaco, daí o nome Iacolina, dona Tanit fez-se muito cedo professora primária do Território Federal do Acre, numa escola rural do município de Sena Madureira. E a sua vocação para o magistério serve aqui de pretexto para a utilização da expressão que abre esta apresentação. Escrevo isso pois, dos seis filhos do casal, igualmente divididos entre meninos (Tito Carlos, Antônio Firmino e Marco Aurélio) e meninas (Maria Emília, Vistúcia Maria e Bianca Maria), quatro deles escolheram seguir a profissão de professor. Tito, Firmino e Marco optaram pela academia e fizeram carreira na Universidade Federal de Mato Grosso do

Sul. A caçula das Marias preferiu atuar no meio artístico, tornando-se atriz, diretora e professora de teatro, com a “Companhia de Teatro Maria Mole”, na pantaneira e fronteira cidade de Corumbá.

Logo, a profissão escolhida por minha mãe ter sido adotada por quatro dos seus seis filhos confirma a frase com a qual enunciei esta apresentação e é o ponto de partida para este capítulo, elaborado a partir do texto que instrumentalizou a minha progressão ao cargo de Professor Titular. Nele abrangerei todo o período escolar e as fases mais importantes da minha vida acadêmica e profissional. A carreira docente se iniciou no primeiro dia letivo de 1986, com minha contratação para professor substituto pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande. Desde então, contabilizo mais de 34 anos de trabalhos ininterruptos no magistério fundamental e superior.

Voltando ao casal Antônio Firmino e Tanit Iacolina, aduzo um novo elemento à frase inicialmente enunciada. Após o nascimento do último dos seis filhos, ainda no estado do Acre, eles decidiram fazer o caminho para “um lugar onde haveria mais oportunidades para a educação dos filhos”, como costumavam dizer. Foi com esse pensamento que chegaram a Corumbá em outubro de 1965 e a Campo Grande em fevereiro de 1971, beneficiando-se da condição de funcionários públicos federais, ele trabalhando no IBGE e ela professora primária. Essa característica de não temer buscar novos horizontes e aproveitar as chances de oportunizar melhores condições para criar e educar os filhos, apresentada pelo casal, também permeou a vida dos filhos que hoje se espalham por quatro cidades de três diferentes estados brasileiros. Predicado que certamente serviu de exemplo para que eu erigisse minha formação acadêmica em três universidades de distintos estados brasileiros e uma do exterior.

Atento que este texto, assim como o memorial que lhe serviu de apoio, foi pensado e produzido tendo como base aquilo que está subscrito no título, ou seja, a construção da minha trajetória profissional

dependeu de acontecimentos, coincidências, encontros e desencontros, mas dependeu principalmente da ajuda de incontável número de pessoas entre familiares, amigos, colegas, parceiros, alunos, orientandos ou simplesmente conhecidos momentâneos. Igualmente necessários foram os embates com os adversários frequentes ou circunstanciais, quer sejam eles políticos ou acadêmicos, como bem expressou o fadista português Jorge Fernando “Há gente que fica na história da história da gente e outros de quem nem o nome lembramos ouvir”. É nesse sentido que, ao longo da escrita, além de mencionar os fatos que impactaram nas minhas decisões, procurei, dentro dos limites impostos pela memória, mencionar também os nomes de pessoas que, de alguma forma, contribuíram com o amadurecimento pessoal, teórico, metodológico, conceitual e político. Na certeza de que são irremediavelmente ligados, tanto as opções acadêmicas e políticas quanto os acontecimentos que levaram às respectivas escolhas estarão aqui explicitados.

Devo esclarecer, entretanto, tratar-se de um memorial e, como tal, está sujeito aos lapsos próprios da memória, em geral falha e seletiva e, desde já, peço desculpa por algum esquecimento ou equívoco na citação. O escritor turco Orhan Pamuk, que além de romancista, se considera memorialista, escreveu no seu livro *Istambul* que a memória é composta de coisas que lembramos, mas também daquelas que nos contaram. Para ele, “Depois que se gravam em nossos espíritos, os relatos alheios sobre o que fizemos passam a contar mais do que as coisas de que nós mesmos nos lembramos.” (2007, p. 16). São relatos de mais de cinquenta anos de histórias pessoais, familiares e profissionais elencados em sequência cronológica desde o primeiro degrau da escadaria do grupo escolar primário “Luís de Albuquerque”, na cidade de Corumbá e, voltando ao texto epigrafoado do fado *Chuva* de Jorge Fernando, doeram ou fizeram sorrir.

Buscando organizar o presente capítulo de forma a facilitar a leitura, divido-o em três partes. A primeira delas apresenta a formação es-

colar e a minha inserção na vida acadêmica, enfatizando os locais onde estudei desde o primário até o curso superior em Geografia. Faço, na segunda parte, a análise da experiência na direção do Campus de Aquidauana, não deixando de dedicar-lhe uma breve história. Na última parte relato as experiências do trabalho no Mestrado em Estudos Fronteiriços e do pós-doutorado na Argentina, assim como as perspectivas e imposições apontadas ao galgar a posição de professor titular. Optei por incluir somente a produção bibliográfica publicada em revistas científicas e capítulos de livros, citadas na medida em que o momento descrito no texto possibilita a sua citação.

Formação escolar e inserção na vida acadêmica

Grupo Escolar e Centro Educacional

O Grupo Escolar Municipal “Luís de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres” funcionava em um prédio centenário, na cidade de Corumbá, e foi o ponto de partida para minha vida escolar, iniciada em 1968. Durante três anos eu conciliava as manhãs no grupo escolar com as tardes jogando bola e bolita (forma que os corumbaenses chamam os jogos de bolas de gude), no meio da rua Cuiabá, ainda sem calçamento. Empinar pandorgas, caçar passarinhos e coletar alguns cobres e litros de vidro para serem vendidos por algumas poucas moedas, investidas, invariavelmente, na compra de picolés e doces eram momentos únicos, sempre compartilhados com a gurizada da Vila São Vicente. Do período no Grupo Luís de Albuquerque, muitas são as coisas relacionadas aos meus estudos que permanecem e se misturam na minha memória, porém três delas merecem um breve relato.

A primeira foi o fato de que, no meu primeiro momento da escola, após apresentado para a turma, pois já havia passados alguns dias do início das aulas, a professora me perguntou qual era a letra escrita no quadro e, uma vez que eu não tinha a menor ideia de qual fosse, chutei

letra “A”. Como tratava-se da letra “M”, ouvi algumas risadas dos futuros colegas. A segunda lembrança é da imponência e beleza do prédio do grupo escolar.

O edifício histórico, construído ainda no século XIX, tinha um ambiente vazio no seu saguão principal, que abrangia todos os pisos, e sempre me encantou a possibilidade de ver os outros andares e até de gritar pela atenção de algum colega em outro andar acima, já que as salas das primeiras séries ficavam no subsolo. Posteriormente o prédio abrigaria o “Instituto Luís Albuquerque”, um centro regional de pesquisa e cultura com museu e biblioteca, que atualmente encontra-se interditado e aguardando restauração, pois já existem recursos aprovados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Cidades Históricas. A terceira das lembranças refere-se à obrigação diária de que, no início das aulas, os alunos deviam escrever no caderno um cabeçalho completo com o nome da escola, a cidade e a data. Isso fez com que, durante muitos anos, eu recordasse por completo o extenso nome do “Grupo Escolar Municipal Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres”.

Em 1971, com a promoção do meu pai e a transferência da família para Campo Grande, tanto eu quanto os demais irmãos passamos a estudar no Centro Educacional “Lúcia Martins Coelho”, instalado em recém-inaugurado prédio de arquitetura modernista. Além de grandioso para a época, o prédio simbolizava uma proposta para a educação do estado de Mato Grosso que, segundo o seu idealizador, o então governador Pedro Pedrossian, era constituída de “modernos centros educacionais modelos e referências da nova escola” (PEDROSSIAN, 1995, Item Educação, sem paginação). Esses Centros Educacionais proporcionariam “o surgimento de uma nova estrutura mental: potencialização das expressões políticas, com a formação de novos quadros preparados e críticos; e maior fermentação da consciência transformadora” (idem), significariam ainda, para Pedrossian, “o fim definitivo da evasão da inteligência estadual,

assegurando a reformulação dos conceitos e a revolução das estruturas ambiciosas” (idem) .

Apesar do eufemismo do governador, é necessário reconhecer que o gargalo para que as crianças e os jovens alcançassem o ensino ginasial e o científico, existente em Mato Grosso até o final da década de 1960¹¹⁸, foi solucionado naquela gestão. A partir de então, o acesso à educação para além do primário foi facilitado por meio da proposta de Pedrossian, com a construção de grande número de escolas estaduais em diversos municípios. Deve ser igualmente reconhecido que os prédios com arquiteturas arrojadas, construídos nas principais cidades do estado, representavam um diferencial, pois mostrava aos jovens estudantes da escola pública uma possibilidade de mundo até então desconhecida para eles.

O estudo em escola estadual de grande porte, com muitos alunos matriculados e duas quadras de esportes, representou, para mim, um cabedal de oportunidades. Foi um momento muito rico, de vivência escolar intensa, pois permanecia por quase todo o dia em múltiplas atividades esportivas, artísticas, culturais e socializadoras. Dentre as atividades extra sala, a encenação de peça de teatro “Só Seca”, dirigida pelo professor de língua portuguesa Américo Calheiros, conhecido diretor do Grupo Teatral Amador de Campo Grande – GUTAC e posterior secretário de cultura da capital e do estado, foi oportunidade ímpar que, além de me introduzir em seara completamente desconhecida, certamente influenciou a decisão de uma das minhas irmãs em seguir na vida artística.

Foi no “Lúcia Martins Coelho” que tive os meus primeiros contatos com a política. Nas eleições municipais de 1972, a então direto-

¹¹⁸ No então estado de Mato Grosso, até o final dos anos 1960, por falta de vagas, para que um aluno do primário pudesse alcançar as séries ginasiais era necessário realizar o “Exame de Admissão”, o qual representava algo similar ao vestibular de hoje.

ra da escola decidiu mandar aos pais dos alunos uma carta propaganda da candidatura à reeleição para vereador do seu marido. Mesmo a carta estando em envelope lacrado, essa ação lhe custou o cargo. Outra experiência com a política se deu com as eleições para o grêmio estudantil. Apesar da ditadura militar a que o Brasil estava submetido impor a total despolitização das agremiações estudantis, restritas apenas às atividades recreativas, houve acirrada disputa pela direção do Grêmio, e a chapa da qual eu fazia parte saiu-se vencedora do pleito após um período de campanha que sacudiu a escola.

Para além da formação acadêmica, a formação política

Após o científico iniciado na escola pública estadual “Joaquim Murtinho” e terminado como curso técnico em eletricitista na escola particular “Moderno Campo-grandense”, a minha formação superior teve início em 1982, ao ingressar no Curso de Licenciatura Plena em Geografia nas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso – FUCMAT, atual Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Para a escolha do curso, tive três influências fundamentais, a primeira delas foi a do meu irmão Tito Carlos Machado de Oliveira, já formado no mesmo curso, que aos poucos me inspirou aos inebriantes assuntos geográficos. A segunda influência foi o fato de, na época, eu trabalhar como agente administrativo no IBGE e, apesar da distância com as atividades fins, pois minha função era apenas administrativa, imputarem-me possibilidades de acesso às informações relacionadas com o curso de Geografia. A terceira influência adveio daquilo que chamei na apresentação de ser a fruta que caiu próxima ao pé, pois ter a mãe professora sempre me despertou o desejo de conduzir uma pequena turma. Ao longo do curso, a ideia foi tomando corpo e, ao me postar na frente da turma de colegas, ou mesmo de alunos, nos momentos da prática de ensino, aos poucos fui encantado pela magia do exercício do magistério.

No primeiro ano de faculdade, em meio às atividades promovidas pelo curso, dois episódios foram fundamentais para o início do meu entendimento sobre a Geografia e sobre a ciência. O primeiro deles foi a palestra do geógrafo carioca Ruy Moreira, para a qual me preparei lendo o livro “O que é Geografia”, de sua autoria. Foi o meu primeiro contato com os assuntos da ciência geográfica, já que os cursos da Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras – FADAFI, uma das que constituíam a FUCMAT, tinham o primeiro ano básico, em que eram ofertadas apenas as disciplinas comuns a todos os cursos e aquelas específicas de cada curso eram ministradas a partir do segundo ano. Essa estruturação da faculdade apresentava-me bastante interessante, pois na mesma sala havia alunos de Letras, Filosofia, História e Geografia, possibilitando maiores trocas acadêmicas.

O outro episódio foi a participação, na qualidade de ouvinte, em uma semana acadêmica, organizada pela professora Cleonice Le Bourlegat. Naquela minha primeira experiência em uma atividade de natureza puramente acadêmica, tive a oportunidade de assistir a várias palestras e a intensos debates, porém a apresentação do economista Ignácio Rangel e os debates dela decorrentes foram impactantes. A sua defesa intransigente da construção da hidrelétrica de Itaipu, que ocorria naquele momento e faria desaparecer o salto de “Sete Quedas”, causou amplas discussões de ambientalistas e desenvolvimentistas. Por causa disso, ouvi da professora Cleonice a argumentação de que o professor Rangel era “daqueles marxistas que defendiam o avanço do capitalismo”. No meu último ano de faculdade tive ainda a oportunidade de assistir outra palestra de Ignácio Rangel, desta vez estava na plateia o geógrafo Milton Santos. Ambos protagonizaram cena impagável, quando Rangel ao responder questão elaborada por Milton Santos, aconselhou-o assistir a uma novela de época que passava no horário das dezoito horas na rede Globo. Sabidamente Milton Santos era avesso à televisão, assim como aos jogos de futebol, opção explicitada no livro “Território e Sociedade –

entrevista com Milton Santos”. A atuação profissional da professora Cleonice Le Bourlegat, com suas articulações em nível nacional, possibilitou contatos e conhecimentos de outros importantes nomes produtores de conhecimento geográfico, por exemplo, Carlos Walter Porto Gonçalves, Manuel Correia de Andrade e Armando Garms, solidificando a minha opção por caminhar pela Geografia Humana.

Ainda durante a minha formação superior, engajei-me ativamente e de forma atuante no movimento estudantil, participando por duas gestões do Diretório Acadêmico “Felix Zavatarro” – DAFEZ, representante dos acadêmicos da FADAFI. O DAFEZ, juntamente com os diretórios das outras faculdades, foi responsável, em 1984, pela primeira greve dos estudantes da FUCMAT, por causa do aumento das mensalidades, a qual resultou em considerável desconto. Nesse período, apesar da Ditadura Militar, comecei militar clandestinamente no Partido Comunista Brasileiro – PCB, do qual, após a sua legalização, cheguei a ser parte da direção municipal de Campo Grande.

Lembro-me com muita clareza de calorosa discussão sobre os assuntos da política partidária com o professor de História Amarílio Ferreira Júnior. Depois de ouvi-lo com bastante atenção, observei sobre o que ele falava, alegando que aquilo tudo seria “Geografia pura!”, certo de que tudo que conversávamos coincidia com o contido nos livros que eu lia. Ele me respondeu: “Não! Isso é marxismo!”. Certamente, essa foi a minha iniciação nos intrincados caminhos de entendimento do método científico, pois os autores que lia eram geógrafos marxistas.

Os anos de militância política em um partido marxista-leninista contribuíram inexoravelmente para a minha formação acadêmica. As longas reuniões da “base”, marcadas em horários muito diversos, variando das seis horas até altas horas da noite e da madrugada, em função dos receios impostos pela ditadura, definiram disciplina e organização, além de fomentar o gosto pelo estudo, pela discussão teórica e pela vivência

política. Naquela militância aprendi mais do que falar, aprendi a ouvir, pois os longos debates das teses partidária obrigavam ordem, tolerância, paciência e persistência.

No ano seguinte a minha formatura, fiz parte da equipe que organizou o VI Encontro Nacional de Geógrafos, realizado na FUCMAT, em 1986, quando tive a oportunidade de rever amizades conquistadas durante os eventos da graduação, já citadas, e de conhecer outros importantes profissionais da Geografia brasileira, exemplo Orlando Valverde, na época, presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB-nacional, Armén Mamigonian, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Armando Corrêa da Silva, Roberto Lobato Corrêa, dentre outros. Fazer parte da organização daquele que é o maior evento da AGB inseriu-me por completo nos assuntos acadêmicos e políticos da Geografia, continuados por diversos outros encontros, congressos e seminários¹¹⁹.

A formação em Geografia e a vocação para a sala de aula

Minha vivência no magistério iniciou em 1986, na função de professor do período noturno, na recém-inaugurada Escola Municipal “Adair de Oliveira”, em bairro periférico de Campo Grande. Foram dois anos lecionando, além da disciplina de geografia, também aulas de ensino religioso e uma outra disciplina que visava oportunizar ensinamentos diferenciados, numa proposta não muito explicitada pela secretaria e tampouco assimilada pelos professores naquele momento.

Do período na Adair de Oliveira, restaram muitos aprendizados no manuseio do irrasurável “Diário de Classe” e na convivência com

¹¹⁹ Devo realçar os nomes de Cleonice Le Bourlegat, André Le Bourlegat, Luís Carlos Batista (vice-presidente da AGB-nacional naquela gestão), Cleonice Gardin, Aparecida de Oliveira, Tito Carlos Machado de Oliveira, Osney Castilho e Wilson dos Anjos, com os quais tive o privilégio de compartilhar daquele momento.

professores mais velhos e experientes, numa turma atenciosa, solidária e parceira de bar dos finais de turno das sextas-feiras. Mas o maior aprendizado foi, principalmente, no exercício do magistério em turmas de alunos moradores de bairros de classe média baixa, estudantes do período noturno e, na grande maioria, trabalhadores durante o dia. Eram adolescentes que lutavam contra todas as dificuldades, para alcançar melhores condições sociais e materiais. Ainda hoje mantenho contato com aluna que na ocasião fazia a 7ª série e hoje é mestre em Letras pela UEMS e professora dos ensinos fundamental e médio¹²⁰.

Devido a meu contrato ser de professor substituto, em 1988 a minha vaga na Adair de Oliveira foi requisitada por um professor efetivo e fui compelido a mudar para a escola “Alcídio Pimentel”, em localização mais central e com alunos possuidores de melhores condições materiais. Foi uma experiência completamente diferente da anterior, pois a escola era maior em número de alunos e o ambiente entre os professores apresentava-se bem menos solidário, inclusive com a direção menos harmoniosa e colaborativa.

Nesse ano, decidi dispensar todas as turmas que não fossem de Geografia, reduzindo minha carga semanal para apenas 12 horas. Como durante o período diurno eu trabalhava na Telecomunicações de Mato Grosso do Sul – TELEMS, envolvi-me em uma eleição frustrada para o sindicato da empresa, que me consumiu muito tempo e dedicação. Por esses motivos, apesar de ter participado na cidade de Maceió do VII Encontro Nacional de Geógrafos, o ano de 1988 se caracterizou pela pouca dedicação ao magistério e aos estudos geográficos, com as minhas energias canalizadas para as atividades administrativas que desenvolvia na TELEMS e para as atividades políticas da disputa sindical. A derrota nas eleições sindicais, ao mesmo tempo em que representou um banho de

¹²⁰ A professora Soraia Aparecida Roques Pereira é quem fez a revisão deste texto.

água fria nas pretensões sindicalistas, sinalizou para a maior atenção à carreira do magistério, consolidada no ano seguinte.

Ao final de 1987 prestei concurso público para a carreira de magistério superior da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, na área de Geografia Humana, fui aprovado na segunda colocação. Entretanto, o concurso oferecia apenas uma vaga, então fiquei na expectativa de ser aproveitado, caso houvesse surgimento de nova oportunidade, o que ocorreu no início de 1989, com a minha contratação para o Departamento de Ciência, no Centro Universitário de Aquidauana (CEUA)¹²¹.

Os primeiros anos na UFMS foram muito ricos em aprendizados, tanto no exercício do magistério, quanto na política interna da universidade. O Curso de Geografia dispunha de apenas seis professores¹²² e, naquele ano, havia ocorrido a troca no seu turno de oferecimento, quando passou para o período matutino. Isso demandava sobrecarga de trabalho, pois os professores eram obrigados a oferecer as disciplinas nos turnos noturno e matutino. O Resultado foi desastroso, pois houve a drástica e contínua redução no número de ingressos no curso, chegando a apenas 3 calouros no ano de 1992. Isso reforçou o argumento daqueles que, semelhantes a mim, defendiam o retorno do curso para o período noturno, fato que ocorreu no ano seguinte.

Ao chegar no CEUA, foi possível, de imediato, identificar um ambiente completamente dividido entre dois grupos políticos. Remanesce-

¹²¹ O Departamento de Ciências era composto por professores dos cursos de Licenciatura em Geografia e História e de outro curso com Licenciatura Curta em Ciências e Licenciatura Plena em Ciências Biológicas.

¹²² Na ocasião, juntei-me aos professores Walter Guimarães, Clóvis Vicentin, Luís Carlos Batista, Arnaldo Menecozi, Paulo Jóia e Cleonice Gardin, todos geógrafos, responsáveis pelo oferecimento das disciplinas específicas da área de Geografia para os cursos Geografia, História e Ciências.

tes das eleições ocorridas no final de 1988, quando foram escolhidos o diretor do centro, os chefes de departamentos e os coordenadores de cursos, os grupos permaneciam em constantes embates políticos e ideológicos.

A experiência totalmente nova com a dinâmica do magistério superior, forçou-me a aprofundar nos estudos da geografia, ao mesmo tempo em que participava ativamente das discussões políticas da universidade. Quanto à ciência geográfica, o aprofundamento deu-se na Geografia Humana e, em particular, nos assuntos mais relacionados à Geografia Econômica e Regional. Na política universitária, fiz a opção em participar de todos os órgãos colegiados possíveis, desde colegiado de curso até conselho superior. O assento como representante dos cursos do CEUA no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão permitiu-me participar do Colégio Eleitoral que deliberou sobre as eleições de 1992 para a reitoria. Situação que ampliou tanto o meu conhecimento sobre o funcionamento administrativo e político da UFMS, quanto a interação com integrantes da administração central e com os professores das demais unidades.

Nos anos de 1991, 1992 e 1993, coordenei três eventos que envolveram os professores de Geografia dos centros de Aquidauana, Corumbá, Dourados e Três Lagoas. Apresentados como projeto de ensino, com o intuito de promover mudanças nas estruturas e nos oferecimentos dos cursos, os eventos propiciaram amplo diagnóstico sobre a situação e as possibilidades futuras para cada um deles. Na abertura do primeiro dos encontros, em 1991, o professor Marcos Alegre, que fora diretor da Universidade Estadual Paulista – UNESP de Presidente Prudente, fez uma explanação sobre o processo de reestruturação da UNESP, no qual se estabeleceu o modelo de centros de excelência, evitando o oferecimento de cursos homônimos em muitas unidades diferentes. Apesar da entrega do relatório com a proposta final dos seminários à Reitoria da UFMS, não houve qualquer providência efetiva e as precarizações, até então identi-

cadras, foram aprofundadas nos anos seguintes, principalmente nos dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a sua política neoliberal e desestatizante.¹²³

Assim como participei efetivamente do sindicato da TELEMS, ao longo dos mais de trinta anos de atividades docentes na UFMS, sempre fui atuante no sindicato dos professores, mesmo no período em que estive na direção do Campus. Nesse período, além de ser eleito diretor da Associação dos Docentes da UFMS – ADUFMS - subseção de Aquidauana no período entre 1992/93 e diretor de comunicação da ADUFMS – seção sindical nos anos de 2017/18, participei de pelo menos dois congressos do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, do comando nacional da greve de 1996 e do comando nacional de mobilização, instituído para acompanhar as negociações e ações do governo no período pós-greve.

A primeira pós-graduação e a experiência em viver numa metrópole

A partir de 1988, a UFMS iniciou processo de qualificação do seu quadro docente, incentivando e facilitando o afastamento para a obtenção de títulos de pós-graduação. Esse fato se alinhava à estruturação da carreira, ocorrida poucos anos antes, ainda no governo do presidente José Sarney, na qual foram estabelecidos os cargos de professor assistente para

¹²³ Daqueles encontros, ainda permanecem firmes na memória os debates acalorados e os nomes dos professores: Adauto Oliveira, Ana Maria Previato, Edima Aranha, Icléia Albuquerque, Júlio Cesar Gonçalves, Maria Esther Batestti, Nelson Marisco, Nortiyoshi Massunari, Renato Prates Garcia, Valter Guimarães, Lisandra Lamoso, Márcia Mizusaki, Maria José Martinelli, Pedro Alcântara, Silvana Abreu, Cristina Lanza, Claudemira Ito, Tito Carlos, Edvaldo Moretti, Arnaldo Sakamoto, Mário Cesar Tompes, Mário Geraldini, Luís Carlos Batista, André Luís Pinto, Paulo Jóia, Arnaldo Menecozi, Cleonice Gardin, Gutemberg Ferro, Luiza Sakamoto e Wallace Oliveira.

quem tivesse o título de mestre e de professor adjunto para quem possuísse o título de doutor, valorizando-os por meio de acréscimo salarial, ao mesmo tempo em que criou a condição de dedicação exclusiva, também com acréscimo no salário. Estes incentivos monetários foram fundamentais para que os professores buscassem a qualificação. Nesse sentido, logo que contratado, comecei a me preparar para um possível afastamento, assim que cumprisse o período de estágio probatório. O desafio era grande, pois com formação em faculdade particular, sem qualquer programa de iniciação científica, eu não tinha experiência em fazer pesquisa e contava apenas uma publicação em conjunto com uma orientanda de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC: ALMEIDA, Márcia Ajala de; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “Indústria de Cimento em Bodoquena”. *Produções Estudantis*, Campo Grande, n.01, p. 07-09, 1991. Para tanto, mergulhei nos estudos, em particular nos conceitos mais gerais de espaço geográfico.

Durante a participação no Seminário Internacional “Território: Globalização e Fragmentação”, ocorrido em abril de 1993 na Universidade de São Paulo (USP), aproveitei para contatar a professora Rosa Ester Rossini. Por seu intermédio conheci o professor Eduardo Yazigi¹²⁴, recém-transferido da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com quem iniciei os contatos pleiteando uma das vagas que ele estava oferecendo para o segundo semestre de 1993.

¹²⁴ Eduardo Yazigi, falecido em abril de 2019, era graduado em História pela USP, com mestrado e doutorado em Planejamento Urbano pela Universidade de Paris. Caracterizava-se pelo refinamento cultural erudito, falava seis idiomas, e grande conhecimento de cinema e de técnicas audiovisuais, sobre o que havia feito especialização em Paris. Foi contratado na USP para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, transferindo-se depois para o Departamento de Geografia, onde trabalhou inicialmente com a área de Urbana, quando produziu a tese de Livre-Docência “O Mundo das Calçadas: por uma política de espaços públicos em São Paulo”, em 1997. Posteriormente, passou a desenvolver trabalhos na área de Geografia do Turismo, produzindo inúmeros livros, dos quais destaca-se “*A Alma do Lugar*”. Tínhamos admiração mútua e a última vez em que o encontrei pessoalmente foi em 2016, durante o “VI Seminário Internacional América Platina”, realizado pela UEMS, oportunidade em que proferiu a palestra “Sustentabilidade urbana”.

Levara na bagagem um projeto sobre a nova estruturação espacial da região sul do estado de Mato Grosso do Sul, tendo a cidade de Dourados como polo de atração e irradiação, num enfoque regional, voltado para Geografia Econômica. O professor Eduardo, com quem tive forte empatia desde o primeiro momento, mostrou-se interessado em me orientar, porém deixou claro que não orientaria aquele projeto por ser em uma área com a qual ele não tinha afinidade. Voltei para Aquidauana com a Tarefa de elaborar um projeto na área de Geografia Urbana, com a qual ele trabalhava, e apresentá-lo em um mês, às vésperas da prova de proficiência em língua estrangeira.

Apresentei um projeto sobre a verticalização na cidade de campo grande, com título provisório de “Campo Grande rumo aos céus”, suficiente para que fosse aceito pelo professor Yazigi que, embora tivesse gostado, sugeriu que fizesse nova alteração. Ele iniciara o seu projeto de livre-docência sobre as calçadas de São Paulo, então, alvitrou que alterasse os estudos para as ruas e calçadas de Campo Grande, pois assim poderia melhor contribuir na minha pesquisa. Apesar disso, deixou-me totalmente à vontade para pensar no assunto e não aceitar, se fosse o caso, pois em nada mudaria o seu aceite na orientação. Mudei para São Paulo em agosto daquele ano, levando um novo projeto de pesquisa sobre as ruas e calçadas de Campo Grande, totalmente animado com a indicação que o professor Eduardo me fizera.

A experiência de uma pós-graduação na USP deve ser somada com o experimento de viver numa grande metrópole. Por um lado, estudar na maior universidade do Brasil propiciava fazer os créditos e entrar em contato com as mais importantes produções científicas na Geografia, nas áreas afins e nas demais áreas do conhecimento. Significava participar de seminários, congressos, mostras, feiras, assim como ter contatos pessoalmente com autores geógrafos consagrados, como: Milton Santos, Antônio Carlos Robert de Moraes, Arivaldo Umbe-

lino de Oliveira, Ana Fani Carlos, Wanderley Messias da Costa, Rosa Ester Rossini, Sandra Lencioni, Odette Seabra, Ana Maria Marangoni, Armén Mamigonian, Maria Adélia de Souza, dentre outros. Além disso era possível estabelecer relações com profissionais de todos os cantos do Brasil e de outros países, que invariavelmente circulavam, palestravam ou estudavam na USP.

Por outro lado, morar em São Paulo possibilitou experiências até então impraticáveis para alguém que havia morado apenas em cidades pequenas ou medianas do interior do Brasil. Para além das atividades pagas, as inúmeras oportunidades gratuitas oferecidas na metrópole paulistana propiciaram a mim e a minha família¹²⁵ um enriquecimento cultural imensurável. Foram feiras, mostras, teatros, quermesses, apresentações artísticas dos mais variados tipos e um impagável show de Tom Jobim na praça da Paz do parque do Ibirapuera, com mais de 40 mil pessoas, num lindo domingo do outono de 1994.

A permanência em São Paulo, propiciada pelo afastamento integral das minhas atividades na UFMS e pela bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), permitiu dedicação integral aos estudos e à pesquisa, resultando na dissertação “Ruas e Calçadas de Campo Grande - MS: uma contribuição ao estudo dos espaços públicos urbanos”, defendida em dezembro de 1997 e publicada em 1999, no livro: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *NAS RUAS DA CIDADE: um estudo geográfico sobre as ruas e calçadas de Campo Grande*. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999.

¹²⁵ Maria Eva, parceira de primeira hora, não economizou esforços para viabilizar perante a empresa onde trabalhava a possibilidade de mudança para São Paulo. No primeiro momento existiam somente Filipe e Natasha, mas no ano seguinte, o Pedro viria para completar a família.

Do afastamento para a obtenção do título de Mestre, outras produções acadêmicas foram possibilitadas, como alguns artigos resultantes dos trabalhos finais de disciplinas: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “A VIDA URBANA: Um estudo da obra de Henri Lefebvre, para melhor entendimento das ruas e calçadas de Campo Grande” - MS. **Revista Pantaneira**, Aquidauana - MS, v. 01, p. 61-64, 1999. Ou simplesmente ensaios: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “AS RUAS DE GERAÇÃO EM GERAÇÃO: a formação do espaço geográfico de Campo Grande”. **Revista Pantaneira**, Aquidauana - MS, v. 02, p. 33-35, 2000. OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “O LUGAR DO SER SOCIAL: uma discussão sobre a rua e a cidadania”. **Revista GeoPantanal**, CORUMBÁ - MS, v. 06, p. 42-48, 2000, que ajudaram na composição teórica e metodológica da dissertação¹²⁶.

A opção pelo marxismo no entendimento da realidade

Os estudos sobre as ruas e calçadas de Campo Grande, desenvolvidos na dissertação de mestrado, despertaram a curiosidade sobre como a rua 14 de Julho tornou-se na principal artéria econômica, social e estruturante da cidade. Esse foi o argumento principal para o pré-projeto que apresentei como proposta para a seleção no programa de doutorado em Geografia da UNESP – Presidente Prudente: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “CAMPO GRANDE: A importância do trem e a transformação da 14 de Julho na rua principal”. **Desafio (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 01, n.02, p. 71-78, 2000.

¹²⁶ Nesse momento foram indispensáveis as contribuições da arquiteta Iris de Almeida Resende e da geógrafa Cleonice Gardin, pois em conjunto, discutíamos as angústias de fazermos dissertações sobre a mesma cidade. Os três trabalhos foram publicados em 1999 pela Editora da UFMS, em série comemorativa aos 100 anos de emancipação política de Campo Grande. Infelizmente, a Iris faleceria pouco tempo depois da publicação dos livros, porém ainda guardo com muito carinho o exemplar com a dedicatória em que ela se refere às trocas e aos encontros.

O doutoramento na UNESP foi experiência totalmente diferente daquela vivenciada durante o mestrado na USP. Por motivos familiares, decidi não mudar para a cidade paulista, optando por viajar todas semanas e permanecer em Prudente apenas os dias imprescindíveis para cursar as disciplinas necessárias à complementação dos créditos¹²⁷.

A estrutura do Programa incluía a obrigatoriedade dos alunos de mestrado e doutorado cursarem a disciplina “Seminário de Filosofia” e dos acadêmicos do doutorado participarem da disciplina “Seminário de Doutorado”, que eram ministradas por professores convidados de outras instituições ou outras unidades da UNESP¹²⁸. Isso oportunizou a convivência, mesmo que por pouco tempo, com os professores geógrafos Mauricio de Abreu, Ana Fani Carlos e Dirce Suertegaray e o filósofo Jézio Gutierre, que em muito auxiliaram no amadurecimento teórico e conceitual. Além disso, de imediato, durante a primeira semana letiva, todos os acadêmicos ingressantes apresentaram o respectivo projeto de pesquisa para ser debatido por uma banca de professores em sessão aberta aos comentários e questionamentos dos presentes, permitindo um panorama geral das pesquisas e dos colegas.

¹²⁷ Durante o período dos créditos convivi mais de perto com a família de meu amigo Luís Carlos Batista, falecido em maio de 2019, que me abrigou por alguns meses. A sua alagoana mãe, dona Marina, e sua irmã Sônia foram um porto seguro em terras ainda desconhecidas. O compartilhamento de paradas para os mesmos fins, primeiramente com os amigos Willian Ribeiro, Lirian Melchior e Elizeu Lira, no apartamento em que mantínhamos impecavelmente vazio, e posteriormente com Helton Ouriques, João Márcio e Wallace, nas suas casas, resultaram em sólidas amizades.

¹²⁸ Essas situações induziram duas realidades bastante positivas. A primeira delas foi a formação de uma turma coesa e participativa entre acadêmicos, tanto do mestrado, quanto do doutorado, oportunizando o surgimento de amizades que perduram apesar do tempo e da distância, como são os casos de Luciane Marisco, Valéria Cristina, Flavinha Ikuta, Marcelino, Mara Falconi, Ana Maria e Marlon, e doces recordações de pessoas com as quais não tenho mais contato, exemplo a espanhola Maria, a mexicana Adriana, o chileno Oscar e os brasileiros de diversos lugares: Madalena, Flavia, Márcio, João Osvaldo, Maurício, Fernanda, Marquiana, Marcelo, Sílvia, Terezinha, Karla, Elaine e Tatiana.

Ainda nesse sentido, a convivência com os professores do programa, tanto com aqueles com os quais tive oportunidade de cursar disciplinas, como com os que participavam do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais - GASPERR, foi riquíssima para o amadurecimento intelectual. As discussões amadurecidas no GASPERR, resultaram na publicação do capítulo: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “A incorporação do modo de vida urbano na região de fronteira do sul do território mato-grossense no início do séc. XX”. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Org.). CIDADE E CAMPO: relações e contradições entre urbano e rural. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 205-215. Em particular devo lembrar os professores Eliseu Sposito, Everaldo Melazzo, Raul Borges, Heinz Dieter Heidemann e a minha orientadora Maria Encarnação Sposito¹²⁹. Apesar de ser quesito obrigatório nos programas de pós-graduação, as disciplinas cursadas, além de solidificarem a opção pelo materialismo dialético nas análises realizadas na pesquisa e o marxismo como visão de mundo, resultaram, também, em algumas publicações: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “A rua, o fetiche da mercadoria e a produção da cidade”. **Revista de Geografia (UFMS)**, Campo Grande - MS, v. 1, n.14, p. 51-56, 2001. OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; SOUZA, Claudete de Fátima Padilha de. “A ação do Estado na produção

¹²⁹ A Carminha, conforme todos costumam chamá-la, na sua paciência e competência, mostrou-me os difíceis caminhos do método, provocando-me o entendimento da realidade por meio do viés marxista. Sempre presente e disponível para qualquer conversa, nunca deixou que eu me perdesse em conceitos fáceis, afirmações falhas ou interpretações duvidosas, dando a exata dimensão do que deveria ser a tese de doutorado. Às vezes, com a observação de uma única palavra colocada no texto, ela dizia “Esse termo é conceito! O que você quer dizer e onde você quer chegar com ele? Vamos discutir isso!”, assim, uma conversa com a Carminha, transformava-se em verdadeiro colóquio sobre as categorias de análise, os métodos e os conceitos da ciência geográfica, expandindo meu entendimento sobre a Geografia Urbana e sobre Campo Grande e a centralidade da rua 14 de Julho, objetos da pesquisa.

do espaço urbano de Campo Grande e o Projeto Jaime Lerner”. **Revista Pantaneira**, Aquidauana - MS, v. 3 e 4, p. 15-18, 2000.

O resultado foi a tese “Campo Grande e a Rua 14 de Julho: tempo, espaço e sociedade”, defendida em dezembro de 2003, publicada no livro “A Rua e a Cidade: Campo Grande e a 14 de Julho”, em 2005. Porém, a obtenção do título de doutor foi apenas uma das consequências dos quatro anos de convivência com professores, colegas, amigos e funcionários da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT-UNESP. Outra publicação resultante desse período foi: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “A pecuária e a presença militar na formação do povo campo-grandense”. **Arca**, Campo Grande, v. 10, p. 19-21, 2004.

Os estudos solitários na biblioteca, os debates e rodas de conversas no GASPERR, a divisão de moradias com pessoas de diferentes lugares (Florianópolis, Londrina, Belém, Porto Nacional e Três Lagoas), a convivência com brasileiros oriundos de vários estados e com estrangeiros de pelo menos 3 países diferentes, ampliaram de maneira imensurável a minha visão de mundo e a minha percepção da ciência e da Geografia em particular. Tenho convicção que voltei do meu afastamento com o diploma no bolso e com a certeza de ter me tornado um profissional melhor, mais qualificado e com o olhar mais humanista sobre o mundo.

A experiência na direção do campus de Aquidauana

Do CPA ao CPAQ, um sonho transformado em realidade

O Campus de Aquidauana, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CPAQ) é o resultado de uma história vitoriosa que começou em 1970. Naquele ano, o vereador Plínio de Arruda Leite, empolgado pelo desejo que havia contagiado todas as autoridades do local

em propiciar maiores oportunidades de formação educacional e profissional aos jovens aquidauanenses, fez requerimento em que solicitava ao governo do Estado de Mato Grosso a criação de Faculdade de Filosofia em Aquidauana.

A situação do campus nos dias atuais, com três unidades, dez cursos de graduação, dois programas de pós-graduação em nível de mestrado e cerca de mil e quinhentos alunos matriculados, comprova que o movimento liderado pelo vereador Plínio Leite não se restringia a mero devaneio. Na verdade, aquela ação se constituiu como o primeiro passo de uma longa e bem-sucedida caminhada, pois, no final da década de 1960, o ensino médio, ou científico, usando termos da época, era oferecido em algumas poucas escolas da região e atendia apenas à pequena parcela da população. Em geral essas escolas eram de oferecimento do curso normal.

Devido à grande dimensão do território mato-grossense e a sua posição privilegiada, Aquidauana se constituiu como polo regional aglutinador de unidades administrativas, criadas para agilizar os trâmites da administração estadual no atendimento, além de Aquidauana e Anastácio, também aos municípios de Miranda, Nioaque, Dois Irmãos do Buriti, Bodoquena, Guia Lopes da Laguna, Bonito, Bela Vista e Jardim. Sobre essa situação de Aquidauana, orientei um TCC que resultou nas seguintes publicações: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; CARVALHO, Thiago Rodrigues. “A importância da cidade de Aquidauana na sua região: elementos de uma centralidade”. In: MARTINS JÚNIOR, Carlos; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. (Org.). **Revelando Aquidauana**. 1. ed. Campo Grande: editora da UFMS, 2010, p. 199-221; CARVALHO, Thiago Rodrigues; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “AQUIDAUANA: regionalização e centralidade na rede urbana de Mato Grosso do Sul”. Revista GeoPantanal, v. 1, p. 153-169, 2009.

Esse fator, aliado à política de interiorização do ensino superior adotada pela gestão do então governador Pedro Pedrossian, possibilitou, em 13 de agosto de 1970, a edição do Decreto Estadual número 1146 criando o CPA – Centro Pedagógico de Aquidauana, como unidade da Universidade Estadual de Mato Grosso, transformando em realidade o sonho da sociedade aquidauanense materializado no requerimento de Plínio Leite.

Se para criação da nova faculdade foi necessária grande mobilização política das autoridades locais, a sua instalação representou desafio ainda maior. Nos anos iniciais da década de 1970, não havia em Aquidauana, ou em qualquer outro município da região, profissionais suficientes que possuísem os requisitos mínimos para atuarem como professores da tão sonhada faculdade. Nesse sentido, o empenho, a competência, a criatividade e, principalmente, a grande ousadia da professora Dóris Mendes Trindade transformaram o que era apenas um sonho na forma de decreto estadual em concreta realidade. Ela usou de todos os seus conhecimentos e relacionamentos pessoais e profissionais para buscar, na principal metrópole brasileira, o material humano necessário à instalação da nova faculdade.

Desde 1971, quando começou a funcionar ainda de forma improvisada no prédio do Centro Educacional José Alves Ribeiro – CEJAR, com o curso de Estudos Sociais, o Centro Pedagógico de Aquidauana colecionou constantes desafios. O pequeno número de pessoas com formação secundária nos municípios de Aquidauana e Anastácio era insuficiente para justificar a existência de um curso de nível superior, exigindo a ampliação da área de abrangência da nova faculdade que, aos poucos, foi chegando aos municípios mais longínquos.

A falta de transportes intermunicipais e as estradas sem asfaltamento em condições precárias dificultavam a transposição das grandes distâncias entre Aquidauana e os municípios da região, obrigando que

os conteúdos das disciplinas fossem ministrados e repetidos nos finais de semana. Com isso, permitia-se o acompanhamento do conteúdo por aqueles que se deslocassem dos outros municípios. Para tanto foi necessária a instalação de um alojamento que se localizava embaixo do palco do teatro.

A criação de um curso avançado na cidade de Bela Vista foi a maneira criativa encontrada para superar as dificuldades de deslocamento e a necessidade de ofertar formação aos professores leigos. Dessa forma, os deslocamentos passaram a acontecer no sentido inverso: nos finais de semana, os professores iam até aquela cidade para ministrar as disciplinas.

Com a federalização ocorrida em 1979, após a criação e implantação do Estado de Mato Grosso do Sul, o CPA transformou-se no CEUA – Centro Universitário de Aquidauana, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A nova condição permitiu a superação das metas do sonho de 1970, possibilitando novas dimensões e aspirações. Unidade federal, o CEUA alcançou dimensões inimagináveis, não somente para o vereador Plínio e para a professora Dóris, mas até mesmo para os maiores otimistas.

Além dos jovens da região, também se estabelecem em Aquidauana em busca do diploma superior, acadêmicos oriundos de municípios ainda mais distantes e até mesmo de outros estados. Em função do acordo do Brasil com países luso-fônicos, o campus já recebeu alunos provenientes de Cabo Verde e Guiné Bissau.

Desde 1989 sou testemunha do relevante papel exercido pelo Campus de Aquidauana na formação de nível superior da população da região centro-oeste do território sul-mato-grossense. Sou igualmente testemunha de que a formação superior desses jovens se constitui em importante instrumento a serviço do desenvolvimento dos municípios da região e do Estado de Mato Grosso do Sul. Pela característica dos

curso oferecidos, na sua maioria de licenciaturas, não se pode deixar de estender essa importância também à formação nos ensinos médio e fundamental, afinal são os egressos do CPAQ que constituem a massa de profissionais que, desde a metade da década de 1970, dão conta da formação educacional nos municípios por ele atendidos.

Em grande parte dos seus 50 anos, o CPA, CEUA ou CPAQ teve preponderante papel na formação profissional e cidadã dos jovens e no desenvolvimento da região, com atendimento quase que exclusivo ao ensino de graduação. Porém, as políticas de expansão do ensino público superior, implantadas nos governos populares do Partido dos Trabalhadores, provocaram consideráveis mudanças na sua estrutura. Nos doze anos dos governos Lula e Dilma, houve forte ampliação e renovação no quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, aumento da estrutura física e significativa incorporação de novos equipamentos e mobiliários, com o objetivo de preparar os jovens para atender um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Foram mudanças importantes para a atualização e modernização da estrutura física e humana do CPAQ, visando à continuidade do cumprimento do papel social de ofertar formação acadêmica e profissional aos jovens da região. No entanto, as ações implementadas pelo novo governo, em relação ao ensino superior público, demonstram o propósito do desmonte das universidades federais e dos institutos federais, com a drástica redução de recursos financeiros, extinção dos concursos públicos e a obrigatoriedade da busca pelo autofinanciamento.

As políticas ultraliberais impostas pelo atual governo transformam o presente em momento de angústia e apreensão, mas principalmente em momento de lutas. Faz-se necessário reafirmar o compromisso social assumido pelo Centro Pedagógico de Aquidauana e garantir, para o futuro, a continuidade do oferecimento do ensino, público, gratuito, de

qualidade e laico, que continue a contribuir para o desenvolvimento da região e para a construção de uma sociedade melhor¹³⁰.

A busca por um ambiente verdadeiramente universitário

Ao ser contratado docente, o professor Eusébio Garcia Barrios havia recém assumido a direção do CEUA, após eleições difíceis e tumultuadas, ocorridas no final de 1988. Desde então tive a oportunidade de participar ativamente de sete eleições no campus, duas delas como candidato vencedor. Não é objetivo deste memorial entrar em detalhes sobre cada uma dessas eleições, porém acho importante fazer algumas considerações.

Em 1992, o professor Antônio Luiz Delachiave – “Ticão” sagrou-se vencedor em eleições que, assim como havia acontecido em 1988, foram disputadas com voto universal, em que os pesos eram os mesmos para os segmentos dos docentes, técnicos-administrativos e acadêmicos. Naquele momento a legislação impunha a obrigatoriedade do voto pari-

¹³⁰ É preciso valorizar o trabalho daqueles que tanto lutaram para que o campus pudesse existir. Não é demais repetir os nomes do Vereador Plínio de Arruda Leite e da Professora Dóris Mendes Trindade pela importância deles na idealização, mas é igualmente relevante lembrar os nomes daqueles que se juntaram aos dois na transformação do ideal em realidade, dos quais tive o privilégio de conviver com Arnaldo Begossi, Wilma Begossi, Jesus Eurico, Eduardo Botelho, Eliezer, Paulo Cimó, Arlindo Béda, Ramona Béda, João Ribeiro, Miguel Vilarva, Gilberto, Mario Baldo, Mário Verza, Izoldina, Fátima, Zenir, Osvaldo Zorzato, Lídia, Claudio Vasconcelos, Ângela Zanon, Carlos Frederico, Edna Scremin, Alexandra Ayach, Paulo Joia, Arnaldo Menecozi, Waldomiro Valezzi, Veida Godoy, Libindo Godoy, Francisco Romualdo, Teodoro, Ronaldo Rodrigues, Valter Guimarães, Clovis Vicentin, Floriano, Getúlio, Paulo Corrêa, Lucia Pace, Enilda Pires, Lourdes Chebel, Francisco (Chico Sossego), Albana Xavier, Eliana Mara, Ticão, Sílvia Sales, Joana Neves, Eusébio Garcia, Amarílio, Marisa, Luís Carlos, Oldemir, Nilce, Nazareth, Alemão, Valdez, Dalto, Isabel, Sueli, Eloina, Celina, José Sales, Eliana Bordin e Walter Cascatinha, dentre outros que escapam da memória. Os ex-governadores Pedro Pedrossian, pela criação, e José Fragelli, pela implantação do CPA, devem ser incluídos nesta lista.

tário, ou seja, cada segmento valeria 1/3 dos votos. Ressalta-se a coragem e ousadia da comunidade do CEUA em desobedecer às normas e a atitude democrática da reitoria em respeitar aquela vontade.

A partir das eleições de 1996, houve mudanças na legislação, foi determinado que haveria apenas “consulta” e os votos passariam a ser proporcionais para cada segmento, cabendo 70% para os professores, e os 30% restantes seriam divididos entre os técnicos administrativos e acadêmicos que, no caso da UFMS, definiu-se por 15% para cada segmento. Nas eleições de 1996 e 2000, a professora Silvia Sales Públio foi vencedora e nomeada.

Nas duas “consultas” seguintes, em 2004 e em 2009, fui vencedor e nomeado para dirigir o campus no período de março de 2005 a junho de 2013. Foram oito anos de muito aprendizado e algumas realizações, em que houve constante busca pela democratização das relações institucionais e pela transformação do campus em ambiente “verdadeiramente universitário”, conforme proposta de campanha. Ambiente baseado na troca de informações e experiência, no respeito às diferenças e à diversidade e no fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Desse período na direção, destaco algumas ações que, a meu ver, possibilitaram amplas discussões acadêmicas e alguns projetos inovadores e transformadores para as realidades do campus e das sociedades dos municípios da região. A implementação de política institucional que buscava maior interação do campus com as instituições públicas e privadas das sociedades aquidauanense, anastaciana e dos demais municípios da região, provocou mudanças nas posturas dessas instituições para com o CPAQ.

Após longas discussões no Conselho de Campus e respeitando as características da localização, da clientela atendida, dos cursos oferecidos e da estrutura existente, ficaram decididos quatro temas de

interesses prioritários para o campus. O tema **Ambiental**, considerada a localização do campus nas confluências dos biomas do Pantanal, do Cerrado e da Serra de Bodoquena; o tema **Agrário**, por causa do número de assentamentos rurais existentes, principalmente nos municípios de Dois Irmãos do Buriti e Nioaque; **Indígena**, tema decidido em função da grande população de indígenas existente em praticamente todos os municípios atendidos pelo campus; e o tema **Educação**, tendo em vista o oferecimento das licenciaturas em Geografia, Letras –Espanhol, Inglês e Literatura, História, Ciências Biológicas, Matemática e Pedagogia.

Nos anos que estive à frente da Direção, busquei implementar a política de valorização da produção científica, com ações junto à Editora da UFMS para publicação de trabalhos de docentes ou ex-docentes do CPAQ. O primeiro desses trabalhos tornou-se o livro: *UM PORTO PARA O PANTANAL - fundação de Aquidauana: civilização e dependência*, da historiadora Joana Neves. A escolha não foi aleatória, pois a ex-professora do CPAQ fizera aquela que é considerada a primeira e mais importante pesquisa científica a versar sobre a fundação de Aquidauana. Desta forma foi atendida a necessidade, que já se arrastava por mais de duas décadas, de falta de informações confiáveis, que pudessem municiar os professores da rede de ensino e os pesquisadores que se arriscassem a estudar a ocupação da região pantaneira.

Depois disso se fez um esforço conjunto da direção do CPAQ e da Editora da UFMS e muitas outras publicações foram possíveis. Enumero-as: 1) *CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS: fundamentos, metodologias e didáticas*, por professores da área de Educação; 2) *ESPAÇO E NATUREZA: a produção do espaço sul-mato-grossense*, editado como resultado do XIII Encontro Sul-mato-grossense de Geógrafos, ocorrido em Aquidauana: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; BATISTA, Luiz Carlos (Org.). *ESPAÇO E NATUREZA: a produção do espaço sul-mato-grossense*.

1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009. 276p. 3) *POVOS INDÍGENAS: Mitos, Educação Escolar e Realidade histórico-cultural*, do grupo de estudos “História do ensino, cultura e constituição da identidade na região de Aquidauana; 4) *EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA: história, trabalho docente e ensino aprendizagem*, das professoras da Educação; 5) *O RURAL EM MOVIMENTO: a pecuária nas transformações espaciais do pantanal*, tese de doutorado em Geografia; 6) *TURISMO: diversidade de olhares e experiências*, organizado por mim e pela professora Patrícia Zaczuk Bassinelo, em comemoração aos 10 anos do curso de turismo: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; BASSINELLO, Patrícia Zaczuk (Org.). *TURISMO: Olhares e Experiências*. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2010. v. 1. 330p. 7) *REVELANDO AQUIDAUANA*, organizado por mim e pelo professor Carlos Martins, encerrando o ano de comemorações dos 40 anos de criação do Campus: MARTINS JUNIOR, Carlos; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de (Org.). *Revelando Aquidauana*. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2010. v. 1. 364p. 8) *COTIDIANO: cidade, educação e cidadania*: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; BECK, Marta Costa (Org.). *COTIDIANO: cidade, educação e cidadania*. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2011. 344p. 9) *Das utopias do renascimento às concepções de igualdade social* e 10) Os três volumes da série Pantanal: 1 - *PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE: a diversidade em destaque*; 2 - *PANTANAL: perspectivas históricas e culturais* e; 3 - *PANTANAL: pesquisas educacionais em destaque*.

Ainda na administração da professora Sílvia Sales, foi adquirido pela UFMS um imóvel localizado no centro da cidade de Aquidauana, por tratar-se de sítio arqueológico urbano, em função da existência de um “buraco”, cuja finalidade ainda não foi esclarecida. O prédio estava desocupado, mas foi o local onde funcionou a escola “Ester Sanches” e havia, em função do “buraco”, muitas representações sobre ele, conhecidas até mesmo em municípios distantes. Al-

guns afirmam que se tratava de um túnel remanescente da “Guerra do Paraguai”,¹³¹ outros garantem que fazia parte das ligações entre as casas dos padres e das freiras, há ainda quem afirme que seria uma adega. Porém, a versão mais plausível é de que a casa teria sido construída, no início do século XX, como uma loja maçônica e que aquele seria um espaço para rituais.

O importante é que a compra da casa possibilitou a criação da Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda – BPRAM, espaço aglutinador de laboratórios e grupos de pesquisas destinados ao desenvolvimento de projetos de pesquisas relacionados aos aspectos culturais e históricos da região que compreende as duas bacias hidrográficas. Da existência da BPRAM foi possível a apresentação de proposta em edital FINEP/CT/Campus regionais - 2009 e, sendo o único campus da UFMS contemplado, conseguiu algo em torno de 420 mil reais em equipamentos para suprir o Centro de Documentação, o Laboratório de Geoprocessamento e a sala de videoconferências.

Os resultados positivos da BPRAM incentivaram a criação da Base de Pesquisas da Diversidade Étnica e Cultural – BPEC, com o objetivo de servir como espaço de interação e apoio aos grupos de estudos que desenvolviam pesquisas sobre os aspectos étnicos e culturais da região que compunha o etnoterritório “Povos do Pantanal”. A ideia era criar as condições materiais e humanas para compreender, descrever, analisar e interpretar a complexa diversidade étnico-cul-

¹³¹ Utilizo o termo “Guerra do Paraguai” apenas por que é assim que as pessoas se referem ao comentar sobre o buraco. Porém, esclareço que essa terminologia está superada pelos historiadores, que utilizam “Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai” como o termo mais adequado.

tural, em especial, nos aspectos linguísticos, históricos, econômico, cultural e educacional dos povos habitantes daquele território.

Em dezembro de 2010, a BPEC começou a sediar o curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal”, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, obtidos por meio do edital PROLIND/SECAD/MEC. Em mais uma ação com intuito de proporcionar o ensino superior a todas as parcelas da população brasileira, desenvolvida pelos governos Lula e Dilma. Os recursos possibilitaram o oferecimento do ensino superior também para as comunidades indígenas mais distantes e isoladas. Além das despesas com transporte, alimentação e hospedagem, das despesas com pagamento de professores externos à UFMS e das despesas com materiais de consumo, os recursos permitiram inclusive a aquisição de alguns materiais permanentes para os laboratórios vinculados à BPEC. Para o curso foram contratados professores temporários indígenas, alguns com mestrado, caso único em cursos financiados pelo Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND. A existência da licenciatura indígena propiciou, para além da clientela própria, a oferta de bolsas para todos os indígenas que estivessem matriculados em algum curso do campus.¹³²

As duas bases (BPRAM e BPEC) serviram de sustentação para a apresentação de uma nova proposta ao edital FINEP/CT/Campus regionais, no ano de 2010. Utilizando-se da mesma metodologia adotada para o edital anterior, realizou-se ampla reunião com os professores do

¹³² A existência do curso “Povos do Pantanal” só foi possível pela atuação incansável das professoras Claudete Cameschi e Onilda Sanches e dos técnicos Diego e Alexandra, na coordenação do curso e na gestão dos recursos, assim como dos professores Iara Quelho, Vera Vargas, Maria Helena Andrade, Jaime Ferreira, Bruna Fina, Elisângela Castedo, Paulo Baltazar e Selma, que assimilaram a importância da proposta.

campus, na qual ficou decidido que as sugestões dos equipamentos a serem adquiridos deveriam ser divididas por cursos e encaminhadas aos responsáveis pela elaboração da proposta final. O subprojeto do CPAQ foi o único da UFMS a ser contemplado com recursos da ordem de 522 mil reais para a compra de um veículo traçado 4x4 e equipamentos para vários laboratórios vinculados à BPRAM e à BPEC¹³³.

O FINEP é um órgão que financia exclusivamente a compra de equipamentos destinados à pesquisa, assim, a participação nos dois editais viabilizou para o CPAQ o aporte de mais 900 mil reais, provocando nova dinâmica nas pesquisas e, conseqüentemente, maior extensão e mais qualidade no ensino. Com a chegada dos equipamentos, as duas bases tiveram as condições materiais para se consolidarem ambientes indutores de novos projetos de caráter interdisciplinar. Elas proporcionariam os meios para que os professores readequassem os seus objetos de estudos e as suas orientações de dissertações, de monografias e de iniciação científica para estudos inerentes aos quatro temas prioritários do campus, exigindo esforço mútuo e envolvendo empenho pessoal e atitude institucional.

Infelizmente a expectativa não se consolidou. Rancores pessoais e ideológicos, falta de projeto institucional, ou simplesmente preconceito fizeram com que, depois da minha saída da direção do campus, as bases fossem desestruturadas, esvaziadas dos seus propósitos iniciais, até serem completamente fechadas. Atualmente o prédio está desocupado e, acredito, sujeito a ser vendido, levando em consideração

¹³³ Para a elaboração dos dois projetos submetidos aos editais do FINEP, foi fundamental a participação dos colegas Carlos Martins Junior, Ana Paula Araújo e José Rímoli.

a proposta “Future-se” apresentada recentemente pelo Ministério de Educação – MEC¹³⁴.

Durante o período em que estive na direção, foi apresentado ao Conselho Universitário da UFMS a proposta para a criação do Curso de Geografia na cidade de Campo Grande. O projeto foi elaborado e apresentado por alguns professores do Campus de Aquidauana, resultando na negociação com a reitoria, que derivou na remoção de quatro professores do CPAQ para a Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Geografia¹³⁵.

Como toda gestão é composta de sucessos e fracassos, não poderia terminar este item sem mencionar a frustração com o descredenciamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES do Mestrado em Geografia do CPAQ. Desde o meu retorno do afastamento para o doutorado, participei ativamente do Programa. Apesar de estar integralmente envolvido com a direção do campus, ministrei disciplinas e orientei seis dissertações. Meu principal objeto de pesquisas versava sobre cidade e cotidiano, as procuras pela minha orientação estavam mais

¹³⁴ Como estou trabalhando com memória, não posso deixar de mencionar aqueles que acreditaram e contribuíram solidariamente com os projetos desenvolvidos nos períodos da direção do campus. São eles: Vladimir Bondarczuk, Paulo Esselin, Tito Carlos, Mauro Carvalho, Lena, Gilson Martins, Ana Lúcia, Ana Paula Werri, Ana Paula Teti, Franchys Marizethe, Fátima Cristina, Nozimar, Helen Paola, Nelson Marisco, Vicentina, Zaira, Edelberto, Eva Teixeira, Lucy Ayach, Ione, Isabel, Nara, João Fernando, José Leal, José Alonso, Leandro Bezerra, Patrícia Bassinelo, Lilian Paiva, Marcos Rogério, Miguel Rodrigues, Olga Ferro, Onilda Sanches, Rubens Silvestrini, Eduardo Niz, Arsênio, Alfredo, Lilian, Arlindo, Sueli, Leiza, Edivaldo, Alberto, Edvaldo Sotana, Ricardo Gentil, Camila Aoki, Antonina Lugon, Simone Pereira, Alice, Carlos Martins, Claudete Cameschi, Alessandro, Vera Vargas, Agnaldo, Iara, Mariuza, Daniela Philip, Marly, Madalena, Maria Regina, Rosalina, Nilza, Denise, Bruna Fina, Rimoli, Maria Helena, Ana Paula Correa, Edna, Icileia, Sergio Martins, Jaime e Luciana.

¹³⁵ Duas das vagas foram imediatamente recompostas pela reitoria, restando as outras duas sem a devida reposição. Isso representou desgaste para a minha gestão, pois enquanto professor de Geografia fui identificado como se tivesse atuado em benefício próprio e acusado de ter interesse na remoção para Campo Grande. Algo que nunca solicitei.

relacionadas com acadêmicos de outras áreas, de tal forma que somente um orientando era graduado em Geografia. Quatro orientações eram de bacharéis em Turismo e uma de economista. Como resultado deste período, destaco as seguintes publicações: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “A Rua e o Cotidiano”. In: OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (Org.). **Sobre Humanidades**. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007, p. 61-73. MARTINS, Silmara Ribeiro; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “A instalação da fronteira agrícola no sul do território mato-grossense e as suas consequências na produção do espaço urbano de Campo Grande”. **Revista de Geografia (UFMS)**, Dourados - MS, v. 20, p. 28-33, 2004.

A transformação do *Campus* de Dourados da UFMS na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) ocasionou disputa em torno do local onde o programa deveria permanecer, já que era naquela unidade que a sua secretaria se localizava, e a reitoria da UFMS, por pressão da professora Silvia Sales, impôs a mudança para o *Campus* de Aquidauana. Devo reconhecer que, mesmo antes de assumir a direção do *campus*, envolvi-me diretamente naquela disputa, ocasionando rugas com os colegas de Dourados. As propostas de criação de programas próprios para o Campus de Três Lagoas e para a UFGD fizeram que os docentes do curso pertencentes àquelas duas unidades passassem a direcionar os seus esforços à aprovação das proposituras das suas unidades. Isso contribuiu para o arrefecimento das vontades de trabalhar no programa de Aquidauana, implicando na diminuição da nota para menos de 3 e no efetivo descredenciamento pela Capes. Mas nada disso exime as responsabilidades da minha gestão naquele episódio.

Novos desafios na vida profissional e acadêmica

O descobrimento de uma nova fronteira

Em 2007 foi aprovado pela Capes o Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Estudos Fronteiriços (MEF), no Campus do Pantanal

da UFMS (CPAN). A implantação em 2008, concluiu com êxito os esforços da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e dos professores do CPAN¹³⁶. Ressalva-se a característica ímpar do novo programa, pois era o único que trabalharia exclusivamente com a temática Fronteira em todo Brasil, a despeito da existência de linhas de pesquisas em outros programas.

Desde o início constei do quadro de docentes permanentes. Apesar de já ter experiência em programa *stricto sensu* na função de professor do Mestrado em Geografia do Campus de Aquidauana, com seis dissertações defendidas, já citadas, eu não apresentava qualquer pesquisa sobre a temática fronteira.

Devo reconhecer que demorei algum tempo para entender o real sentido de um Mestrado Profissional, assim como para incorporar a temática fronteira em parte integrante dos meus estudos. As primeiras tentativas para se aproximar da temática se deu nas publicações: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “A origem do território: a constituição do território na histórica relação entre homem e natureza”. In: COSTA, Edgar Aparecido da & OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado. (Org.). **Seminário de Estudos Fronteiriços**. 1. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2009, p. 45-59. OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de & OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “A Fronteira, a imigração e o fetiche do trabalho: significações internacionais”. In: COSTA, Edgar Aparecido da; COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. (Org.). **Estudos Fronteiriços**. 1.ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2010, v. 02, p. 319-334.

¹³⁶ A Pró-reitora Célia Maria de Oliveira e os professores do CPAN Marco Aurélio Machado de Oliveira e Milton Augusto Pasquotto Mariani foram os principais responsáveis pela aprovação da APCN apresentada à CAPES.

Passado o primeiro momento, iniciados os trabalhos com orientação e com a oferta da disciplina “A cidade de fronteira e o cotidiano no mundo da mercadoria”, é que comecei a assimilar as necessidades impostas pela condição de docente do MEF.

A participação em todos os Seminários de Estudos Fronteiriços realizados em Corumbá oportunizou o conhecimento de pesquisadores da temática, internacionalmente reconhecidos, como: Lia Osório Machado – UFRJ; Michel Foucher – Collège d’études mondiales – Paris; Alejandro Benedetti – Universidad de Buenos Aires; Márcio Cataia – UNICAMP; Alfonso Hinojosa – Universidad Mayor de San Simón – Bolívia; José Lindomar Albuquerque – UNIFESP; Adriana Dorfman – UFRGS; Rebeca Steiman – UFRJ; Alberto Hernández – COLEF – México; Edson Belo – UNIOESTE; e Regina Coeli – UNIOESTE, dentre outros, e despertou-me grande interesse em contribuir com as discussões sobre o assunto, ao mesmo tempo que imputava almejar novos desafios, por meio da inclusão de novo viés na discussão.

A experiência adquirida enquanto docente no MEF e o início de produções científicas sobre a fronteira permitiram que, em 2013, eu participasse da equipe do Projeto de Pesquisa sobre Segurança Pública em Fronteiras, realizado em todo o Brasil, financiado pelo Ministério da Justiça e coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Em Mato Grosso do Sul, a responsabilidade de realizar a pesquisa nos 44 municípios situados na faixa de fronteira foi distribuída entre a UFMS e a UFGD.

Com o objetivo de identificar a realidade dos órgãos de segurança das esferas municipal, estadual e federal, realizei entrevistas e coleta de dados nos municípios de Aquidauana, Anastácio, Nioaque, Jardim, Guia Lopes da laguna, Bonito, Amambai, Coronel Sapucaia e Ponta Porã. Foi momento de muito aprendizado, tanto da realidade apreendida, quanto

dos aspectos metodológicos. A realização da técnica do grupo focal foi muito produtiva e reveladora¹³⁷.

A vivência no MEF permitiu ampliar as perspectivas acadêmicas com novos enfoques sobre fronteira. Nos onze anos de MEF tive a oportunidade de orientar oito dissertações sobre variados assuntos, desenvolvidas por profissionais de diversas áreas. Foram advogados, professores, Geógrafo, Técnica da Embrapa e Jornalista que desenvolveram trabalhos sobre os aspectos da fronteira que envolviam as escolas, o atendimento na saúde, as feiras, a agricultura urbana, as manifestações devocionais, os casos em que o acesso ao SUS por estrangeiros foram parar na esfera jurídica e o poeta Lobivar de Matos.

Das orientações no MEF, foram produzidas as seguintes publicações: RAMALHO JUNIOR, André; MORAES, Lourival Monteiro de; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “Fronteira: um lugar de ambiguidades, conflitos e soluções”. In: COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; SIQUEIRA, Kiase Moraes. (Org.). “Fronteiras: Conflitos, integração e políticas públicas”. 1.ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2011, v. 04, p. 29-43. MORAES, Lourival Monteiro de; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “Conflitos e possibilidades: a realidade escolar num contexto fronteiriço”. In: COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; SIQUEIRA, Kiase Moraes. (Org.). “Fronteiras: Conflitos, integração e políticas públicas”. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2011, v. 04, p. 61-75. MORAES,

¹³⁷ MISSE, Michel; MARTINS JUNIOR, Carlos; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; NEVES, Alex Jorge das; BAPTISTA, Gustavo Camilo; ENGEL, Cíntia Liara; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; FIGUEIREDO, Luiza. SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - Sumário Executivo. 2016. (Relatório de pesquisa).

Lourival Monteiro de; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “Bilinguismo na escola de fronteira: opção ou inevitabilidade”. In: FERRO, Olga Maria dos Reis; LOPES, Zaira de Andrade. (Org.). EDUCAÇÃO E CULTURA: “Lições históricas do universo pantaneiro”. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2013, p. 121-133. OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; CRIVELATTI, Quelim Daiane. “ENTRE A FRONTEIRA VIVIDA E A FRONTEIRA PERCEBIDA: Os agentes públicos no espaço de fronteira internacional”. **Ideação (Unioeste. Impresso)**, v. 15, p. 96-109, 2013. GODOY, Thiago da Silva; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; VILELA, André Afonso. “A ESCOLA INTEGRAL EM REGIÃO DE FRONTEIRA BRASIL (MS) – BOLÍVIA”. Revista GeoPantanal, v. 09, p. 69-79, 2014. DUMAS, Danielle Urt Mansur Bumlai; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; BILANGE, Elizabeth Maria Azevedo. “ESCOLAS DE FRONTEIRA: Espaços de construção interculturais da identidade fronteiriça”. **Revista GeoPantanal**, v. 09, p. 47-57, 2014. SILVA, Jacob Alpires; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. “Reflexões sobre o acesso à saúde na fronteira Corumbá (BR) Puerto Quijaro (BO)”. Revista GeoPantanal (UFMS), v. 12, p. 79-96, 2017.

Atualmente oriento outro geógrafo, numa pesquisa sobre os ressentimentos entre os descendentes de refugiados da Guerra Civil do Paraguai.

Ainda como frutos dos trabalhos desenvolvidos no MEF, posso listar as seguintes publicações: FERREIRA, Clarisse Mendes Pinto Gomes; BRATICEVIC, Sergio Iván; BATISTON, Adriane Pires; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “O SIS-Fronteiras na perspectiva dos profissionais de saúde atuantes no município de Corumbá/MS”. In: MORETTI, Edvaldo César; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. (Org.) “ESTUDOS FRONTEIRIÇOS: Desafios, Perspectivas e Práticas”. 1.ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2015, p. 233-262. SAMUDIO,

Carmen de Jesus; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “Contribuição das principais editoras universitárias públicas de Mato Grosso do Sul (Brasil), Paraguai e Bolívia na temática fronteiriça”. In: MORETTI, Edvaldo Cesar; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. (Org.) ESTUDOS FRONTEIRIÇOS: “Desafios, Perspectivas e Práticas”. 1.ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2015, p. 335-363. FERREIRA, Clarisse Mendes Pinto Gomes; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “O Projeto Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras em Corumbá-MS, Brasil”. **Revista GeoPantanal**, v. 10, p. 71-92, 2015.

Desde 2015, eu e o professor Carlos Martins oferecemos a disciplina “Cotidiano e Fronteira”, com a pretensão de incluir novo viés na discussão sobre fronteira. Buscamos adicionar aos estudos fronteiriços as discussões sobre as fronteiras culturais, étnica, raciais, religiosas e de gênero. Embora novos no programa, os assuntos são amplamente discutidos em diversas áreas do conhecimento. A nossa participação também no Mestrado em Estudos Culturais, do Campus de Aquidauana, permite que façamos uma discussão cruzada, relacionando os aspectos políticos e culturais da fronteira. Frutos dessa parceria surgiram as seguintes publicações: MARTINS JUNIOR, Carlos; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. “Mato Grosso do Sul e a Retirada da Laguna: memória, história e perspectivas de turismo”. In: ESSELIN, Paulo Marcos; MARTINS JÚNIOR, Carlos. (Org.). Grande Guerra. *A Tríplice Aliança contra o Paraguai: visões e versões*. 1.ed. Passo Fundo: FCM/PPGH, 2017, p. 268-285. OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; MARTINS JUNIOR, Carlos. “As ações de controle social nas metrópoles brasileiras da Belle Époque”. **Ideação (Unioeste. Impresso)**, v. 17, p. 121-146, 2015. MARTINS JUNIOR, Carlos; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. Representações do “caos urbano”. “As reformas nas cidades brasileiras da Belle Époque”. **História & Perspectivas** (UFU), v. 29, p. 313-340, 2016.

Además de vinos y tangos

O fim do mandato de diretor do Campus de Aquidauana, ocorrido em 2013, permitiu que eu me inserisse no projeto “Centros Asociados para o Fortalecimento da Pós-Graduação Brasil-Argentina (CAFP-BA)”, desenvolvido pelo Mestrado em Estudos Fronteiriços e o Doctorado en Antropologia de la Universidad de Buenos Aires – UBA. Dessa forma pude mudar para Buenos Aires com o intuito de fazer um estágio pós-doutoral em Antropologia na Facultad de Filosofía y Letras (FFyL/UBA).

A proposta do CAFP-BA permitia que pesquisadores vinculados a um programa que estivesse em fase inicial pudessem realizar estudos em programa já consolidado de outro país. Este foi o meu caso. Embora o CAFP-BA oferecesse apenas 6 meses de bolsa, tive a oportunidade de morar em Buenos Aires por dez meses e participar ativamente de atividades culturais e de pesquisas relacionadas à temática de fronteira, além, é lógico, de degustar os excelentes vinhos argentinos.

O projeto “Fronteira e Cotidiano: aproximações e distanciamentos conceituais” tinha o objetivo geral de realizar discussão que buscasse desenvolver as aproximações e os distanciamentos conceituais existentes entre fronteira e cotidiano. Além disso, havia a intenção de melhorar a nota de avaliação do MEF na CAPES, fortalecendo a proposta de cooperação entre o MEF e o doutorado em Antropologia, pois até aquele momento, nenhum docente ou acadêmico havia se disposto a fazer o intercâmbio.

Embora o Doutorado em Antropologia da FFyL/UBA tenha a maior parte das suas pesquisas direcionadas para as problemáticas indígenas, a temática sobre fronteira está presente nos estudos de diversos pesquisadores do programa. Tive a oportunidade de observar essa transversalidade da temática, em viagem de estudos à cidade de Tilcara, na Província de Jujuy, onde está sediado o *Instituto Interdisciplinario de*

Tilcara, de la Facultad de Filosofía y Letras/UBA, com pesquisadores antropólogos, geógrafos, historiadores e outros pesquisadores de diversas partes do mundo.

Localizada no noroeste do território Argentino, nas proximidades das fronteiras com o Chile e a Bolívia, numa enorme região que engloba o deserto do Atacama no Chile, conhecida como Puma, a pequena cidade de Tilcara possui potencial arqueológico e abriga, nas suas intermediações, o sítio de Pukara, transformado em Parque para visitação pública, o qual recebe bom número de turistas estrangeiros. Durante o período de quatro dias em que permaneci no local, tive a oportunidade de fazer uma apresentação sobre o meu plano de trabalho do pós-doutorado e discutir sobre os conceitos de Território e Fronteira. Apresentei também breve explanação sobre o curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal”, algo completamente novo para os pesquisadores presentes, despertando bastante interesse.

Além da viagem à Tilcara, pude ir à cidade de Rosario, na província de Santa Fé, para participar do *Congreso Argentino de Antropología Social, em la Escuela de Antropología, em la Facultad de Humanidades y Artes, de la Universidad Nacional de Rosario*, onde apresentei um trabalho mais detalhado sobre a “Licenciatura Intercultural Indígena ‘Povos do Pantanal’”, no *GT – Antropología del Desarrollo: Estado, ONGs y Comunidades em las políticas de desarrollo em la América Latina*. Enfoquei o projeto e os resultados alcançados pela implantação do referido curso no Campus de Aquidauana, despertando grande curiosidade nos participantes. Em outra oportunidade, no *Coloquio Fronteras, Territorios em redefinición, em la Facultad de Filosofía y Letras – UBA*, apresentei, como resultado parcial do meu projeto de pós-doc, o trabalho “*Fronteras y aspectos cotidianos*”.

Tive ainda a oportunidade de assistir às aulas nos cursos de graduação e doutorado em Antropologia e percebi a qualidade dos acadêmicos, o que reflete a boa condição da formação fundamental e média praticada

na Argentina. *A Facultad de Filosofia y Letras, da UBA*, ou simplesmente FILO, conforme os docentes e acadêmicos a chamam, possui na sua biblioteca central importante acervo sobre a temática do meu pós-doc e possibilita a ampliação do conhecimento sobre o assunto. Existe ainda, na sede da FILO, algumas bibliotecas setoriais dos institutos de Geografia e de Antropologia que permitiram constantes consultas. Como resultado das pesquisas no pós-doc, surgiram as seguintes publicações: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; BRATICEVIC, Sergio Iván; MARTINS JUNIOR, Carlos. “A Produção do Território”. **GEOFRONTER**, v. 2, p. 136-150, 2016. TRINCHERO, Héctor Hugo; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; MARTINS JUNIOR, Carlos. “O Cotidiano e o Território”. **Revista GeoPantanal (UFMS)**, v. 12, p. 171-184, 2017.

Durante os meses em que fixei residência em Buenos Aires, tive a oportunidade de compartilhar momentos de estudos com os docentes e acadêmicos da FILO, em particular, os professores Héctor Hugo Trinchero (Diretor da faculdade, o qual me recebeu como tutor), Sebastián Valverde (coordenador do programa CAFB-BA na UBA), Alejandro Benedetti (da área de Geografia, com quem tive a oportunidade de fazer uma disciplina no doutorado) e Sergio Iván Braticevic (também geógrafo). No Laboratório de línguas, ao fazer curso de espanhol, convivi com pessoas de alguns lugares do Brasil, França, Bélgica, Alemanha, Noruega, Índia, Principado de Liechtenstein, Itália, Coreia do Sul, Japão, Rússia e Argélia.¹³⁸

Buenos Aires é uma metrópole que extrapola os limites da Argentina, configurando-se como polo de atração para migrantes de toda a

¹³⁸ Foram fundamentais a dedicação e o carinho das professoras Marta, Daniela, Maria Laura, Cláudia e Ana Maria. Naquele período, os acadêmicos do MEF Aurélio Brites e Clarisse Mendes fizeram o intercâmbio de três meses em Buenos Aires, também possibilitado pelo projeto CAFB-BA.

América do Sul. Conheci pessoas da Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Paraguai e Chile, trabalhadores ou estudantes, e muitos brasileiros que procuravam ensino superior, em especial, a graduação em Medicina e a pós-graduação em Direito.

Muitas são as opções de lazer e cultura oferecidas diariamente por toda a capital *porteña*, que vão para além “*de los alfajores, empanadas, tangos, vinos y chorizo con papas*”. Recordo da noite dos museus, quando ficaram abertos mais de 190 museus e centros culturais para visitaçaõ gratuita, inclusive com transportes coletivos circulando gratuitamente. Ao longo do tempo em que vivi no *Barrio de San Telmo*¹³⁹, aproveitei para passear em praças e parques, frequentar feiras, visitar inúmeros museus, lembrando sempre de um conselho da professora Rosa Ester Rossini ao professor Carlos Martins Júnior, de que “*pós-doutorado é para estudar, mas é também para ir ao teatro, ao cinema, passear e comer bem*”. As oportunidades me permitiram assistir gratuitamente a uma apresentação da orquestra sinfônica do Teatro Colón em espaço cultural no *Barrio de la Boca*, assistir a um dueto no Teatro Colón e participar da festa das províncias, quando os escritórios de representação de todas as províncias recepcionam os visitantes com comidas típicas e apresentações artísticas.

Muito me encantou a cultura e a política do povo argentino, mas a sua luta pela democracia é algo contagiante e renovador. Lembro de duas manifestações na “*Plaza de Mayo*” que muito me impressionaram. O “*Dia de la Democracia*”, comemorado em 10 de dezembro, relembra a posse do presidente Raúl Ricardo Alfonsín em 1983, depois das eleições diretas livres que puseram fim aos sete anos de uma das mais sangrentas ditaduras do continente sul-americano, em que o “Terrorismo de Esta-

¹³⁹ Localizado entre a Casa Rosada e o Bairro da Boca, San Telmo é o mais antigo bairro de Buenos Aires, onde acontece a famosa feira de antiguidades na Plaza Dorrego, e certamente um dos mais boêmios, com alta movimentação de turistas.

do”, como os hermanos insistem em chamar, fez desaparecer mais de trinta mil argentinos. O “*Dia de la Memoria*” é o feriado de 24 de março, estabelecido para lembrar o dia em que foi dado o golpe cívico-midiático-militar que, em 1976, destituiu a presidenta legitimamente eleita e instituiu o “Terrorismo de Estado”, comandado por uma junta de militares. Nesse dia, os argentinos vão para a rua por aquilo que eles chamam de “*Dia de la memoria, por la verdad e la justicia*”, buscando, com todos os tipos de manifestações, fazer que aquele momento de repressão e atrocidades nunca seja esquecido. Nas duas oportunidades vi um povo alegre e festivo, mas preocupado com a manutenção da democracia e firme na luta para que nunca se repita o episódio de 1976.

Os próximos passos

A progressão para a classe de Professor Titular impõe um novo momento em minha trajetória profissional. Serei o terceiro professor do curso e do campus a alcançar essa situação por meio das novas regras instituídas após a greve dos professores da IFES em 2012. Alcançar o “topo da carreira”, mais do que a almejada compensação financeira, denota a necessidade do amadurecimento intelectual e igual maturidade nas ações políticas e profissionais.

Nesse sentido, dois projetos de atuação acadêmica e política apen- sam-se aos que já desenvolvo: o Mestrado em Estudos Culturais e o acordo de cooperação técnica entre a UFMS e a UEMS, para a conjunção de esforços entre o Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço – CADEF e o Centro de Estudos de Fronteira “General Padilha” – CEF- FRONT. Eles estão colocados por mim como novos elementos na perspectiva de aumentar minha contribuição para a melhoria dos trabalhos ofertados pela UFMS à sociedade sul-mato-grossense.

Recentemente foi aprovado para o Campus de Aquidauana o Mestrado Interdisciplinar Acadêmico em Estudos Culturais – PPG-

CULT, no qual sou docente permanente. Apesar da temática completamente desafiadora, encaro a participação no novo programa como a continuidade do trabalho desenvolvido no Mestrado em Estudos Fronteiriços. Apesar das diferenças entre mestrados profissionais e mestrados acadêmicos, busco estabelecer a relação das duas temáticas, baseada nos estudos culturais das múltiplas fronteiras.

Inicialmente a parceria desenvolvida com o professor Carlos Martins na disciplina “Cotidiano e Fronteira”, ofertada nos últimos quatro anos no MEF, foi redimensionada para o PPGCULT como “Fronteiras: Política e Cultura”. Para tal empreitada, partimos da premissa de uma reflexão sobre as fronteiras política, econômica, social, de gênero, étnica, cultural, civilizatória etc. como lugares historicamente construídos em temporalidades diversas, que acabam por se constituir em zonas de encontros cotidianos, com suas diferenças e semelhanças. Para tanto, propomos um olhar das fronteiras como zonas de encontro de múltiplos sujeitos, que elaboram ações de orientação e negociação para lidar com as diferenças.

Na primeira turma, contribuo com a orientação da pesquisa “A construção das representações sociais dos surdos sobre a cultura e suas manifestações no espaço geográfico e social da cidade de Campo Grande - MS”, que tem o objetivo de compreender o discurso dos sujeitos surdos na construção de suas representações sociais, baseado nas expectativas, anseios e devaneios de acesso à cultura. Um imenso desafio, tendo em vista o assunto completamente novo para mim.

Em 2002, foi criado o Centro de Análise de Difusão do Espaço Fronteiriço (CADEF), espaço interdisciplinar e interinstitucional para servir como ponto de interação e apoio aos grupos de estudos da UFMS e de outras instituições nacionais e internacionais que desenvolvessem pesquisas sobre os aspectos físicos e humanos dos espaços fronteiriços. Mesmo localizado no portão 32 do Estádio “Moreirão”, na cidade Uni-

versitária da UFMS, em Campo Grande, o CADEF, a partir de 2006, passou a vincular-se institucionalmente com o laboratório do Campus de Aquidauana da UFMS e, posteriormente, foi vinculado também ao Mestrado em Estudos Fronteiriços.

Desde a sua criação, foram realizadas no CADEF inúmeras atividades acadêmicas e científicas a ele vinculadas, como: 1) concepção e realização das três primeiras edições do “Seminário Internacional América Platina”; 2) realização do “Seminário sobre o Livro Branco da defesa Nacional”; 3) realização do “V Seminário Brasileiro da Defesa Nacional”; e 4) participação na “Pesquisa Nacional sobre Segurança Pública em Região de Fronteira” em 2012 e 2013, financiada pelo Ministério da Justiça e coordenada pela UFRJ, que teve o relatório final publicado em 2016. Após a criação, na UEMS, do Grupo de Estudos em Fronteira, Turismo e Território (GEFRONTTER) pelo professor Roberto Ortiz Paixão¹⁴⁰, as atividades passaram a ser conjuntas entre os professores que os compunham.

Da parceria entre CADEF e GEFRONTTER, devem ser destacadas: 1) realização das cinco edições do “Congresso Internacional de História Regional”, todos com temática sobre a Guerra da Tríplice Aliança; 2) realização do “Seminário sobre o Forte Coimbra”, concomitante entre UEMS-Campo Grande e UFMS-Aquidauana; 3) realização do “VI Seminário Internacional América Platina”; 4) coordenação dos trabalhos que resultaram nos Zoneamentos Ecológico e Econômico, do Estado de Mato Grosso do Sul e do Município de Campo Grande; e 5) visita técnica ao Forte Coimbra, com a UFGD e o CMO, que culminou com a cedência

¹⁴⁰ Roberto Ortiz Paixão, falecido no início de 2018, foi um aluno do Curso de Geografia do Campus de Aquidauana, com quem tive o privilégio de manter forte amizade. Ao longo dos mais de vinte e cinco anos de convivência, pude perceber dois fortes aspectos que lhe faziam se destacar: o aguçado senso crítico e a forte liderança negociadora e aglutinadora. Sobre o trabalho do Roberto, ver: OLIVEIRA NETO (2020).

daquele espaço para a UFGD, numa negociação iniciada pelo CADEF/GEFRONTTER.

Entre os anos de 2015 e 2018, a pedido do Comando Militar do Oeste (CMO), ficou sob a responsabilidade do CADEF e do GEFRONTTER a coordenação geral das atividades alusivas às lembranças dos 150 anos da “Retirada da Laguna”, episódio ocorrido no sul do território da Província de Mato Grosso, durante a Guerra da Tríplice Aliança. Ao longo dos três anos, foram mobilizadas mais de trinta instituições públicas e privadas, além de voluntários individuais tais como artistas, jornalistas e empresários, para a realização de atividades culturais, artísticas, científicas, educacionais e militares que ultrapassaram ao número de vinte.

Outra importante ação conjunta foi a articulação para a cedência de um prédio pelo Comando Militar do Oeste à UEMS, onde funciona biblioteca com acervo de mais de 2500 títulos de obras sobre a fronteira e as ações militares no Brasil, totalmente mobiliado e equipado para desenvolver atividades de pesquisa, ensino, extensão e formação, em temáticas relacionadas à fronteira. Essa cedência resultou na criação do Centro de Estudos de Fronteira “General Padilha” (CEFRONT), unidade de pesquisas vinculada à UEMS – Campo Grande.

Aproveitando o histórico de ações comuns e a excelente estrutura do prédio cedido pelo CMO, a UFMS e a UEMS assinaram acordo de cooperação técnica para que o CEFRONT pudesse abrigar o CADEF e desenvolvessem ações conjuntas de caráter institucional. No momento, já estão em andamento a realização dos seguintes projetos de pesquisa: 1) ANÁLISE ESPACIAL EM REGIÃO DE FRONTEIRA: Um estudo sobre os aspectos ambientais e socioeconômicos da fronteira de Mato Grosso do Sul com Bolívia e Paraguai, sob minha coordenação; 2) O TURISMO SUSTENTÁVEL COMO CAMPO DE POSSIBILIDA-

DE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MATO GROSSO DO SUL, sob coordenação do professor Milton Mariani e 3) ÁGUAS TRANSFRONTEIRIÇAS: Um olhar sobre as questões socioambientais nos municípios da fronteira oeste de Mato Grosso do Sul, Brasil, sob coordenação da professora Maria Helena Andrade.

Considerações finais

Escrever sobre si não é uma tarefa fácil, pois confere o esforço para lembrar dos fatos, primando pelo necessário cuidado de não extrapolar o *stricto sensu* da verdade. Por outro lado, como enaltecer conquistas e reconhecer derrotas, sem demonstrar sentimentos esnobes, arrogantes ou mesmo piegas? Essa foi a preocupação constante ao elaborar este texto. Mesmo sem ter a resposta para a pergunta, procurei reportar os acontecimentos que considero importantes, sem esquivar-me de dar a minha versão sobre os fatos. Da mesma forma, procurei evitar incidir em demonstração de soberba, ou mesmo em traiçoeira humildade exagerada ou desnecessária.

O aspecto profissional da dona Tanit e as características em não temer as mudanças, com o intuito de aproveitar as oportunidades para dar melhores condições para a família, constantes no casal que ela formava com o seu Antônio Firmino, foram determinantes para minha escolha da profissão e as sucessivas investidas na qualificação profissional. Mas, embora fundamentais, os elementos herdados não são suficientes para explicar toda uma carreira de quase trinta e cinco anos de magistério. Fez-se necessário adicionar acontecimentos, escolhas, coincidências, erros, acertos e, principalmente, pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o acerto das escolhas.

O objetivo inicial do memorial era apresentar a produção acadêmica resultante de mais de trinta anos de efetivo exercício do magistério,

da colaboração em inúmeros projetos de pesquisas ou da coordenação deles. Embora no texto original constem todos os tipos de produção, como trabalhos publicados em anais de congressos, trabalhos técnicos, orientações, participação em bancas, palestras, cursos etc., para este capítulo, foram pinçados somente os artigos em revistas, livros e capítulos em livros. São dezenas de trabalhos que expõem o caminho percorrido e as diversas fases e as circunstâncias indutoras das respectivas produções.

A pesquisa do mestrado na USP, sobre as ruas e calçadas de Campo Grande, caracterizou-se como o ponto de partida da superação de uma carreira limitada ao ensino, típica de professor com apenas graduação. Os estudos sobre a rua 14 de Julho, realizados no doutoramento na UNESP de Presidente Prudente, representaram a continuidade da temática iniciada no mestrado e significaram igualmente a consolidação do viés crítico, contido na opção pelo materialismo dialético.

O título de doutor e o início da experiência no trabalho em pós-graduação, aliados à vivência política acumulada ao longo de mais de vinte e cinco anos de vivência na UFMS, induziram à candidatura para direção do Campus de Aquidauana, em ampla articulação entre setores progressistas e conservadores.

Em relação estrita da produção acadêmica, o título, ou melhor, os estudos necessários para a obtenção do título, significou a possibilidade de alçar voos mais altos, alcançados com discussões sobre objetos mais amplos, tais quais espaço geográfico, território, cotidiano e aspectos históricos e geográficos da região oeste de Mato Grosso do Sul, inclusive com a coragem de, numa volta de muitos graus, alterar os estudos para temáticas sobre fronteira.

Porém, para além de produções bibliográficas, a profissão de professor universitário envolve inúmeros outros aspectos, desde as aulas e suas preparações, até a participação no sindicato da categoria ou em enti-

dades representativas da sociedade civil. No decorrer das três partes que compõem este capítulo, estão explicitados os movimentos profissionais e acadêmicos, bem como os movimentos políticos eminentes à condição de alguém que busca entender a realidade a partir das pesquisas realizadas.

Sou adepto da ideia de que não existe ciência “apolítica”, isenta de conteúdos políticos e ideológicos. No meu entender, a ciência só tem validade se contiver substância humanitária e transformadora e, para tanto, o pesquisador deve estar atento para escolher o método que melhor auxilie nesse sentido. Da mesma forma, as ações de um profissional não podem ser dissociadas das atividades políticas, no sentido mais estrito do termo. Para participar da política do sindicato, do partido, da associação de bairro, ou mesmo da política interna e externa da instituição que trabalha, o profissional deve engajar-se efetivamente, militando e buscando interferir na construção dessas políticas.

Assumi esse compromisso participando ativamente das políticas inerentes à profissão. No sindicato de minha categoria participei ativamente, desde a transformação da ADUFMS em seção sindical da ANDES, chegando mesmo a compor a diretoria regional na chapa de oposição, derrotada nas eleições do ano de 2002. Participei ativamente de todos os tipos de colegiados deliberativos internos da instituição em que trabalho, sempre defendendo a ideia de uma universidade pública, gratuita, laica, com qualidade e em completa interação com a sociedade da qual faz parte.

Lógico que houve acertos e erros. Trago aqui a minha versão sobre os fatos, mas sabendo que as versões podem ser outras, dependendo do olhar, ou da visão de mundo, de quem os analisa. Nesse sentido, deixo para o leitor a oportunidade de fazer a sua própria análise daquilo que aqui foi relatado.

Referências

ALMEIDA, M. A de; OLIVEIRA NETO, A. F. de. **Indústria de Cimento em Bodoquena**. Produções Estudantis, Campo Grande, n.01, p. 07-09, 1991.

ARAUJO, A. G. de J.; OLIVEIRA NETO, A. F. de. Dourados/Mato Grosso do Sul: suas redes e seu território. **Humanitas (UFPA)**, Belém v. 25 n. 1/2 (jan/dez), p. 41-52, 2009.

CARVALHO, T. R; OLIVEIRA NETO, A. F. de. AQUIDAUANA: regionalização e centralidade na rede urbana de Mato Grosso do Sul. **Revista GeoPantanal**, Corumbá. v1, n 7 (jul/dez), p. 153-169, 2009.

DUMAS, D. U. M. B; OLIVEIRA NETO, A. F. de; BILANGE, E. M. A. *ESCOLAS DE FRONTEIRA*: Espaços de construção interculturais da identidade fronteiriça. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 09, n. 17 (jul/dez), p. 47-57, 2014.

FERREIRA, C. M. P. G; BRATICEVIC, S. I; BATISTON, A. P.; OLIVEIRA NETO, A. F. de. O SIS-Fronteiras na perspectiva dos profissionais de saúde atuantes no município de Corumbá/MS. In: MORETTI, E. C.; MARIANI, M. A. P. (Org.) **Estudos fronteiriços**: Desafios, Perspectivas e Práticas. 1.ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2015, p. 233-262.

FERREIRA, C. M. P.G; MARIANI, M. A. P; OLIVEIRA NETO, A. F. de. O Projeto Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras em Corumbá-MS, Brasil. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 10, n. 18 (jan/jul), p. 71-92, 2015.

GARCIA, D. S; OLIVEIRA NETO, A. F. de. Cidades imaginárias: a imagem da cidade e seus elementos. **Revista Mercator** (UFC), Fortaleza, v. 05, n. 10 (jul/dez), p. 7-18, 2006.

GODOY, T. da S.; OLIVEIRA NETO, A. F. de; VILELA, A. A. A Escola integral em região de fronteira Brasil (MS) - BOLÍVIA. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 09, n. 17 (jul/dez) p. 69-79, 2014.

MARTINS, S. R; OLIVEIRA NETO, A. F. de. A instalação da fronteira agrícola no sul do território mato-grossense e as suas consequências na produção do espaço urbano de Campo Grande. **Revista de Geografia** (UFMS), Dourados - MS, n. 20, ano X (jul/dez), p. 28-33, 2004.

MARTINS JUNIOR, C; OLIVEIRA NETO, A. F. de. (Org.). **Revelando Aquidauana**. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2010. v. 1. 364p.

MARTINS JUNIOR, C; OLIVEIRA NETO, A. F. de. Representações do “Caos Urbano”. as reformas nas cidades brasileiras da Belle Époque. **História & Perspectivas** (UFU), Uberlândia v. 29, n. 55 (jul/dez), p. 313-340, 2016.

MARTINS JUNIOR, C; OLIVEIRA NETO, A. F. de. Mato Grosso do Sul e a Retirada da Laguna: memória, história e perspectivas de turismo. *In*: ESSELIN, P. M.; MARTINS JÚNIOR, C. (Org.). **Grande Guerra**. A Tríplice Aliança contra o Paraguai: visões e versões. 1.ed. Passo Fundo: FCM/PPGH, 2017, p. 268-285.

MISSE, M.; MARTINS JUNIOR, C; OLIVEIRA, T. C. M; OLIVEIRA, M. A. M de; NEVES, A. J. das; BAPTISTA, G. C.; ENGEL, C. L.; OLIVEIRA NETO, A. F. de. FIGUEIREDO, L. SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - **Sumário Executivo**. 2016. (Relatório de pesquisa).

MORAES, L. M; OLIVEIRA NETO, A. F. de. Conflitos e possibilidades: a realidade escolar num contexto fronteiriço. *In*: COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, M. A. M.; SIQUEIRA, K. M.. (Org.). **Fronteiras**: Conflitos, integração e políticas públicas. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2011, v. 04, p. 61-75.

MORAES, L. M. de; OLIVEIRA NETO, A. F. de. Bilinguismo na escola de fronteira: opção ou inevitabilidade. *In*: FERRO, O. M. dos R; LOPES, Z. de A. (Org.). **Educação e cultura**: Lições históricas do universo pantaneiro. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2013, p. 121-133.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. A vida urbana: Um estudo da obra de Henri Lefebvre, para melhor entendimento das ruas e calçadas de Campo Grande - MS. **Revista Pantaneira**, Aquidauana - MS, v. 01, n. 1 (jan/jul) p. 61-64, 1999a.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. **Nas ruas da cidade**: um estudo geográfico sobre as ruas e calçadas de Campo Grande. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999b.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. Campo Grande: A importância do trem e a transformação da 14 de Julho na rua principal. **Desafio** (Campo Grande), Campo Grande, v. 01, n.02, p. 71-78, 2000a.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. O lugar do ser social: uma discussão sobre a rua e a cidadania. **Revista GeoPantanal**, Corumbá-MS, v. 06, s/n (ago/dez), p. 42-48, 2000b.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. As ruas de geração em geração: a formação do espaço geográfico de Campo Grande. **Revista Pantaneira**, Aquidauana - MS, v. 02, n. 01 (jan/jul) p. 33-35, 2000c.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. A rua, o fetiche da mercadoria e a produção da cidade. **Revista de Geografia** (UFMS), Campo Grande - MS, n.14, ano VI (jul/dez), p. 51-56, 2001.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. A pecuária e a presença militar na formação do povo campo-grandense. **Arca**, Campo Grande, v. 10, p. 19-21, 2004.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. **A Rua e a Cidade**: Campo Grande e a 14 de Julho. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2005. 211p.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. A incorporação do modo de vida urbano na região de fronteira do sul do território mato-grossense no início do séc. XX. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade de campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 205-215.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. A Rua e o Cotidiano. In: OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (Org.). **Sobre Humanidades**. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007, p. 61-73.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. A origem do território: a constituição do território na histórica relação entre homem e natureza. In: COSTA, E. A. da & OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Seminário de Estudos Fronteiriços**. 1. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2009, p. 45-59.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. A Geografia plena e integrada na obra de Roberto Paixão. **Geofronter**, v. 01, n. 6, 2020, p. 1-14.

OLIVEIRA NETO, A. F. de; BASSINELLO, P. Z. (Org.). **Turismo**: Olhares e Experiências. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2010. v. 1. 330p.

OLIVEIRA NETO, A. F. de; BATISTA, L. C. (Org.). **Espaço e natureza**: a produção do espaço sul-mato-grossense. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009. 276p.

OLIVEIRA NETO, A. F. de; BECK, M. C. (Org.). **Cotidiano**: cidade, educação e cidadania. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2011. 344p.

OLIVEIRA NETO, A. F. de; BRATICEVIC, S. I.; MARTINS JUNIOR, C. A produção do território. **Geofronter**, v. 2, p. 136-150, 2016.

OLIVEIRA NETO, A. F. de; CARVALHO, T. R. A importância da cidade de Aquidauana na sua região: elementos de uma centralidade. In: MARTINS JÚNIOR, C.; OLIVEIRA NETO, A. F. de. (Org.). **Revelando Aquidauana**. 1. ed. Campo Grande: editora da UFMS, 2010, p. 199-221;

OLIVEIRA NETO, A. F. de; CRIVELATTI, Q. D. Entre fronteira vivida e a fronteira percebida: Os agentes públicos no espaço de fronteira internacional. **Ideação (Unioeste. Impresso)**, v. 15, p. 96-109, 2013.

OLIVEIRA NETO, A. F. de; SOUZA, C. de F. P. de. A ação do Estado na produção do espaço urbano de Campo Grande e o Projeto Jaime Lerner. **Revista Pantaneira**, Aquidauana - MS, v. 3 e 4, p. 15-18, 2000.

OLIVEIRA, M. A. M. de & OLIVEIRA NETO, A. F. de. A Fronteira, a imigração e o fetiche do trabalho: significações internacionais. In: COSTA, E. A. da; COSTA, G. V. L. da; OLIVEIRA, M. A. M. de. (Org.). **Estudos Fronteiriços**. 1.ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2010, v. 02, p. 319-334.

OLIVEIRA NETO, A. F. de; MARTINS JUNIOR, C. As ações de controle social nas metrópoles brasileiras da belle époque. **Ideação (Unioeste. Impresso)**, v. 17, p. 121-146, 2015.

QUEIROZ, D. de C.; OLIVEIRA NETO, A. F. de. Extrato Urbano. In: OLIVEIRA NETO, A. F. de & BECK, M. C. (Org.). **Cotidiano**: cidade, educação e cidadania. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2011, v. 1, p. 335-344.

PEDROSSIAN, Rosa Maria (Coord.). **Três Governos, Dois Estados, Uma Trajetória**. Campo Grande: s/e, 1995.

RAMALHO JUNIOR, A; MORAES, L. M. de; OLIVEIRA, M. A. M. de; OLIVEIRA NETO, A. F. de. Fronteira: um lugar de ambiguidades, conflitos e soluções. In: COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, M. A. M. de; SIQUEIRA, K. M. (Org.). **Fronteiras**: Conflitos, integração e políticas públicas. 1.ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2011, v. 04, p. 29-43.

SAMUDIO, C. de J.; OLIVEIRA NETO, A. F. de. Contribuição das principais editoras universitárias públicas de Mato Grosso do Sul (Brasil), Paraguai e Bolívia na temática fronteiriça. *In*: MORETTI, E. C.; MARIANI, M. A. P. (Org.) **Estudos fronteiriços: Desafios, Perspectivas e Práticas**. 1.ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2015, p. 335-363.

SILVA, J. A; OLIVEIRA NETO, A. F. de; MARIANI, M. A. P. Reflexões sobre o acesso à saúde na fronteira Corumbá (BR) Puerto Quijaro (BO). **Revista GeoPantanal** (UFMS), v. 12, p. 79-96, 2017.

TAUNAY, V. de. **Memórias**. Edição preparada por Sérgio Medeiros. São Paulo: Editora Iluminuras, 2005, p. 340.

TRINCHERO, H. H; OLIVEIRA NETO, A. F. de; MARTINS JUNIOR, C. O cotidiano e o território. **Revista GeoPantanal** (UFMS), v. 12, p. 171-184, 2017.

SOBRE OS AUTORES

ADAUTO DE OLIVEIRA SOUZA possui doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP, 2003); mestrado em Geografia pela UNESP (1995) – Campus de Presidente Prudente e graduação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1986). É Professor Titular Aposentado da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), credenciado no Programa de Pós-Graduação em Geografia – mestrado e doutorado – da mesma instituição, na condição de Pesquisador Sênior.

ANTÔNIO FIRMINO DE OLIVEIRA NETO possui Doutorado em Geografia pela UNESP - Presidente Prudente (2003), com estágio pós-doutoral em Antropologia na Universidade de Buenos Aires - UBA (2014), Mestrado em Geografia Humana pela USP (1997) e Licenciatura Plena em Geografia pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso - FUCMAT (1985). É professor Titular aposentado da UFMS e credenciado como docente do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais do Campus de Aquidauana/UFMS.

EDVALDO CESAR MORETTI possui doutorado em Geografia pela UNESP – Campus de Rio Claro, mestrado em Geografia pela UNESP, Campus de Presidente Prudente e graduação pela UNESP, Campus de Rio Claro. Realizou estágio pós-doutoral no curso de Geografia da Universidade de Campinas. É professor Titular da UFGD. Credenciado nos Programas de Pós-Graduação em Geografia - Mestrado e Doutorado – da UFGD e da UNICAMP. É coordenador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente e membro da Rede de Pesquisadores FOMERCO.

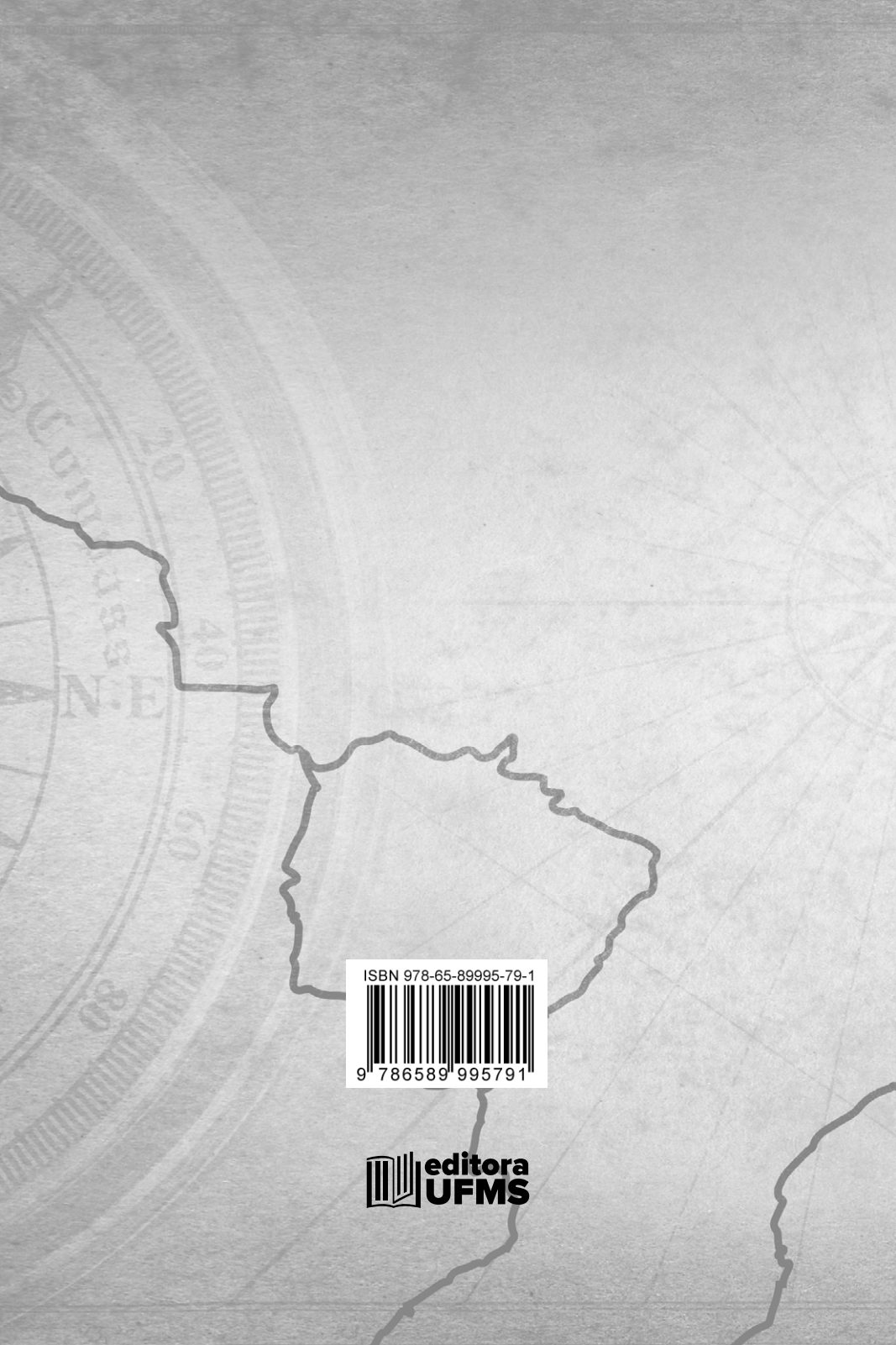
MARIA JOSÉ MARTINELLI SILVA CALIXTO possui doutorado, mestrado e graduação em Geografia pela UNESP – Campus de Presidente Prudente. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na UNESP – Campus de Presidente Prudente. É pro-

fessora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), credenciada no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Mestrado e Doutorado. É pesquisadora da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Medias (ReCiMe) e do o Grupo de Pesquisa TERRHA.

ROSEMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA possui doutorado, mestrado e graduação em Geografia pela UNESP, Campus de Presidente Prudente. Realizou estágio pós-doutoral na Universidad de Córdoba-ES. É professora Titular na UFMS, Campus de Três Lagoas, onde trabalha nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Atua como professora colaboradora no Programa de Mestrado junto a FAIN-D-UFGD. É Tutora do Grupo PET-Geografia/CPTL. Editora da revista REPET-TL e líder do grupo “Estudos Agrários/CNPq”.

SILVANA DE ABREU possui doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); mestrado em Educação pela UFMS e graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. É Professora Titular, credenciada no Programa de Pós-Graduação em Geografia – mestrado e doutorado – da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e atua como Pesquisadora Sênior, na mesma Instituição. Coordena o Grupo de Pesquisa/CNPq, Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional (*PPoder*).

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Barlow
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>



ISBN 978-65-89995-79-1



9 786589 995791

 **editora
UFMS**